

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**

**ANA PAULA MOREIRA**

**EXPRESSÕES VIVAS: A VIOLÊNCIA NO CAMPO NO COTIDIANO DO PRÉ-  
ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA - PR**

**PONTA GROSSA  
2023**

**ANA PAULA MOREIRA**

**EXPRESSÕES VIVAS: A VIOLÊNCIA NO CAMPO NO COTIDIANO DO PRÉ-  
ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA - PR**

Tese apresentada para obtenção do título de doutora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa - Linha de pesquisa: Estado, Direitos e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof. Dra. Augusta Pelinski Raiher.

**PONTA GROSSA  
2023**

M838           Moreira, Ana Paula  
                  Expressões vivas: a violência no campo no cotidiano do pré-assentamento  
Emiliano  
Zapata - PR / Ana Paula Moreira. Ponta Grossa, 2023.  
                  217 f.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas - Área de Concentração:  
Cidadania e Políticas Públicas), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientadora: Profa. Dra. Augusta Pelinski Raiher.

1. Violência no campo. 2. Acampados. 3. Preconceito. 4. Resistência. 5. Mst.  
I. Raiher, Augusta Pelinski. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Cidadania  
e Políticas Públicas. III.T.

CDD: 361.1

## TERMO DE APROVAÇÃO

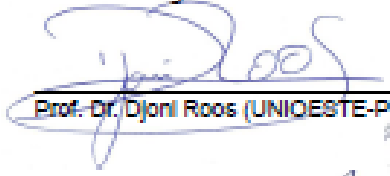
*Ana Paula Moreira*

“ Expressões vivas: a violência no campo no cotidiano do pré-  
assentamento Emiliano Zapata-Pr”.

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor(a) no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Assinatura pelos Membros da Banca:

  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª. Dr.ª. Augusta Pelinski Ralher (UEPG–Presidente)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Djoni Roos (UNIOESTE-PR - Membro Externo)

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Cláudio Lopes Mala (UFG-GO – Membro Externo)

\_\_\_\_\_  
Prof.ª. Dra. Danuta Estrufi  
\_\_\_\_\_  
Prof.ª. Dra. Danuta Estrufi (UEPG-PR – Membro Interno)



Documento assinado digitalmente

LUTZ ALEXANDRE GONÇALVES CUNHA  
(Insc. 21.714/2023-110826-0-000)  
Verifique em <https://verifica.br.gov.br>

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Lutz Alexandre Gonçalves Cunha (UEPG-PR – Membro Interno)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima (UNIOESTE-PR - Suplente Externo)

\_\_\_\_\_  
Prof.ª. Dra. Reldy Rolim de Moura (UEPG-PR - Suplente Interno)

Ponta Grossa, 05 de abril de 2023.

*Dedico este trabalho às pessoas que eu amo: Guilherme, Gustavo e Geovani. E a todos os acampados que mantêm o sonho e a resistência pelo seu direito à terra, pela vida e trabalho no campo, em especial, aos pré-assentados do Emiliano Zapata.*

## AGRADECIMENTOS

À Prof.<sup>a</sup> Dra. **Augusta Pelinski Raiher**, orientadora deste trabalho, agradeço pelo incentivo, por confiar na proposta de pesquisa, por todas as orientações, as quais não se restringem à tese. Obrigada por seu apoio; sem ele, certamente não teria concluído esta fase. Como mencionei ainda na época do mestrado, você é inspiração.

**Aos pré-assentados do Emiliano Zapata**, que se dispuseram a participar desta pesquisa, sempre tão acolhedores, que me possibilitaram um aprendizado ímpar.

Ao meu parceiro de vida **Gustavo**. Essa pesquisa só foi possível pelo seu apoio e incentivo, mas, principalmente, por sua paciência e amor.

Ao meu filho **Guilherme**, que desde pequeno entendeu que a mamãe tinha que estudar e sempre colaborou para que isso fosse possível. Você é meu combustível para vida.

À minha **Geovani**, que fez o possível e impossível para me ajudar e amparar até este momento.

Aos professores avaliadores da banca, **Prof.<sup>a</sup> Dra. Danuta Estrufica Cantóia Luiz**, **Prof<sup>o</sup> Dr. Djoni Roos**, **Prof<sup>o</sup> Dr. Cláudio Lopes Maia** e **Prof<sup>o</sup> Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha** por tanto conhecimento compartilhado.

Aos amigos e familiares que me apoiaram nesta caminhada, que não ousou citar nomes, para evitar risco de esquecimento neste momento de escrita, mas certamente estão registrados na minha lembrança e consideração.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa por todo conhecimento adquirido e experiências vividas.

Chegar ao doutorado é muito mais que realizar um sonho. É o caminho para minha realização profissional; é na docência que me encontro.

E em especial, à UEPG por me propiciar estes anos de graduação, mestrado e, por fim o doutorado. Com alegria posso dizer que “sou cria da casa”, de uma universidade pública de qualidade e que não me restam dúvidas de que a UEPG cumpre um papel primordial na formação e desenvolvimento profissional de milhares de pessoas.

“Estudar os camponeses é importante, não só porque os intelectuais podem produzir conhecimento voltado para os interesses dos camponeses, mobilizar-se e lutar por eles, ou tentar fazer com que eles se mobilizem. Os camponeses podem nos ensinar uma variedade de coisas que nós não sabemos. A questão da flexibilidade de respostas em face dos desafios e crises econômicas é algo que o camponês pode ensinar àquele que não é camponês, muito mais do que o contrário, como se pode observar em inúmeras situações.” Teodor Shanin (2008, p. 28), em “Lições camponesas”.

## RESUMO

Esta tese objetiva evidenciar como é vivida/sentida a violência no campo pelos camponeses acampados no estado do Paraná, tendo como universo de pesquisa o pré-assentamento Emiliano Zapata, localizado no município de Ponta Grossa. Analisando os reflexos desta violência na luta pela terra. A violência é utilizada como estratégia para impedir e enfraquecer o processo de luta da classe camponesa pela posse da terra, perpetrada por latifundiários e contando com uma estrutura que inclui o Estado, a mídia, pistoleiros e forças de segurança, incluindo a polícia militar. O presente estudo, de caráter exploratório, utilizou-se de abordagem qualitativa. Foi realizado um estudo de caso, os procedimentos metodológicos consistiram em revisão bibliográfica, análise documental e pesquisa de campo. Com entrevista semiestruturada *in loco* a partir de um roteiro e fizemos registros em um diário de campo e observação. A análise dos dados se deu a partir da análise de conteúdo categorial. Para tanto, utilizamos o *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). O *software* permitiu a estruturação das falas dos sujeitos em redes de palavras significativas. Os resultados indicam que os pré-assentados do Emiliano Zapata reconhecem a violência no campo como uma estratégia para impedir a luta pela terra, e que a maioria deles (77%) está no pré-assentamento desde a ocupação em 2003. Eles já sofreram várias formas de violência, incluindo despejo realizado pela polícia militar, ação privada do grileiro da terra acampada e preconceito, este último acentuado devido à imagem de risco e perigo associada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Apesar das dificuldades enfrentadas, incluindo a violência no campo, os pré-assentados resistiram ao desenvolver estratégias para continuar na luta pela terra e representando a condição de viver na e da terra. Neste sentido, a pesquisa constatou que a violência no campo foi uma estratégia utilizada para impedir a luta pela terra, causando medo e insegurança nos pré-assentados. Entretanto, a resistência e determinação desses trabalhadores rurais se fortaleceu diante das adversidades, graças à experiência de viver em um acampamento, que propicia a construção coletiva, a cooperação, a solidariedade e o sentimento de pertencimento. Esses elementos contribuíram para que a luta pela terra se intensificasse, com uma visão coletiva e uma consciência política mais aguçada. A pesquisa conclui que a luta pela terra se desenvolve a partir da experiência coletiva dos acampados, que enfrentam a violência e resistem em busca do direito pela terra.

**Palavras-chave:** Violência no campo. Acampados. Preconceito. Resistência. MST.



## ABSTRACT

The thesis aims to demonstrate how rural violence is experienced by peasants living in camps in the state of Paraná, having as research universe the pre-settlement Emiliano Zapata, located in the municipality of Ponta Grossa. Analyzing the impacts of this violence on the struggle for land. Violence is employed as a strategy to prevent and weaken the peasant class's struggle for land ownership, perpetrated by landowners and with a support structure including the State, media, hitmen, and security forces such as the military police. This exploratory study used a qualitative approach. A case study was carried out, with methodological procedures consisting of literature review, documentary analysis and field research. Semi-structured interviews were conducted on-site using a script and recording data in a field diary. Data analysis was performed by categorical processes, with the software IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) being used to structure the participants' speech into networks of significant words. The results indicate that members of the Emiliano Zapata pre-settlement identify violence as a strategy to suppress the struggle for land, and that the majority of them (77%) have been in the pre-settlement since its occupation in 2003. They have experienced several forms of violence, including eviction by the military police, private action by the land grabber claiming the area, and prejudice accentuated by the view that members of the *Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra* (MST) are dangerous people. In spite of the difficulties faced such as rural violence, pre-settlers have resisted by developing strategies to keep on fighting and representing the condition of living in and from the land. In this sense, the research has found that rural violence was a strategy for causing fear and insecurity in order to impede the struggle for the land. However, the resistance and determination of these rural workers grew stronger in the face of adversity, thanks to the experience of living in the camps, which promotes collective development, cooperation, solidarity and a sense of belonging. These elements helped intensify the struggle for land, with sharpened collective perspective and political consciousness. The research concludes that the struggle for land develops from the collective experience of the encamped, who face violence and still resist in search of their right to the land.

**Keywords:** Rural violence. Settlers. Prejudice. Resistance. MST.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Número de assassinatos em conflitos no campo paranaense (1967-2019).....	18
GRÁFICO 2 – Assassinatos e ocupações de terra no campo paranaense (1988-2018).....	63

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

DIAGRAMA 1	– Estruturação da análise de conteúdo .....	1144
FIGURA 1	– Acampamentos no estado do Paraná por regiões .....	19
FIGURA 2	– Número de famílias acampadas no estado do Paraná .....	20
FIGURA 3	– Acampamentos da região sul do Paraná .....	20
FIGURA 4	– Grandes regiões do Paraná ocupadas com o deslocamento das frentes pioneiras .....	57
FIGURA 5	– Caminho das tropas que cruzavam o paraná nos séculos XVIII e XIX .....	58
FIGURA 6	– Lutas camponesas no paraná e atuação geográfica dos movimentos sociais .....	62
FIGURA 7	– Relação entre as tipologias e formas de violência .....	78
FIGURA 8	– Nuvem de palavras sobre o conceito de violência no campo ....	98
FIGURA 9	– Atual composição das unidades de produção.....	108
FIGURA 10	– Tipos de violência (nuvem de palavras).....	123
FIGURA 11	– O que é violência (análise de similitude)?.....	126
FIGURA 12	– Violência no campo (nuvem de palavras) .....	127
FIGURA 13	– Nuvem de palavras: o que você ouviu sobre o mst/acampados .....	141
FIGURA 14	– Resumo das formas de violência no campo, seus executores e as motivações.....	148
FIGURA 15	– Nuvem de palavras (responsáveis pela violência no campo) ...	152
FIGURA 16	– Responsáveis pela violência no campo (análise de similitude).	155
FIGURA 17	– Importância dos acampamentos (nuvem de palavras) .....	163
FIGURA 18	– Importância dos acampamentos (análise de similitude) .....	164
FIGURA 19	– Resumo dos reflexos da violência no campo.....	169
FOTOGRAFIA 1	– Ação de solidariedade do pré-assentamento Emiliano Zapata .....	11010

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – A conflitualidade entre classes a partir de modelos de desenvolvimento.....	43
QUADRO 2 – Categorias básicas para análise dos movimentos sociais.....	47
QUADRO 3 – Comparativo entre acampamento e assentamento .....	55
QUADRO 4 – Tipos de violência .....	76
QUADRO 5 – Tipologias da violência no espaço agrário.....	96
QUADRO 6 – Entrevistados vítimas de violência no campo .....	136
QUADRO 7 – Outras menções sobre discriminação e preconceito .....	140
QUADRO 8 – Outras menções sobre discriminação e preconceito .....	141
QUADRO 9 – Violência e medo .....	149
QUADRO 10 – Responsáveis pela violência no campo.....	150
QUADRO 11 – Comparativo sobre os termos “invadir” e “ocupar”.....	153
QUADRO 12 – Percepção acerca do governo bolsonaro e a luta pela terra .....	157
QUADRO 13 – Importância dos acampamentos.....	161

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Violência no campo: violência contra pessoas entre 1986 a 1989 .....	91
TABELA 2 – Violência no campo: violência contra pessoas entre 1990 a 1999 .....	92
TABELA 3 – Violência no campo: violência contra pessoas entre 2000 a 2020 .....	93
TABELA 4 – Total da comercialização em quilos (2019 a 2022).....	109
TABELA 5 – Valores em reais em comercialização (2019 a 2022) .....	111
TABELA 6 – Perfil básico dos entrevistados .....	112

## LISTA DE SIGLAS

CAIs	Complexos agroindustriais
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COOPERAS	Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária
CPT	Comissão Pastoral da Terra
GETSOP	Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná
MASTEL	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná
MASTEN	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná
MASTES	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná
MASTRECO	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná
MASTRO	Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná
MCCO	Movimento Camponês de Corumbiara-RO
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PNRA	Plano Nacional de Reforma Agrária
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDA's	Títulos da Dívida Agrária
UDR	União Democrática Ruralista

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 - UM GRANDE DEBATE VISTO COM PEQUENO INTERESSE: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL</b> .....	<b>32</b>
<b>CAPÍTULO 2 - MST: A CONSTRUÇÃO DOS NOVOS CAMINHOS PARA A LUTA PELA TERRA</b> .....	<b>46</b>
2.1 OS ACAMPAMENTOS NO ESTADO DO PARANÁ .....	56
<b>CAPÍTULO 3 - A VIOLÊNCIA QUE NÃO SE FINDA</b> .....	<b>65</b>
3.1 A VIOLÊNCIA PERMANENTE .....	65
3.2 TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA .....	75
3.2.1 Violência simbólica .....	78
3.3 VIOLÊNCIA NO CAMPO – DO PASSADO SE VIVE O PRESENTE .....	81
3.3.1 Engendramento da violência no campo .....	94
<b>CAPÍTULO 4 - O PRÉ-ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA: DA VIOLÊNCIA À RESISTÊNCIA</b> .....	<b>107</b>
4.1 APROXIMAÇÃO COM OS SUJEITOS DA PESQUISA.....	111
4.2 VIOLÊNCIA VIVA, VIVIDA E BEM PRESENTE .....	115
4.2.1 Histórico de luta no campo e a violência .....	116
4.2.2 A violência no campo em si.....	120
4.3 REPERCUSSÃO DA VIOLÊNCIA NO COTIDIANO E OS SEUS RESPONSÁVEIS.....	148
4.4 O OUTRO LADO O PRISMA – A ESPERANÇA E OS REFLEXOS DA VIOLÊNCIA SOFRIDA .....	160
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>170</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>176</b>
<b>APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS</b> .....	<b>193</b>
<b>APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	<b>195</b>
<b>APÊNDICE C – TRECHOS DAS OBRAS QUE CONCEITUAM A VIOLÊNCIA NO CAMPO</b> .....	<b>196</b>
<b>APÊNDICE D – PRÉ-ANÁLISE SOBRE AS PERCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA</b> .....	<b>203</b>
<b>ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA</b> .....	<b>211</b>

## INTRODUÇÃO

Como explicar um dos paradoxos da sociedade brasileira contemporânea, marcada pelo aumento da modernização e generalização da violência? A compreensão acerca dos elementos que compõem a violência no campo perpassa pelo estudo da questão agrária, da propriedade, do poder e do território, que demonstram que essa discussão, ampla, é histórico-social.

A violência é respaldada desde o processo de formação do território brasileiro e foi se delineando na medida em que se intensificou o processo de mundialização do capital. Boff (2017) mensura que a violência no campo é herdada de quatro sombras que pesam entre nós: um passado colonial violento, que obrigou os povos a assumir a cultura do invasor; o genocídio indígena; a escravidão (entre quatro e cinco milhões de pessoas foram trazidas para serem tratadas como sub-humanas ou condenadas à morte); e a Lei de Terras (1850), em que a compra de terras da Coroa, proprietária de todas elas, passou a ser a única forma de acesso à terra, o que beneficiou uma pequena parcela da sociedade, a elite brasileira, como subterfúgio para corroer a discussão sobre meios de produção e sobrevivência, em detrimento de outra e grande parte da sociedade – os pobres e afrodescendentes, na pós-abolição da escravatura.

A disputa pelo território no Brasil fomentou a violência configurada pelo genocídio da população original que, com a escravização dos negros africanos, conjugada com a imposição da Lei de Terras (1850), assinalou o nascimento dos conflitos pela terra.

As violências sofridas produziram duas consequências distintas no trabalhador do campo: (1) marcas físicas e psicológicas; e (2) a representação social do sujeito trabalhador do campo/camponês, que surge a partir da sua resistência no processo de luta pela terra e da sua criminalização e culpabilização pela violência (como se fosse uma relação de causa e efeito). A violência nega aos sujeitos do campo o direito à vida e ao trabalho na terra, e expõe de forma escancarada o processo de naturalização dessas práticas à medida que a sociedade é engolida pelos interesses do capital.

Essa realidade tem sido reproduzida historicamente no cenário nacional e continua na atualidade. O modelo de desenvolvimento agropecuário adotado pelo Estado é excludente e concentra terra, renda e poder nas mãos de grupos econômicos, principalmente latifundiários, mantendo subjugados aqueles que vivem



e trabalham na terra. Conflitos pela posse e propriedade da terra ocorrem em todas as regiões do Brasil e são marcados por inúmeros atos de violência, uma forma generalizada de repressão às lutas pela terra das populações rurais brasileiras.

É importante frisar que, atualmente, o processo de expansão de monoculturas ligadas ao agronegócio não se constitui e nem se constituiu por um caminho harmonioso. Muito pelo contrário, se configura por conflitos territoriais, resultando na violência no campo contra camponeses. Sodré et al. (2019, p. 618) destacam que, nas disputas entre camponeses e latifundiários, “esses últimos quase sempre saíam vitoriosos” e, ainda, apontam que grande proporção de agentes sociais, como os sem-terra, são os sujeitos violados.

Dentre os casos mais recentes de violência no campo, podemos citar os massacres ocorridos em 2017 que tiveram grande repercussão: o primeiro deixou 10 pessoas mortas em Gleba Taquaruçu do Norte, área rural do município de Colniza, Mato Grosso; e o segundo, ocorrido na Fazenda Santa Lúcia, em Pau D’Arco, Pará, onde dez trabalhadores sem-terra foram mortos. No estado do Paraná, no ano de 2016, um conflito de terras entre a empresa Araupel e camponeses do acampamento Dom Tomás Balduino, localizado no município de Quedas do Iguaçu, Paraná, deixou dois mortos e sete feridos.

Dados como os apresentados acima demonstram a necessidade de uma discussão aprofundada sobre a violência no campo e seus reflexos na luta pela terra, investigando em que medida a violência sofrida pelos camponeses impacta sua resiliência e sua capacidade de agir em defesa de seus direitos em uma sociedade democrática. Conforme mencionado anteriormente, a violência é uma estratégia utilizada para coibir e minar o processo de luta da classe camponesa pela posse da terra. É importante, portanto, desnaturalizar o fato de que apenas um lado sofre com as agruras do poder, bem como examinar a violência experimentada pelos trabalhadores do campo e camponeses em sua totalidade.

Que a violência no campo é fato, é real, não podemos duvidar. Suas expressões podem ser comprovadas pelos dados dos cadernos “Conflitos no campo Brasil”, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), e pela mensuração acerca da violência em teses, dissertações e outros trabalhos empíricos. Em levantamento realizado no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), identificamos trabalhos como os de Bruno (2002), Sacramento (2007), Feitosa (2011), Lima (2012), Pereira (2013), Guimarães (2015) e Rodrigues (2018), que discorrem

sobre a violência no campo a partir dos desdobramentos sobre a luta pela terra, os conflitos, da questão agrária, da propriedade, do Estado e do contexto político nacional.

Desde 1985, a CPT, vinculada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realiza uma atividade singular e fundamental, coletando e divulgando informações sobre a violência no campo há 38 anos. A publicação “Conflitos de terra no Brasil 1985” inaugurou a base de dados mais sólida sobre as ocorrências de violência contra os trabalhadores rurais no país. Atualmente, sob o título “Conflitos no campo Brasil”, constitui-se em um “patrimônio” para as ciências humanas e para parte do poder público que centra esforços no entendimento e resolução dos conflitos decorrentes da questão agrária.

A CPT publica anualmente os relatórios “Conflitos no campo Brasil” com levantamento dos dados acerca dos conflitos no campo no Brasil, apontando as ocorrências de violência. Os relatórios reúnem o número de pessoas envolvidas e as diferentes formas de violência, divididas em: a) violência contra a pessoa (assassinatos, tentativas de assassinatos, mortes em consequência conflitos, ameaças de morte, torturas, prisões e agressões); e b) violência contra a posse (famílias expulsas e despejadas, ameaças e tentativas de expulsão e despejo, casas, roças e bens destruídos e pistolagem).

A partir dos levantamentos realizados pela CPT entre os anos de 1987 a 2020, apenas mensurando a violência contra a pessoas, chegamos à marca de 1.727 assassinatos, 5.618 tentativas de assassinatos e 2.697 ameaças de morte. Importante ressaltar que os assassinatos, tentativas de assassinatos e ameaças de morte são as violências contra a pessoa mais perversas. No entanto, é importante ressaltar que a violência no campo apresenta uma complexidade multifacetada, utilizando-se de diversas formas, desde as mais sutis até as mais graves, que podem deixar marcas profundas na vida das pessoas afetadas por ela.

Diversos autores brasileiros nos apresentam como é perpetrada esta violência; citamos alguns: Tavares dos Santos (1992, 1996), Santos, Teixeira e Becker (2000), Porto-Gonçalves (2006), Leonídio (2012), Mitidiero (2016), Carneiro e Cioccarri (2011), Boff (2017), Mitidiero e Feliciano (2018), Roos (2011, 2013), Moellmann e Luz (2019), Porto-Gonçalves e Leão (2020). Eles mostram que a violência é uma das marcas da formação do território brasileiro, com características que variam de acordo com a região, cultura e história, e implicam “no dilaceramento do corpo, da carne” e que sua

“crescente manifestação” ameaça “as próprias possibilidades de participação social” (SANTOS; TEIXEIRA; BECKER, 2000, p. 165).

A violência no campo, relacionada aos conflitos agrários, não é minuciosamente registrada pelos órgãos de segurança pública, que tipificam apenas os crimes contra a pessoa ou patrimônio, como homicídios, ameaças e depredações, sem especificar o contexto em que ocorrem. Desse modo, a violência no campo é invisibilizada e considerada natural pelo Estado, não sendo contemplada em políticas públicas para o tratamento e enfrentamento desse problema social.

The negligence of safety and security issues outside the urban realm is not exclusive to criminology. Such paucity of knowledge on crime, victimization, and safety conditions in rural contexts can be associated with the inadequacy of reliable official data and/or the lack of methods capable of capturing the complexities of the rural–urban continuum. (CECCATO, 2021, p. 1).<sup>1</sup>

Segundo Zaluar (2007), a sociedade brasileira vive/convive com a violência, que ocupa uma posição importante na estrutura social do país. O Brasil, enquanto território, é fruto da violência, seu povo nasceu da violência e não é à toa que ela está no cotidiano, nas práticas sociais, na cultura, na economia e no Estado, ou seja, na estrutura da sociedade e nas suas representações sociais.

Nesse contexto, este trabalho busca evidenciar como é vivida/sentida a violência no campo pelos camponeses do pré-assentamento Emiliano Zapata, no município de Ponta Grossa-PR, analisando os reflexos dessa violência na própria luta pela terra. O território paranaense foi o escolhido dado que, historicamente, foi palco de um processo de desenvolvimento ambivalente e heterogêneo, tangenciado pela estrutura fundiária na ampliação do latifúndio e pelo propósito de exclusão dos camponeses.

A delimitação do universo de pesquisa foi estabelecida com base no processo histórico de formação do território paranaense. No final do século XVIII, a maioria das terras no Paraná já estava ocupada por latifúndios. Muitas fazendas se tornaram pontos de parada para os tropeiros que seguiam a rota entre a região Sul do país e o

---

<sup>1</sup> “A negligência de questões de segurança e proteção fora da área urbana domínio não é exclusivo da criminologia. Tal escassez de conhecimento sobre crime, vitimização e condições de segurança em contextos rurais podem estar associadas à inadequação de dados oficiais confiáveis e/ou a falta de métodos capazes de capturar as complexidades do continuum rural-urbano.” (CECCATO, 2021, p. 1, tradução nossa).

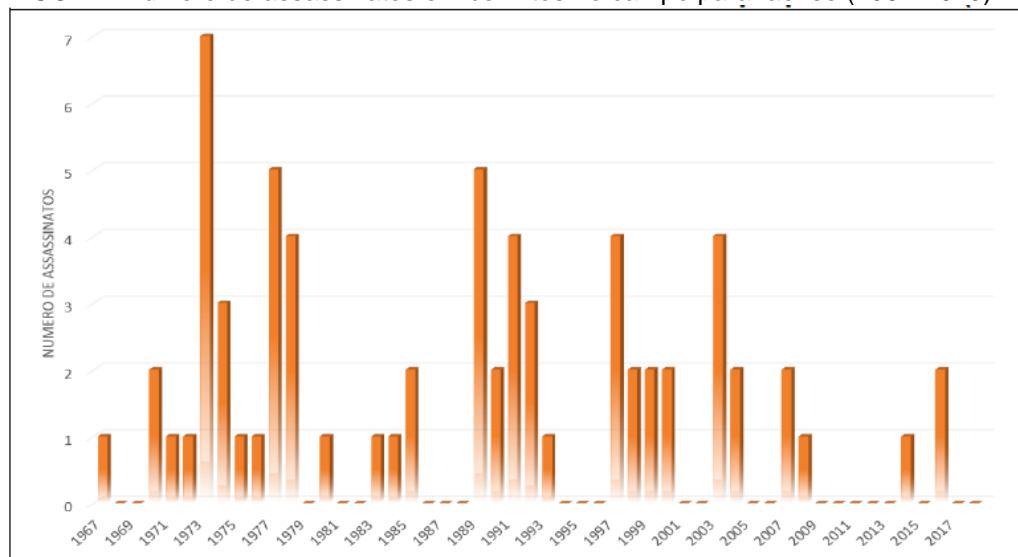
estado de São Paulo. Posteriormente, esses pontos evoluíram para núcleos urbanos, dando origem a cidades como Castro, Ponta Grossa, Jaguariaíva, entre outras.

O modelo de latifúndio na região é resultado de um processo histórico longo e conservador, que impõe hierarquias e valores e restringe as opções de produção, especialmente no contexto atual de prevalência do agronegócio. Esse modelo tem sido um obstáculo ao desenvolvimento das pequenas propriedades rurais, especialmente aquelas que se constituem a partir da luta pela terra.

É notório o uso ordenado da violência contra os sujeitos do campo que lutam pelo direito à terra no Paraná. Casos emblemáticos deixaram evidentes tais propósitos: a Guerra do Contestado (1912-1916), a Guerrilha de Porecatu (1946-1951), a Revolta dos Colonos do Sudoeste do Paraná (1957) e o mais recente, o conflito da Araupel (1996 e 2016).

A realidade paranaense não difere da realidade brasileira. Ou seja, a violência na questão agrária é uma das marcas do desenvolvimento histórico do território e da formação social do estado. Para evidenciar as afirmações anteriores, recorreremos ao trabalho de Roos, Moellmann e Luz (2019), que apresenta os números de assassinatos no estado do Paraná entre 1967 e 2019.

GRÁFICO 1 – Número de assassinatos em conflitos no campo paranaense (1967-2019)



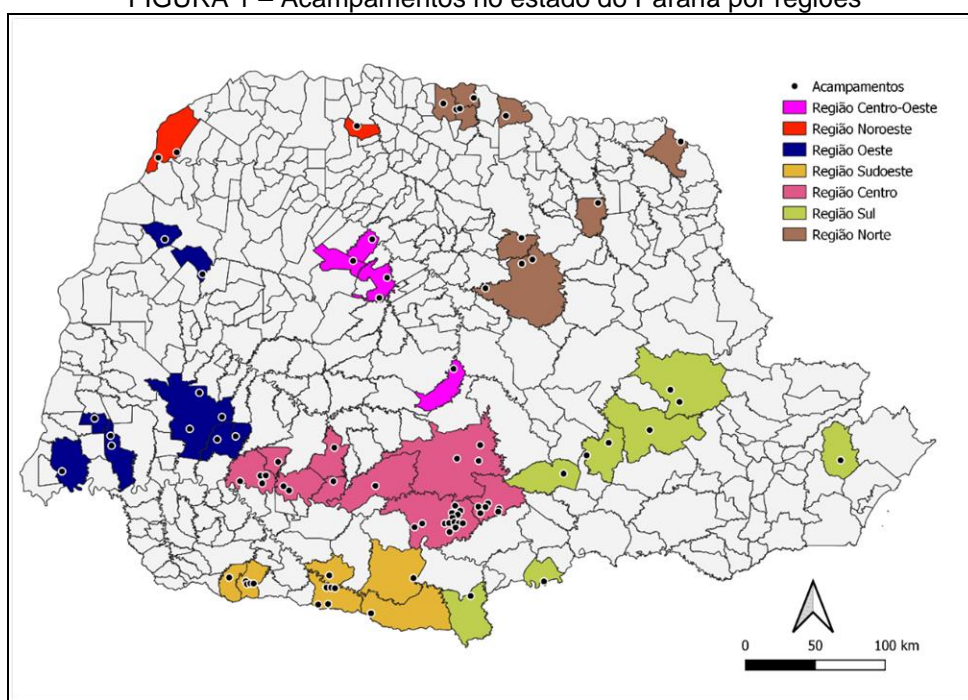
Fonte: Roos, Moellmann e Luz (2019, p. 4).

Compreende-se que a violência no campo é uma questão histórica no país, especialmente para os camponeses que se associam aos movimentos sociais de luta pela terra. Desde a formação desses movimentos, a organização política e social é

uma característica marcante, com estratégias de luta coletivamente construídas. Entre os movimentos sociais contemporâneos, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é amplamente reconhecido pela sua atuação expressiva no contexto agrário.

No Paraná, segundo dados de 2022 do MST<sup>2</sup>, existem 83 acampamentos nas sete regiões do estado: 11 na região Norte, cinco na região Centro-Oeste, três na região Noroeste, dez na região Oeste, 12 na região Sudoeste, 33 na região central e nove na região Sul.

FIGURA 1 – Acampamentos no estado do Paraná por regiões

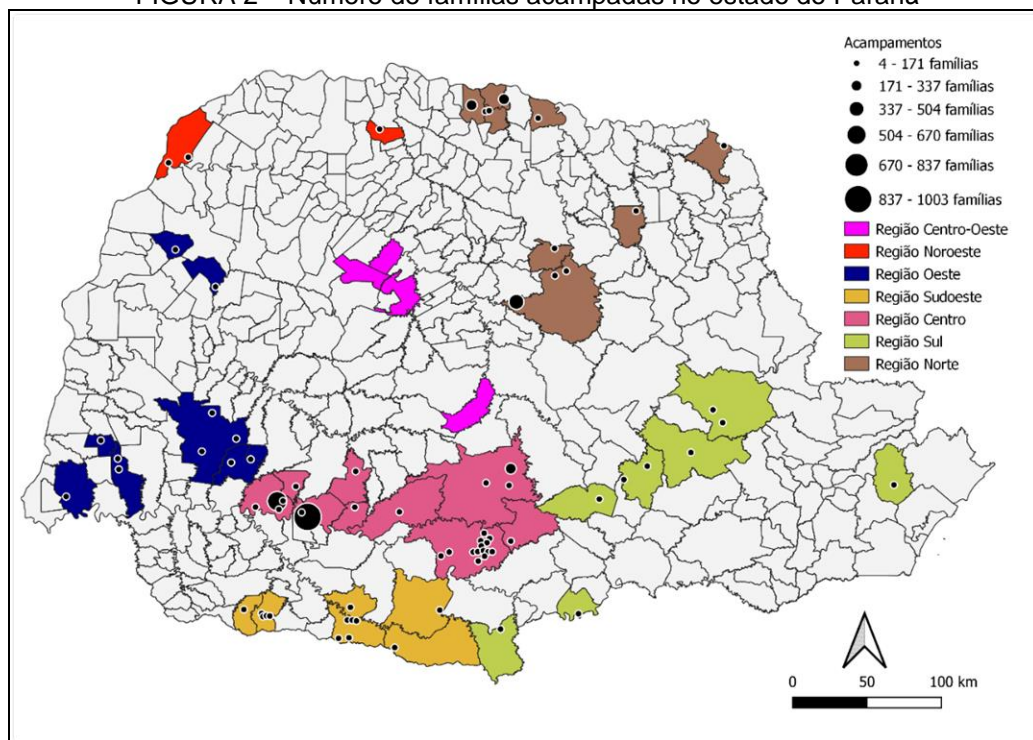


Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2022). Organizado pela autora.

O número de famílias camponesas acampadas – sem contar com a região Centro-Oeste, que não possui referenciamento atualizado – é de 5.673. A figura 2 evidencia que o maior contingente de famílias acampadas está na região central do estado. A região sul, foco do nosso estudo se caracteriza por acampamentos que concentram de quatro a 171 famílias cada (figura 3).

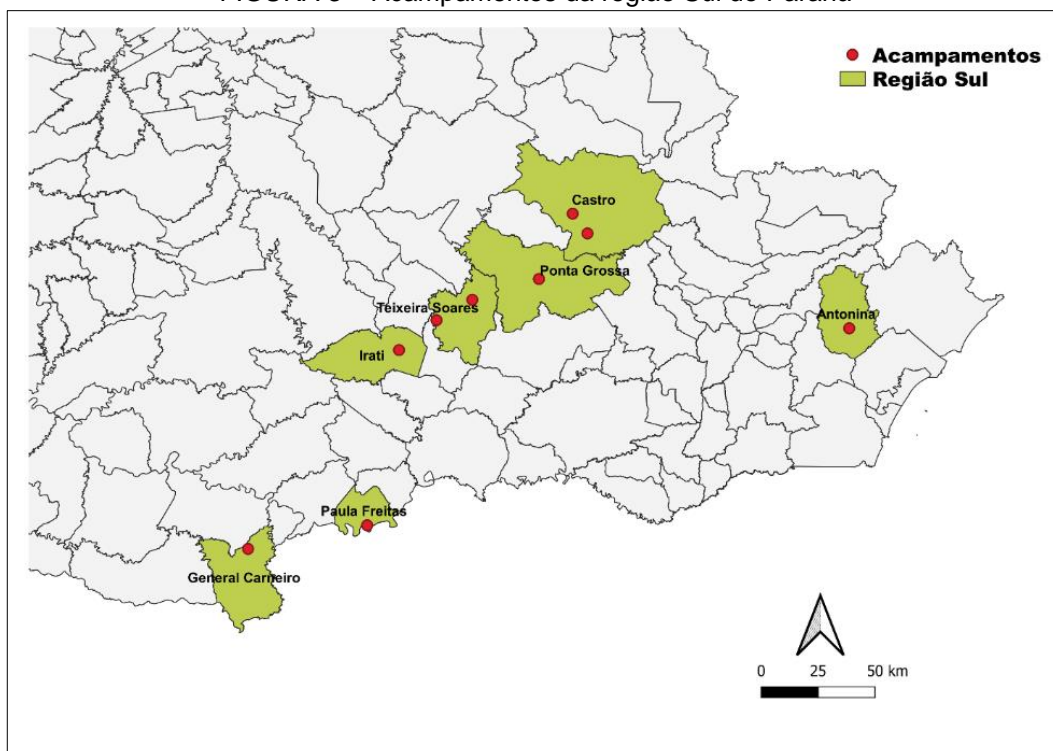
<sup>2</sup> A delimitação das regiões é elaborada pela auto-organização do MST.

FIGURA 2 – Número de famílias acampadas no estado do Paraná



Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2022). Organizado pela autora.

FIGURA 3 – Acampamentos da região Sul do Paraná



Fonte: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2022). Organizado pela autora.

A pesquisa parte de um delineamento bem definido, tendo como objetivo geral evidenciar como é vivida/sentida a violência no campo pelos camponeses do pré-

assentamento Emiliano Zapata, no município de Ponta Grossa-PR, analisando os reflexos dessa violência na própria luta pela terra. A tese defendida neste trabalho é de que os trabalhadores camponeses acampados, ao sofrer demasiadamente as expressões da violência no campo, têm suas práticas e ações cotidianas impactadas, afetando o processo de luta pela terra e a sua resistência, impactado no seu agir como pessoa numa sociedade democrática e de direitos.

Analisar a diversidade dessas experiências sociais e culturais da violência no campo, a partir de uma postura crítica e interpretativa, é uma maneira de contribuir para a formação de consciência crítica de pesquisadores e a comunidade que se interessa pela temática. A experiência do passado, quando submetida a uma metodologia adequada, faz com que os sujeitos possam ampliar a compreensão dos fatos históricos (PRIORI, 2012).

Como objetivos específicos, a tese se propõe a analisar o cenário da questão agrária e os conflitos sociais no Brasil; demonstrar as faces da violência no campo no Brasil; contextualizar a violência no campo no estado do Paraná; e analisar, a partir do cotidiano dos camponeses do pré-assentamento Emiliano Zapata, as expressões da violência no campo vividas e seus reflexos na luta pela terra.

Para alcançarmos os objetos de pesquisa, parte-se das seguintes questões de investigação: como se caracterizam as trajetórias de vida dos acampados pesquisados? Quais os sentidos que eles atribuem à violência? Como eles compreendem a violência no campo? Os acampados possuem vivências relacionadas à violência no campo (individual, familiar e/ou coletiva)? A violência produz reflexos que impactam em sua articulação no movimento pela luta da terra?

A violência no campo atingiu altos índices a partir de 2016, não apenas por ser um problema histórico-social, mas também por ser resultado do cenário político vigente. Desde o impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, o país sofreu uma drástica mudança de rumo nas políticas sociais, marcada por uma gestão política de extrema-direita, neoliberal e conservadora, fortemente ligada ao agronegócio e que criminaliza os movimentos sociais, especialmente aqueles relacionados à questão agrária, como a reforma agrária, a regularização fundiária e a defesa dos direitos dos povos indígenas, quilombolas e tradicionais. Essa postura política busca anular o que foi construído a partir da Constituição Federal de 1988.

Duas obras consultadas foram responsáveis por abrir o leque de possibilidades da pesquisa, motivada pela inquietação latente sobre a violência no campo: “Conflitos

agrários e violência no Brasil: agentes sociais, luta pela terra e reforma agrária”, de José Vicente Tavares dos Santos (2000); e “Raízes da violência no campo brasileiro”, de Carlos Alberto Feliciano (2016).

A determinação do objeto de pesquisa se deu pelo fato da pesquisadora buscar pontuar os impactos ocasionados na realidade social do país pela violência no campo e, também, inspirada em sua trajetória profissional, sempre pautada em trabalhos de intervenção junto a sujeitos do campo, como agricultores familiares, assentados, acampados e populações indígenas nos estados do Paraná e Mato Grosso.

É necessário sedimentar a formação do pesquisador no Brasil ancorando-se no imperativo de uma formação integral que não descuide das dimensões do ser, conhecer, fazer, e do conviver, explicitando a formação da dimensão ético-cidadã. A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (lei nº 9.394/96) aponta para a necessidade de uma formação que não capacite apenas para o mundo do trabalho, mas para as práticas sociais e a cidadania, rompendo as amarras que trilham a incapacidade de diálogo e consenso, as quais enfraquecem o potencial cooperativo, despolitizam e alimentam preconceitos, a intolerância e a violência.

O embasamento que orienta esta pesquisa é o método materialista histórico-dialético, visto que sua utilização teórico-metodológica nos ajuda a entender a violência no campo como fruto das relações contraditórias e dialéticas de capitalistas e camponeses em decorrência da crise produtiva da sociedade. Assim, explicita-se que a pesquisa desenvolvida não trabalha na perspectiva da neutralidade, mas a partir da luta de classes, que considera a necessidade de compreender e de explicar os objetos e fenômenos investigados, tais quais eles verdadeiramente são na prática (NETTO, 2011).

O desenvolver de uma pesquisa a partir desse método suscita um modo de ver e compreender o mundo, ligado a uma percepção da vida e entendimento da realidade nos termos expressos por Frigotto (1989, p. 77): “constitui-se numa espécie de mediação no processo de apreender, revelar e expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos sociais”.

Marx, se referindo ao método no posfácio da segunda edição de “O capital” aponta que: “A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real” (MARX, 1983, p. 20).



A pesquisa se baseia no princípio denominado por Thompson de “experiência” (1981, p. 185), de incorporar aquilo que é vivido pelos sujeitos sociais, por pessoas de carne e osso, suas ações concretas e os sentimentos que constroem e sentem no cotidiano. São as experiências de homens e mulheres, geralmente cotidianas e comuns, traduzidas em valores, comportamentos, condutas, costumes e culturas que fazem a história das pessoas e, em conjunto, determinam a realidade vivida.

A experiência “compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento” (THOMPSON, 1981, p. 15). Portanto, apreender a experiência implica apreender o processo e o contexto social que a engendra.

Para Vendramini e Tiriba, (2014, p. 62), “a experiência é o vivido, são os acontecimentos, as ações e o sentido a elas atribuído”. As autoras afirmam que a obra de Thompson (1981) aborda a história como processo, o que implica em articular o presente, o passado e o futuro. Reacende as experiências passadas em articulação com as atuais, seja na vida material, vida social e vida cultural, mediadas pela experiência, pela ação humana. Para o autor, as pessoas não apenas reproduzem experiências e as introjetam em sua consciência; as experiências vividas produzem, qualitativamente

as mudanças no ser social que dão origem à experiência modificada; essa experiência é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. (THOMPSON, 1981, p. 16).

Vendramini e Tiriba (2014, p. 65) mencionam que Thompson (1981) refere-se à experiência humana como experiência de classe, “que se constitui materialmente, com base nas relações econômicas, sociais e culturais. Para ele, a experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente”.

E, nesse sentido, cabe ao pesquisador perceber as formas peculiares como os sujeitos sociais participam, de forma ativa, nos processos de produção da existência. Nossa intenção foi justamente trazer as impressões individuais ou resultantes da vivência coletiva de cada acampado, a experiência registrada a partir do relato dos

próprios camponeses, visando a compreensão da singularidade da violência no campo na fase de luta pela terra.

A abordagem feita por essa tese, “evidenciar como é vivida/sentida a violência no campo pelos camponeses do pré-assentamento Emiliano Zapata, no município de Ponta Grossa-PR, analisando os reflexos desta violência na própria luta pela terra”, ainda não foi totalmente explorada em outras pesquisas. Essa afirmativa não decorre pela especificidade do acampamento escolhido como objeto, mas sim pelo foco da análise sobre a violência no campo, que parte sob a ótica dos sujeitos acampados. A revisão da bibliografia produzida no Brasil sobre a violência no campo mostra que pouco se abordam as violências sofridas pelos camponeses e seus reflexos na luta pela terra.

Existem inúmeras publicações que versam sobre a violência a partir dos crimes contra a pessoa e conflitos por terra<sup>3</sup>. No Brasil, essas pesquisas retratam, majoritariamente, as regiões Norte e Nordeste do país. Isso não refuta as condições desta pesquisa – a considerar que o universo escolhido é o estado do Paraná, e o foco se concentra na análise da violência pelos sujeitos pesquisados (camponeses acampados). Além disso, consideramos que a violência é multifacetada, ampla, difusa, com tipologias distintas e está em contínua mutação. Nesse sentido, Santos (2000, p. 8) aponta que “nas regiões Sul e Sudeste, verifica-se um alto número de lutas sociais pela terra, percebidas pelos conflitos – no estado do Paraná, em particular nos acampamentos de trabalhadores sem-terra e por ocupações de terras”.

Os elementos acima apresentados destacam a originalidade que esta pesquisa possui, reforçada pela investitura da voz, vivência e posicionamento dos sujeitos sociais pesquisados, incutidos na teia de desigualdades e de luta pela terra.

Para atingir o objetivo proposto nesta tese, entendemos que é crucial problematizar as pesquisas acerca das ações e relações humanas do passado a partir do presente. O estudo do passado se faz necessário para a compreensão do presente e, conseqüentemente, para o planejamento do futuro. É fundamental valorizar a

---

<sup>3</sup> Segundo a CPT (2019), conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos seus recursos naturais. Elas se referem, ainda, à soma das ocorrências em que famílias foram despejadas, expulsas, ameaçadas de despejo ou expulsão, tiveram seus bens destruídos ou sofreram ações de pistolagem. As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.

relação dialética entre permanências e mudanças, continuidades e rupturas, para uma melhor compreensão desse processo.

Para evitar “câimbras teóricas” (PRIORI et al., 2012, p. 11), nada melhor do que o diálogo entre conceito e evidência, no qual “o interrogador é a lógica histórica; o conteúdo da interrogação é uma hipótese [...]; o interrogado é a evidência, com suas propriedades determinadas” (THOMPSON, 1981, p. 49). Não há neutralidade na ciência. Pelo contrário, exige-se do pesquisador o compromisso com a verdade, o que supõe ir além da aparência, compreender radicalmente o processo histórico constituído pela ação humana, pelos sujeitos, pela experiência e pela vida material.

A pretensão do pesquisador é

dilatar os sentidos, ampliar o horizonte da compreensão, encontrar novos caminhos e percorrer antigas trilhas. Fazer honra à complexidade nos leva hoje a dedicar-nos à tarefa de insuflar sentido. É necessário rastrear a rica rede de relações na que um acontecimento há sido tecido, tratar de expandir o universo dimensional de nossa experiência e de nossa historização, sabendo sempre que é impossível seguir todas as pistas, ou suspeitar ao menos da sua existência — entre outras coisas porque vão surgindo em nossa própria atividade de elaboração. (NAJMANOVICH, 2003, p. 25).

Ao considerar a vida das pessoas do campo e as marcas das suas experiências de vida com a violência, coloca-se em evidência a relevância dos sentidos das ações e a busca da construção dos significados e a valorização do estudo a partir do sentido dados pelos próprios sujeitos pesquisados.

Por isso, tornou-se necessário entender mais profundamente como a experiência de vida, a partir do simbólico, de suas histórias e vivências, são impactados pelas estruturas econômicas, políticas e culturais. As palavras, o dito, são muito importantes para entendermos como as coisas se reproduzem, assim como também o não dito. Ter conhecimento das palavras ditas e não ditas foi pré-requisito para pensar e fazer todas as reflexões aqui pontuadas.

Outra questão a ser destacada é que todo conhecimento se vincula às necessidades reais das pessoas. Todo problema científico é, antes de qualquer coisa, um problema da vida prática, vinculado às necessidades reais. Toda investigação, portanto, inicia-se com um problema que, por sua vez, articula-se a conhecimentos anteriores.

Por fim, importa enfatizar que o conhecimento científico se concretiza com o recurso e exigências da metodologia científica. A metodologia é parte da lógica dos

procedimentos científicos. Ela ajuda a compreender e interpretar os produtos e também o próprio processo de investigação.

Os métodos servem para observar fenômenos e indivíduos que nem sempre são os mais notados, mas que escondem, por trás da sua invisibilidade, possibilidades de se alcançar mais conhecimento. Como diz Esteban (2003, p. 128), é preciso “ressaltar a parte, o episódico, o ordinário” a partir dos instrumentos da pesquisa que contribuam para maior compreensão das relações instituídas e instituintes do universo pesquisado.

Esta pesquisa é um estudo de caráter interdisciplinar, de abordagem qualitativa, forma apropriada de apreender a natureza dos fenômenos sociais e situações complexas, que requerem aprofundamento para compreensão das particularidades observadas na realidade socialmente vivida, das práticas cotidianas e das vivências e meandros da objetividade e subjetividade. Segundo Minayo (2004, p. 57), essa forma de pesquisa “se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”.

Concomitantemente com a pesquisa qualitativa, fez-se também uso da quantitativa com o intuito de balizar os resultados captados. Compreende-se como pesquisa quantitativa o emprego da quantificação dos dados coletados e tratamento das informações, demonstrando a realidade em percentual.

Como instrumento de investigação, esta pesquisa se caracteriza como estudo de caso, contemplando uma pesquisa exploratória, a qual, por meio de uma situação distinta, delimita e contextualiza, mensura os impactos na vida dos sujeitos e/ou como estes apreendem determinada situação. Segundo Yin (2005, p. 32), o estudo de caso “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos”.

O estudo de caso será utilizado como metodologia fundante, ou seja, que dá o seu rosto no processo de desvelar os elementos a serem considerados no processo de investigação, e, assim, corroborar sua aplicabilidade.

[...] representa uma investigação empírica e compreende um método abrangente, com a lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados.

Pode incluir tanto estudos de caso único quanto de múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa. (YIN, 2005, p. 32).

O estudo de caso foi conduzido no pré-assentamento Emiliano Zapata, situado na Rodovia do Talco, PR 153, distrito de Itaiacoca em Ponta Grossa-PR. O assentamento é composto por 51 unidades de produção<sup>4</sup>, cada uma com oito hectares, e abriga um total de 181 pessoas. A escolha desse local foi devido ao seu processo histórico de formação e ocupação do território, que se destaca pela presença de grandes propriedades de terra, uma realidade diferente da ocupação de terras em outras partes do estado.

A ocupação da terra no Paraná ocorreu basicamente por três frentes de expansão: região Norte, região Sudoeste e Paraná Tradicional. No caso deste último, teve a concessão inicial de posse do território em 1614, com a primeira carta de sesmaria no estado. A ocupação ocorreu principalmente em decorrência dos caminhos das tropas, que fomentaram a criação de gado em latifúndios campeiros, engenhos de beneficiamento de erva-mate e serrarias de pinheiros. A ocupação da região Norte teve início em 1929, a partir das obras da Companhia de Terras Norte do Paraná, com uma divisão menor dos lotes, e a do Sudoeste ocorreu a partir de 1940 com a chegada de pequenos proprietários rio-grandenses estimulados pelo estado a ocupar a região.

Assim, o pré-assentamento Emiliano Zapata encontra-se em uma região que historicamente foi ocupada por grandes latifúndios, o que o diferencia em termos de ocupação de terras em comparação com outras partes do Paraná. Assim, estudar este assentamento pode fornecer percepções diferentes, já que ele está localizado em uma região em que predomina a grande propriedade de terra e o agronegócio de exportação.

A pesquisa é de natureza aplicada, ao considerar seu propósito de gerar conhecimento sobre um determinante específico e local. Quanto aos seus objetivos, classifica-se como pesquisa exploratória, porque envolve levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema

---

<sup>4</sup> Unidade de produção são os chamados “lotes”. Na comunidade optou-se por usar unidade de produção, um termo utilizado nas Ciências Exatas e nas Ciências Agrárias, que representa uma conquista coletiva de uma grande parte. Ou seja, as unidades são pequenas partes do “todo” (TAQUES, 2016).

pesquisado, e análise de exemplos que estimulem a compreensão do tema investigado (GIL, 2007).

Um procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica e documental para acessar, além de investigações acadêmicas, fontes documentais como documentos oficiais, reportagens, relatórios, indicadores, entre outros, úteis à tese. Conforme Gil (1999), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica é permitir ao investigador a cobertura de uma gama ampla de fenômenos, oriundos de pesquisas teóricas e empíricas de livros e artigos científicos e, assim, balizar teoricamente o pesquisador, na acepção do conhecimento já construído por outros.

Com a pesquisa bibliográfica buscou-se compreender o desenvolvimento histórico da questão agrária e da violência no campo no Brasil, a partir da estruturação do conteúdo por categorias para apresentar uma percepção ampla dos cenários que envolvem o objeto de estudo. A pesquisa documental teve por objetivos levantar informações sobre a violência no campo, a partir dos dados da CPT.

Optamos pela utilização da pesquisa de campo, tendo em vista a necessidade de coletar dados junto aos camponeses acampados para aludir às discussões sobre vivências ou não de violência no campo, após a aprovação do projeto de pesquisa através do Parecer nº 5.274.389, de 5 de março de 2022, que foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (COEP) da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Nessa fase, recorreremos à técnica de entrevista semiestruturada com os sujeitos da pesquisa, como forma de desvelar as considerações sobre o objeto da pesquisa. Ou seja, por meio de suas falas, buscamos apreender suas percepções, compreensões e análises, a partir de um roteiro de entrevista semiestruturado (Apêndice A), que, conforme Minayo (1998), conjuga duas possibilidades: perguntas abertas e fechadas, permitindo maior interação entre os sujeitos e a pesquisadora.

Segundo Triviños (1992, p. 146), a entrevista semiestruturada é entendida como

aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a medida que se recebem as respostas do informante. Dessa maneira, o informante, dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Cabe ressaltar que, inicialmente, realizou-se *in loco* uma entrevista piloto em 19 de abril de 2022 para testar a viabilidade da técnica, a partir da aplicação do roteiro de entrevista, qual houve indicação de alteração na banca de qualificação realizada em 23 de junho de 2022.

A realização das entrevistas foi realizada *in loco*, entre as datas de 19 a 28 de dezembro de 2022 no pré-assentamento Emiliano Zapata, mediante contato e aceite dos sujeitos na participação da pesquisa, com 26 entrevistados. Foram rigorosamente seguidos todos os protocolos necessários e todas as entrevistas foram adequadamente registradas por meio de gravação digital, posteriormente transcritas.

O critério de seleção dos entrevistados ocorreu de forma despreziosa e informal, sendo considerado sujeito de pesquisa a pessoa que estava devidamente vinculada ao Emiliano Zapata, que aceitou participar da mesma e que deu sua concordância a partir da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, TCLE (Apêndice B). Não tivemos pretensão de criar segmentos/divisão dos sujeitos entrevistados, como gênero, faixa etária, tempo de vivência no acampamento.

Uma importante ferramenta metodológica para registro e posterior análise das impressões do pesquisador e dos participantes é o registro do pesquisador em diário de campo. Oliveira (2014) destaca a importância do diário como registro, mesmo quando se trata de entrevistas gravadas, pois o diário registra as sutilezas que a transcrição da entrevista não daria conta, como a percepção de expressões de emoção. Compreende-se, também, que a descrição dos processos observados e as impressões próprias pode envolver registros que permitam acompanhar o movimento da atenção do pesquisador em relação aos fenômenos estudados.

O diário de campo foi elaborado ao término das entrevistas efetuadas em cada dia para não se perder nenhum conteúdo. No final da etapa de realização das entrevistas, o diário de campo foi finalizado com 38 páginas. Para compor o processo de captura das impressões para construção do diário de campo, utilizamos também da técnica de observação (GIL, 1999).

Visto que a pesquisa buscou capturar o sentido da vivência/experiência da violência no campo por esses sujeitos, não houve a necessidade de construir uma investigação tendenciosamente afirmativa sobre o objeto da pesquisa, ou seja, entrevistar apenas pessoas vinculadas ao acampamento que já sofreram algum episódio de violência no campo. Por isso, entrevistamos todos os que aceitaram participar da pesquisa.

Para análise e tratamento as informações geradas pela pesquisa, como parte da análise qualitativa, optamos pela técnica da análise de conteúdo conforme proposta por Bardin (1979). Segundo a autora, a análise de conteúdo é um método empírico e um conjunto de técnicas de análise das comunicações que necessita ser reinventada a cada momento, de acordo com o tipo de investigação e os objetivos pretendidos. A autora recomenda que a análise de conteúdo seja organizada em três fases: a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados com inferência e interpretação (BARDIN, 1979).

Utilizamos, ainda, da análise de conteúdo categorial que, seguindo reagrupamentos analógicos, fraciona o texto em categorias. “As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registro, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efectuado [sic] em razão das características comuns destes elementos.” (BARDIN, 1979, p. 145).

Completamos a análise de conteúdo por meio do uso do *software* IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). Souza et al. (2018, p. 2) destacam que “entre as vantagens no processo de análise dos dados por meio de softwares, estão o auxílio na organização e separação de informações, o aumento na eficiência do processo e a facilidade na localização dos segmentos de texto”.

A utilização desse software foi justamente balizada pelo interesse em compreender a perspectiva dos participantes, interpretada pelas experiências do pesquisador, e ainda, como auxílio na organização de informações, na eficiência do processo de análise e pela agilidade no processo de codificação, comparado ao que seria realizado manualmente.

O IRAMUTEQ é um software de análise textual que permite a identificação de padrões e temas em grandes volumes de dados textuais. Ele possui diversas funcionalidades, como análise de frequência de palavras, análise de correspondência, nuvem de palavras e análise de similitude entre textos. No caso desta pesquisa, utilizou-se essas duas últimas funcionalidades<sup>5</sup>.

Por fim, considerando os objetivos desta tese e a metodologia aplicada, importante destacar a sua composição, a qual apresenta quatro capítulos. No primeiro

---

<sup>5</sup> Nuvem de palavras é uma forma visual de apresentar as palavras mais frequentes em um conjunto de dados textuais. Na análise de similitude, identifica-se a ocorrência entre as palavras e a conexão existente entre elas. Esse tipo de análise baseia-se na teoria dos grafos.



é discorrido sobre a compreensão da questão agrária no Brasil, destacando que neste trabalho partimos do entendimento do paradigma da questão agrária no sentido de balizar o cenário conflituoso do campo, compreendendo que existe possibilidade de enfrentamento da desigualdade promovida pela elite agrária. Para melhor compreensão sobre a temática, foi discorrido sobre o histórico do desenvolvimento do mundo rural, a partir da estrutura fundiária e das relações sociais presentes no campo. Por fim, sinalizamos o impacto produzido pela modernização conservadora e, na sequência, o agronegócio na exacerbação da desigualdade social, expropriação, exploração e violência dos camponeses.

O segundo capítulo está orientado para uma análise sobre a formação do campesinato na sociedade brasileira, onde abordou-se, ainda, a ocorrência das lutas camponesas a partir do século XX, quando emerge com maior intensidade a consciência da necessidade de luta pela posse e uso da terra no campo. Contextualizou-se os movimentos sociais, a formação do MST e sua importância nas lutas pela reforma agrária e enfrentamento das imposições colocadas pelos representantes da elite rural.

No terceiro capítulo, aborda-se diretamente a questão da violência no campo, não antes de tentarmos conceituar a violência a partir de suas formas e tipologias, em especial a violência estrutural e simbólica, que marcam a construção desta tese. Sobre a violência no campo, expomos seu desenvolvimento rural do Brasil, onde a violência caracterizou-se como um elemento fundante para o contexto que vivemos na atualidade.

No capítulo quatro procedeu-se com a exposição do universo de pesquisa, tendo como propósito a análise dos dados sobre a percepção da violência no campo pelos pré-assentados do Emiliano Zapata. Trazemos suas experiências com violências sofridas e, por fim, discutimos que mesmo tais violências não resultaram na desistência da luta pela terra, criando práticas de resistência.

Nas considerações finais alinhamos as principais questões analisadas e discutidas no trabalho, com as quais tentamos demonstrar que a violência no campo é multifacetada, dá-se de diversas formas e se propõem a minar a luta pela terra, mas que no caso do pré-assentamento Emiliano Zapata, não houve êxito.

## **CAPÍTULO 1**

### **UM GRANDE DEBATE VISTO COM PEQUENO INTERESSE: A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

No começo do século XXI a questão agrária se mantém como um desafio no Brasil, sobre velhos e novos contornos, e decorre, atualmente, do predomínio do agronegócio em nosso modelo agrário. Podemos compreender a questão agrária como a síntese do “conjunto de problemas sociais, econômicos e ambientais, relacionados a posse, ao domínio e a concentração da propriedade da terra” (GASPAROTTO; TELÓ, 2021, p. 6).

A questão agrária também pode ser entendida a partir dos obstáculos produzidos por um sistema político-econômico hegemônico, não exclusivamente atrelado ao capitalismo, mas a partir das refrações dos sistemas derivados pelo mesmo, que subalternizaram o campesinato. Stédile (2011) a mensura como uma tratativa que explica o uso, a posse e a propriedade da terra, e como a sociedade, ao longo do tempo, organiza a produção dos bens retirados da atividade agrícola.

A questão agrária não se finda num padrão. Ela se atualiza e se recompõe a partir das determinações conjunturais produzidas pelas relações entre Estado, mercado e sociedade, como afirma Fernandes (2013, p. 26), “de modo que o velho, sem morrer, torna-se o novo sem nascer”. Isso é exemplificado no agronegócio, que é a junção dos sistemas agrário, financeiro, industrial, tecnológico e ideológico, deflagrado pela exploração e expropriação, atuando como a insígnia do capitalismo. A mesma consideração podemos fazer ao campesinato que carrega as marcas do passado e, no presente, se reconstitui como agricultura familiar, trabalho familiar e associativismo.

Diz Martins (1994, p. 12-13) que, “na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer”. Ela está presente em nosso cotidiano, presa às amarras do passado, resultado de condições políticas e econômicas que perpetuam a desigualdade econômica dos camponeses por meio da “sujeição da renda da terra ao capital” (MARTINS, 1981, p. 175).

Ao considerar as noções acima, não podemos esquecer que a questão agrária é observada por diferentes lentes do conhecimento e construção do saber: a Sociologia a utiliza para explicar o desenvolvimento das relações sociais e a organização da produção agrícola; a Geografia expõe como a sociedade se apropria

dos bens da natureza, da terra, transformando o território; a História se utiliza da questão agrária para mensurar o impacto da luta de classes e o desenvolvimento da luta política (STÉDILE, 2011).

É importante salientar que o estudo da questão agrária pode ser desenvolvido por diferentes ângulos, percepções e paradigmas, projetados a partir de diferentes visões de mundo, a considerar os diversos métodos de análises e referenciais teóricos disponíveis. Neste estudo, abordaremos a questão agrária desde seu nascimento e sua perpetuação a partir da contradição estrutural produzida pelo sistema capitalista, que fomenta e legitima a concentração da riqueza e a superexploração da pobreza e da miséria (FERNANDES, 2013).

Para a compreensão dos fatos históricos, optamos por interpretar o paradigma da questão agrária. Inicialmente podemos interpretar o termo “paradigma” como princípio, pressuposto, conhecimento, referencial teórico-filosófico orientador – um campo científico base. Kuhn (1998, p.13) identificou os paradigmas como “realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência”. Para Vieira (2012), os paradigmas partilham concepções políticas-ideológicas, formas de vida e cultura. Assim, partilham e fazem história, a própria história social e em sociedade, a história do espaço, e transformam-na em territórios de poder e saber.

O paradigma da questão agrária manifesta o “sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais” (FERNANDES, 2006, p. 15). Compreende os debates que visam superar as condições de reprodução social impostas pelo capitalismo, pela égide da construção de uma sociedade menos desigual e na garantia dos direitos sociais.

De acordo com este paradigma, a abrangência de suas vertentes e vieses não limitam o escopo de análise à lógica capitalista, tornando possível a possibilidade de enfrentamento no capitalismo. Nesse sentido, para causar dano ao capitalismo, a ocupação de terras é uma das formas de combate mais comuns dos movimentos camponeses. No entanto, entende-se, também, que a luta pela terra não deve ser convertida unicamente na produção de mercadorias, mas, equitativamente, na produção da vida, como embate ao capital, na recriação contínua do campesinato.

A base da economia política deste paradigma leva em consideração a integração do mercado, ao mesmo tempo que se utiliza desta condição para fomentar a luta pela terra e a reforma agrária.

A violência no campo é pauta que compõe as discussões sobre o paradigma da questão agrária, ao reconhecer seus mecanismos de interesse classistas, a exacerbação do poder econômico sobre uma grande parcela da sociedade, despossuídos de condições de dispor de propriedade e manter suas vidas e trabalhos no campo. Ela pauta, também, discussões sobre a justaposição dos interesses do mercado e a intervenção do Estado, que também tem se configurado como agente violador dos direitos do homem do campo em benefício dos interesses da elite classista.

Os pressupostos que tratam da questão agrária reconhecem um problema no campo ao se identificarem com uma questão – um problema agrário. As contradições do processo histórico de desenvolvimento da economia brasileira, marcado por uma política econômica agressiva que não se importa com os impactos socioambientais, culturais e econômicos, são legitimadas em nome do progresso técnico e da competição pelos primeiros lugares na produção de *commodities* dos agronegócios. Por outro lado, resultam dentre infinitos problemas, em desmatamentos indiscriminados, grilagens de terra, concentração fundiária, violência por parte dos pistoleiros, expulsão dos camponeses de suas terras e o início de novos problemas nas cidades. (VIEIRA, 2012, p. 12).

A premissa básica que subsidia a compreensão da questão agrária no Brasil perpassa pela consideração feita por pesquisadores como Ribeiro (1995), Gorender (2016) e Martins (2000) que a apontam como um desdobramento do trabalho escravo.

A invasão portuguesa em 1500, financiada pelo capitalismo comercial, se apoderou do território brasileiro decretando suas regras, leis e vontades, e conseguiu submeter os povos originários a partir de dois métodos de dominação: cooptação e repressão. Assim, deu-se a apropriação dos bens da natureza e a organização da produção, e tudo era transformado em mercadoria para abastecer a metrópole sob o esteio do capitalismo mercantil.

A formação do território no Brasil tem sua origem com as capitanias hereditárias (1530), mas, principalmente, com a instituição, em 1549, do sistema de sesmarias, que foi a primeira iniciativa da coroa portuguesa para ocupar e defender a terra colonial, cedendo, para isso, aos donatários, o usufruto de grandes porções de terras pertencentes à coroa. Para Silva (2008, p. 83), o sistema sesmarial “foi responsável pelo caráter latifundiário da nossa estrutura agrária”.

Ao vislumbrar que a “nova” terra tinha potencial/fertilidade para cultivo de produtos que eram buscados na Ásia e na África, articulou-se a produção de produtos tropicais em nosso território, firmando a exploração comercial da cana-de-açúcar, do algodão, do gado bovino, do café e da pimenta-do-reino para abastecimento do mercado europeu. Silva (2008, p. 52) acrescenta que:

A estruturação da propriedade do solo em termos da grande exploração esteve vinculada [...] às conveniências da produção colonial, determinada fundamentalmente pela necessidade de fomentar acumulação nos países metropolitanos. Foi, portanto, a forma de inserção da Colônia que, no amplo mercado mundial, traçou o modelo da agricultura aqui instalada: latifundiária, monocultora e escravista.

Stédile (2011, p. 20) indica que, “em meados do século 19 [...] a colônia Brasil exportava mais de 80% de tudo o que era produzido no território”. Esse sistema de produção agrícola cunhado como *plantation* sustentou o regime colonial em quatro alicerces: monocultura, latifúndio, abastecimento do mercado externo e utilização de mão de obra escravizada. Em relação ao modelo agrícola adotado, a propriedade da terra foi monopolizada pela Coroa portuguesa. Não havia propriedade privada, mas concessão de uso, com direito à herança, usufruto da terra e sua exploração. Até esse período, as terras brasileiras não eram consideradas mercadorias.

Esse sistema enfrentava pressões, principalmente por influência da Inglaterra, para substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado, para tentar acabar com a mão de obra escravizada sob o ponto de vista formal<sup>6</sup>. Porém, diante do intento do movimento abolicionista que defendia o fim da escravidão, e na possibilidade de a abolição abrir brecha para a posse de terras por ex-escravizados, em 1850 foi promulgada a lei nº 601, Lei de Terras, primeira legislação que trata sobre a propriedade privada de terras no Brasil. Ela estabelecia a aquisição de terras devolutas e inaugurava a consolidação do modelo da grande propriedade de terras – o latifúndio, presente até os dias de hoje (KLIEMANN, 1986).

Para entendermos a Lei de Terras de 1850, faz-se necessário recorrermos às análises de Martins:

---

<sup>6</sup> Em 1888 foi promulgada a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil (o último país ocidental a fazê-lo). José de Souza Martins (2010) contesta tal afirmativa no livro “O cativo da terra”, alegando que houve transição que perdurou 100 anos entre o fim do trabalho escravo ao trabalho remunerado no campo, marcado por diferentes modalidades de sujeição e servidão das relações de trabalho, em contraposição ao trabalho assalariado amplamente difundido nas zonas urbanas.

O Brasil decidiu, em 1850, pela cessação do tráfico negreiro. [...] Optou pela imigração estrangeira, de trabalhadores livres. [...] com abundância de terras incultas e um regime fundiário de livre ocupação do solo, condenou-se, nesse ato, ao fim do latifúndio, e [...] da economia escravista. [...] porém, o Brasil aprovou uma Lei de Terras que instituía um novo regime de propriedade em que a condição de proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio (dinheiro) para a compra da terra (MARTINS, 2010, p. 9).

Martins (2010) considera que, a partir da Lei de 1850, a terra transformou-se em mercadoria, assumindo um caráter de renda capitalizada e alterando as bases das forças políticas e sociais no campo brasileiro, facilitando a transição do trabalho escravo para o trabalho livre, fomentando a continuidade do processo de acumulação. “A Lei de Terras instituiu no Brasil o cativo da terra – aqui as terras não eram e não são livres, mas cativas” (MARTINS, 1982, p. 71).

Os ex-escravizados, então “livres”, não possuíam condições de tornarem-se camponeses, pois não dispunham de recursos para adquirir propriedade nem condições de se manterem na propriedade, onde o uso da terra estaria condicionado ao trabalho com o patrão. Na época, “quase dois milhões de adultos ex-escravos saem das fazendas, das senzalas, abandonando o trabalho agrícola, e se dirigem para as cidades, em busca de alguma alternativa de sobrevivência, agora vendendo ‘livremente’ sua força de trabalho” (STÉDILE, 2011, p. 24).

Nos centros urbanos, eles não podiam se apossar de terrenos para construção de moradias, em decorrência da Lei de Terras, e o máximo que puderam foi recorrer aos morros ou manguezais. Stédile (2011, p. 24) diz que “a lei de terras é também a mãe das favelas nas cidades brasileiras” e responsável por consolidar a terra como mercadoria.

O fim do trabalho escravo acirra a crise do modelo agroexportador, pondo fim ao sistema de *plantation*. A alternativa adotada pelo Estado foi fazer propaganda na Europa para atrair camponeses pobres excluídos do capitalismo industrial. Essa investida culminou com a chegada de 1,6 milhões de camponeses ao Brasil. Parte deles foi encaminhada para a região Sul, como forma de promover seu povoamento – onde receberam lotes de 20 a 50 hectares de terra – bem como de intentar a miscigenação, ou melhor, o branqueamento da população (SEYFERTH, 1986).

A outra parte dos migrantes europeus foi encaminhada para a região Sudeste. Eles não receberam lotes, mas foram trabalhar em fazendas de café, ajudando a estruturar o regime de colonato<sup>7</sup>.

Foi o próprio capital, que com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de toda a propriedade que não fosse unicamente a da própria força de trabalho. (MARTINS.1995, p. 17).

Importante frisar que esse contexto da migração europeia perdurou até a I Guerra Mundial (1914). Com a crise do modelo agroexportador, em 1930, o campesinato brasileiro seguiu em duas direções: uma, conforme mencionada nos parágrafos acima e a outra, do processo de miscigenação entre índios, negros e portugueses no percurso dos 400 anos do regime escravocrata, que não se enquadravam como capitalistas nem como escravos/ex-escravos, mas apenas pobres, impedidos pela Lei de Terras de tornarem-se proprietários.

Diante dessa impossibilidade de possuir terras, o interior brasileiro foi sendo povoado por trabalhadores que, como não tinham propriedade privada, vinculavam-se à produção agrícola de subsistência, instituindo assim, de forma individual ou coletiva, o camponês – ou sertanejo, conforme Darcy Ribeiro (1995) – e suas comunidades.

Não podemos deixar de frisar que, entre o período de 1889 a 1930, houve ampla mudança estrutural no Brasil, a iniciar em 1889 com o nascimento da República, advinda de um golpe militar que carregava a insígnia da “promessa de democratizar e moralizar a vida pública, ordenar um sistema jurídico-político baseado na federação e modernizar a economia através do estímulo à industrialização” (NOGUEIRA, 1988, p. 94). Foram quatro décadas de um tumultuado e irregular processo de expansão capitalista, ditado pela supremacia agrária na tratativa de continuar o processo de produção agroexportadora.

---

<sup>7</sup> Segundo Martins (2010), esse sistema baseava-se em três pilares. O primeiro era o controle da terra pelos fazendeiros, através da propriedade privada, reconhecida pelo Estado e por outros atores, entre os quais os colonos; o segundo era o uso da mão de obra juridicamente livre; e, por fim, a agricultura, em especial a cafeeira, que viabilizou a manutenção e reprodução do sistema enquanto este assegurasse retornos materiais e simbólicos considerados satisfatórios pelos proprietários de terras.

O novo regime, proclamado pelo Exército, que não teve participação popular, rapidamente reagrupou os setores dominantes e consolidou a hegemonia do latifúndio.

Organizou-se à base de um jogo político oligárquico e excludente que não só reproduziria o fosso entre povo e o Estado [...]. Apenas nominalmente seria um sistema civil e democrático: na verdade, enraizou-se num localismo mandonista e em práticas clientelísticas autoritárias, desinteressadas da cidadania e distantes da [ideia] mesma de República. (NOGUEIRA, 1988, p. 94).

A partir de 1930, se iniciou um período de efervescência do poder, em decorrência da crise do modelo agroexportador e o nascedouro da elite industrial que se fez prevalecer diante da oligarquia rural exportadora. Nesse período, estava em curso o projeto nacional-desenvolvimentista coordenado pela política de Getúlio Vargas, que governou o país de 1930 a 1945. O período da industrialização não rompeu com a dependência brasileira dos países centrais (Estados Unidos e Europa) nem com a oligarquia rural, marcando a subordinação política e econômica da agricultura à indústria.

Segundo Delgado (2001), ao se analisar a questão agrária no Brasil, devemos levar em consideração dois elementos fundamentais: a estrutura fundiária e as relações sociais que estavam presentes no campo. Cabe salientar que é a partir da adoção do padrão modernizador da agricultura que essas disparidades fundiárias se acirraram ainda mais no país.

Observa-se, na década 1960, o surgimento do setor da indústria voltado à agricultura, produtor de insumos (ferramentas, máquinas, adubos etc.) e da agroindústria para o beneficiamento dos produtos agrícolas. Stédile (2011, p. 31) situa que “chegamos à década de 1960 num cenário que apresenta uma agricultura modernizada, capitalista, e um setor camponês completamente subordinado aos interesses do capital industrial”. Essa modernização passou a adotar políticas agrícolas voltadas para o aumento da produtividade no campo, desconsiderando a complexa realidade agrária nacional, marcada pela multiplicidade de formas de organização camponesas, evidenciando o período de modernização da agricultura, com a internalização dos ideais do paradigma da Revolução Verde e com a formação dos complexos agroindustriais (CAIs).



De acordo com Delgado (1985), o paradigma da Revolução Verde baseava-se na implementação do pacote de inovações científico-tecnológicas (mecânicas, físico-químicas e biológicas), advindo de países desenvolvidos (Europa e Estados Unidos), nos processos de produção agrícola. As inovações compreendiam maquinários e implementos agrícolas, fertilizantes e defensivos químicos, mudas e sementes melhoradas, calendário agrícola, irrigação, rações e medicamentos para animais etc. Para Delgado (1985, p. 96), a Revolução Verde "combina inovações físico-químicas e mecânicas com a criação de variedades vegetais altamente exigentes em adubação química e irrigação".

O complexo agroindustrial é utilizado por autores como Muller (1989) e Kageyama (1990), para explicar a nova dinâmica da agricultura brasileira que desponta a partir da década de 1960, pautada na intensa subordinação e/ou integração da agricultura à indústria e a outros setores da economia de forma geral. De acordo com Muller (1989, p. 45), podemos entender o complexo agroindustrial como

o conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia, e a assistência técnica.

O regime militar (1964-1985) também contribuiu diretamente para a permanência do latifúndio no Brasil, pois desenvolveu políticas com o objetivo de estimular o espraiamento do capitalismo no campo brasileiro, incentivando a industrialização e mantendo a grande propriedade – período que foi denominado de modernização da agricultura brasileira – mas sem alteração da estrutura fundiária.

Esse processo gerou transformações nas bases técnicas da agricultura. A produção agrícola passou a contar com o uso intensivo de máquinas, agrotóxicos e outros insumos, visando a produção em grande escala e o aumento da capacidade de exportação.

A modernização do campo ocorreu de forma excludente, pois beneficiava os latifundiários-capitalistas, e deixava à margem desse processo os camponeses, em meio ao um intenso processo de expropriação, que resultou no êxodo rural. (ARLINDO; ALMEIDA, 2016, p. 76).

Oliveira (2007, p. 131-132) destaca que, “além do aumento da concentração fundiária, a modernização da agricultura brasileira foi fator importante na transformação dos capitalistas industriais e urbanos em grandes proprietários de terras, ou seja, grandes latifundiários”. Esse impulso dado pelos governos militares, que apostou em uma agricultura altamente mecanizada e na colonização de fronteiras agrícolas para posterior implantação de agroindústrias, alimentadas com extrema fartura de créditos e subsídios, agravou ainda mais a crise no campo e as injustiças sociais.

A modernização da agricultura brasileira, compreendida como subproduto da Revolução Verde, foi engendrada pela expansão capitalista que, na agricultura, acelerou a partir do desenvolvimento de insumos modernos e da dominância financeira, apesar de, ainda, grandes áreas do mundo praticarem uma agricultura tradicional rudimentar.

A modernização provocou a subordinação do campo à cidade e a dependência cada vez maior, nas atividades agrícolas, das máquinas, dos agrotóxicos, da tecnologia, das sementes produzidos pelas indústrias, formando verdadeiros agronegócios. “Este fenômeno corresponde ao conjunto de negócios relacionados à agricultura sob o ponto de vista econômico” (OLIVEIRA, 1987, p. 43).

Palmeira (1989, p. 87) assinala os impactos causados pela modernização da agricultura, produtora das disparidades rurais, seus “efeitos perversos:

a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de [autoexploração] nas propriedades menores, piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo. Por isso, os autores gostam de usar a expressão “modernização conservadora”.

Segundo Delgado (2001), a “modernização conservadora” da agricultura brasileira significou a elevação do nível de investimentos de capital no campo, mas manteve ou até concentrou ainda mais a propriedade da terra no Brasil. Essa modernização também levou à precarização das relações de trabalho, além da elevação dos riscos socioambientais vinculados às atividades desse setor.

Muller (1989) denomina esse período alicerçado pela “tríplice aliança”, sendo a conexão dos capitais estrangeiros, nacionais e estatais, que na sucessão foi propulsora do CAI's, se tornando um dos elementos centrais do processo de

acumulação do capital, visto que permitiu a expansão da produção agrícola, seja ele interno e externo. A integração da indústria no campo revela a alteração do comando do processo produtivo. Como protagonista, ela subalterniza em demasia os pequenos produtores, deixando-os a margem deste sistema. O produtor que não consegue manter-se no sistema agroindustrial tende a proletarizar-se, vender sua força de trabalho ou, ainda, submeter-se ao mercado informal.

Ainda no governo militar, foi promulgado o Estatuto da Terra (lei nº4.504, de 30 de novembro de 1964), instrumento fundamental para manter a questão agrária subjugada ao controle do Estado. Sobre essa lei, Martins pontuou:

O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe. (MARTINS, 1995, p. 96).

Com o alargamento do modo capitalista de produção no campo, a relação agricultura-indústria se intensificou, expandindo as relações capitalistas de produção e de trabalho. A aprovação do Estatuto da Terra foi selada entre os latifundiários e o governo militar, mediante a sua não implantação. “Durante toda essa época o país viveu sob o clima da repressão, conseqüentemente, a reforma agrária era palavra de ordem proibida” (OLIVEIRA, 1997, p. 89).

Já no final da década de 1970, a relação entre indústria e agricultura apresentava alto grau de integração intersetorial com quase todos os ramos da economia do país. Essa integração ligava setores industriais e agrícolas que possuíam os mesmos objetivos em comum. Entretanto, a agricultura praticada nos anos 1970 e 1980 é distinta daquela dos anos 1960 e de décadas anteriores, não se tratando de uma agricultura regional, mas uma agricultura nacional. Constituiu-se um padrão agrário moderno, nas relações entre indústria e agricultura, diferente do padrão agrário latifúndio-minifúndio. O Estatuto da Terra (BRASIL, 1964) determina em seu artigo 4º, inciso IV, “que minifúndio é o imóvel rural de áreas e possibilidades inferiores às da propriedade familiar”. Já o latifúndio é caracterizado pelo uso da propriedade e como está sendo explorada.

Segundo Delgado (2010, p. 88), estamos diante de um “pacto agrário tecnicamente modernizante e socialmente conservador” que articulou as oligarquias rurais ligadas à grande propriedade territorial com a moderna indústria e o setor

financeiro, resultando no agronegócio, definido por ele como a “associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária, sob patrocínio fiscal, financeiro e patrimonial do Estado” (DELGADO, 2010, p. 89).

Diante de todos os elementos que mencionamos sobre o desenvolvimento das ações voltadas ao campo brasileiro, como foco na elite agrária, no capítulo 3 abordaremos as lutas de resistência dos camponeses, complementando o escopo de discussão sobre a questão agrária no Brasil.

Para ilustrar bem esta relação, Fernandes (2013) aponta que:

A questão agrária é o movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. Em diferentes momentos da história, essa questão apresenta-se com características diversas, relacionadas aos distintos estágios de desenvolvimento do capitalismo. Assim, a produção teórica constantemente sofre modificações por causa das novas referências, formadas a partir das transformações da realidade. (FERNANDES, 2013, p. 28).

O esteio constante da questão agrária é a conflitualidade, que resulta num processo de enfretamento contínuo que expressa as contradições e desigualdades do sistema capitalista, embrenhadas na discordância entre capitalismo e campesinato, ocasionando destruição, criação e recriação das suas relações sociais (FERNANDES, 2013).

Soma-se à conflitualidade o desenvolvimento, processos que ocorrem em momentos simultâneos e podem ser observados na modificação de territórios, criação de empresas, fundação de municípios, alterando o sistema agrário e as bases técnicas e, ainda, remodelando hábitos, culturas e modos de vida. A parte fundante desse movimento é a agricultura capitalista (agronegócio) que expropria e destrói o campesinato. De um lado, a agricultura capitalista promove o desenvolvimento; do outro, a luta pela terra fomenta o conflito. Não é à toa que observamos a predileção social pelo agronegócio e a criminalização da luta pela terra.

O agronegócio não se instala no vazio. Ele precisa do território que está em disputa. Existem leis que protegem os sujeitos do campo, por isso os ruralistas disputam também de forma política. O agronegócio constrói suas relações tendo como insígnia a busca e a manutenção do controle político das relações econômicas, construídas no fundamento capitalista. Um exemplo disso é a força da bancada

ruralista, cujos representantes, eleitos democraticamente, procuram direcionar a questão agrária para o mercado (FERNANDES, 2013)

A conflitualidade resulta do embate entre classes, num processo de dominação e resistência, cujo tensionamento se dá pelo desenvolvimento de um modelo que promove disparidades, em que, de um lado, tem-se a expropriação e concentração de terras e riquezas, e de outro, os sujeitos camponeses são criminalizados, expropriados e sentenciados a diversas formas de violência.

QUADRO 1 – A conflitualidade entre classes a partir de modelos de desenvolvimento

Agronegócio	Campesinato
Expropria	Ocupa a terra
Exclui	Ressocializa
Subordina	Autonomia política e econômica
Concentra terra	Desconcentra terra
Aumenta a desigualdade	Diminui as desigualdades
Arrenda, compra e venda de terra	Ocupa terra, reivindica a desapropriação

Fonte: Fernandes (2013, p. 181-183).

Nota: Adaptado pela autora.

Ao tratarmos da questão agrária contemporaneamente, apresentamos um dos indicativos relacionados ao agronegócio que, por se tratar da organização do capital, por meio da produção de *commodities*, necessita reiteradamente de mais terras, territorializando-se, modificando-se em grandes propriedades, gerando impactos danosos para a política agrária, em especial a reforma agrária e para o modo de vida e trabalho camponês.

Os camponeses e suas famílias produzem e se reproduzem em meio dos conflitos instaurados pelo agronegócio e do território. O uso que fazem da terra em que estão assentados não se restringe à produção de mercadorias, mas se amplia à produção e reprodução de suas vidas.

O modelo de desenvolvimento assumido pelo Estado para o campo, no Brasil, privilegia a produção de monoculturas para a exportação em detrimento da pequena produção camponesa. A expansão do capital agroindustrial no campo brasileiro, lastreada no monopólio territorial e na exploração do trabalho, vem agravando os problemas sociais e acirrando os conflitos entre proprietário de terra e camponeses.

Porto-Gonçalves (2005, p. 50) afirma que “a apropriação desigual das terras é um dos fatores mais importantes responsáveis por grande parte dos conflitos sociais que ocorrem no país e está na origem da desigualdade de poder político, econômico e de prestígio na sociedade brasileira como um todo”.

A principal marca da questão agrária nos dias de hoje, que tem uma série de implicações para todas as lutas que se colocam no campo brasileiro, é o agronegócio, a partir da articulação da grande propriedade fundiária com o grande capital, especificamente o capital financeiro, com plena sustentação política e econômica do Estado brasileiro, contando também com a sustentação ideológica da mídia empresarial.

Isso é fruto de um processo que remonta há muitos anos, que herda velhas estruturas do campo: latifúndio, monocultura, agroexportação, superexploração do trabalho, devastação ambiental e violência mascarada pela mídia. Lembremo-nos do notório jargão: “*agro é tech, agro é pop, agro é tudo*”<sup>8</sup>.

O agronegócio é novo, de fato, pela forma que modela essa articulação, cujo atual formato surge no final da década de 1990, sendo retroalimentado com a modernização conservadora que remonta à ditadura militar, e faz a articulação da agricultura com a indústria, lastreada pelo capital financeiro, se destacando como um grande bloco hegemônico.

Os governos brasileiros pós-Constituição Federal de 1988 vêm sistematicamente criando condições macroeconômicas favoráveis à expansão do agronegócio, alimentando a aliança da propriedade fundiária com o capital financeiro, de modo a ampliar e proteger as terras improdutivas para futuras transações e acumulação do capital, o que impede a reforma agrária (BARROS, 2018).

Barros (2018) salienta, ainda, que a voracidade do capital sobre a agricultura tem provocado um aquecimento no mercado de terras no Brasil, exatamente nas áreas que concentram a monocultura, o latifúndio e o agronegócio. Quando o capital se apropria da terra, o faz por meio de um processo de concentração da riqueza que tem na propriedade privada da terra seu caráter rentista, próprio do desenvolvimento capitalista brasileiro.

No atual modelo de agricultura brasileira, o agronegócio se constitui como uma das estratégias da política macroeconômica do governo federal. Como nos informa Bruno:

O agronegócio despontou como palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão do processo de

---

<sup>8</sup> O jargão começou a ser veiculado em junho de 2016 na campanha “Agro: a indústria-riqueza do Brasil” promovida pela Rede Globo de televisão em rede nacional. O objetivo da campanha é conectar o consumidor com o produtor rural e desmistificar alguns mitos em torno do agronegócio.

construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação. (BRUNO, 2009, p. 114)

O modelo do agronegócio tem dominado a propriedade privada da terra através de empresas transnacionais, e também os recursos hídricos, as florestas e os minérios, gerando fortes conflitos entre os interesses capitalistas e os interesses dos povos que vivem no campo. Acrescenta-se, ainda, o controle das sementes e mudas pelo agronegócio, colocando em risco a soberania alimentar, a biodiversidade, o meio ambiente e a agricultura camponesa e familiar. As consequências são devastadoras para a vida no campo, pois aumentam as migrações internas e o inchaço das médias e grandes cidades, especialmente nas periferias, loteamentos e bairros populares.

De acordo com Fernandes (2013, p. 191-192), o agronegócio é “a expressão capitalista da modernização da agricultura, que tem se apropriado dos latifúndios e das terras do campesinato para se territorializar”. Esse modelo de desenvolvimento na agricultura dificulta a realização da reforma agrária demandada pelos movimentos de luta pela terra.

Estamos em tempos de exacerbação, em que o agronegócio não apenas herda as velhas estruturas que remontam à colonização, mas acentua a concentração fundiária, reatualizando a Lei de Terras de 1850. Além disso, agrava a lógica da monocultura, que se espalha pelo território brasileiro, expulsando a população do campo e formando os desertos verdes. O agronegócio exacerba, ainda, a violência no campo, porque é de sua natureza fazê-lo. Herdada do período colonial e, atualmente, em expansão, essa violência é parte do seu método de expansão. A lógica do agronegócio é exacerbar o velho.

## **CAPÍTULO 2**

### **MST: A CONSTRUÇÃO DOS NOVOS CAMINHOS PARA A LUTA PELA TERRA**

Viva o MST! Quando o país escutou este grito, proferido até a morte, por um jovem agonizante esmagado a pancadas pela polícia, em Eldorado do Carajás (PA), muita gente se encheu de profundo respeito por este fenômeno chamado MST.

(Bernardo Fernandes, João Pedro Stédile, Luiz Amado Souza)

Este capítulo versa sobre os sujeitos do campo/camponeses e suas formas de luta e resistência a partir dos movimentos sociais. Iniciamos com sua breve conceituação, menção às ligas camponesas e, na sequência, tratamos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ressaltando que, mesmo não sendo o único movimento social vinculado ao debate e enfrentamento da questão agrária, contemporaneamente, no Brasil, é o mais expressivo e compõe o universo de pesquisa deste estudo.

Ao abordarmos sobre movimentos sociais, primeiramente faz-se necessário estabelecer, conforme Gohn (2008) a recusa da existência de uma definição ou conceituação única sobre movimentos sociais, a considerar a diversidade dos paradigmas teóricos-metodológicos, multiplicidade de interpretações, dos espaços sociais, o lugar e o papel dos movimentos sociais na ordem sociopolítica e estrutura econômica, das ações coletivas da sociedade civil, suas práticas, formas de organização, entre outros elementos.

Mas de acordo com os parâmetros de interpretação a luz dos autores pesquisados, em especial Gohn (2003, 2008, 2011) movimento social “refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de ideias que motiva ou dá fundamento a ação” (GOHN, 2008, p. 247). São consideradas como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas específicas de a população se organizar e manifestar suas demandas (GOHN, 2008).

Podemos compreender que os movimentos sociais são ambientados para a articulação de grupos sociais subalternos, que vislumbram a construção de novas práticas, sejam elas culturais, políticas e sociais, que possam romper com a estrutura de poder historicamente vigente. Ou seja, sujeitos políticos coletivos pautados na estruturação de relações contra hegemônicas, visando superar situações de desigualdade social.

Podemos compreender os movimentos sociais como:



Ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica dos e política do país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciado pelo grupo na sociedade [...] Os movimentos sociais geram uma série de inovações nas esferas públicas (estatal e não estatal) e privada, participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política (GOHN, 2008, p. 251)

Gohn (2008, 2011) mensura que os movimentos sociais dispõem características básicas distintas, sendo elas: possuem identidade, tem opositor e articulam ou fundamentam-se em um projeto de vida e de sociedade. E que contemporaneamente, “apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática” (GOHN, 2011, p. 336).

Ainda sobre essas características básicas, utilizamos a construção de Gohn, (2008), conforme o Quadro 2 que delimita bem seu escopo e fornece a base para compreender os elementos constitutivos do movimento social.

QUADRO 2 - Categorias básicas para análise dos movimentos sociais

<b>ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO MOVIMENTO SOCIAL</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- <i>Demandas</i>: necessidade de uma carência não atendida (seja econômica, social, política, cultural), podendo ser de bens materiais ou simbólicos;</li> <li>- <i>Composição</i>: de acordo com a origem social de seus participantes;</li> <li>- <i>Princípio articulatório interno</i>: se dá pela relação entre as bases demandatárias, as lideranças e as assessorias;</li> <li>- <i>Força social</i>: ocorre a partir da compreensão do cenário do processo político, das suas redes de articulação e do conjunto dos atores sociais, avaliada em termos de fomento para o processo de mudança social;</li> <li>- <i>Ideologia</i>: conjunto de crenças, valores e ideais;</li> <li>- <i>Cultura política</i>: corresponde ao conjunto de das práticas sociais, balizadas pelas ideologias e representações;</li> <li>- <i>Organização</i>: de cunho informal, que ocorre nas fases iniciais do movimento e de cunho formal, que corresponde o desenvolvimento de funções, divisões de tarefas, cargos e tempo de mandato, entre outros;</li> <li>- <i>Práticas</i>: dá-se através das ações diretas e discursos. Podendo ser formais, como: reuniões, assembleias, congressos, eventos, greves, entre outras e informais, como: acampamentos, encenações, passeatas, ocupações;</li> <li>- <i>Projeto sociopolítico ou cultura</i>: balizado pelo plano ideológico, faz-se presente pela forma de compreender a realidade – “visão de mundo”, dando o rumo para o movimento;</li> <li>- <i>Identidade</i>: deriva de seus projetos, da somatória de práticas a partir do seu referencial, firmada no processo interativo. Pode conferir caráter progressista ou conservador;</li> <li>- <i>Cenário sociopolítico</i>: quem fornece os contextos conjunturais que revelam o processo interativo e as correlações de forças existentes;</li> <li>- <i>Opositores</i>: sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado;</li> <li>- <i>Conquistas e derrotas</i>: instrumento de análise importante para explicar seus fluxos e refluxos.</li> </ul>

Fonte: Gohn (2008, p. 255- 263)

Souza (2001) e Bem (2006) na nossa realidade histórica os movimentos sociais sempre estiveram presente e nos dão margem para alegar que sempre existirão, pois realizam, de fato, um papel histórico maior do que simplesmente revelar as tensões e contradições sociais de cada momento histórico. Porque resultam de forças sociais e são indicadores expressivos para análise do funcionamento da sociedade, quais permitem averiguar as tensões entre os diferentes segmentos sociais, expondo a complexidade de seu desenvolvimento, bem como apontam as “áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação, os desejos coletivos, permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais.” (BEM, 2006, p. 1138)

Ao falarmos sobre a história e como mencionado no capítulo 1, nas décadas de 1930 e 1940 o Brasil passava por momento de industrialização e urbanização que gerou a proletarização do homem do campo com esquecimento de suas pautas. O ápice da expropriação deu-se na década de 1950 e os poucos que conseguiram se manter da pequena agricultura viviam com incertezas e desalentados por não se enquadravam no rol de interesses das políticas agrárias e de expansão, ficando em condição extrema de conflitos em decorrência do latifúndio.

Parte desses conflitos deram-se pela organização dos camponeses, incentivado pelo PCB<sup>9</sup>. Em 1945 surgem as primeiras Ligas Camponesas.

Quando da redemocratização do país, a partir de 1945, surgem formas mais sólidas de organizar os trabalhadores rurais e camponeses ameaçados pelos proprietários de engenhos de açúcar, que se dispõem a retomar suas atividades de organizadores da produção agrícola. São dessa época as primeiras experiências de criação de “ligas camponesas” em Pernambuco [...]. Nessa primeira fase, as ligas recrutam também moradores ameaçados de ser reduzidos à condição de simples assalariados. Sob a liderança de Francisco Julião, as ligas espalham-se, ganham o chamado Agreste (zona de arrendatários e pequenos proprietários), para refluírem depois sobre a zona canavieira. (PALMEIRA, 2009, p. 171).

A partir desse período acentua-se a discussão a respeito da reforma agrária, em decorrência das disparidades fundiárias acirradas no país. As Ligas Camponesas tornaram-se o primeiro movimento social que ensaiou uma organização de caráter nacional, repercutindo na grande adesão de trabalhadores rurais e também urbanos. Seu apogeu se deu em 1964, congregando entre 70 a 80 mil pessoas. Porém, no

---

<sup>9</sup> O PCB foi criado em 1922 e, nos anos de 1930, se consolidou como principal força que se propunha a falar dos trabalhadores no país, mas só a partir de 1943 se tornou um partido de massas e se aproximou dos trabalhadores rurais, ou “massas camponesas”, e, então, o termo camponês começou a se constituir em uma categoria política específica (MEDEIROS, 1989).

mesmo ano, com o golpe militar, as ligas foram se desarticulando e passaram a atuar na clandestinidade; na sequência, foram consideradas praticamente extintas (MEDEIROS, 1989).

A marca da violência esteve presente no processo de luta das Ligas Camponesas. O golpe militar de 1964 instaurou a perseguição, “desaparecimento” e assassinatos de lideranças, conforme os dados levantados pelo MST (1986) e pela Comissão Pastoral da Terra, anualmente, nos cadernos “Conflitos no campo no Brasil”.

A ditadura militar, em seus 20 anos de permanência, gerou um hiato na realização da reforma agrária. O Estatuto da Terra não saiu do papel; tornou-se pedra morta, notadamente como uma farsa histórica. Apenas na década de 1980, no período de “transição democrática”, que o governo federal elaborou o Plano Nacional de Reforma Agrária, instrumento definidor da política de implementação da reforma agrária. O PNRA conviveu com o fortalecimento dos latifundiários, através da criação da UDR, que buscava, justamente, inviabilizar a implantação de tal plano.

A forte atuação da UDR na constituinte de 1988 conseguiu barrar no Congresso Nacional a proposta de uma reforma agrária ampla. Por conseguinte, foi instituída na nova Constituição Federal uma reforma mais retrógrada que o próprio Estatuto da Terra.

O confronto com a sociedade conservadora, no plano político-ideológico, se estabeleceu pelo despertar de ações coletivas reivindicatórias. Tais ações expressavam um inconformismo em relação à ordem vigente e a percepção de oportunidades para os trabalhadores do campo. Desse processo resultou, na política nacional dos anos 1980, no embalo da luta pela democratização do país, o movimento socioterritorial, para lutar pela terra, negar as expropriações e atuar contra as ações de violência, na construção da vida no campo com o gozo dos direitos da cidadania (FERNANDES, 2000).

Está é a razão principal quanto à necessidade urgente de se compreender a luta camponesa pela terra, no interior da qual, é inegável que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra ocupa lugar de destaque. O MST, como o movimento social rural mais organizado neste final de século, representa, no conjunto da história recente deste país, mais um passo na Longa Marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra. Essa luta camponesa revela a todos os interessados na questão agrária um lado novo e moderno (OLIVEIRA, 2001, p. 194).

O MST é um movimento social brasileiro de caráter popular e de massas, de inspiração católica, signatária das Ligas Camponesas, e considerado um dos maiores movimentos sociais da América Latina. “É fruto do processo histórico de resistência do campesinato brasileiro. É, portanto, parte e continuação da história da luta pela terra” (FERNANDES, 2000, p. 49). Ele se destaca pela sua ofensiva política, que até então não foi vista em nosso país, pontuando um lugar de destaque no cenário político, bem como ratifica sua potência quando analisada a partir dos elementos constitutivos do Quadro 2.

O pesquisador francês, Alain Touraine, apresentou reflexões sobre o MST no Brasil, em entrevista no Programa Roda Viva, no ano de 1997, afirmou que:

Esse movimento indica a vontade de uma grande parte do país, que é um problema importante: é menos a desigualdade social (pobreza, falta de terras) do que a ausência de um processo político democrático para tratar dessas questões, e ainda o problema da violência [...]. O MST, eu o vejo, como um movimento que é antes de mais nada um apelo a uma *democracia realmente social*. (TOURAINÉ, 1997).

Enquanto movimento social, o MST luta por um projeto popular de sociedade, que contrapõe a expropriação do modo de produção capitalista e da concentração de propriedade. Se mune de instrumentos do regime democrático, principalmente da participação popular, ocupação de espaços públicos e/ou devolutas, fomenta a participação nas audiências públicas e recorre a mediação via poder executivo e legislativo. (SOUZA, BELTRAME, 2016)

Stédile menciona que o MST carrega o legado das Ligas Camponesas, pois aprenderam com sua história e inspiraram fortemente seu ideário. “Estas se mantiveram mais independentes, com base na bandeira de luta ‘reforma agrária na lei ou na marra’, se constituíram como a referência da luta pela reforma agrária” (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 18).

O MST foi formado por uma ampla massa camponeses expulsos do campo pelo processo de modernização da agricultura, dois quais tinham apenas duas saídas: o êxodo para as periferias das cidades ou uma “recolocação” nas áreas de fronteiras agrícolas. Nesse sentido, os camponeses sentiram-se obrigados a resistir no campo e buscar lutar pela terra, porque não aceitavam ir para as cidades nem aderir aos projetos de colonização incentivados pelo Estado (STÉDILE; FERNANDES, 2005).

A formação do movimento deu-se pelo trabalho pastoral da Igreja católica, da Igreja luterana e pela criação, em 1985, da CPT, que atuou na reorganização das lutas

camponesas e a identificação do altíssimo nível de casos de violência nas regiões Norte e Centro-Oeste do país, primando pelo trabalho de conscientização dos camponeses. “CPT foi a aplicação da Teologia da Libertação na prática, o que trouxe uma contribuição importante para a luta dos camponeses pelo prisma ideológico” (STÉDILE; FERNANDES, 2005, p. 20).

Quanto aos fatos, no ano de 1978, a partir da expulsão de posseiros pobres de uma reserva indígena kaingang em Nonoai, no Rio Grande do Sul, 1.200 famílias ficaram sem nenhuma posse de terra, acampados na beira de uma estrada. Algumas dessas famílias, aceitando uma proposta do governo federal, deslocaram-se para outro lugar, e as que ficaram, sob liderança de João Pedro Stedile, Ivaldo Gehlen e Fladimir Araújo, que decidiram ocupar a Fazenda Macali, atraindo a grande mídia para o local, o que visibilizou a luta pela reforma agrária e se constitui no marco de nascimento do MST e de suas primeiras ocupações (MEDEIROS, 2013).

Essa realidade construiu uma formação territorial que se encontra em ininterrupta disputa. Desempenhando papel fundamental na luta pela terra e destacado nacionalmente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi fundado, oficialmente, em 1984, em Cascavel-PR, durante o Primeiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (OLIVEIRA, 2002, p. 83).

Esse encontro contou com a participação de 92 pessoas, entre líderes sem-terra, sindicalistas e entidades de classe dos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Espírito Santo, Bahia, Pará, Goiás, Rondônia, Acre e Roraima, que discutiram e aprovaram os princípios gerais do movimento:

1. Lutar pela reforma agrária já. 2. Lutar por uma sociedade justa e igualitária e acabar com o capitalismo. 3. Reforçar a luta pela terra com a participação dos trabalhadores rurais, sejam arrendatários, meeiros e assalariados e pequenos proprietários, estimulando a participação das mulheres em todos os níveis. 4. Que a terra esteja em mãos de quem nela trabalha, tirando o seu sustento e de sua família. 5. O MST deve sempre manter sua autonomia política. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 1986, p. 7).

A partir de 1985, as ocupações<sup>10</sup> se multiplicaram pelos estados, e a organização se fortaleceu de forma autônoma a partidos e governos. Parte de suas

---

<sup>10</sup> Utiliza-se o termo ocupação para designar a entrada e o acampamento dos sem-terra em uma referida área, por princípio terra grilada, latifúndio por exploração, fazenda improdutiva ou área devoluta. A mídia reiteradamente se utiliza do termo invasão, numa relação pejorativa da ação do MST.

reivindicações foi contemplada pela Constituição Federal de 1988, a exemplo da definição sobre a função social da propriedade rural, porém, a implementação de medidas neoliberais nos governos posteriores e a consequente repressão ao movimento limitaram o seu alcance.

Morissawa (2001) aponta que, durante o ano de 1985, o MST mobilizou 11.655 famílias acampadas em 11 estados. Entre os meses de agosto a setembro de 1989, realizou 33 ocupações em 13 estados com 9.133 famílias (aproximadamente 50 mil pessoas). Toda essa expressividade deu-se em decorrência da falha e ausência de interesse do Estado em atender aos objetivos do PNRA, ou seja, o fracasso da reforma agrária na constituinte. Isso gerou um processo de lapidação das ações de articulação e mobilização do próprio movimento, justamente como caminho de aumentar sua atuação e pressão junto ao Estado. O caminho adotado foi fomentar iniciativas de educação, cooperação e formação política de seus militantes.

Seguindo as estratégias de organização determinadas nas resoluções do Encontro Nacional dos Sem Terra de 1984, que contém os conteúdos, os princípios e as diretrizes, ficou estabelecido que a ocupação de terras seria o principal caminho de ação do movimento, tendo como lema “Ocupação é a única solução” (MORISSAWA, 2001, p. 141). O MST tem liderado a luta pela reforma agrária com ocupações de terra improdutivas e marchas pelo Brasil, defendendo uma sociedade justa, fraterna e igualitária, chegando nos anos 1990 com presença em 18 estados.

O MST é fruto das lutas pela democratização do acesso à terra. A luta pela terra e pela reforma agrária são fatores importantes para a territorialização do campesinato brasileiro (FERNANDES 2008, p. 86), uma vez que a posse da terra e o desenvolvimento dos assentamentos são partes intrínsecas desse processo. Fernandes (2012) descreve cuidadosamente o processo de territorialização do movimento a partir da construção do espaço de socialização política, seu processo organizativo e sua estrutura (produção, educação, saúde, comunicação, frente de massa, finanças etc.).

Importante destacar a atuação de lideranças do movimento para a socialização política, operada junto às massas, em periferias, realizando trabalhos de levantamento da realidade local. Eles procuram conhecer a questão agrária da região e a situação

---

“Existem profundas diferenças entre invadir e ocupar. Invadir significa um ato de força para tomar alguma coisa de alguém em proveito particular. Ocupar significa, simplesmente, preencher um espaço vazio” (MORISSAWA, 2001, p. 132).

dos sem-terra, reúnem as famílias para refletirem sobre as suas condições frente às perspectivas de trabalho e de terra na região em que vivem.

Durante meses, analisam a conjuntura política, constroem os conhecimentos necessários para interpretá-la e procuram tomar decisões a respeito dos seus destinos. É um trabalho feito pelos próprios trabalhadores, a partir de suas experiências vividas. Com a consolidação dos grupos de famílias e da tomada a decisão de mudarem os rumos de suas vidas, partem para a ocupação da terra (FERNANDES, 2012, p. 28).

Conforme Roos (2011, p. 171), “a dinâmica da ocupação se configura como um instrumento essencial da luta pela terra, visto que é através dela que a luta se especializa”. É neste caminho que se constroem o processo de ocupação, a partir de levantamento estratégico das possibilidades, de articulação política e social do território. A ocupação é um processo de conquista, que vive, também, de muitos revezes, mas que planta “raízes da luta e [mina] a concentrada estrutura fundiária” (FERNANDES, 2012, p. 28)

Nesse contexto, tanto a ocupação como a formação dos acampamentos se configuram como formas de enfrentamento e contestação, primeiros passos na conquista da terra. Frente à questão da luta pela terra, desencadeiam-se os conflitos e a violência. A violência opera como uma espiral e quanto maiores são as ações de enfrentamento, maiores são as forças de retaliação.

De acordo com Fernandes (2001 p.11-12):

Os acampamentos são espaços e tempos de transição na luta pela terra. São, por conseguinte, realidades em transição. São forma de materialização da organização dos sem-terra e trazem em si, os principais elementos organizacionais do movimento. Predominantemente, são resultados de ocupações. São, portanto, espaços de luta e de resistência.

Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores, donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão. Nos acampamentos, camponeses, peões e boias-frias encontram na necessidade e na luta a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças abre novas perspectivas para os trabalhadores. Greves rurais na cidade para buscar conquistas sociais no

campo são componentes ainda presentes no campo brasileiro, sinal inequívoco de que esses trabalhadores, apesar de tudo, ainda lutam (OLIVEIRA, 2001, p. 194).

O acampamento é a ocupação do latifúndio, cujas consequências de sua permanência são (im)previsíveis. Neste espaço está colocada em questão a luta e, portanto, o enfrentamento do Estado, por intermédio da negociação política, e com os latifundiários, pelo conflito direto dependendo da forma encaminhada e da relação de poder entre as forças políticas. Conforme Fernandes (1996, p. 239), “o acampamento é na sua concretude o espaço de luta e resistência, e quando partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifúndios”.

Boa parte dos estudos que focam o MST partem das realidades concretizadas em assentamentos, e identificam o histórico de formação, o desenvolvimento de suas relações sociais, o impacto político-econômico de sua estruturação, e reconhecem as potencialidades e desafios socioeconômicos em suas diversas ordens. Nas palavras da antropóloga Maria Cecília Turrati (1999), os assentamentos representam

um termômetro do crescimento vitorioso do MST. Não basta espalhar milhares de famílias pelo país inteiro, sob lonas e bandeiras, sem atingir o objetivo final: trabalhar a terra, produzir. Pois é justamente na experiência da produção que se encontra a munição técnica para “atacar” ou “defender” o MST ou, numa postura mais “sobre o muro” – tão cara à apregoada “neutralidade científica” – simplesmente analisar a questão agrária sob as bases racionalistas da economia agrícola (TURRATI, 1999, p. 3).

Os acampamentos se configuram como um momento de passagem, o transitório vivido, do sujeito excluído para a construção de sua nova condição, ser sem-terra, na aderência de um estilo de vida coletivo, permeado por desafios, aprendizados, solidariedade, lutas e conflitos. Para compreendermos esse momento de passagem, apresentamos um quadro comparativo entre acampamento e assentamento.



QUADRO 3 - Comparativo entre acampamento e assentamento

<b>Aspectos</b>	<b>Acampamentos</b>	<b>Assentamentos</b>
<b>Território</b>	Provisório e indefinido	Fixo e determinado (individual e coletivamente)
<b>Atividades produtivas</b>	Escassas, compreendendo a manutenção do acampamento e ocasionais serviços assalariados para terceiros	Constantes, baseadas na posse da terra e desenvolvimento da agricultura, com obtenção de renda
<b>Sociabilidade</b>	Calcada na “economia de guerra”, solidariedade entrecortada pela prevalência das garantias individuais	Similar à dos bairros rurais tradicionais, ainda que em processo constante de consolidação
<b>Relação com o MST</b>	Dependência absoluta, tanto para sobrevivência material quanto para o êxito na obtenção de terras	Independência relativa, variando de acordo com o grau de controle que o movimento exerce sobre a atividade produtiva e sua organização
<b>Condição jurídica</b>	Illegal	Legal

Fonte: Turrati (1999, p. 7).

Alguns autores como Caldart (2004, p.176) citam que os acampamentos podem ser considerados como cidades de “barracos de lonas”, constituindo um espaço privilegiado de formação para os futuros assentamentos. Ademais, numa perspectiva individual, enquanto sujeito em si e de direitos, o acampado pode ser visto como um novo sujeito social que participa dos debates sociais e se organiza para tal, tornando a resistência como um fator preponderante da luta pela terra.

Com relação ao Estado, ele opera, frequentemente, o despejo de acampamentos, por meio de uso da violência pela força policial. Com relação aos latifundiários, o enfrentamento violento se serve de jagunços contratados para fazerem o serviço. É um confronto violento, em que as famílias acampadas procuram resistir de diferentes maneiras para não sair da terra.

Essa resistência pode ser desenvolvida a partir da (re)criação de formas de luta popular e pressão política exercida junto a parlamentares e ao governo, para enfrentar política e judicialmente os oponentes. Em último caso, tenta-se ampliar o prazo da liminar de reintegração de posse. Contudo, o despejo<sup>11</sup> é, quase sempre, iminente. Mas o despejo não significa o fim. O acampamento é removido para a beira de uma rodovia, de onde se reiniciam as negociações no plano político, judicial e social.

Oliveira (2007, p. 139) destaca que o MST, enquanto o movimento socioterritorial rural mais organizado do final do século XX, e início do século XXI, representa, “no conjunto da história recente deste país, mais um passo na longa

<sup>11</sup> Ação de reintegração de posse.

marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra. Essa luta camponesa revela a todos interessados na questão agrária, um lado novo e moderno”. Não se está diante de um processo de luta para não deixar a terra, mas sim diante de um processo de luta para entrar na terra – que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes.

Trata-se, pois, de uma luta de expropriados, que na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas que resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, pois, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para essa parcela pobre da sociedade brasileira, mas revela uma estratégia de luta que acredita ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade, dotada de justiça, dignidade e cidadania.

A luta pela reforma agrária não se constrói apenas na efetivação burocrática desta ou no acesso à terra, mas na conquista de um território de cidadania que garante aos trabalhadores rurais sem-terra uma condição de vida mais digna e justa.

Dessa forma, o acampamento é o ponto mais crítico e mais efervescente da luta pela terra e pela reforma agrária, onde sem-terra e latifundiários travam um duelo de posse do território. É no acampamento que esses novos sujeitos experimentam (novas) formas de violência, desde os impactos da violência estrutural que geram suas condições de vida, abdicados da possibilidade de vida em segurança e qualidade, de acesso às políticas públicas como sujeitos de direitos e, ainda, cancelados pela marca da exclusão: da violência institucional, pois o estado se porta como coautor dos interesses privados; da violência simbólica que envereda a marca do preconceito; da subalternização; do estigma e do perigo; entre outras formas.

## 2.1 OS ACAMPAMENTOS NO ESTADO DO PARANÁ

Em relação ao estado do Paraná, o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária (2007), a partir do banco de dados do Movimento de Luta pela Terra, sistematizou as ocupações realizadas no estado do Paraná, de 1990 a 1994 ocorrerem 43 ocupações com 6.980 famílias, e entre 1995 a 1999, 203 ocupações com 20.605 famílias envolvidas.

Concluimos que os anos 1990 foram marcados por inúmeras ocupações, acampamentos e manifestações enquanto marca constante do movimento. Os dados

indicam, ainda, que em 1996 houve a maior ocupação da região Sul do país, em que 3 mil famílias ocuparam parte da Fazenda Pinhal Ralo no município de Rio Bonito do Iguaçu (NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISA E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA, 2007).

O processo de ocupação do Paraná foi resultado de três frentes de expansão, que ocorreram em momentos e motivos distintos, como mostra a figura 4: “o Paraná Tradicional, do ouro de lavagem, do tropeirismo e da extração de erva-mate, a região Norte, vista como um prolongamento da economia cafeeira paulista e a região Sudoeste, povoada por imigrantes gaúchos e catarinenses” (ALMEIDA, 2016, p. 11).

FIGURA 4 - Grandes regiões do Paraná ocupadas com o deslocamento das frentes pioneiras



Fonte: Serra (1992, p. 64).

O Paraná Tradicional se configurou a partir do litoral, da região de Curitiba e dos Campos Gerais. Foi a primeira frente de ocupação do estado, introduzida por mineradores paulistas no século XVII, primeiros povoadores do território, atraídos pela existência de ouro de aluvião. A concessão de posse do território deu-se em 1614, com a primeira carta de sesmaria no Paraná, em benefício ao paulista Diogo Unhates. Com a crise da extração do ouro entre 1720 a 1730, a mineração acabou substituída pela pecuária extensiva, pelo tropeirismo, pelo beneficiamento da madeira e pela extração de erva-mate. Essa frente, apesar do espaço de abrangência, não ocupou todo o território paranaense.

Nas primeiras décadas do século XVIII, o povoamento ocorreu em decorrência da maior parte do território ser usado como rota de tropeiros, que saíam das áreas de

criação do Rio Grande do Sul, Argentina e Uruguai, com destino a Sorocaba e São Paulo. Por esse motivo, o tropeirismo tornou-se a base econômica regional. Segundo Fajardo (2006), as tropas vindas do Rio Grande do Sul influenciaram a ocupação das áreas de campo do estado, tais como Ponta Grossa, Palmas e Guarapuava, que se localizavam no trajeto de passagem das tropas.

No fim do século XVIII, praticamente todas as terras de campo já estavam ocupadas, “baseadas nos latifúndios campeiros de criação de gado, nos engenhos de beneficiar erva-mate, nas serrarias de pinheiros, [que formaram] a sociedade paranaense tradicional” (SERRA, 1992, p, 63). Algumas fazendas, a considerar sua localização estratégica, acabaram sendo organizadas para servir de pouso para as tropas em trânsito e, ao longo do tempo, se constituíram em núcleos urbanos, originando as cidades de Castro, Ponta Grossa, Jaguariaíva, entre outras. Na figura 5 visualiza-se o caminho das tropas que cruzavam o Paraná nos séculos XVIII e XIX.

FIGURA 5 - Caminho das tropas que cruzavam o Paraná nos séculos XVIII e XIX



Fonte: Serra (1992, p. 67).

Importante destacar que é nessa frente de ocupação, qual é estruturada pela grande propriedade, que se identifica o trabalho escravo, em decorrência do número elevado de grandes propriedades. Gutiérrez (2006) menciona que os primeiros dados

sobre a presença de escravizados datam de 1798 e mostram, em uma população de 20.999 pessoas, a existência de 4.273 cativos. As vilas com maior número de escravizados eram vinculadas ao mercado em virtude da pecuária: “em Castro os escravos representavam 21,8% da população em 1810, e vinte anos depois registrava 26,9%; o percentual de Ponta Grossa (freguesia subordinada a Castro) era em 1830 de 19,1% e o de Palmeira de 31%” (GUTIÉRREZ, 2006, p. 102).

A correlação entre grandes propriedades e trabalho escravo nessa região, torna-a uma diferenciação importante na produção, acumulação e domínio de terras, criando uma segmentação estratificada pautada pelo poder.

Diferentemente da primeira frente de ocupação do território paranaense, as outras duas frentes são resultantes das condições econômicas propiciadas pela agricultura de mercado interno e externo.

A ocupação da região Norte deu-se a partir da segunda metade do século XIX, em decorrência da desagregação da frente pioneira do chamado Paraná Tradicional, e a crise na economia cafeeira paulista devido ao empobrecimento dos solos em suas zonas produtoras (SERRA, 1992). No entanto, a colonização intensiva da região, em moldes modernos, teve início em 1929, a partir das obras da Companhia de Terras Norte do Paraná, que tinham por objetivo fomentar a colonização. A estratégia utilizada foi pautada na cultura cafeeira, base econômica das propriedades agrícolas na época, o que garantiu grande dinamismo econômico e social para a região durante vários anos

A frente Sudoeste iniciou sua ocupação, de forma efetiva, somente a partir de 1940. Os primeiros a chegarem à região para foram pequenos proprietários rio-grandenses. Esse fato estimulou o governo a criar incentivos à ocupação de uma área até pouco tempo desinteressante. O intuito do governo estava centrado na resolução de dois problemas: a proliferação de minifúndios no Rio Grande do Sul e a área despovoamento do Sudoeste do Paraná. Para isso, além de viabilizar projetos de colonização para a vinda dos gaúchos, o governo também incentivou a colonização privada da região, através de empresas particulares.

Findo o passo da colonização, prevaleceu no Paraná a economia do meio rural como definidora do seu processo de desenvolvimento, “território explorado, economicamente, em vários momentos que atingiram, de forma segmentada os espaços regionais. Em cada região o impacto na paisagem foi sentido de modo característico àquele tempo e àquela parte do território” (FAJARDO, 2006, p. 112).

A modernização da agricultura foi um divisor de águas para imprimir as transformações ocorridas no espaço agrário paranaense a partir de 1975<sup>12</sup>, o que representou profundas alterações produtivas e fundiárias. A estrutura agrária foi modificada em todas as regiões paranaense, o que foi percebido nas mudanças na utilização da terra, na concentração das posses das propriedades e nas condições dos produtores e da exploração.

Ocorreu a substituição do plantio de café por culturas oleaginosas, que acarretou na redução significativa de postos de trabalho. Serra (2009, p. 8) destaca que “uma das marcas da modernização foi a eliminação gradativa das pequenas unidades produtivas. Pelo menos cem mil pequenos estabelecimentos desapareceram entre os anos 1960 e 1980, sendo incorporados aos médios e grandes proprietários”, o que deteriorou as condições de vida e renda dos pequenos produtores, impondo-lhes aumento de horas de trabalho e baixa remuneração, acarretando principalmente o desemprego e a célere expulsão de trabalhadores rurais de suas terras.

Esse cenário excludente tornou-se a base para os conflitos sociais no campo paranaense, como igualmente visto no cenário brasileiro, “envolvendo boias-frias, trabalhadores sem-terra nos assentamentos em áreas rurais, principalmente em relação as reivindicações de auxílio governamental, desemprego no campo, direitos trabalhistas e disputas por terras (PRIOLI et al., 2012, p. 125).

É a partir das questões assinaladas acima que os trabalhadores rurais começam a se organizar nos movimentos sociais na luta pela reforma agrária. Em 1986, o Estado foi levado a editar o primeiro Plano Regional de Reforma Agrária que, sem surpresa alguma, na prática, não saiu do papel. Porém, assinalou o reconhecimento oficial da luta dos trabalhadores e a perversa problemática agrária no estado.

---

<sup>12</sup> “Vale observar que em nível de Brasil a modernização começou nos anos 1960, tomando-se como referência os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. O Paraná não aderiu ao novo modelo nesse mesmo período, justamente por conta da resistência dos produtores de café da região Norte, que insistiam em continuar na atividade mesmo diante das crises que afetavam o setor. Com a destruição das lavouras em 1975, não tiveram alternativa, a não ser também incorporar as novas formas de produzir. Ao incorporar o novo modelo pelo menos 15 anos depois, com relativo atraso, portanto, o Paraná superou a fase do “aprendizado”, incorporando experiências que deram certo e descartando as que não surtiram o efeito desejado em São Paulo e no Rio Grande do Sul. No entanto, tornou-se o espaço onde as consequências sociais foram mais intensas, justamente pela pressa com que as modificações ocorreram.” (SERRA, 2009, p. 8).

[...] cerca de 430 mil famílias de trabalhadores rurais sem terra gravitam nos mais variados graus de pobreza, em torno de uma agricultura altamente tecnificada; são 52 mil famílias de parceiros, 24 mil de arrendatários, 122 mil de assalariados permanentes, 160 mil de assalariados temporários e 72 mil de outros trabalhadores em outra situação. (PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA, 1986 apud SERRA, 2009, p. 10).

As questões pontuadas acima, que envolvem o cenário político nacional, e a expansão modernizante adotada pelo Estado tornou o cenário favorável à organização dos trabalhadores rurais em movimentos sociais para a luta camponesa. Contribuíram para tanto, também

- A abertura política do regime militar, no final dos anos 1970. - A inversão do papel da Igreja católica em relação ao homem do campo. - A modernização da agricultura. Ao concentrar a propriedade da terra, ao expulsar e expropriar trabalhadores rurais. - A construção de barragens de usinas hidrelétricas. Da mesma forma como ocorreu com o processo de modernização, leva à expulsão de grandes contingentes de trabalhadores. - A retomada das discussões em torno da Reforma Agrária em nível nacional. (SERRA, 2009, p. 11-12).

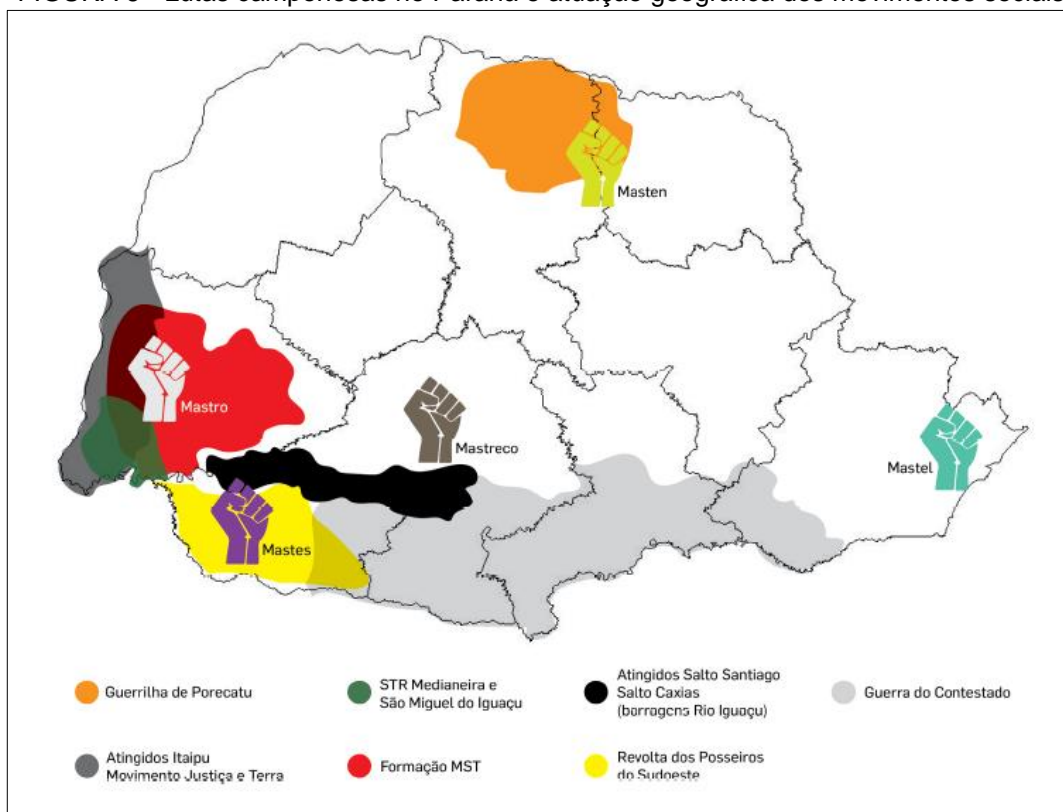
Diante da construção das barragens da Usina de Salto Santiago, no Rio Iguaçu, no Sudoeste do estado, 170 famílias dos municípios de Laranjeiras do Sul, Chopinzinho, Mangueirinha e Coronel Vivida acabaram sendo expulsas, recebendo indenizações irrisórias. Para tentar intervir nessa questão, a CPT juntamente com sindicatos rurais, iniciou um processo de mobilização camponesa, adotando como estratégias o cadastramento de todas as famílias (mais de seis mil) e a organização de grupos para fomento de discussões das pautas demandantes, apontando as problemáticas camponesas, sendo considerado o processo embrionário de organização dos movimentos sociais no estado.

Em 1981, em decorrência dos conflitos existentes entre camponeses que foram expropriados para a construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, criou-se o Mastro, Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (SERRA, 2009, p. 13). No outro ano, iniciou-se o trabalho político de trabalhadores rurais de outras regiões para a organização de outros movimentos, que culminou nas seguintes organizações: Mastes, Movimento dos Agricultores Sem Terra do Sudoeste do Paraná; Mastel, Movimento dos Agricultores Sem Terra do Litoral do Paraná; Masten, Movimento dos Agricultores Sem Terra do Norte do Paraná; e Mastreco, Movimento dos Agricultores Sem Terra do Centro-Oeste do Paraná. “A organização dos camponeses nos movimentos sociais tornou-se um paradigma na realização das lutas no campo,

passando a ser considerada a forma mais eficiente de resistência (ROOS, 2011, p. 173).

A figura 6 mostra, geograficamente, as principais lutas camponesas no Paraná desde o início do século XX, dentre as quais se destacam a Guerra do Contestado, a Revolta de Porecatu e a Revolta do Sudoeste – conforme descrito no capítulo 1 – e a área de atuação dos movimentos sociais de âmbito regional, bem como a de formação do MST.

FIGURA 6 - Lutas camponesas no Paraná e atuação geográfica dos movimentos sociais



Fonte: Atlas da Questão Agrária no Paraná (2021, p. 50).

Esses movimentos regionais aglutinaram esforços de debates e ações sobre suas causas e no terceiro Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, juntamente com trabalhadores rurais de outros estados, em 1984, em Cascavel, criaram um movimento único, o MST, para junção de forças ao lutar pela reforma agrária. Após a criação do MST, os movimentos de ação regionalizada no estado foram extintos.

Serra (2009, p. 13) destaca que a estratégia adotada para operar pressão ao Estado com vistas a se ter a reforma agrária culminava na ocupação de terras improdutivas e na reivindicação de assentamentos. No final de 1984, as ocupações já



havam envolvido 1.700 famílias. “A reforma [...] agora começava a ocorrer em sentido contrário: de baixo para cima, a reboque da pressão social” (SERRA, 2009, p. 13).

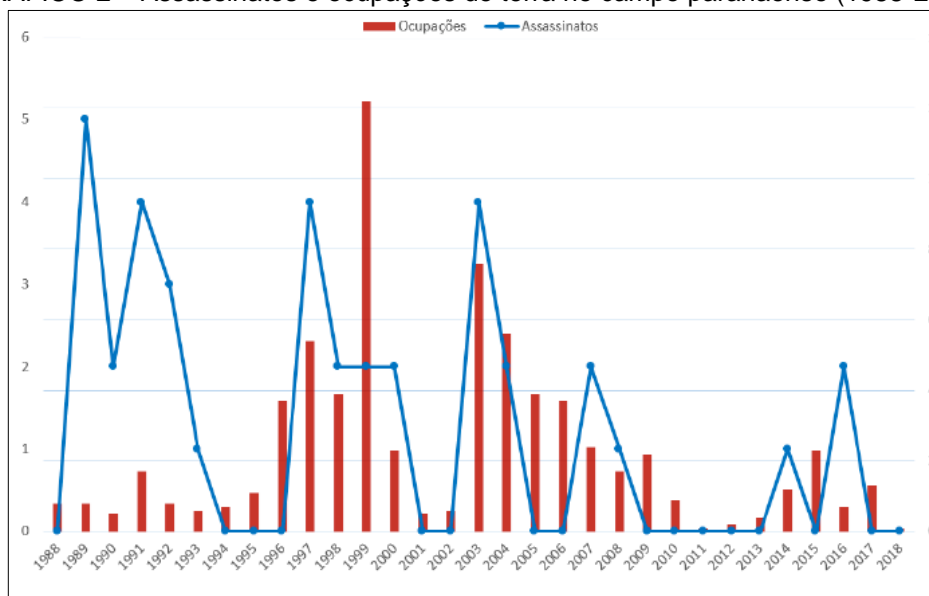
As ocupações tornaram-se uma constante no território paranaense. Roos (2011, p. 175) menciona que “no período de 2000 a 2009, o movimento realizou 188 ocupações, mobilizando 33.200 famílias no Estado”. Isso reforça a primazia, no contexto da reforma agrária, da ação de ocupar, como mencionado nas páginas anteriores.

Segundo o Atlas da Questão Agrária no Paraná (2021), em 2020 existiam no estado aproximadamente 5 mil famílias em cem acampamentos de sem-terra.

Observa-se que a partir de 2019, no contexto de avanço do governo de extrema-direita no Brasil e no Paraná, intensificaram-se os despejos de sem-terra acampados. Foi o caso, por exemplo, da Fazenda Jangadinha, em Cascavel; da Fazenda Ronda, em Mangueirinha; da Fazenda Janene, em Londrina; e das fazendas Gasparetto e Trento em Lindoeste. No ano de 2019, foram realizados nove despejos de famílias, muitas inclusive em áreas sob a vigência de decreto de desapropriação da terra para realização de assentamentos rurais—caso do assentamento Estrela no município de Ortigueira, onde estavam assentadas 23 famílias desde 1997. (ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ, 2021, p. 66).

Essas ações massivas de ocupações nos mais diversos municípios paranaenses receberam respostas imediatas e violentas dos ruralistas como estratégia para barrar o avanço das pautas do MST, conforme demonstrado por Roos, Moellmann e Luz (2019) e ilustrado no gráfico 2.

GRÁFICO 2 – Assassinatos e ocupações de terra no campo paranaense (1988-2018)



Fonte: Roos, Moellmann e Luz (2019, p. 4).

Toda essa violência no estado do Paraná foi devidamente articulada pelos ruralistas, em especial pela UDR e pelas sociedades rurais regionais, que forneceram apoio logístico para as ações do governo estadual através da polícia militar.

Ao refletirmos sobre a trajetória das ações do Estado, dos movimentos sociais e da organização dos latifundiários, percebemos que a violência, sempre presente no contexto de luta pela terra, se perpetuado de forma mais bárbara à medida que as ações dos camponeses tomam maior concretude. À medida que cresceu o número de ocupações, se elevou o número de assassinatos no campo.

## CAPÍTULO 3 A VIOLÊNCIA QUE NÃO SE FINDA

### 3.1 A VIOLÊNCIA PERMANENTE

Ao discorrer sobre a violência, propomo-nos a nos aprofundar no conteúdo dos discursos que a tematizam, ultrapassando as visões do senso comum. A violência pode ser analisada como forma de relação pessoal, política, social e cultural, e ser resultado dessas relações. É um componente cultural tido como normal e natural dependendo do local e da época considerados. Para Hayeck (2009), a complexidade da violência se encontra no fato de que o conceito é polissêmico e engloba vários sentidos, como ataque físico, uso da força física e ameaça.

Como exemplo da amplitude do tema, Paviani (2006) acrescenta que, entre as formas de violência, podemos citar as violências provocada e a gratuita, a real e a simbólica, a sistemática e a não sistemática, a objetiva e a subjetiva, a legitimada e a ilegítimada, a permanente e a transitória. Essa designação serve, apenas, para enxergarmos a extensão da questão. Exemplificam a violência a guerra, a revolução, o terrorismo, o genocídio, o assassinato, o crime organizado, a violência urbana, a violência contra a criança, o adolescente, a mulher; o estupro, o assédio sexual, o *bullying*, o vandalismo, a corrupção e seus derivados como o nepotismo, a propina, a extorsão e o tráfico de influência.

Em entrevista a Michel Misse et al. (2009), o sociólogo francês Michel Wieviorka, indagado se é possível elaborar uma definição formal de violência, do tipo que permita facilmente identificar e diferenciar o que é violência do que não é violência, sem ambiguidades, começa respondendo:

Será que podemos produzir uma definição objetiva de violência ou devemos nos contentar necessariamente em usar a subjetividade? Dou uma resposta muito prudente: uma definição objetiva é impossível, porque o que seria violento para mim não seria para você, o que seria violento para a sociedade brasileira hoje talvez não vá mais ser em 30 anos, e o que será violento daqui a 30 anos talvez não seja o que era violento hoje em nossas concepções. Nós passamos o tempo relativizando a violência (MISSE et al., 2009, p. 154).

O sociólogo continua com um exemplo do que acontece na França: lá um sequestro de dirigentes de uma empresa, mesmo sem maiores danos, é considerado um ato extremamente violento; em contrapartida, uma manifestação de camponeses

que tenham ameaçado pessoas e destruído patrimônio privado não é considerada uma manifestação violenta, porque é interpretada como uma “raiva social”, o que nutre permanentemente o sentimento de que a violência é relativa.

Todavia, problematiza Wieviorka, se a violência fosse tão somente relativa e se constituísse, exclusivamente, como um produto da subjetividade individual ou coletiva, não seria possível discuti-la ou analisá-la. Se uma pessoa diz que determinada coisa ou situação é violenta e a outra defende que aquela mesma coisa ou situação não é violenta, é impossível discutir o problema. Por isso, para o sociólogo, o relativismo puro é inaceitável.

Como, pois, agir, quando é difícil encontrar uma definição objetiva e uma definição subjetiva ou relativista é inaceitável? Wieviorka instrui que

é preciso encontrar acomodações, é preciso negociar consigo mesmo, circular, ter muita flexibilidade. [...] Então é preciso que eu encontre alguma coisa que me permita introduzir uma objetividade determinada, sempre deixando um certo espaço à relatividade. É difícil, mas não é impossível. É, entretanto, um problema real (MISSE et al., 2009, p. 155).

Conforme a filósofa Marilena Chauí (2011), a palavra violência vem do latim *vis*, força e significa

1) tudo o que age usando a força para ir contra a natureza de algum ser (é desnaturar); 2) todo ato de força contra a espontaneidade, a vontade e a liberdade de alguém (é coagir, constranger, torturar, brutalizar); 3) todo ato de violação da natureza de alguém ou de alguma coisa valorizada positivamente por uma sociedade (é violar); 4) todo ato de transgressão contra aquelas coisas e ações que alguém ou uma sociedade define como justas e como um direito; 5) conseqüentemente, violência é um ato de brutalidade, sevícia e abuso físico e/ou psíquico contra alguém e caracteriza relações intersubjetivas e sociais definidas pela opressão, intimidação, pelo medo e pelo terror (CHAUÍ, 2011, p. 379).

A violência é um processo social relacional complexo e diverso. É um processo relacional que deve ser entendido a partir da estruturação da própria sociedade e das relações interpessoais, institucionais e familiares. A sociedade se estrutura por meio das relações de acumulação econômica e de poder, nas contradições entre grupos e classes dominantes e dominadas, nas lógicas de poder ligadas a gêneros, etnias, culturas, instituições, profissões e afetos. É um processo diversificado em suas manifestações familiares, individuais, coletivas – no campo e na cidade – entre os

diferentes grupos e segmentos, e atinge tanto o corpo como a psique das pessoas (FALEIROS, 2007).

Paviani (2006) explica que a violência pode ser tanto natural como artificial. Natural porque ninguém está livre da violência, visto ela ser própria dos seres humanos; artificial por geralmente ser aplicada de uns sobre outros com força excessiva. Além da significação de Chauí exposta acima, Paviani situa a origem do termo violência no latim *violentia*, como expressão do ato de se violar ou violar outros. O termo também direciona para coisas fora do estado natural, relacionadas à força, ao ímpeto, aos comportamentos que provocam danos físicos tais como ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produzem humilhações, ameaças e ofensas (PAVIANI, 2016).

O filósofo Byung-Chul Han (2017) sinaliza que a violência é tão antiga quanto a raça humana, e pondera, ainda, que é um tema a ser pensado, estudado e refletido por perpassar inúmeras facetas e, ainda, para além de objeto de estudos, deve balizar a mudança do modo de vida.

Han (2017) destaca dois períodos de compreensão da violência, da cultura antiga e da modernidade. A primeira se expressa nas sociedades sangrentas, do espetáculo público, como, por exemplo, na tortura para os gregos, com as execuções ao fio da espada e na fogueira na Roma antiga, sendo sinônimo de poder e dominação. Já na modernidade, ocorre uma troca cultural da violência, transmutada do visível para o invisível, mais dedicada a infectar ao invés de atacar, salientada pelo capitalismo que emprega a coerção e irrompe na liberdade.

Han cita três formas de violência: a violência estrutural, a violência sistêmica e a violência da positividade. A violência estrutural “é camuflada por sua conformidade às regras; é naturalizada por sua presença permanente na tessitura das relações sociais; é invisibilizada, não aparece como uma ruptura da normalidade” (HAN, 2017, p. 161). Suas estruturas são arquitetadas no sistema social, fazendo que permaneçam as injustiças sociais.

A violência sistêmica “é uma violência da negatividade na medida que é exercida pela classe dominante sobre a classe dominada [,] por exemplo, [nas] condições sociais do capitalismo global” (HAN, 2017, p.23). Ele buscar incluir todos no sistema.

Tanto a violência estrutural quanto a sistêmica são subsidiadas pela relação de dominação nas relações de classes opostas e hierárquicas, “exercidas pelas classes

dominantes às dominadas, pelos detentores do poder sobre os que são submetidos a ele” (HAN, 2017, p. 163).

A violência da positividade se faz presente na “massificação do positivo”, que se manifesta como excesso de capacidade, excesso de produção, excesso de comunicação, hiperatenção e hiperatividade. Han (2016, p. 10-11) ressalta que “possivelmente seja mais danosa que a violência da negatividade, pois carece de visibilidade e publicidade, e sua positividade faz com que não haja defesas imunológicas”.

A sociedade brasileira possui uma história de violência originada no processo de colonização, herança que se reflete no cotidiano, hoje, assolado pela desigualdade social (BERNASKI; SOCHODOLAK, 2018). Marcondes Filho (2001, p. 21) identificou a violência no Brasil como cultura

tradicionalmente herdada, com raízes na sociedade escravocrata, no tipo colonizador que aqui se instalou e na transposição de práticas persecutórias e perversas da metrópole, realizando-se, no século XX, por meio de traços marcadamente típicos de nação de periferia do capitalismo.

O Brasil foi construído por vários acontecimentos violentos ocorridos ao longo da colonização. Porém, a violência se solidificou no decorrer de cada contexto social e histórico específico. Ela é passível de interpretação. O caso brasileiro é emblemático, nesse sentido, visto que a violência evolui (se modifica) juntamente com as mudanças nas relações sociais. É um fenômeno em movimento. Para Wieviorka (2006, p. 217) “a violência, efetivamente, não é jamais estável por muito tempo, ou estabilizável, controlada”.

Retomando a história brasileira, em uma análise de *Casa-grande e senzala*, de Gilberto Freyre (2003), Tombini e Jacondino (2017) apontam que a violência é um elemento inerente à sociabilidade brasileira desde a colonização, originada pelo homem português branco colonizador, interessado na extração de riquezas, contra as ditas “raças inferiores”, indígenas e negros – neste caso, o africano, escravizado.

A formação do povo brasileiro foi resultado de diversas formas de violência, entre as quais destacam-se a imposição de costumes, através da escravidão, e a violência de gênero. Na colonização, a “casa grande” usou de castigos físicos, torturas, humilhações e, também, exterminou indivíduos e grupos sociais, elementos

que, além de demarcarem a identidade e a sociabilidade brasileira, são vistos ainda hoje (TOMBINI; JACONDINO, 2017).

Bernaski e Sochodolak (2018) contextualizam que, com o fim da escravidão no final do século XIX, e a transição para a República, o trabalho escravo foi substituído pela mão de obra do imigrante, o que não significou o fim da violência. A elite ansiava pelo progresso, a industrialização, a construção da nação e sua inserção no regime capitalista industrial nos moldes da Europa. Na sua concepção, os escravos libertos não tinham espaço nos planos de desenvolvimento; pelo contrário, se tornaram um problema social, pois a classe dominante queria construir um país com uma população predominantemente branca.

Os autores interpretam que esse desejo de dominação da elite (um seletivo grupo e uma minoria social) em todos os períodos da história brasileira, desencadeou uma série de problemas sociais que, com o tempo, se acumularam (concentração de riqueza, desigualdade social, miséria e criminalidade). Mesmo sendo a responsável, a elite culpou a população pobre e negra por esses problemas (BERNASKI; SOCHODOLAK, 2018).

Esse processo fez com que os negros não fossem absorvidos nos espaços produtivos e ficassem à margem da sociedade. Eles passaram a habitar espaços que não propiciavam condições favoráveis de sobrevivência, como cortiços, favelas e morros no final do século XIX e início do XX. A concentração de empobrecidos em lugares específicos gerou novos problemas sociais. A elite passou a considerar os empobrecidos como “classes perigosas”. Para Bernaski e Sochodolak (2018, p. 53),

os problemas produzidos pela elite foram atribuídos à população descendente de um processo de subjugamento da colonização administrada pelo Império, que, no final do século XIX, havia passado por uma transição política cognominada como republicana e que pretendia ser capitalista. O capitalismo projetava seus tentáculos de dominação, mas não favorecia a todos.

Segundo eles, é claro que a construção do Brasil se deu por processos violentos, começando pela repressão de muitas etnias originárias, os indígenas, que tiveram praticamente todas suas terras expropriadas, o que, ao longo do tempo, produziu concentração de terras nas mãos de uma minoria e, por extensão, concentração de riqueza derivada da posse de terras.

Resulta desse processo de concentração de renda na elite a dificuldade de acesso à educação e demais direitos sociais para a maioria da população menos favorecida, formada por povos tradicionais, indígenas, quilombolas, faxinalenses e trabalhadores no século XXI.

Estas práticas produziram e cristalizaram um país violento. A desigualdade socioeconômica entre as pessoas é nítida, fator determinante para a produção da violência. Esta disparidade foi construída pela exclusão social durante o processo histórico. A violência foi engendrada no cotidiano, nas práticas sociais (BERNASKI; SOCHODOLAK, 2018, p. 54).

Isso nos leva a concluir, como fizeram Bernaski e Sochodolak (2018), que a violência observada atualmente no Brasil é resultado de um processo histórico que se originou na colonização, que se reflete no seu cotidiano marcado pela desigualdade social.

Santos (1996) diz que a violência funciona como um dispositivo de controle constante e é a relação social que faz do uso real ou virtual da força ou coerção com o objetivo de inviabilizar o reconhecimento do outro, da pessoa, de uma classe, gênero ou etnia, o que gera algum tipo de dano. Para ele, a violência conflita com as possibilidades da sociedade democrática contemporânea.

Ao tratar dos conceitos de violência, Coelho; Silva e Lindner (2014) alertam que é necessário levar em conta a diferença entre conflito e agressão (tido como um comportamento que busca, de maneira intencional, causar mal ou dano a outrem), pois esta não é uma consequência natural de um conflito, mas um modo de buscar solucionar problemas que acarreta danos aos envolvidos.

No relatório sobre violência e saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), a entidade define a violência como “o uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça”, tanto a si próprio como a outra pessoa, grupo ou comunidade, “que resulte ou tenha possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação” (DAHLBERG; KRUG, 2002, p. 5). A definição da OMS aponta a existência de uma relação direta entre a intenção de quem possui ou está envolvido em um comportamento violento e a prática do ato ou ação violenta, qualquer seja o resultado produzido.

Servir-se do "poder", em complemento ao "uso de força física", reforça a essência de um ato violento e amplia a compreensão do conceito usual de violência para incluir os atos oriundos de uma relação de poder, incluindo ameaças e



intimidação. O "uso de poder" também inclui a negligência, atos de omissão e atos violentos de execução propriamente dita.

Considera-se que "o uso da força física ou do poder" abrange a negligência e todas as formas de abuso físico, sexual e psicológico - além do suicídio e outros atos de autoabuso. Tal definição abarca uma série de consequências da violência, que incluem dano psicológico, privação e deficiência de desenvolvimento. Há um reconhecimento crescente de que a violência não redundava necessariamente em lesões e mortes (esse tipo de restrição reduz o entendimento da totalidade do seu impacto), mas se expressa, também, na opressão às pessoas, famílias, comunidades e o todo da sociedade (DAHLBERG; KRUG., 2002, p. 5).

Em sentido filosófico, especifica Paviani (2006, p. 10), as origens da violência podem ser encontradas nos mitos de um povo. No Brasil isso é visível no chamado processo de democracia racial e na equivocada ideia do conceito de cordialidade e no mito da não violência do brasileiro. "Esse discurso esconde uma sutil modalidade de violência apresentada como um pressuposto positivo de convívio social quando, de fato, isso dá origem a formas de violência reais".

No caso do Brasil, entende-se que "pode haver sociedade mais violenta que a brasileira, mas seguramente não existe nenhuma sociedade no mundo que tenha tratado a sua violência com maior impotência" (OAB, s/d, p.76).

No debate sobre a violência não podemos nos furtar da alegação de que a violência no Brasil é estrutural, o que oferece um marco à violência do comportamento e aplica-se tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de grupos, classes, nações e indivíduos, aos quais são negadas as conquistas sociais, tornando-os mais vulneráveis que outros ao sofrimento e à morte (MINAYO, 2006). E, em princípio, isso ocorre sem a consciência explícita dos sujeitos, perpetua-se nos processos socio-históricos, naturaliza-se na cultura e gera privilégios e formas de dominação.

Para Boulding (1981), o

conceito de violência estrutural se aplica tanto às estruturas organizadas e institucionalizadas da família como aos sistemas econômicos, culturais e políticos que conduzem à opressão de determinadas pessoas a quem se negam vantagens da sociedade, tornando-as mais vulneráveis ao sofrimento e à morte. Essas estruturas determinam igualmente as práticas de socialização que levam os indivíduos a aceitar ou a infligir sofrimentos, de

acordo com o papel que desempenham (BOULDING, 1981 apud NETO; MOREIRA, 1999, p. 36).

Já para Neto e Moreira (1999), a característica mais tirana da violência estrutural é a de estabelecer um processo de seleção que decide quais cidadãos usufruirão do bem-estar social em detrimento daqueles que serão relegados à massa dos excluídos, mesmo que sem poder, para desgosto dos privilegiados, isolar uns dos outros, que diariamente ficam frente a frente. O encontro dos desiguais, quando do aumento dos problemas sociais, aos poucos intensificam rancores que se manifestam no preconceito, na intolerância e no medo.

Martins (1982) e Bicudo (1993) estabelecem que a raiz do problema estrutural da violência faz-se a partir do desenvolvimento e manutenção do sistema socioeconômico baseado na desigualdade social e econômica, polarizado entre a riqueza e o poder para poucos, e pobreza, submissão e miséria para majoritária parcela da sociedade brasileira.

Em síntese, a ideia de violência está intrinsecamente ligada ao conceito de poder e subordinação que, no mundo capitalista, tomou enormes proporções. Hodiernamente, quando nos referimos aos bens juridicamente tutelados, verifica-se uma maior valoração do patrimônio do que da própria vida.

Nesse sentido, a violência é uma estratégia, um caminho para a manutenção de tal injustiça e a conservação dessa estrutura social, além de ser um artifício para impossibilitar a alternância do sistema.

“A violência estrutural não é violência no sentido estrito”, e sim “uma técnica de dominação”, pois permite que haja uma dominação discreta, “que é muito mais eficiente que uma dominação violenta” (HAN, 2017, p. 161). Ou seja, constitui-se de estruturas edificadas no sistema social condicionando as relações de poder desiguais e injustiças sociais. Em razão de sua invisibilidade, os sujeitos vítimas da violência não possuem discernimento sobre esse contexto que os coloca como oprimidos, “desprovidos de poder porque a estrutura lhes rouba as chances de exercê-los” (HAN, 2017, p. 163).

Han (2021) nos faz perceber que a violência é o impulso de destruição do sistema capitalista, o qual é predatório, prioriza a produção, exploração e assujeitamento a esse discurso de trabalho, de produção e de produtividade. A violência é a lógica de acumulação que domina a economia, que usufrui mais poder quanto mais violência

exerce. A violência que mata produz a sensação de crescimento, força, poder e de invulnerabilidade.

Por sua vez, Barroso (2021, p. 397), ao abordar as conceituações hegemônicas sobre violência estrutural, propõe reconceituar o conceito e tratá-la “como *modus operandi* da sociedade patriarcal-racista-capitalista e, nesse sentido, como um fenômeno estrutural e estruturante das relações sociais”.

Entre as características que determinam as definições convencionais da violência estrutural, estão a normalidade e a impessoalidade. Ela diz respeito ao modo como a sociedade se organiza, as cidades se estruturam, quer dizer, como ocorre a produção e a reprodução da vida. Se resume na própria violência como modo de vida (BARROSO, 2021). Além de se apresentar nas formas diretas e organizadas de uma violência real, para Vázquez ela “se manifesta de um modo indireto, e aparentemente espontâneo, como violência vinculada com o caráter alienante e explorador das relações humanas” (VÁZQUEZ, 2011, p. 380).

Miguel diz (2015) que a violência estrutural se camufla por se conformar às regras, e é naturalizada por se fazer presente, de maneira permanente, na composição das relações sociais. Sua invisibilidade decorre do fato de que, contrariamente à violência aberta, não parece romper com a normalidade. “Além disso, tem beneficiários, mas não necessariamente perpetradores particularizáveis” (BARROSO, 2021, p. 399).

Mesmo com o caráter de impessoalidade, Bozza situa que a violência estrutural se revela na sociedade – em que o desenvolvimento das forças produtivas se volta à satisfação das necessidades – através de comportamentos individuais ou institucionais negadores das necessidades humanas reais (BOZZA, 2016), por meio de tentativas recorrentes de imposições para satisfação da necessidade de alguns poucos em detrimento da satisfação de necessidades de outros (MARX; ENGELS, 2007).

Na definição clássica de violência estrutural de Galtung (1969, p. 171), encontramos:

Nós nos referimos ao tipo de violência onde há um agente que comete a violência como violência pessoal ou direta, e a violência onde não há tal ator como violência estrutural ou indireta. [...] enquanto no primeiro caso [as consequências da violência] podem ter sua origem traçada de volta até pessoas e agentes concretos, no segundo caso isso não é mais significativo. Talvez não haja nenhuma pessoa que diretamente cause dano a outra na

estrutura. A violência é embutida na estrutura e aparece como desigualdade de poder e conseqüentemente como chances desiguais de vida.

Em sua crítica e esforço para reconceituar a violência estrutural, Barroso alega que, mesmo reconhecendo as desigualdades de poder, a definição acima não evidencia a luta de classes, fixa-a à estrutura, em que a impessoalidade não existe, e oculta hierarquias e privilégios em vez de mostrar a violência como elemento característico do sistema. Isso, para ela, supõe uma sociedade homogênea e estável em relação a normas, padrões e valores, dados como perenes, e se esquece do caráter socio-histórico das definições sociais, renunciando à razão dialética e a riqueza humanista da práxis.

Barroso (2021) propõe, como expressou Bozza, que a violência, em sua análise, não seja fragmentada, mas que a identificação de sua origem seja uma das possibilidades de sua apreensão. Na definição de Bozza, a violência estrutural pode se originar: em ações humanas, individuais ou coletivas; atividades institucionais privadas; atividades institucionais estatais; ou na distância entre as potencialidades de vida humana e suas condições de vida, determinadas pela contradição entre o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção, especialmente sobre a propriedade.

Enquanto as duas primeiras acima expressam uma violência contingente/subjetiva; as duas últimas indicam a violência estrutural. Todavia, para Bozza (2016, p. 3) “não há dúvida de que a violência contingente é determinada por variáveis da violência estrutural. Quanto maior a violência estrutural, maior será a violência contingente”. Ele alerta que há um risco em limitar e/ou fragmentar a violência, e lança a classificação acima exposta como recurso didático na compreensão do tema. Sua hipótese é de que a injustiça social corresponde à violência estrutural.

A violência estrutural, compreende Barroso, evidencia as estruturas de dominação e se constitui em expressão das contradições entre aqueles que desejam manter privilégios e os que se revoltam contra a exploração e a opressão – que resultam, no capitalismo, na mercadorização da vida e da natureza pelo sistema do capital. A partir da exploração, violências anteriores se manifestam em novas configurações. Acentuam-se formas particulares de outras determinações sociais, como o sexismo e o racismo, que se relacionam às sociabilidades patriarcais e escravistas.

Barroso (2021, p. 403) chama a atenção “para a indissociabilidade entre capitalismo, patriarcado e racismo. Estes sistemas não funcionam separados, nem se articulam pela simples reprodução da cultura. Possuem base material na imbricação entre exploração/opressão”. Tal estrutura define o atual modelo de sociedade e, por extensão, alicerça a violência estrutural derivada dele. Barroso faz questão de destacar que, mesmo com suas raízes e extensões estabelecidas em todo o tecido social, essa estrutura não impera sem constrangimentos e tensionamentos das resistências e lutas antissistêmicas.

Em suma, a concepção de violência estrutural de Barroso não se restringe a de uma violência em si mesma, mas enquanto a manifestação do *modus operandi* da sociabilidade atual, que denuncia a pluralidade da violência enquanto produto e produtora das relações sociais, e nos serve de ferramenta para problematizar as relações de opressão e exploração geradas pelo patriarcado, o racismo e o capitalismo.

### 3.2 TIPOLOGIA DA VIOLÊNCIA

O conceito de violência é tão amplo que dificilmente as classificações abrangem todas as formas. Apesar disso, a tipologia de violência pode ser útil para visualizar suas modalidades.

Para Dahlberg e Krug (2007), a categorização inicial estabelece uma diferença entre a violência que uma pessoa inflige a si mesma da violência infligida por outro indivíduo ou por um pequeno grupo de indivíduos, e da violência infligida por grupos maiores, como estados, grupos políticos organizados, milícias e organizações terroristas. Essas três categorias amplas são ainda subdivididas, a fim de melhor refletir tipos mais específicos de violência.

QUADRO 4 - Tipos de violência

<b>TIPOS DE VIOLÊNCIA</b>
<p>– <i>Violência autoinfligida</i> é subdividida em comportamento suicida e agressão autoinfligida. O primeiro inclui pensamentos suicidas, tentativas de suicídio – também chamadas em alguns países de "para-suicídios" ou "auto injúrias deliberadas" – e suicídios propriamente ditos. A autoagressão inclui atos como a automutilação.</p> <p>- <i>Violência interpessoal</i> divide-se em duas subcategorias: 1) violência de família e de parceiros íntimos – isto é, violência principalmente entre membros da família ou entre parceiros íntimos, que ocorre usualmente nos lares; 2) violência na comunidade – violência entre indivíduos sem relação pessoal, que podem ou não se conhecerem. Geralmente ocorre fora dos lares. O primeiro grupo inclui formas de violência tais como abuso infantil, violência entre parceiros íntimos e maus-tratos de idosos. O segundo grupo inclui violência da juventude, atos variados de violência, estupro ou ataque sexual por desconhecidos e violência em instituições como escolas, locais de trabalho, prisões e asilos.</p> <p>– <i>Violência coletiva</i> acha-se subdividida em violência social, política e econômica. Diferentemente das outras duas grandes categorias, as subcategorias da violência coletiva sugerem possíveis motivos para a violência cometida por grandes grupos ou por países. A violência coletiva cometida com o fim de realizar um plano específico de ação social inclui, por exemplo, crimes carregados de ódio, praticados por grupos organizados, atos terroristas e violência de hordas. A violência política inclui a guerra e conflitos violentos a ela relacionados, violência do estado e atos semelhantes praticados por grandes grupos. A violência econômica inclui ataques de grandes grupos motivados pelo lucro econômico, tais como ataques realizados com o propósito de desintegrar a atividade econômica, impedindo o acesso aos serviços essenciais, ou criando divisão e fragmentação econômica. É certo que os atos praticados por grandes grupos podem ter motivação múltipla.</p>

Fonte: Dahlberg e Krug (2007, p. 1163-1178).

A concepção de violência está em contínua mutação. Minayo (2006, p. 13) sustenta que a violência não é uma, mas múltipla, e se configura como um fenômeno de causalidade complexa, em que existem violências toleradas e violências condenadas, e frisa que a consciência contemporânea dominante sobre a violência se assenta em sua essência criminal e delinquencial, vinculando-se a tipos penais descritos pela legislação, como homicídio, estupro, agressão, roubo, entre outros.

A violência esteve e está presente em nosso país, qualquer que seja a época histórica considerada e, embora tenha determinadas continuidades, a violência contemporânea possui peculiaridades de cunho mais estrutural, que é uma das formas mais agressivas, segundo Minayo (2006), devido ao seu profundo enraizamento. Martín-Baró (1985 apud BESEN; ANSARA, 2021) acrescenta que, nas sociedades capitalistas, a violência estrutural é a base de todas as demais formas de violência. Além de impedir a distribuição adequada dos recursos que poderiam satisfazer as necessidades básicas da maioria, ela estabelece uma desigualdade opressiva através de legislações que sustentam os mecanismos de distribuição social da riqueza e obrigam, por coerção, que a maioria respeite esses mecanismos. Pelo fato de a ordem social ser produto e reflexo do domínio de uma classe social sobre as

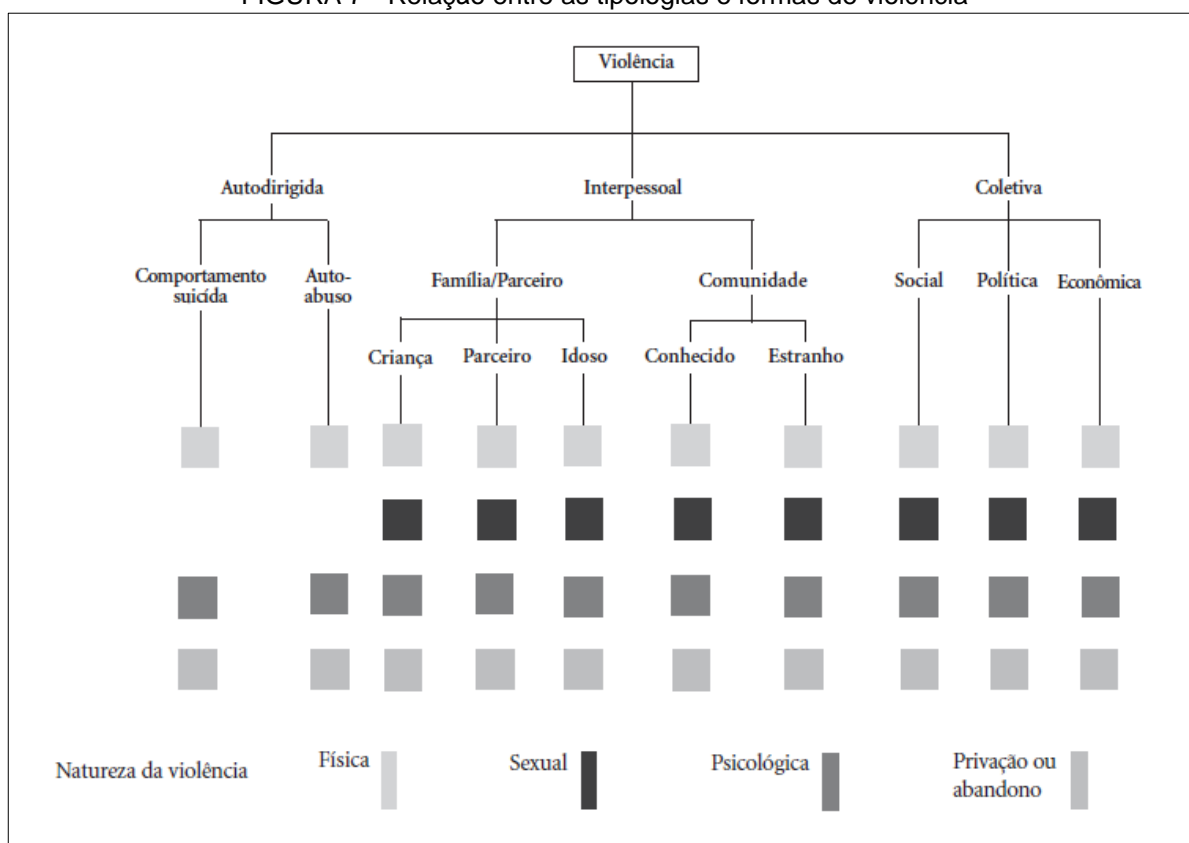
outras, conclui-se que a violência está presente na própria ordem social, formando a violência estrutural.

Isso faz com que os direitos humanos fundamentais sejam estrutural e sistematicamente negados e, nessa direção, o uso da coerção e da força se tornam parte inerente das instituições sociais, ocasionando, por extensão, todos os demais tipos de violência. Martín-Baró (1985 apud BESEN; ANSARA, 2021) conclui que o fundamento das violências são as condições estruturais de injustiça e desigualdade. Uma das derivações é a violência institucional, concretizada nas estruturas hierárquicas, em que observamos a repressão do Estado, através dos seus agentes, direcionada contra os “inimigos” que desordenam tal estrutura social produtora de injustiça e desigualdade. Existem vários tipos de violência, mas uma das mais amplamente utilizadas é a tipologia de violência proposta por Krug et al. (2002). Essa tipologia classifica as diferentes formas de violência em quatro categorias principais.

A primeira é a violência física: é a forma mais visível e direta de violência. Ela inclui agressões físicas, espancamentos, tortura, homicídios e outras formas de violência que causam lesões físicas ou morte. A segunda é a violência psicológica: é uma forma de abuso emocional que pode incluir ameaças verbais, intimidação, humilhação, assédio moral e outras formas de abuso psicológico. A violência psicológica pode ter consequências graves para a saúde mental e emocional das vítimas. A terceira é a violência sexual: inclui todas as formas de coerção sexual, como estupro, assédio sexual, exploração sexual e outras formas de abuso sexual. A violência sexual pode causar danos físicos e psicológicos a longo prazo nas vítimas. A quarta e última é a violência por negligência ou omissão: omissão se refere à falta de cuidado adequado ou proteção das pessoas vulneráveis, como crianças, idosos ou pessoas com deficiência. Essa forma de violência pode incluir negligência, abandono, exploração financeira e outras formas de abuso que resultam da falta de cuidado e proteção.

Uma representação importante para bem evidenciar a violência é proposta por Dahlberg e Krug (2007), que estabelecem relações entre as tipologias e formas de violência, conforme mostra a figura 4.

FIGURA 7 - Relação entre as tipologias e formas de violência



Fonte: Dahlberg e Krug (2007, p. 1167).

Os autores mencionam que mesmo considerando a imperfeição e sua não aceitação de forma universal, esta é uma estrutura útil para compreensão da prática da violência em escala mundial, desde a violência no cotidiano das pessoas, das famílias e comunidades, e as relações entre agentes e vítimas.

É importante lembrar que essas categorias não são mutuamente exclusivas e muitas vezes ocorrem em combinação. Por exemplo, a violência sexual pode ser acompanhada de violência física ou psicológica, e a violência por negligência pode levar à violência física ou psicológica.

Para os fins deste trabalho, no entanto, vamos pontuar, agora, a violência simbólica.

### 3.2.1 Violência simbólica

Cumprido, por fim, considerar o trabalho desenvolvido por Pierre Bourdieu, o principal autor que baliza a concepção de violência simbólica, entendida como uma



manifestação decorrente do poder simbólico. Ele delinea a violência simbólica como uma

violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento (BOURDIEU, 2003, p. 7-8).

Para Bourdieu e Eagleton, “em termos de dominação simbólica, a resistência é muito mais difícil, pois é algo que se absorve como o ar, algo pelo qual o sujeito não se sente pressionado; está em toda parte e em lugar nenhum, e é muito difícil escapar dela” (BOURDIEU; EAGLETON, 2007, p. 270).

Este tipo de violência é definido por Han (2017, p. 23) como “uma modalidade que se serve de automatismo do costume [...] nos modelos de percepção e de comportamentos que se tornaram hábito, naturalizada”. Já para Rosa (2007, p. 40),

a violência simbólica representa uma forma de violência invisível que se impõe numa relação do tipo subjugação-submissão, cujo reconhecimento e a cumplicidade fazem dela uma violência silenciosa que se manifesta sutilmente nas relações sociais e resulta de uma dominação cuja inscrição é produzida num estado tóxico das coisas, em que a realidade e algumas de suas nuances são vividas como naturais e evidentes. Por depender da cumplicidade de quem a sofre, sugere-se que o dominado conspira e confere uma traição a si mesmo.

Destacamos que, apesar da denominação da violência estar vinculada a um âmbito simbólico, tal conceito não desconsidera as manifestações reais do poder e da violência, como as situações em que pessoas são “espancadas, violentadas, exploradas”, mas busca visualizar, “na teoria, a objetividade da experiência subjetiva das relações de dominação” (BOURDIEU, 2003, p. 43).

A violência simbólica desencadeia, no dia a dia, entre outras formas de violência, o preconceito e a discriminação. O preconceito, explica Marinho (2021), além de se basear na violência simbólica, se assenta na dominação, e é inserido na vida cotidiana de diferentes modos e de maneiras disfarçadas. Ele se relaciona a certas ocupações desempenhadas, principalmente, por mulheres, negros, homossexuais e deficientes, e se espalha na sociedade por meio de imagens e representações. Exemplos disso, difundidos pela mídia para o imaginário social, são a imagem da mulher como produto de consumo, a restrição da presença de negros a

papéis secundários e a caricaturização de homossexuais e deficientes, o que intensifica estigmas simbólicos e estéticos contra esses indivíduos.

O preconceito e a discriminação são possivelmente subestimados, situa Jones (2000), em decorrência do racismo internalizado, do machismo interiorizado por mulheres, da homofobia internalizada nos homossexuais, da concepção de normalidade interiorizada nas pessoas com deficiência, fatos que fazem com que os integrantes de grupos inferiorizados tomem para si visões e comportamentos do grupo dominante.

Bourdieu (2010) definiu o estado de naturalização da dominação pelos dominados de paradoxo da doxa, que acontece como resultado da assimilação de preconceitos desfavoráveis na ordem das coisas e de si mesmo, que leva os sujeitos discriminados a corroborarem, recorrentemente, os preconceitos sofridos.

Discordando do modo como Bourdieu elabora os conceitos de poder e violência simbólica (sobretudo como expressos em *O poder simbólico*), Bicalho (2009) propõe outra conceituação para violência simbólica, baseada na teoria crítica frankfurtiana, especialmente em Adorno e Horkheimer. Assim, fundamentada em uma consideração de Adorno (1996) que refletia sobre a burocratização dos partidos políticos, Bicalho (2009, p. 52, grifo suprimido) diz: “depreendemos que a violência simbólica refere-se ao arrolamento do sujeito em uma realidade que o constrange, mesmo que de modo sutil e imperceptível, a se enquadrar em certas predisposições, percebidas como condições sociais.”

Ela acontece, elabora Adorno (1996, p. 111), “como a obrigação de se afirmar no interior de um sistema prepotente, cuja violência se realiza graças à difusão pelo todo de suas próprias formas de organização” partilhada “não apenas mediante transmissão social, mas também de modo quase racional”, como se tal adesão fosse de interesse do sujeito, pontua Bicalho (2009).

Bicalho (2009) finaliza dizendo que, nesse contexto, a única alternativa que se apresenta ao sujeito é adequar-se ou aceitar a exclusão e imputa nele a necessidade de se ajustar a normas que lhe são alheias. Para Marinho (2021, p. 263), “é nesse sentido que se processa a violência simbólica, na inculcação na qual a dominação passa a ser considerada como natural pelos dominados”.

A violência simbólica faz com que os sujeitos discriminados passem a aceitar sua condição de desvantagem e os tratamentos injustos recebidos são tidos como válidos e não situações ocasionadas pela discriminação da qual padecem (KRIEGER,

2000). Outro sinal da subestimação por esses indivíduos ocorre quando oferecem respostas socialmente aceitáveis ao relatarem suas experiências de discriminação, como, por exemplo, “nunca fui discriminado” ou “isto não ocorre comigo” (KRIEGER, 2000; MARINHO, 2021).

Marinho (2021) avalia que, ao serem tomados como naturais e inerentes na ordem das coisas e do mundo, o preconceito e discriminação fazem com que toda resistência pareça ineficiente diante de tais violências simbólicas. Elas afetam a estima, as ações e práticas, as oportunidades, os objetivos, as ambições, a renda, a escolaridade e a profissão dos sujeitos frequentemente expostos a ambientes discriminatórios.

Ela frisa que, quanto maior o contexto de vulnerabilidade social da pessoa, aumentam as chances dela se tornar alvo de ações preconceituosas. Entre as principais categorias motivadoras de preconceito e discriminação destacam-se o gênero, a classe econômica, a orientação sexual e a religião. Embutida em cada prática preconceituosa ou discriminatória há um senso de desconsideração e desmerecimento ou o julgamento de que o outro é alguém de menor valor e deve possuir menos direitos (MARINHO, 2021).

Mesmo considerando que a violência sempre esteve presente na história humana, Dahlberg e Krug (2002) entendem que ela pode ser combatida; não precisamos aceitá-la como inevitável. Assim como a perene existência da violência, a história registra que diferentes sistemas – religiosos, filosóficos, legais e comunais – se desenvolveram e agiram para evitá-la ou limitá-la. Embora nenhum tenha sido plenamente eficiente, todos contribuíram para tentar suprimi-la.

### 3.3 VIOLÊNCIA NO CAMPO – DO PASSADO SE VIVE O PRESENTE

O Brasil foi construído a partir de acontecimentos violentos ocorridos ao longo da colonização. A violência pode ser caracterizada de forma física ou simbólica e esteve presente em todos os períodos históricos, abrangendo todas as dimensões sociais, até mesmo as práticas do cotidiano. Com o processo de maior conexão entre as sociedades, a violência se intensificou pelo desejo de dominação.

No caso do Brasil, para melhor entender o sentido da violência, temos de rastreá-la desde o seu aparecimento, já na fundação do país, até os dias atuais, quando ela chega a um elevado grau, conforme apresentaremos na sequência.

A história pregressa do Brasil contém fatos significativos que falam de nossa formação como povo, na base da violência e da exploração da população.

Todos nós brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. [...] Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria. A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. Ela é que incandesce, ainda hoje, em tanta autoridade brasileira predisposta a torturar, seviziar e machucar os pobres que lhes caem às mãos (RIBEIRO, 1995, p. 120).

Ribeiro (1995) desfaz o mito da formação pacífica brasileira. Do contrário, o país é resultado de processos contínuos de violência e opressão, orquestrada para manutenção da estratificação social, alçada pela elite (lusitana, luso-brasileira e posteriormente brasileira). O “abismo não conduz a conflitos tendentes a transpô-lo, porque se cristalizam num *modus vivendi* que aparta os ricos dos pobres” (RIBEIRO, 1995, p. 24). Ao longo de sua obra, Ribeiro (1995) reitera que o desenvolvimento da nação deu-se mediante extermínio étnico indígena, processos de aculturação, a criação da mestiçagem e da empresa escravista que “fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável” (RIBEIRO, 1995, p. 118).

Freyre (2003) considera que a violência no Brasil se constituiu desde a colonização, enquanto elemento intrínseco da sociabilidade brasileira, em grande medida, desencadeada pelo homem branco, colonizador, em direção às “raças inferiores”, indígenas e negros.

Passaram-se quatro séculos e o cenário da violência pouco mudou. Manteve-se o escárnio aos povos indígenas, negros escravizados e mestiços, relegados à própria sorte e, em 1850, com a Lei de Terras, conforme apresentado no capítulo anterior, alterou-se toda a estrutura sobre posse e propriedade da terra. A referida lei foi implacável no sentido de evitar o acesso à terra aos escravos que seriam libertos e aos imigrantes vindos da Europa, tornando-a uma mercadoria e ampliando a concentração fundiária que “transformava as terras devolutas em monopólios do Estado [,] controlado por uma forte classe de grandes fazendeiros” (MARTINS, 1995, p. 42).

É nesse cenário que se expande a questão agrária no Brasil, sob a sanha capitalista emoldurada pelo trabalho livre e remunerado atrelado ao aumento das injustiças sociais. Nos restringindo ao tema da violência no campo naquela época, tivemos os episódios que, conforme Oliveira (1997, p. 15), eram “tentativas dos vencidos em romper com a injustiça reinante no país”. Ele diz que:

Canudos, contestado, Trombas e Formoso fazem parte da história das lutas pela terra e pela liberdade no campo do país. São memórias da capacidade de resistência e de construção desses expropriados na busca pelo espaço livre onde possam ser proprietários coletivos de um tempo descompromissado com o relógio capitalista. São também memórias da capacidade destruidora do capital e dos capitalistas perante o temor de uma destruição inevitável (OLIVEIRA, 1997, p.13).

A prática da violência também esteve presente quando os(as) camponeses(as) de Porecatu (1944), do sudoeste do Paraná (1957), Santa Fé do Sul, no estado de São Paulo, das ligas camponesas, Fazenda Santa Elina em Corumbiara (1995), Eldorado do Carajás (1996), entre outros, se rebelaram pela defesa do direito à terra, ao trabalho e à vida.

Começamos pela Guerra de Canudos (1896-1897), que culminou num dos maiores massacres em decorrência de conflitos armados no campo brasileiro. De um lado estavam os sertanejos, localizados na cidade de Belo Monte, Norte do estado da Bahia, liderados pelo religioso e simpatizante da monarquia Antônio Conselheiro. Do outro lado estava o Exército, representante do governo republicano (1889). O conflito se iniciou pelo argumento do governo de que a monarquia poderia se reorganizar. Contudo, o que explica a guerra foi o interesse de retomada do poder regional por parte de algumas lideranças religiosas, políticas e econômicas (PINHEIRO; DUARTE, 2020). A estimativa é de que tenham sucumbido à guerra cerca de 25 mil conselheiristas.

Em suma, a Guerra de Canudos (1896-1897) é um marco na história do Brasil, pois evidencia a violência da elite agrária e do Estado contra os movimentos sociais que reivindicavam a posse da terra e a igualdade social. Além disso, a guerra demonstrou a força e a resistência do povo sertanejo, que lutou bravamente em defesa de suas terras e de sua comunidade.

A Guerra do Contestado (1912-1916), ocorrida nas cidades de Canoinhas e Três Barras, no norte do estado de Santa Catarina, também é considerado um massacre de grandes proporções que envolveram interesses políticos regionais e

nacionais, exigindo o emprego do Exército e das forças de segurança do Paraná e de Santa Catarina contra os camponeses liderados pelo monge José Maria.

A luta por terras foi uma das principais causas da Guerra do Contestado. A região era marcada por conflitos entre posseiros e grandes proprietários de terras, que reivindicavam a posse das áreas disputadas, que se converteu em insurreição popular. A população da região vivia em péssimas condições de vida, em total desassistência em decorrência do fim do Império e da instauração da República, e da instalação da empresa Southern Brazil & Colonization para construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, que acarretou na expulsão à força de inúmeros camponeses (SANTOS, 2010). Angelo (2000) ilustra que:

Unidos pela fé, 20. 000 camponeses se insurgiram contra o Exército até serem massacrados, em 1915. Uma das rebeliões mais sangrentas do Brasil. O conflito, simultâneo à Primeira Guerra Mundial, foi esquecido pela imprensa da época e minimizado pelos livros de História. Ninguém sabe nem sequer quantos morreram. Podem ter sido 10 000 ou 20 000 (ANGELO, 2000, p. 46).

Outro conflito foi a revolta de Trombas e Formoso (entre as décadas de 1950-1960) ocorrido nos dois povoados do município de Amaro Leite, norte do estado de Goiás, onde posseiros da região médio-norte do estado buscavam terras devolutas. Nasce, aí, o movimento de produção de títulos das terras devolutas engendradas por advogados, agentes públicos e fazendeiros que, com o auxílio de jagunços e agentes da polícia local, começaram a expulsar posseiros da região (MAIA, 2008).

Nessa revolta, fica evidente o protagonismo e organização política e social dos camponeses com a chegada de militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), configurando a resistência armada dos camponeses do norte de Goiás que rebelaram-se contra o processo de expropriação de terras liderada por um grupo de grileiros, fortalecidos pelo governo do estado. Em função do golpe militar ocorrido no Brasil, em 1964, o movimento foi desmantelado, vários líderes e participantes da luta perseguidos e mortos, e suas terras abandonadas.

Nos três casos resumidamente apontados, fica mais que evidente a nova onda de violência instaurada no campo que perdurou até a fase da modernização da agricultura e da militarização da questão agrária. “O movimento militar de 64, que assumiu o controle do país, instaurou a perseguição e ‘desaparecimento’ das lideranças do movimento das ligas camponesas, e sua desarticulação foi inevitável” (OLIVEIRA, 1997, p. 26).

Como não possuímos condições de demonstrar todos os conflitos e violências no campo nesse período, optamos por uma síntese a partir da obra de Oliveira (1997). De todo modo, destacamos que a prática da violência no campo naquele momento conflitou o modelo, ainda vigente, de articulação do Estado e donos de terra/capital para banimento da luta camponesa pela reforma agrária, via métodos violentos.

Importante mencionar os casos de violência no campo no estado do Paraná de maior repercussão, visto ser o locus da pesquisa. Eles evidenciam que, no território paranaense, a violência se fez presente em todos os períodos expostos. O primeiro, já mencionado, foi a Guerra do Contestado. Outro foi a Revolta de Porecatu, localidade situada no extremo norte do estado, com a luta armada de resistência dos camponeses, com o auxílio do PCB, contra latifundiários, incluindo grileiros, juntamente com o Estado (PRIORI, 2009).

Na década de 1940, o presidente Vargas lançou o programa “Marcha para o Oeste”, atraindo 1.500 famílias camponesas, vindas de todas as regiões brasileiras, para ocuparem as áreas rurais de Porecatu, Jaguapitã e Centenário do Sul, onde o governo disponibilizaria 120 mil hectares de terra para colonização. Os camponeses já assentados (sem título da propriedade), denominados posseiros, presentes em pequenas glebas, começaram a conviver com latifundiários/grileiros, atraídos pela valorização da terra, que começaram a expulsá-los.

Em 1948, camponeses motivados pela resistência aderem à luta armada proposta pelo PCB, que

participou da organização do movimento armado, enviando para a área de conflito vários militantes experientes e dando uma eficaz retaguarda, mediante não só o envio de armamentos e munição, mas também apoio financeiro, assim como roupas e alimentos para os resistentes. (PRIORI, 2009, p. 118).

Como represália, o Estado, através do Departamento de Ordem Política e Social, o DOPS, agiu fortemente para prender os posseiros e desmobilizar os grupos armados. Em 17 de junho de 1951, numa ação bem-sucedida, prendeu todos os dirigentes do PCB da cidade e alguns membros do comando da revolta. “No fim de julho de 1951 já não havia posseiros com armas na mão. Muitos foram presos, outros fizeram acordos com os grileiros e outros, ainda, saíram da região, para se dedicar à militância clandestina no PCB.” (PRIORI, 2009, p. 140).

Em 1957, no sudoeste do Paraná, nas regiões de Pato Branco, Francisco Beltrão e Capanema, ocorreu a Revolta dos Colonos, decorrente da venda de terras, por companhias imobiliárias, em especial a Citla, para colonos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que eram proprietários da terra e viam-se como posseiros (OLIVEIRA, 1997). Os colonos passaram a ser violentamente arrancados de suas terras, menciona Piori (2009, p. 154), “mediante a prática de estupro e o esfaqueamento de menores diante dos pais, assassinato de toda a família e queima das benfeitorias”. Essas terras foram vinculadas às negociatas do governador Moisés Lupion, sendo tituladas em favor de seus amigos e familiares. É nesse período que se inicia a luta armada entre os colonos e jagunços (estes, pagos pelas companhias imobiliárias, comumente chamados de “corretores”).

O conflito iniciou-se de forma individual entre colonos e jagunços, mas tão logo, ao mobilizarem-se e convencerem-se que era necessária uma luta coletiva, constituiu-se como um movimento de resistência. Em 10 de outubro de 1957, 6 mil colonos armados invadiram as companhias e destruíram tudo que foi possível, forçando-as a saírem da região. A questão só começou a ser resolvida em 1962, foi criado o Grupo Executivo de Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP) para estabelecer a resolução dos conflitos (OLIVEIRA, 1997), que se encerrou na década de 1970 após ceder o título da terra aos colonos.

Retornando a discussão a nível nacional, apontamos que os conflitos agrários nas lutas por terras se agravaram quando se encaminharam para a esfera militar, concebendo o que Martins (1984) cunhou de “militarização da questão agrária”, em que a ação militar se transformou em

executora de uma política de expropriação territorial, de privilegiamento de interesses dos da empresa privada sobre os direitos da pessoa [...] e também uma forma de violência, na medida em que significa a interferência direta do Poder Executivo, através da ação militar e policial (MARTINS, 1984, p. 59).

O regime militar<sup>13</sup> buscou extirpar as ligas camponesas<sup>14</sup> e eliminar o processo de reforma agrária proposto pelo então presidente João Goulart, promovendo uma

---

<sup>13</sup> Ditadura empresarial-militar ocorrida entre abril de 1964 até 1985, implantada a partir de uma insurreição contrarrevolucionária das classes dominante (MELO, 2012).

<sup>14</sup> Uma indicação sobre o retrato da realidade enfrentada por camponeses é o filme-documentário “Cabra marcado para morrer”, dirigido por Eduardo Coutinho, que apresentou parte da vida agreste e amarga da família do líder rural João Pedro Teixeira, morto em uma emboscada a mando de latifundiários na Paraíba em 1962. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O0wrtiAQtmU>. Acesso em: 7 fev. 2023.



“caçada as lideranças das ligas camponesas e não tardou que as estatísticas passassem a registrar a morte ou o ‘desaparecimento’ dessas lideranças” (OLIVEIRA, 1997, p. 27).

Para termos noção da magnitude das formas de violência ocorridas nesse período, citamos a obra de Carneiro e Cioccarri (2011) que retrata a repressão política no campo no Brasil entre 1962 e 1985:

quando a violência privada era exercida sob a cobertura e o estímulo oficial, baseada em compromissos de classe que aliavam grandes proprietários e empresários rurais ao governo militar. A lei da violência que caracterizava as práticas privadas vinha ao encontro dos interesses defendidos pelo regime a fim de barrar a organização crescente dos trabalhadores do campo. No caso dos conflitos de terra, os jagunços e pistoleiros são encarregados pelos grileiros – supostos proprietários –, pelos latifundiários e pelos grupos econômicos interessados em áreas ocupadas pelos lavradores para proceder à chamada “limpeza da área”. Por meio de violências físicas e coerções [...] espalham o pânico entre as famílias para forçá-las a abandonar suas benfeitorias e a se deslocar a outras regiões. Há a punição em que o trabalhador é mergulhado em um tanque com mel e, amarrado pelo pescoço, conduzido para ser lambido por vacas, ficando com o corpo em carne viva. Outro é espancado e trancafiado numa cadeia privada, “fechada como caixão de defunto”, com apenas um buraco para respirar, apelidada de “Benedita”. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011, p. 28-29).

Importante mencionar que o processo de modernização da agricultura (que ocorreu entre os anos 1960 e 1980, com a internalização do paradigma da Revolução Verde, a formação dos CAIs e a centralidade da economia pelo Estado) provocou ainda mais violência, impulsionada pelo capitalismo que alterou a base técnica da produção, passando a utilizar cada vez mais máquinas, herbicidas e alterações genéticas.

Esse fenômeno provocou subordinação ainda maior da agricultura à indústria que “de um lado, fornece os insumos necessários e, de outro, absorve a produção agrícola para processá-la. [Essa] estrutura mecanizada gera desemprego, provoca intenso processo migratório e graves consequências sociais” (CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA, 1985, p. 14).

Nesse período, ocorreram várias mudanças no campo brasileiro, a citar bem expressivamente, a expropriação do campesinato, através da expulsão sistemática de trabalhadores rurais de diferentes categorias do interior dos grandes domínios de terra. A expulsão de trabalhadores dependentes (moradores, agregados, colonos ou semelhantes) foi definitiva e sem substituição de mão de obra (PALMEIRA, 1989).

Essa disputa pela terra, absolutamente desigual, ampliou a esteira da expulsão, restando duas alternativas aos trabalhadores: se afugentam nas periferias urbanas ou resistirem e partirem para o enfrentamento direto por meio da violência. Oliveira (2001, p. 188) bem apontou: “A eles caberá apenas um caminho: a estrada. A estrada que os levará à cidade, ou a estrada que os levará à luta pela reconquista da terra.”

Para aqueles em que a estrada os levou à luta, não raramente foram impactados com a sanha da violência. A partir da organização dos camponeses, se iniciou um processo de luta por suas demandas, gerando a ira dos latifundiários. Nas décadas de 1950 e 1960, por exemplo, “as ligas camponesas sacudiram o campo nordestino e ganharam projeção nacional, mas muitas de suas lideranças foram assassinadas” (OLIVEIRA, 2001, p. 189).

Esse processo de expulsão dos trabalhadores do campo fomentou sua conversão como vendedores de força de trabalho, formando um enorme contingente de trabalhadores desenraizados, morando nas periferias, sem emprego fixo, buscando trabalho nas fases de colheitas ou de capinas. Esse processo violento da modernização respingou, também, nas condições trabalhistas daqueles que conseguiram ficar no campo, compondo as forças de trabalho das empresas agropecuárias, que usavam “diversos mecanismos criados para obrigar a trabalhar, muitas vezes até a morte”, por meio de “selvagem exploração e das condições subumanas a que [os trabalhadores foram] submetidos, semelhantes à escravidão” (CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA, 1985, p. 15).

Esse período também provocou a especulação em terras agrícolas e gerou diretamente a pressão aos posseiros. O Estado concedeu incentivos fiscais, créditos subsidiados e infraestrutura ao campo, como a abertura de novas estradas, o que estimulou o interesse dos grandes grupos financeiros e industriais que tinham objetivos de exploração florestal e agropecuária.

Binkowski (2018) salienta que a modernização da agricultura no Brasil, a expansão dos processos tecnológicos e as políticas de desenvolvimento nas décadas subsequentes provocaram contundentes transformações socioeconômicas, ambientais, culturais e que, por conta disso, mudaram significativamente os espaços rurais.

Esse período vivenciado no campo foi absolutamente adverso. A aprovação do Estatuto da Terra e a modernização da agricultura geraram grandes impactos no tocante à luta pela terra, extrapolando a luta contra agentes privados, tendo agora o

escopo do Estado. Ou seja, entra em cena o agente estatal, pendendo seus esforços aos interesses do capital, acirrando ainda mais os conflitos através do uso sistemático de sua força.

A violência traz consigo essas faces escamoteadas pelo intento da modernização da agricultura, da ação do estado em prol dos interesses privados, no uso da segurança pública para coibir qualquer ação de resistência dos trabalhadores rurais. Novamente pontuamos que a face moderna da violência se mistura com a arcaica. Mesmo com novos arranjos, novas estruturas produtivas e novos sujeitos em cena, a violência se mantém presente, ou melhor, a face modernizadora da agricultura não implicou sua superação, mas deu continuidade de suas antigas práticas.

Oliveira (1997) construiu uma linha do tempo sobre a violência no campo no Brasil de 1964 a 1973, e mensura que nesse período ocorreram 126 mortes em conflitos. A maior concentração se deu na zona da mata nordestina, tendo como alvos prioritários as lideranças dos movimentos de luta e resistência. No entanto, ele salienta que as mortes “não se limitavam às lideranças, atingindo indiscriminadamente os posseiros, pela ação de grileiros aliados com a polícia” (OLIVEIRA, 1997, p. 33). Ele cita, ainda, a região sudoeste do Paraná que continuou a ver a “luta encarniçada entre grileiros e posseiros.” (OLIVEIRA, 1997, p. 34).

Podemos observar que é a partir dos anos de 1970 que a violência do campo vai tomando outros territórios, avançando para a região Norte do país, em decorrência da expansão da fronteira agrícola brasileira, através de diversos programas de “colonização” para povoar a “desabitada” Amazônia, conforme discute Picoli (2012). Foi fomentada a incursão de empresas mineradoras, do agronegócio e agropecuária nas grandes propriedades, impactadas pela estratégia da grilagem de terras, sob convivência da estrutura estatal. Todo esse aparato trouxe imensos impactos ambientais e econômicos, como também fez crescer os conflitos agrários.

Em outro período delineado, entre 1974 a 1983, se observa o alastramento da violência no campo em quase todas as regiões do país, como Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, totalizando 635 assassinatos, com o maior número de mortes concentrado na região Norte. Nesse período, observa-se também a ampliação do perfil das vítimas de violência, como padres, advogados e novas lideranças sindicais.

De 1984 a 1988, já na chamada Nova República, vê-se o aumento contínuo da violência no campo, onde ocorreram 905 mortes (OLIVEIRA, 1997, p. 31),

principalmente pelo agravamento de confrontos armados em decorrência do início de funcionamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) elaborado pelo governo federal e, ainda, por conta do surgimento da União Democrática Ruralista (UDR). O período final da ditadura foi marcado por grande conflitividade, “como se anunciasse a primeira privatização: a privatização da violência. A violência que, até 1985, estava institucionalizada no aparelho do estado, enquanto ditadura, passara às mãos privadas, com a UDR” (PORTO-GONÇALVES; ROCHA LEÃO, 2020, p. 730).

Tomando como impulso combater o PNRA, foi criada uma nova associação privada patronal, cujos quadros de proprietários se lançariam a uma das mais intensas campanhas de defesa e organização dos segmentos das grandes propriedades rurais no país: a União Democrática Ruralista (UDR), fundada em Goiás, em 1985, trinta dias após a divulgação do PNRA. A UDR é uma expressão da radicalização patronal rural contra a reforma agrária e espaço de aglutinação das insatisfações da “classe rural”.

Medeiros expõe, a partir do depoimento de um diretor nacional da UDR, seu papel na saga da naturalização da violência no campo.

Hoje já podemos confessar que realmente já compramos armas com os leilões. No primeiro realizado em Goiânia, adquirimos 1.636 armas. Com o segundo, em Presidente Prudente (SP) adquirimos mais de 2.430 armas e aí proliferamos as UDR's. Atualmente, temos mais ou menos 70 mil armas, representando a cabeça de cada homem da UDR, homens que deixaram de ser omissos na história de nosso país (MEDEIROS, 1996, p. 132).

Os proprietários de terra afirmavam que, na tentativa de ocupação de suas propriedades, haveria resposta armada. Ao mesmo tempo, “a imprensa por vezes vinculava listas de líderes visados, bem como ‘tabelas de preço’ para a execução” (MEDEIROS, 1996, p. 136).

O principal mote da UDR foi a defesa da intocabilidade do regime de propriedade existente. Além disso, preparou-se para um conflito armado no campo e incentivou a violência contra os trabalhadores rurais. Dentre as principais características da prática e do discurso da UDR, pode-se destacar: a mobilização de massa, a revalorização do rural e a renovação da representação patronal, a instituição da representatividade política, a defesa intransigente do monopólio fundiário e o uso da violência como principal instrumento de pressão contra a reforma agrária e as lutas por terra. Em suas práticas, estão as ameaças e a intimidação aberta, o incentivo à

formação de milícias rurais e a elaboração de listas dos trabalhadores, advogados e assessores marcados para morrer (BRUNO, 1997).

Nesse contexto, a partir de 1985, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) inicia a coleta de dados sobre os conflitos rurais, como se observa na tabela 1.

TABELA 1 – Violência no campo: violência contra pessoas entre 1986 a 1989

ANO	ASSASSINATOS	TENTATIVAS DE ASSASSINATO	AMEAÇAS
1986	137	188	-
1987	154	181	38
1988	102	153	68
1989	65	152	103
TOTAL	458	674	209

Fonte: Cadernos “Conflitos no campo Brasil” 1987-1989.

Importante mencionar que, no mesmo período, “começava a [se] revelar uma nova faceta violência no Brasil: o assassinato seletivo. Tratava-se de matar ou mandar matar principalmente as lideranças sindicais no campo” (OLIVEIRA, 1997, p. 46). No ano de 1988, oito lideranças sindicais foram mortas. Entre elas, o seringueiro e ambientalista Francisco (Chico) Mendes<sup>15</sup>, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, no estado do Acre.

Nos anos 1990 foi registrado um decréscimo nas cifras de assassinatos e um exacerbado aumento de conflitos do campo – 85% deles resultantes da luta pela terra (OLIVEIRA, 2000). A política do Estado foi marcada pela violência policial e a criminalização dos movimentos sociais, em especial do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que centraram sua luta nas ocupações de terras improdutivas em prol da reforma agrária. A tabela 2 demonstra a diminuição dos assassinatos e aumento na tentativa de assassinato em relação a tabela 3.

<sup>15</sup> O assassinato de Chico Mendes provocou uma onda nacional e internacional de pressão sobre o governo brasileiro. Esse foi um dos poucos casos de assassinato de lideranças do campo cujos matadores foram julgados e condenados. Porém, os criminosos fugiram da penitenciária de Rio Branco (AC) e vivem em liberdade (CHIAVENATO, 1996; OLIVEIRA, 1997).

TABELA 2 – Violência no campo: violência contra pessoas entre 1990 a 1999

ANO	ASSASSINATOS	TENTATIVAS DE ASSASSINATO	AMEAÇAS
1990	79	224	87
1991	54	263	98
1992	46	164	47
1993	52	154	37
1994	47	212	62
1995	41	155	43
1996	54	88	71
1997	30	92	37
1998	47	89	46
1999	27	92	47
TOTAL	477	1.533	575

Fonte: Cadernos “Conflitos no campo Brasil” 1991-1999.

A partir de 1988, o Estado passou a ser mediador e instrumento da elite agrária no Brasil, conivente e/ou agente responsável pelos crimes contra os trabalhadores do campo. Outro elemento que passou a minar a luta pela terra foi a judicialização da questão agrária ou a transformação das lutas pela terra em um caso de justiça penal, em face da política repressiva herdada da ditadura militar (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2001). Nesse cenário, não podemos deixar de mencionar os dois massacres ocorridos que ganharam destaque nacional e internacional: o de Corumbiara (RO) e o do Eldorado do Carajás (PA).

O primeiro, ocorrido no ano de 1995, na ocupação de 500 famílias sem-terra da Fazenda Santa Elina, liderada pelo Sindicato Trabalhadores Rurais (STR), autodenominadas como Movimento Camponês de Corumbiara-RO (MCCO), resultou numa ação violenta arquitetada pela polícia militar que, primeiro, investiu contra os sem-terra com gás lacrimogênio e, em seguida, com iros, resultando em 20 trabalhadores desaparecidos, oito mortos – entre eles, uma criança – 200 presos e 350 feridos.

O segundo caso ocorreu em 1996, na Fazenda Formosa (inicialmente nominada como Macaxeira), de propriedade de Olavo Ribeiro, no município de Curionópolis, no estado do Pará, que se constituía na maior ocupação de terra até então, liderada pelo MST, contando com aproximadamente 3.000 famílias. Dentre elas, muitas eram descendentes de nordestinos e negros, oriundas da região de garimpo dos anos 1980. Santos (2000, p. 4) mensura bem o contexto da violência, apontando que “deparamo-nos com uma continuidade estrutural, a coexistência da modernização com a permanência dos conflitos agrários no Brasil, marcados pelas

‘mortes anunciadas’, pelos assassinatos e pelas chacinas: de 1985 até 1996, ocorreram 33 chacinas na área rural, com 195 mortes”.

Em decorrência da disputa e de interesses políticos partidários dos poderes executivos municipais e estadual e dos latifundiários, o Estado foi letárgico em encontrar uma solução e o clima de indefinição anunciava para o uso da violência. O MST organizou a obstrução de estradas na tentativa de chamar atenção das autoridades. Em 17 de abril de 1996, o Estado ordenou o deslocamento de 200 soldados com o objetivo de desobstruir a rodovia PA-150. Esta ação resultou no ferimento de 44 e na morte de 19 sem-terras, fato conhecido mundialmente como o “Massacre de Eldorado do Carajás”.

Nas duas últimas décadas (2000-2020), a violência no campo não se compara aos números referentes às décadas de 1970-1980. Entre 2000 a 2014, o número de casos de violência contra a pessoa registrados foi similar aos da década de 1990, conforme mostra a tabela 3.

TABELA 3 – Violência no campo: violência contra pessoas entre 2000 a 2020

ANO	ASSASSINATOS	TENTATIVAS DE ASSASSINATO	AMEAÇAS
2000	21	82	49
2001	29	132	37
2002	43	245	36
2003	73	194	55
2004	39	284	99
2005	38	266	56
2006	39	207	72
2007	28	260	66
2008	28	90	44
2009	25	143	63
2010	34	125	55
2011	29	347	38
2012	36	295	77
2013	34	241	15
2014	36	182	56
2015	50	59	144
2016	61	74	200
2017	71	120	226
2018	28	28	165
2019	32	30	159
2020	18	35	159
TOTAL	764	3.439	1.871

Fonte: Cadernos “Conflitos no campo Brasil” 2001-2020.

No entanto, a violência no campo se fez presente em outras ações, como aponta Feliciano (2016, p. 2):

no período 2001 a 2014 houve um processo de intensificação da violência no campo brasileiro. Nesse período, mais de 930 mil famílias sofreram algum tipo de ameaça, despejo, tentativas de despejo ou expulsão provenientes de ocupações e posse por terra no Brasil.

O ano de 2016 foi muito violento no campo: aconteceram 60 mortes, 20% a mais do que houve em 2015. Segundo o relatório “Conflitos no campo Brasil 2016” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2016), esse aumento está relacionado à expansão do agronegócio, ao avanço de grandes corporações econômicas nos espaços rurais, às obras de infraestrutura que avançam sobre o território de comunidades tradicionais e à impunidade. O que parece sustentar essa violência é a impunidade (corrupção, perseguições políticas, prisões arbitrárias etc.) e a desarticulação e sucateamento de órgãos fiscalizadores estatais (como a Fundação Nacional do Índio, Funai, e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, entre outros).

### 3.3.1 Engendramento da violência no campo

Os conflitos e a violência no campo estão predominantemente relacionados à concentração de terra, ao poder e ao modelo predador e excludente de desenvolvimento rural historicamente implantado no Brasil, como mencionamos anteriormente. “A violência no campo é difusa e de caráter social, político e simbólico” (SANTOS, 2000, p. 5). Ela ocorre em todo território nacional, tendo impactos heterogêneos em cada região brasileira. A exemplo: na região Norte, no estado do Pará, a violência é exacerbada contra a pessoa; na região Sul, no estado do Paraná, onde ocorrem maior número de invasões territoriais, evidencia-se a violência contra a posse. Essa violência acontece com alto grau de letalidade e contra alvos selecionados, as organizações dos camponeses e trabalhadores rurais.

Reforçar a relevância de compreender as especificidades da violência perpetrada no meio rural e, conseqüentemente, as dinâmicas e os processos sociais relacionados a esta violência não significa fortalecer ou corroborar a oposição dicotômica entre as classes sociais do campo, mas propulsionar elementos que subsidiem a compreensão de sua raiz como um processo, um desencadeamento das metamorfoses que engendram passado, presente e futuro.



A violência no campo é considerada estrutural desde o processo de formação territorial no Brasil, a começar pela invasão das terras indígenas pelos europeus e até nossa atualidade. Autores como Mitidiero (2016), Boff (2017), Mitidiero e Feliciano (2018), afirmam que a violência é permeada por duas dimensões distintas: a) estrutural, própria do modo capitalista de produção; b) pelas especificidades do capitalismo brasileiro, as formas de ocupação do território, a institucionalização da propriedade privada (Lei de Terras de 1850) e a invisibilidade daqueles que não compõem as elites dominantes.

[...] é preciso destacar, no entanto, é que a violência que se tem aceitado com resignação ou até naturalidade, violência de senhores contra escravos e de ricos contra pobres, além de ser uma demonstração de mando ou força, é também uma forma de indicar aos de baixo seu lugar social em uma sociedade marcada por profundo sentimento de desigualdade, uma forma de pacificação social que tem como pano de fundo aquele velho estilo de convivência herdado dos tempos da escravidão (LEONÍDIO 2012, p. 87).

A violência no campo não foi inaugurada pelo capitalismo, mas com este se tornou institucionalizada e mais feroz, adquirindo outra magnitude, e passou a ser naturalizada e banalizada pelo Estado. A CPT elenca que são consideradas violência no campo: assassinatos, ameaças, pistolagem, tentativas de assassinatos, destruição de casas, roças, agressões, prisões, despejos, expulsões e torturas sofridas pelos camponeses, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais e agentes de mediação, entre tantos outros sujeitos sociais envolvidos<sup>16</sup>.

Devido à complexidade do fenômeno da violência, partiremos das noções elaboradas por José Vicente Tavares dos Santos em seus estudos sobre violência na sociedade brasileira e, em especial, no espaço agrário. O referido autor estabeleceu uma tipologia da violência que considera diferentes dimensões (SANTOS, 1992; SANTOS et al., 1998), conforme o quadro abaixo.

---

<sup>16</sup> A CPT utiliza uma metodologia que demonstra a diversidade do campo, onde podemos encontrar uma variedade de denominações e identificações compreendidas por diversidades culturais, profissionais e/ou diferenciações geográficas: posseiros, seringueiro, meeiros, varzeiros, lavradores, palmiteiros, agricultor ribeirinhos, pescadores, colonos, agregados, assentados, fecho e fundo de pastos, castanheiros, geraiszeiros, desempregados urbanos, indígenas, sem-terra, quilombolas, assalariados, diarista, tratorista, peão, administrador, vaqueiro, garimpeiro, canavieiro, religiosos, políticos, fotógrafos, comerciantes, professores, lideranças, sindicalistas, advogados, funcionários públicos e ambientalistas.

QUADRO 5 - Tipologias da violência no espaço agrário

<b>TIPOLOGIA DAS VIOLÊNCIAS NO ESPAÇO AGRÁRIO</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• <i>Violência costumeira</i>: aparece na dinâmica das relações de dominação entre classes e os grupos sociais, incorporada às relações de trabalho na agricultura desde o período escravocrata, tanto entre escravos quanto entre os homens livres. Esta violência foi exposta, ou desnaturalizada, pelos movimentos sociais, dos quilombos aos movimentos messiânicos e ao banditismo social, os quais, na própria radicalidade de suas tentativas de construção de uma outra ordem social, denunciavam o caráter violento da sociedade escravista e pós-escravista.</li> <li>• <i>Violência política</i>: expressa uma forma de dominação entre classes sociais no campo, exercida por orientação de mandantes particulares e efetivada tanto por executantes individuais quanto por milícias privadas. Um dos traços marcantes desta forma de violência consiste na liquidação física dos opositores nos conflitos fundiários, bem como no aspecto ostensivo dos assassinatos, com a impunidade dos mandantes e executores.</li> <li>• <i>Violência programada</i>: seria um efeito das relações de poder exercidas pelas agências públicas e privadas de colonização, ao nível do próprio espaço social de relações que se constituiu naquelas regiões. Trata-se de uma irracionalidade ecológica, agrônômica e econômica, imanente à racionalidade político-ideológica dos programas de colonização.</li> <li>• <i>Violência simbólica</i>: exercida por diferentes discursos – por um lado, pela produção de um discurso da colonização que gera uma mensagem favorável às novas terras e, assim, induzia as populações a partir. Por outro lado, pelo discurso das ameaças de morte, das “mortes anunciadas” ou das “mortes juradas”; ainda, pelo efeito de dissimulação, ou naturalização, das relações de coerção, como se faz no âmbito das relações de dominação pelo “favor” que permeia a sociedade agrária brasileira.</li> <li>• <i>Violência ecológica</i>: derivada do tipo de relação do homem com a natureza, trata-se de uma violência enquanto relação de estranhamento, a partir dos elementos do processo de trabalho e das dimensões simbólicas que necessariamente o acompanham no relacionamento humano com o mundo natural, quanto em sua face de violência contra a natureza, uma ação que depreda a fauna, a flora e o meio ambiente.</li> </ul>

Fonte: Santos (1992) e Santos et al. (1998).

Todas as formas de violências citadas acima ocorrem de forma articulada, numa simbiose naturalizada. Conforme Medeiros (1996, p. 5), “a violência como forma de tratamento aos trabalhadores do campo é parte integrante do chamado padrão tradicional de dominação na história brasileira”. Ela é diversificada nas suas formas; vai de ações de impacto a outras mais ostensivas, como assassinatos, espancamentos, passando por outras mais sutis e cotidianas, que procuram minar a capacidade de resistência, como as ameaças, morte de animais, fechamento de vias.

Um outro aspecto da violência é o esforço direcionado para o silenciamento de vozes, para que em torno delas não surjam redes de solidariedade. São práticas que procuram explicitar o poder sobre os corpos, não só dos mortos, mas também dos vivos. É uma ação codificada, de violência disciplinar. Santos (1995, p. 287) explica que são usados como “exemplos que deveriam ficar profundamente marcados na alma dos homens. Uma pedagogia do terror. Hierarquias que deveriam ser mantidas e pessoas que deveriam obedecer, ser silenciadas, disciplinadas, docilizadas”.

Boff (2017) destaca que a violência nunca foi pontual, pois está calcada na estrutura social, mas uma violência sistêmica contra pobres, afrodescendentes e

camponeses. O autor ainda aponta duas razões para isso: a primeira seria a expansão desenfreada do agronegócio contra aqueles que necessitam da terra para trabalhar e sobreviver; a segunda, por conta da organização coletiva e resistência dos povos do campo. Embasando a dimensão dada por Boff (2017), Chiavenato (1996) destaca que, na sociedade brasileira, a violência, estrutural é um “processo genocida que acontece no campo (‘processo genocida’, sim; não se trata de força de expressão)” (CHIAVENATO, 1996, p. 27).

Porto-Gonçalves (2006, p. 140) entende que “a violência não é um simples resquício associado ao velho latifúndio e a um mundo rural retrógrado, mas está claramente ligada ao agro-business e à modernização dos campos brasileiros”. A violência no campo não é recente, “é talvez um traço da história dos vencidos no Brasil” (OLIVEIRA, 1997, p. 15). A violência é a estratégia historicamente utilizada pelas elites para garantir seu domínio econômico e político sobre a sociedade.

Como esta pesquisa se enquadra no *hall* de estudos qualitativos da área das Ciências Sociais Aplicadas, recorreremos a um exame mais refinado sobre o conceito de violência no campo em 84 artigos e livros<sup>17</sup> com temática voltada a violência no campo. Foram identificados 29 trabalhos (Apêndice C) que atendiam ao requisito de sua conceituação. Em seguida, estruturamos os conceitos na formação de um *corpus*<sup>18</sup>. Na figura 5 tem-se a construção de uma nuvem de palavras acerca dos conceitos apresentados nos trabalhos selecionados.

---

<sup>17</sup> O levantamento foi realizado nas bases da *Scielo*, do Portal de Periódicos CAPES e na Revista NERA, do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. Refere-se a todos os trabalhos identificados com a temática da violência no campo, sem qualquer delimitação (tempo, tipo de publicação, área, etc)

<sup>18</sup> Esses recortes de textos foram inseridos no editor de texto Bloco de Notas e, após revisão do conteúdo, foram retiradas do texto as preposições e pronomes. Dos 29 autores utilizados se originaram 29 textos organizados em um único arquivo. Foi criada uma sistematização específica retirando as palavras: campo e violência.



As possibilidades de eclosão da violência nas relações sociais, em particular no espaço agrário, alimentam-se da crise de hegemonia do Estado brasileiro. Assiste-se a uma disseminação, a nível macro e a nível [microsocial], da violência, pois os aparelhos repressivos do Estado estão vinculados tanto a uma violência social difusa, na cidade e no campo, quanto a uma violência política. Ainda mais, a ausência da presença do poder estatal, o exercício de suas funções legítimas, favorece a multiplicação de atos de violência, principalmente contra as populações trabalhadoras rurais. (SANTOS, 2000, p. 77).

O desígnio é a cristalização de uma estratégia desesperada do capital em crise para retomar o processo de acumulação por meio, principalmente, da expansão voraz do agronegócio e a conseqüente reprodução de eventos e ações de violência derivadas das atividades econômicas e políticas. Nessa circunstância, levanta-se um questionamento: qual posição o Estado ocupa na propositura de políticas públicas e para quais interesses ou interessados?

[...] a violência que caracteriza o Brasil de hoje e as possibilidades mínimas de transformação radical do sistema econômico, anunciam que a nova sociedade que estaria surgindo seria mais perversa que a sociedade que começaria a deixar de existir. O tempo das conquistas sociais vai ficando no passado e entramos em um período de destruição do legado das lutas sociais rumo a uma época de expropriação e violência (vale repetir: a destruição dos direitos trabalhistas e o aumento dos números de violência no campo brasileiro são expressões claras e evidentes desse momento histórico). Desse modo, as lutas vindouras deverão ter na sua agenda menos manifestações para o reestabelecimento de direitos e mais reivindicações por resgate de dimensões civilizatórias. (MITIDIERO; FELICIANO, 2018, p. 252).

O atual modelo de desenvolvimento agropecuário, apoiado pelo Estado, é predatório, excludente, concentrador de terra, renda, e está organizado para atender os interesses dos grupos econômicos e subordinar de forma vertical os que trabalham na agricultura (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2005).

Nessa direção, Santos, Teixeira e Becker (2000) relatam que existe uma distinção entre violência legal e ilegal. A primeira está conformada a partir das decisões judiciais e a segunda se configura em uma violência contra a pessoa, a partir de atos (assassinatos, chacinas, tentativas de assassinatos, ameaças de morte e lesões corporais) perpetrados por agentes sociais privados ou por meio do aparelho repressivo. Há de se compreender que tais distinções podem ser articuladas numa rede de poder. “[...] verifica-se um grande volume de violência ilegal contra a pessoa, acompanhado por um elevado número de atos de violência legal contra a posse e

propriedade, confirmando a presença da violência como relação social de excesso de poder” (SANTOS; TEIXEIRA; BECKER, 2000, p. 155).

Chiavenato (1996, p. 15) discorre que no Brasil “donos de terras, pistoleiros<sup>19</sup>, polícia militar e Judiciário são os grandes executores da violência no campo, com a complacência dos poderes Executivo e Judiciário”.

Feliciano (2016b) destaca que a violência ocorre no campo, mas se expande para os espaços de poder constituídos pelas transnacionais, aos tribunais e fóruns que criminalizam os sujeitos do campo e os movimentos sociais, no pensamento intelectual das universidades e grupos de pesquisa que disseminam discursos políticos que não reconhecem a existência de um campo diversificado, contraditório e plural, e nos poderes Executivo e Legislativo, que defendem um modelo de desenvolvimento pautado na agroexportação, e ainda refutam políticas públicas, com o intento de rechaçar a possibilidade de atender ao segmento das pessoas que vivem, trabalham e dependem do campo para sobreviver. Tudo isso retrata uma estrutura agrária concentradora, que expropria e expõe um território em disputa.

O modelo de desenvolvimento assumido pelo Estado para o campo em nosso país privilegia a produção monocultora para a exportação em detrimento da pequena produção da agricultura familiar. A expansão do capital agroindustrial no campo brasileiro, lastreada no monopólio territorial e na exploração do trabalho, vem agravando os problemas sociais e acirrando os conflitos entre proprietário de terra e trabalhadores sem-terra.

Após 30 anos de vigência da Constituição de 1988, as relações sociais no campo se agravaram: o latifúndio cresceu, os conflitos agrários se intensificaram, aumentou a pobreza e a marginalização, e o projeto de uma sociedade livre, justa e solidária ficou ainda mais distante. De acordo com Medeiros,

o aumento na quantidade de ocupações e de volume de ocupantes foi concomitante ao crescimento da violência no campo, culminando, já no início do governo Fernando Henrique Cardoso, com a morte de um grande número de trabalhadores em Corumbiara, estado de Rondônia (agosto de 1995), durante uma ação de despejo, em Eldorado do Carajás, no Pará (abril de 96), por ocasião de uma mobilização e prisões de importantes lideranças do MST em Pontal do Paranapanema, em São Paulo. (MEDEIROS, 2002, p. 3).

---

<sup>19</sup> Pistoleiros ou matadores de aluguel não são mais jagunços ou capangas, os quais eram agregados ou moradores das fazendas dos coronéis. Os pistoleiros se mantêm distantes das atividades agrícolas e perdem vínculos mais próximos com o patrão. Dentro do sistema de pistolagem, são conhecidos como “corretores da morte” ou “sindicatos do crime” e atuam fora das regiões de onde provêm, prestando “serviços ilegais” (BARREIRA, 1998, p. 151).

Esse retrato da violência no campo mostra o grau de barbárie do sistema capitalista e dos grandes proprietários de terra. Mitidiero (2017, p. 10) expressa que “as balas do latifúndio somam-se às armas do Estado, que costuma, em ‘nome da lei’, tirar a vida. [...] a polícia do povo brasileiro sempre foi uma polícia para os latifúndios nas demandas por terra”. Para Boff (2017, p. 30), “cabe sempre reconhecer que a maioria dos crimes ficam impunes, seja pelas longas distâncias a serem percorridas pelos averiguadores, seja pela coligação existente entre latifundiários, juízes, delegados e policiais”. A impunidade pode ser vista como o gene hereditário de perpetuação da violência no campo no Brasil.

Para Mitidiero e Feliciano (2018), o Estado legitima o poder e o uso da força dos segmentos dominantes, é omissivo, corresponsável pela impunidade dos crimes praticados contra os sujeitos sociais e contribui para a invisibilidade dos segmentos sociais em prol do setor latifundiário. Martins (1982) pontua que o próprio Estado, que “supostamente” deveria zelar pelos direitos fundamentais, tem se envolvido diretamente nos conflitos.

Além disso, o Estado conta com a representação, no Poder Legislativo, de uma grande bancada ruralista que representa o setor agroexportador e que contribui para o esfacelamento das políticas públicas agrárias, legitimando políticas que destituem direitos conquistados.

Quando nos reportamos ao Estado como um dos causadores da violência no campo, podemos considerar que os ataques são, portanto, violência política, violência parlamentar e legislativa, e violência judiciária contra as frações da população historicamente mais marginalizadas social e economicamente. Mitidiero, Martins e Moisés (2018) citam como exemplo que, ao dar o golpe na presidenta Dilma Rousseff, Michel Temer prontamente extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Agrário como uma forma de barrar as iniciativas a favor da reforma agrária.

Para Mitidiero (2017, p. 8), “essa conjuntura criou um sentimento de ‘tudo pode’ aos ruralistas e seus defensores”. No fundo, o golpe veio a potencializar uma tônica dominante nas formas de agir dos ruralistas, que é executar a violência alicerçada na certeza da impunidade.

Já o “governo Bolsonaro”, em uma medida administrativa, retirou do Incra, e transferiu para o Ministério da Agricultura,

a identificação, delimitação e demarcação de terras indígenas e quilombolas e a execução da política fundiária e da reforma agrária, ou seja, deixou o poder nas mãos da instituição que sempre lutou contra a decretação de terras para as populações originárias e a reforma agrária. (MITIDIERO; MARTINS; MOISÉS, 2018, p. 166).

Como pontua Canuto (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2017, p. 113-114):

O ambiente político conflagrado tanto em 2015, quanto em 2016 criou as condições propícias para o aumento da violência apresentado nos números. [...] O latifúndio, mascarado de agronegócio, continua sua ação truculenta como é historicamente conhecida e subregistrada. Ação que se expressa tanto nos números da violência do poder particular, expulsões, assassinatos, ameaças de morte, tentativas de assassinato, utilização de pistoleiros, quanto na violência do poder público expressa pelas ações do judiciário, com despejos e mandados de prisão.

Mitidiero, Martins e Moisés (2018) demonstram muito bem como o Estado, através dos poderes Executivo e Legislativo, tem recorrido a uma lógica de desmonte das políticas sociais voltadas ao homem do campo e defendido a agenda ruralista (agronegócio e latifúndio) por meio de inúmeros projetos de leis, corte de recursos financeiros para as políticas do setor agrário, e através da intenção de restringir as leis trabalhistas no campo a fim de promover a política agrícola.

Mitidiero et al. (2017) ampliam a noção de ataque aos direitos do homem do campo a partir das violências política, legislativa e institucional:

As ações legislativas para implosão de conquistas sociais foram assumidas por nós como uma nova forma de violência que marca a história rural brasileira. Elas nos levaram, evidentemente, a fazer um paralelo com a violência contra a pessoa, registrada de forma tão minuciosa pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). *Violência política, violência institucional ou violência legislativa* foi a percepção que dominou a pesquisa que realizamos após analisar projetos de lei e emendas propostas pelos ruralistas. Retirar direitos (conquistas!) de um elo historicamente fragilizado da sociedade brasileira (índios, camponeses, quilombolas, assalariados rurais) é um ato violento e covarde contra uma parte dessa sociedade que tem na essência do seu trabalho a tarefa de produzir alimentos. Porém, não se trata apenas em atacar os direitos. Trata-se, ao mesmo tempo, em garantir os direitos para uma fração específica da sociedade, que são os tradicionais ruralistas acobertados pelo signo do agronegócio moderno. A propalada “*segurança jurídica*” ao investimento de capital na agricultura significa quase que diretamente a *insegurança jurídica dos povos do campo*, como expressa, por exemplo, o PL 3842/2012 de autoria do deputado Moreira Mendes (PSD/RO), que tenta proteger a propriedade rural onde é encontrada exploração de trabalho análogo à escravidão. (MITIDIERO et al., 2017, p. 88-89, grifos dos autores).



Observamos que inúmeras medidas tomadas pelo Poder Executivo, na aprovação de projetos de leis do Poder Legislativo, são de propostas que visam liberar o uso de agrotóxicos e transgênicos, criminalizar as organizações da sociedade civil na participação de movimentos sociais, na proposição de ataques às terras indígenas, de demarcação/redução drástica do território destes povos para ampliação de áreas de mineração e de redução das legislações de licenciamento ambiental, rumo à sua extinção. São medidas que promovem acentuadamente a precarização das condições dos trabalhadores do campo, ferindo seus direitos e legitimando o capital financeiro que reverbera diretamente no aumento da violência no campo e, ainda, reforça o ideário inculcado historicamente que a violência é a medida necessária para proteger a propriedade – nesse caso, a propriedade-mercado.

Por exemplo, quando surgiu a UDR, em 1985, a frase utilizada pela organização “para cada terra invadida um trabalhador morto” se tornou quase seu símbolo, evidenciando a naturalidade desse recurso e discurso pactuado pelos seus representantes anos após na Câmara dos Deputados.

É evidente, também, as dificuldades estruturais da justiça brasileira para garantir proteção aos ameaçados de morte, na morosidade dos processos judiciais, na imensa dificuldade de prender os mandantes dos crimes e nas raras condenações proferidas, que destacam um estreito vínculo entre o público e o privado, e “evidenciam as interpenetrações entre o poder policial e as milícias privadas, entre juízes e poder local, entre Estado e violência” (MEDEIROS, 1996, p. 12). Toda essa impunidade revela o envolvimento do Poder Judiciário com os interesses ligados à propriedade de terra, que contribuem “para a continuidade da violência e da injustiça social” (CHIAVENATO, 1996, p. 23). Para Chiavenato (1996, p. 23-24), o Judiciário

atua bem e com firmeza, mas como um órgão de classe, bitolado por uma legislação específica que induz ideologicamente a ser quase um aliado do sistema latifundiário. No geral, o Judiciário é insensível aos problemas sociais e humanos que seu “pacto legal” com os poderosos provoca. (CHIAVENATO, 1996, p. 23-24).

A morosidade do sistema de justiça é reflexo de uma submissão à pressão dos poderes político e econômico. A prescrição penal acaba alcançando a maior parte dos crimes e a certeza da impunidade alimenta o ciclo vicioso da violência contra os camponeses.

O Poder Judiciário é rápido em autorizar ações policiais de despejo de trabalhadores rurais, decretar prisão de seus líderes, mas ao mesmo tempo, confere inúmeros benefícios a latifundiários e grileiros. Mandantes e assassinos não são presos nem são levados a julgamento; mandados de prisão não são cumpridos e pistoleiros agem em conjunto com policiais. Mesmo nos crimes nos quais houve julgamento, as ações judiciais só foram possíveis depois de longos anos de luta, pressão e denúncias dos trabalhadores rurais e de entidades de direitos humanos nacionais e internacionais (SILVA, PEREIRA; JUNIOR, 2012, p. 10).

Podemos considerar que o Judiciário, conforme Chiavenato (1996), Feliciano (2016) e Medeiros (1996) atua capciosamente, como cúmplice ou conivente, legitimando os interesses dos donos do poder, sendo uma força repressora que transforma vítimas em culpados e deixa criminosos e seus mandantes impunes e/ou os inocentam.

Nessa conjuntura, as ações propagadas pelos ruralistas convergem em ataques políticos e na ampliação da violência contra a população do campo. Os movimentos sociais e as leis conquistadas estão sendo ruídas e a violência constantemente perpetrada contra aqueles que se colocam na contramão dos interesses do agronegócio.

A violência no campo, balizada pela ação e omissão do Estado no atual cenário político, é profícua para o aumento de seus índices. É temerosa a constatação que o Estado pode estar abertamente articulado pelo e para o crime, visto a pujança de ações destinadas a servir um único segmento, o agronegócio. O Estado baliza e dá brechas para que os ataques continuem se perpetrando, na signa da impunidade.

Quem deveria zelar pela segurança dos cidadãos, tem sido, no Brasil, o primeiro a violar sistematicamente os direitos humanos, ao vitimar de forma truculenta e arbitrária as populações pobres do campo e da cidade. Esse tipo de violência, no Brasil, é levado a cabo através de chacinas e massacres que atingem as minorias. Nesse cenário, o único vencedor tem sido o capital e as lógicas territoriais perversas do capitalismo.

O Estado (sobretudo na figura dos parlamentares ruralistas, representantes dos interesses dos grandes produtores rurais e das políticas públicas voltadas ao agronegócio), não vem cumprindo suas funções sociais, mas, sim, contribuindo de maneira significativa para gerar mais conflitos no campo, valendo-se de aliciamentos e investimentos nos interesses do agronegócio e da agroindústria.

Para Mitidiero (2016, 2017) o aumento da violência no campo se relaciona diretamente com a configuração do Congresso Nacional, cuja bancada ruralista tem

mais de 200 deputados federais, em contrapartida aos deputados ligados às frentes sindicais e aos movimentos sociais que tiveram seu número reduzido de 83 para 46 no pleito de 2014.

Após o resultado das eleições de 2022, a bancada ruralista passou a ter 280 congressistas. Em fevereiro de 2023, o deputado federal Pedro Lupion<sup>20</sup> (PP-PR) assumiu a presidência da Frente Parlamentar da Agropecuária e em seu discurso de posse sugeriu que o Ministério da Agricultura seguisse os moldes adotados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA, 2023).

Essa violência política institucionalizada demonstra também as relações de poder exercidas dentro do Congresso Nacional, onde políticos da bancada ruralista colocam e tiram da pauta projetos que não se adequem às minorias de um Brasil agrário. Essa mesma bancada é suprapartidária e atua em defesa dos interesses do agronegócio e do setor patronal rural.

Entendemos que o monopólio territorial que permite a exploração do trabalho e o acúmulo de capital nas mãos de uma elite no campo brasileiro é garantido pela estrutura político-jurídica da sociedade, que engendra relações sociais de dominação e concentração de poder, garantindo influência da elite rural junto aos representantes do Estado, concretizando uma justiça de classe no país. Dito de outra maneira, o Estado, através de sua instância jurídica, reproduz na esfera política as desigualdades econômicas que marcam nossa sociedade. Dessa maneira, os tribunais se tornam o locus de manutenção das desigualdades e concretização da impunidade a partir da violência perpetrada àqueles que lutam pelo direito de viver e trabalhar na terra.

Chiavenato (1996, p. 32) afirma que, em síntese, “o passo colonial continua atuando no presente, confirmando a elite dominante contemporânea como herdeiros dos antigos colonizadores”. O círculo de poder mantém-se fechado e aqueles que possuem condições políticas de alterar a injusta estrutura fundiária no Brasil são os autênticos representantes do latifúndio.

Ao findar esse trecho da pesquisa, nos utilizamos de Barreira (2000, p.169), o qual indica que, no meio rural “o uso da violência, por parte dos grandes proprietários de terra, não é resultado somente de um Estado ‘impotente’, mas parece ser, sobretudo, a afirmação de um poder paralelo que faz coexistir modernidade e arcaísmo, civilização e barbárie”.

---

<sup>20</sup> Pedro Lupion é bisneto de Moysés Lupion, ex-governador do estado do Paraná, um dos responsáveis pela Revolta do Colonos e também um dos fundadores da UDR no estado.

Nesse contexto, percebemos que o campo é historicamente território de conflitualidades, um espaço de concentração da propriedade privada e de conflitos que envolvem uma diversidade de questões econômicas, sociais e ideológicas.

## **CAPÍTULO 4**

### **O PRÉ-ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA: DA VIOLÊNCIA À RESISTÊNCIA**

O período embrionário do acampamento Emiliano Zapata deu-se em 2002 no acampamento Assentamento Palmares II<sup>21</sup>, localizado no município de Palmeira. A maior parte das famílias eram provenientes da região metropolitana de Curitiba, Ponta Grossa e Palmeira, as quais foram reunidas após trabalho de base<sup>22</sup> efetuado nessas regiões.

A ocupação das terras ocorreu em 30 de maio de 2003 em parte da Fazenda da Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (terras da União), localizada na região de Itaiacoca, distante aproximadamente 12 quilômetros do centro urbano do município de Ponta Grossa-PR, que estavam sob posse, mediante arrendamento a empresas privadas e comodato ao Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). A ocupação deu-se por aproximadamente 150 famílias integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A imprensa noticiou que:

Cerca de 160 famílias do Movimento dos Sem-Terra (MST) invadiram hoje de manhã uma propriedade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), órgão do governo federal, em Ponta Grossa, a 120 quilômetros de Curitiba. Os invasores argumentam que a propriedade não se destina totalmente à pesquisa, tendo sido arrendada para empresas particulares. [...] O coordenador do MST na região dos Campos Gerais, Célio Rodrigues, disse que, da propriedade de 3,9 mil hectares, muito pouco é destinado à pesquisa. "Acho que eles estão pesquisando como se faz arrendamento de terras", ironizou. Rodrigues afirmou que somente uma reflorestadora, que identificou como Águia, teria 450 hectares arrendados (ESTADÃO, 2003, p. 2).

Ao longo dos anos, o fluxo de famílias no acampamento foi dinâmico: no período inicial, abrigou quase 200 famílias; em 2007, 60 famílias, as quais detinham cinco hectares em suas unidades produtivas. Até o ano de 2022, oito famílias foram embora do acampamento e uma pessoa cometeu suicídio. Considerando que a área do acampamento se fixou em 638 hectares e, no momento inicial, havia a possibilidade de não contemplar todas as famílias ali presentes, fica evidente a desistência da luta pela terra naquele território.

---

<sup>21</sup> Com o espaço de dois hectares que foi cedido por um assentado para o momento de formação e organização das famílias que se articulavam para a ocupação de terras na Fazenda da Embrapa.

<sup>22</sup> Trabalho de base no MST refere-se a uma série de procedimento e reuniões internas e externas que visam esclarecer a população sobre determinados assuntos pertinente ao conjunto da sociedade (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2015).

No ano de 2007, houve a alteração de nomenclatura do acampamento, sendo adotado Pré-assentamento Emiliano Zapata. A partir daí o Inkra avançou nas tratativas de comprar a área da Embrapa, entendendo que se tratava de um acordo entre as partes para que o Inkra depositasse os TDA's (Títulos da Dívida Agrária) para a Embrapa. Passados quase 20 anos da ocupação, as famílias encontram-se ainda em situação precária, pois devido aos diversos entraves burocráticos, o pré-assentamento ainda não foi regularizado. Por essa falta de regularização, as famílias não possuem acesso à maioria das políticas destinadas aos assentamentos rurais, como créditos produtivos, créditos para implantação, construção de casas, entre outros.

Atualmente o pré-assentamento conta 51 unidades de produção com oito hectares cada. Após a realização da topografia da área em 2022, 51 foram famílias referenciadas<sup>23</sup>, num total de 181 pessoas, as quais ainda aguardam a regularização definitiva do assentamento na terra. O pré-assentamento ainda possui área de preservação permanente<sup>24</sup>, nascentes, mata ciliar e área coletiva, onde se encontra o barracão para reuniões e a horta comunitária (figura 9).

FIGURA 9 – Atual composição das unidades de produção



Fonte: Coordenação do Pré-assentamento Emiliano Zapata.

Nota: Adaptado pela autora.

<sup>23</sup> Existem casos de mais de uma unidade familiar na unidade de produção, porém salienta-se que numa contagem geral se estabelece uma família para cada unidade de produção. Em última atualização, em 2022, contavam 22 “agregados”.

<sup>24</sup> Em 12 de junho de 2021 houve a inauguração do Bosque da Biodiversidade Lindolfo Kosmaski, em homenagem ao jovem camponês de 25 anos, assassinado no dia 1º de maio do mesmo ano, vítima de homofobia.

A organização da comunidade se dá a partir do trabalho coletivo dos grupos, representados por um casal cada. O Emiliano Zapata possui seis grupos (cada grupo é composto de seis a 14 famílias): Mario Lago, Zumbi dos Palmares, Chico Mendes, Valdecir de Paula, Canudos e Florestan Fernandes. Cada grupo possui responsáveis pelos setores de saúde, finanças, coordenação, infraestrutura, educação, produção e comunicação. Ou seja, todas, ou quase todas as pessoas que compõem o pré-assentamento já participaram ou participam do trabalho voltado em prol da comunidade, seja ele de organização à nível local, regional e estadual.

No ano de 2012 foi iniciado o trabalho da Cooperativa Camponesa de Produção Agroecológica da Economia Solidária (COOPERAS), tendo como princípio básico a produção de alimentos agroecológicos certificados<sup>25</sup> para a inserção nos programas de compra direta da agricultura familiar, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o programa “Feira Verde”, da Prefeitura de Ponta Grossa, além ainda, em menor quantidade, da comercialização para empresas privadas. As tabelas 4 e 5 demonstram a destinação dos produtos do trabalho cooperativo nos anos de 2019 a 2022.

TABELA 4 – Total da comercialização em quilos (2019 a 2022)

DESTINO	2019	2020	2021	2022
PNAE	176.490	194.139	213.553	234.908
FEIRA VERDE	-	-	120.000	200.000
PAA	-	16.050	-	37.938
EMPRESAS PRIVADAS	-	-	1.000	1.856
DOAÇÕES	5.000	10.000	3.000	4.000

Fonte: COOPERAS.

Nota: Com dados obtidos através da pesquisa de campo.

Na tabela 4 é apresentado o item “Doações”, que mostra as ações solidárias realizadas pelo MST para atender pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar, através da doação de cestas de alimentos e marmitas. Importante mencionar que essas ações tiveram grande notoriedade no período de pandemia.

As ações de solidariedade são concebidas como um dos princípios norteadores do MST, em que as doações de alimentos, marmitas, entre outros itens, são destinadas as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica e/ou entidades

<sup>25</sup> A certificação ocorre através da Rede Ecovida de certificação participativa conhecida como Sistema Participativo de Garantia.



e órgãos públicos que atendem esse público. Na região dos Campos Gerais, as ações iniciaram no mês de abril de 2020, com os acampamentos Maria Rosa do Contestado e Padre Roque Zimmermn (Castro) e do Pré-assentamento Emiliano Zapata (Ponta Grossa)<sup>26</sup>.

Em Ponta Grossa, ao longo do ano de 2020, cerca de 500 famílias receberam cestas com alimentos agroecológicos com arroz, feijão, batata, mandioca, milho verde, melancia, limão, legumes, verduras e frutas diversas.

Em uma região como a dos Campos Gerais, potência nacional e internacional do agronegócio, três acampamentos juntaram 17.000 kg de alimentos agroecológicos para doar nos dias 07/04 e 08/08: em Ponta Grossa, no Banco de Alimentos do Serviço de Obras Sociais da prefeitura [ . O] acampamento Emiliano Zapata, de Ponta Grossa, [mostrou] que alimento fresco e saudável para a população em situação de vulnerabilidade não vem dos vizinhos Bunge, Cargill, Batavo ou Castrolanda. (ROOS et al., 2020, p. 194).

FOTOGRAFIA 1 – Ação de solidariedade do Pré-assentamento Emiliano Zapata



Fonte: Roos (2020, p. 195).

Nota: Fotografia de Larissa da Silva Santos em 7 de abril de 2020.

<sup>26</sup> Disponível em: <https://mst.org.br/2020/07/08/somos-prova-de-que-e-possivel-mst-e-referencia-em-agroecologia/>; <https://mst.org.br/2020/04/08/acampamentos-do-mst-doam-5-toneladas-de-alimentos-organicos-no-parana/>; <https://desacato.info/mst-e-parceiros-doam-6-toneladas-de-alimentos-da-reforma-agraria-a-500-familias-de-ponta-grossa-pr/>. Acesso em: 7 fev. 2023.



É possível observar nas tabelas 4 e 5 que mesmo num período tão adverso como o que ocorreu na pandemia, a COOPERAS manteve-se numa escalada de crescimento tanto em quilos produzidos como nos valores aferidos pela comercialização. Ao nosso ver, isso decorre de questões multifatoriais que não cabem na discussão deste estudo, mas que são altamente proveitosas ao se considerar a expansão da produção, do fortalecimento do coletivo e, principalmente, do caminho da resistência camponesa, demonstrando sua força produtiva frente ao cenário brasileiro que busca miná-lo.

TABELA 5 – Valores em reais em comercialização (2019 a 2022)

DESTINO	2019	2020	2021	2022
PNAE	967.585,03	1.064.343,53	1.170.777,88	287.855,67
FEIRA VERDE	-	-	300.000,00	579.468,00
PAA	-	98.424,00	180.000,00	548.700,13
EMPRESAS PRIVADAS	-	-	7.499,99	11.489,36

Fonte: COOPERAS.

Nota: Com dados obtidos através da pesquisa de campo.

Ressalta-se que as 51 unidades produtoras são vinculadas à COOPERAS, contudo 34 destas repassaram sua produção, ou parte dela, à cooperativa no ano de 2022. Importante salientar que a produção das unidades produtoras não se restringe à cooperativa, de modo que algumas possuem produção convencional total ou parcial.

#### 4.1 APROXIMAÇÃO COM OS SUJEITOS DA PESQUISA

Após uma breve apresentação sobre o pré-assentamento, com o intuito de nos aproximar do universo de pesquisa, torna-se necessário estabelecer uma conexão com os sujeitos pesquisados. Entretanto, por razões éticas, devemos evitar a identificação desses indivíduos, conforme estipulado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B). Sendo assim, cada entrevistado será identificado por uma sigla E.Z. (Emiliano Zapata), seguida de um número sequencial, como E.Z.1, E.Z.2, e assim por diante, até o vigésimo sexto entrevistado.

Ao longo deste capítulo, ao nos referirmos ao pré-assentamento Emiliano Zapata, utilizaremos apenas o termo Zapata. Para tanto, apresenta-se, na tabela 6, um perfil básico dos entrevistados, com idade, gênero, tempo de permanência no pré-assentamento, experiência anterior no movimento e número de pessoas que compõe a unidade familiar.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em visita *in loco* entre 19 e 28 de dezembro de 2022<sup>27</sup>, após contato e aceite de participação pela coordenadora do pré-assentamento Emiliano Zapata. Primeiramente, foi conversado sobre o objetivo da pesquisa, da metodologia a ser utilizada, do cuidado ético. Na sequência saímos em direção às unidades produtivas para a realização das entrevistas. Usamos como critério de escolha dos entrevistados apenas o aceite na participação da pesquisa. Não recorremos a qualquer outro critério de seleção para os sujeitos pesquisados.

Foram realizadas 34 visitas domiciliares, das quais oito não possuíam seu/sua responsável presente<sup>28</sup>. Foram conduzidas 26 entrevistas com a devida coleta de assinatura no TCLE e a gravação dos áudios, totalizando 18 horas e 16 minutos de entrevistas. Em seguida, as entrevistas foram transcritas<sup>29</sup>. Importante salientar que as visitas realizadas decorreram-se seguindo as condições de tempo (duração), disponibilidade, trajeto dentro do pré-assentamento e disponibilidade de acompanhamento da coordenação local.

TABELA 6 – Perfil básico dos entrevistados

	Gênero*	Idade**	Anos no E. Zapata***	Experiência antes do E. Zapata****	Número de pessoas na família
E.Z. 1	M	4	1	1	2
E.Z. 2	F	2	1	2	4
E.Z. 3	F	2	1	2	5
E.Z. 4	M	2	2	1	5
E.Z. 5	F	4	1	1	3
E.Z. 6	M	4	1	1	1
E.Z. 7	F	3	1	1	4
E.Z. 8	F	3	1	2	2
E.Z. 9	M	3	2	2	2
E.Z. 10	F	4	1	1	2
E.Z. 11	F	1	1	2	1
E.Z. 12	M	3	1	1	1
E.Z. 13	F	4	1	1	2
E.Z. 14	M	2	1	1	3
E.Z. 15	F	1	1	1	4
E.Z. 16	M	2	1	2	3

<sup>27</sup> Optou-se pela realização das entrevistas no final do ano de 2022, a considerar o término do período eleitoral em 30 de outubro de 2022, em que o contexto foi marcado por polarizações e conflitos políticos ideológicos que, em nossa a reflexão, poderiam influenciar sobre o objeto de pesquisa, não apenas por parte dos sujeitos alvo da entrevista, mas da autora, como pesquisadora/entrevistadora, inquieta ao observar tal período.

<sup>28</sup> A considerar o período de festividades de Natal e Ano Novo, muitas famílias estavam em viagens.

<sup>29</sup> As transcrições das entrevistas, que foram originalmente gravadas em áudio, foram feitas de modo a aproximar o máximo possível a forma escrita das formas realmente utilizadas pelos entrevistados na oralidade. Portanto, nessas transcrições, não foram seguidas as convenções ortográficas da norma-padrão da língua portuguesa.

TABELA 6 – Perfil básico dos entrevistados

	Gênero*	Idade**	Anos no E. Zapata***	Experiência antes do E. Zapata****	(conclusão) Número de pessoas na família
E.Z. 17	F	4	1	1	2
E.Z. 18	F	3	2	2	2
E.Z. 19	M	2	3	1	2
E.Z. 20	M	3	1	1	2
E.Z. 21	F	2	2	1	3
E.Z. 22	F	2	1	1	5
E.Z. 23	M	3	1	1	1
E.Z. 24	M	2	1	1	2
E.Z. 25	F	2	3	1	2
E.Z. 26	F	2	1	1	4

Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

Nota: \* Gênero: F – feminino e M – masculino. \*\* Idade: 1- 18 a 29 anos, 2 – 30 a 49 anos, 3 – 50 a 65 anos e 4 – acima de 65 anos. \*\*\* Anos no pré-assentamento: 1 – desde o início (2003), 2 – de 10 a 18 anos e 3 – menos de 10 anos. \*\*\*\* 1 – sim e 2 – não.

Conforme mencionado anteriormente, esse breve perfil dos sujeitos entrevistados tem como objetivo fornecer alguns elementos, sem permitir a identificação dos respondentes em hipótese alguma. Isso se deve ao fato de serem o objeto de um estudo que aborda percepções individuais sobre vivências, garantindo assim o zelo e cuidado ético com todos os participantes.

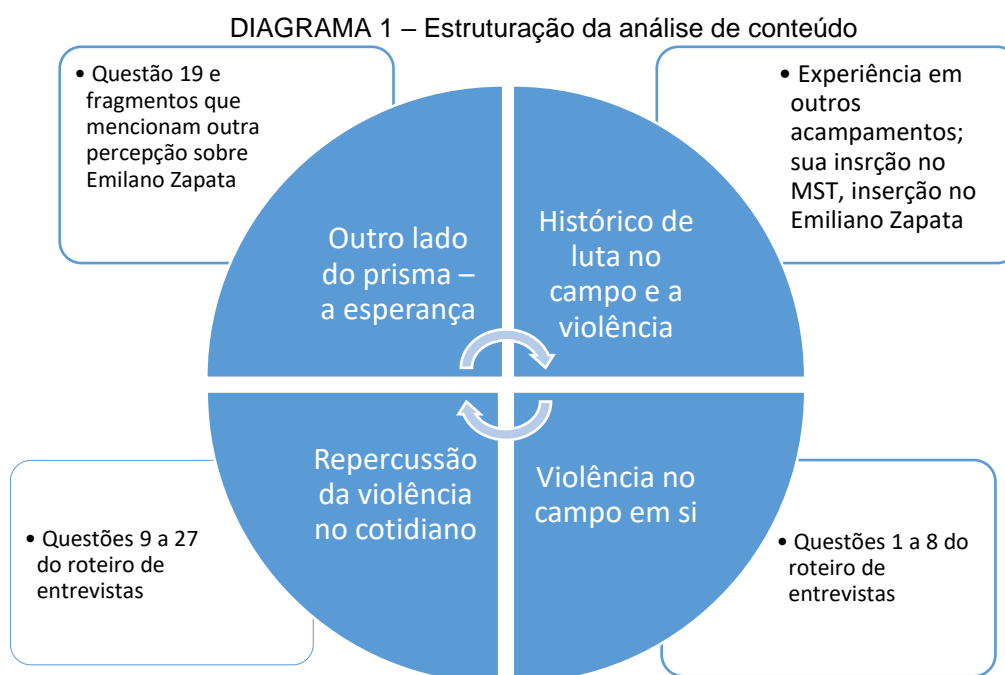
Os dados indicam que a maior parte (58%) dos respondentes são mulheres, não havendo grande disparidade quanto ao sexo dos sujeitos de pesquisa, a considerar que o foco era conversar com responsáveis das unidades produtivas, independente da questão de gênero. Durante o processo de análise dos dados, que será apresentado neste capítulo, é importante destacar as observações realizadas quanto ao gênero e ao impacto da violência no cotidiano dos entrevistados. A questão de gênero é uma categoria estruturante para o entendimento, análise e aprofundamento sobre a violência no campo, e, portanto, deve ser considerada de forma significativa em estudos dessa natureza. No entanto, é possível que em futuras pesquisas sejam aprofundados ainda mais os aspectos de gênero em relação à violência no campo, de modo a ampliar a compreensão sobre essa complexa problemática.

Quanto a idade dos entrevistados, podemos identificar que todos compõem o contingente da fase adulta, tendo: 42% com idade entre 30 a 49 anos; 27% com 50 a 65 anos e; e 23%, acima de 65 anos. Especialmente para esses últimos, podemos relacioná-los a um grande período de experiência nos acampamentos. Com efeito,

77% dos entrevistados encontram-se no Zapata desde o início da ocupação e 73% já tiveram experiência de vida em outros acampamentos em período anterior ao Zapata.

A apresentação do perfil sucinto dos sujeitos entrevistados oferece uma base sólida para a análise dos dados, uma vez que o tempo de vida e a experiência nos acampamentos são longos e verídicos. Isso possibilita a conjugação da relação entre o passado e o presente do fenômeno estudado, o que é fundamental para o desenvolvimento de uma análise mais completa e abrangente.

Feita essa análise inicial, focamos no objeto do nosso estudo: a violência no campo. Para isso, a partir dos dados coletados nas entrevistas semiestruturadas e na utilização de diário de campo, observamos a delimitação de quatro categorias de análise a partir do roteiro de entrevista (Apêndice A): histórico de luta no campo e a violência; violência no campo em si; repercussão da violência no cotidiano; e o outro lado do prisma – a esperança, que além de perpassar uma relação de passado, presente e futuro, atrelam-se a uma relação entre si (diagrama 1).



Fonte: A autora.

Conforme mencionado nos procedimentos metodológicos, utilizamos a análise de conteúdo proposta por Bardin (1979) a partir da categorização do conteúdo, conforme descrito no diagrama 1 – onde as questões do roteiro de entrevista caminham para conjugar um locus de explanação. Na sequência, com o material

totalmente transcrito, operamos por sua categorização (quatro categorias) e elaboramos uma pré-análise (Apêndice D, quadro 12) sobre a violência e a violência no campo, para fomentar a viabilidade de construção dessas mesmas categorias.

Ao se confirmar os procedimentos, partimos para a exploração do material, retornando ao resultado da pesquisa bibliográfica e documental e fazendo o tratamento dos resultados, a partir das análises, com inferências e interpretação dos dados. Contou-se, ainda, com a utilização do software IRAMUTEQ, que possibilitou o aprofundamento das inferências a partir das falas dos entrevistados.

## 4.2 VIOLÊNCIA VIVA, VIVIDA E BEM PRESENTE

Conversar sobre violência não é algo fácil, ainda mais falar sobre si, vivências e acontecimentos, elementos da sua subjetividade, isto é, seu mundo interno e suas impressões. Então, para permear o diálogo foi exposto aos entrevistados o objeto de estudo, seu objetivo e principalmente, mencionado que, a qualquer momento da entrevista, ela poderia ser cessada. Não tivemos recusa de participação e principalmente, mas, pelo contrário, o acolhimento das pessoas e o aceite imediato das entrevistas.

Primeiramente foi necessário esclarecer aos entrevistados que esta pesquisa não visava trabalhar com a violência de modo genérico ou tipos de violência específicas, que podem ocorrer dentro das relações familiares e/ou de âmbito doméstico. Ocorre que muitos entrevistados posicionaram ser assertiva essa necessidade em relação à violência contra as pessoas idosas e contra as mulheres. Foi observado que estes dois tipos de violência fazem parte do contexto de algumas famílias do pré-assentamento, pois, ao tocar no foco da entrevista, mencionavam determinados casos e comentavam a necessidade de haver mais intervenções nessas famílias<sup>30</sup>, ou ainda, no momento da entrevista em si, em certos casos, os entrevistados mencionavam situações específicas de violência, mediante as quais, assertivamente<sup>31</sup>, conduzíamos a entrevista de volta ao objeto de estudo.

---

<sup>30</sup> Sobre esses casos, podemos mencionar que foram situações pontuais e que já haviam sido tomadas providências junto aos órgãos municipais responsáveis (CRAS e CREAS, entre outros), bem como aos conselhos de direitos através do trabalho dos grupos (interno e de coordenação).

<sup>31</sup> A considerar minha formação e atuação profissional como assistente social, não pude ser alheia a estas situações e, em momentos adequados, me coloquei à disposição para ouvir e, na medida das possibilidades, indicar os caminhos de intervenção para garantir proteção e cuidados aos sujeitos

Quanto ao objeto deste estudo, os entrevistados foram unânimes em apontar a existência de violência contra os acampados, abrangendo tanto as situações estruturais quanto as relacionadas ao cotidiano das relações sociais. Eles também destacaram que há uma falta de conhecimento da sociedade em relação aos acampamentos e aos sem-terra. Em outras palavras, a violência é um problema grave e complexo que permeia a realidade dos acampamentos, e muitas vezes é ignorado ou minimizado pela sociedade em geral.

#### 4.2.1 Histórico de luta no campo e a violência

Quem se insere na luta pela terra conhece bem os desafios que serão vivenciados, as dificuldades enfrentadas, a resistência a ser mantida no tempo de espera pela terra. No âmbito desse processo, torna-se imprescindível o reconhecimento da resistência do outro, compreendendo os muitos "nãos" que permeiam suas trajetórias. Nesse contexto, a presença da estrutura da violência se revela de forma latente, exigindo que cada um se adapte ao pouco, à ausência e se apoie no movimento coletivo como meio para edificar bases sólidas capazes de concretizar os sonhos, anseios e propósitos de vida almejados.

Em outros termos, é um novo processo de sociabilidade que se inicia, a condição de construir-se como sem-terra, a partir de uma forma de vida coletiva que envereda as noções de solidariedade e conflito concomitantemente. São indivíduos e famílias expurgadas pelo desemprego rural e urbano, pelas dificuldades e a escassez.

*Cê qué sabê mesmo? Tem que contá? Muito sofrimento. Eu vim pra cá devido muito sofrimento. Passei muita necessidade lá. Com duas criancinha pequenininha, não podia trabalhá por causa dos pequinho, e daí tinha bastante problema com meu marido também. Ele tinha uns problema de vício, daí não conseguia mantê mais. (E.Z. 3).*

E as pessoas que ocupam esse espaço são tratadas como “seres invisíveis” pela sociedade, não tendo garantia do direito à propriedade e reconhecimento social. Ou seja, são indivíduos que sofrem diretamente os efeitos da precariedade das políticas públicas (MARTINS, 2003).

---

violados e a comunidade em geral – agindo com cuidado ético e empático com os entrevistados para voltar ao foco da pesquisa.

A inserção em um acampamento dá-se em prol de construir condições de produzir e reproduzir material e socialmente a sua existência. Menciona o entrevistado E.Z. 1: *“Mais a gente ia no desespero. Não tem serviço, não tem salário, vai fracassando a alimentação se há um convite, vai”*. Em outro momento, relata:

*No interior, assim fora de acampamento, era muito explorado. Nós lá sofria quando nós morava lá em Palmêra, tinha que trabaia, deixa as criança tudo cedo pros mais véio, um cuidando do outro pra você trabaia por dia. Saía cedo. E voltava de noite. (E.Z.1).*

Apresenta-se a espinhosa realidade de vida em um acampamento, em condições precárias, em meio a um ambiente estranho, enfrentando a incerteza de não saber como será o amanhã, o receio de um despejo. É estar na condição do transitório, instável e indefinido, como afirma E.Z. 1: *“ e a gente não sabia do amanhã”*.

Na tabela 6 mostramos que 73% (19) dos entrevistados já possuíam experiência em outros acampamentos<sup>32</sup> do MST, localizados nos municípios de Ortigueira (2), Teixeira Soares (3), Castro (1), Reserva (1), Lapa (1), São Miguel do Iguaçu (1), Itaperuçu (1) e, em quantitativo maior, do município de Palmeira (9), todos localizados no estado do Paraná.

Alguns já estão no movimento há bastante tempo e outros entraram no movimento por influência de familiares que foram acampados em outros momentos e hoje se encontram assentados.

Com estes entrevistados, foi questionado se detinham lembranças de casos de violência, a considerar que quinze pessoas estão vinculadas ao E.Z. desde o seu início, ou seja, há 20 anos. Dentre os relatos, bem evidente na memória dos entrevistados, E.Z. 1 menciona sobre a permanência em um acampamento em Teixeira Soares.

*Daí lá tinha pressão de polícia, sempre eles tavam na portêra, cada passo tinha confusão lá. Daí tinha um pistolero que vivia incomodando lá. Teve também a tentativa de despejo, a polícia não preciso tirá, mas tinha um ônibus cheio de cachorrão. Se nós não saísse apanhava, os cachorro mordida.*

Há lembrança de familiares que também sofreram violência, como menciona E.Z. 20:

---

<sup>32</sup> Em alguns casos, referenciamos apenas o último acampamento anterior ao Emiliano Zapata.

*lá por 87 quando chegô em Teixeira ali fecharam tudo as porta dos mercado, as loja. Ficaram uns 4 dias a turma passando fome, sem compra sal, essas coisa. Não tinha sal, não tinha nada. Passaram fome mesmo. Discriminação, sabe? Eles sofreram muita discriminação, daí quando tavam acampado na Padoeira, os pistolero passaram na frente da casa do meu tio lá, ameaçou tudo e de Medianeira apanho da polícia... E o seu R\*\*\* a polícia bateu muito nele.*

Relata o entrevistado E.Z. 24, antes de sua inserção no Zapata e sobre seus companheiros:

*Sim, eu já sofri tipo logo que entrei no movimento. Lá no centro cívico de Curitiba, no final de 99, tinha poucos meses de movimento, não tinha experiência. Daí a gente foi despejado lá do centro de Curitiba. A outra situação, a maior, foi quando a gente tava vindo numa mobilização pra Curitiba, no começo de 2000, maio de 2000, aí fomo parado na BR-277, chegando em Curitiba, onde que morreu o Antônio Tavares, tem o monumento lá.. Então eu tava nesse confronto com a polícia, eles fecharo as duas pista, foi uma operação de guerra, um massacre, muita gente ferida, foram 70 pro hospital. Que a fatal, a vítima acabô sendo o Antônio Tavares. Então nesse eu tava presente. Ali a gente viu toda a força do Estado, todo aparato que tem, foi uma verdadeira guerra voltada contra o povo trabalhador que tava reivindicando. A gente ia reivindicar a reforma agrária, nossa pauta era essa, crédito pras família assentada, assentamento das família acampada, educação, cestas básicas pra quem tá acampado, infraestrutura pros assentamento. Daí fomo parado pela polícia, ela bloquiô a rodovia e impediu a nossa passage e nisso o trânsito paro também e nós queria passa, tava em 2 mil pessoas. [...] Foi a tropa de choque que eles usaram, cães, cavalaria, helicóptero. Bateram muito, levei tiro de bala de borracha, foi um verdadeiro massacre, assim. Companheiros dias e dias perdidos no mato. Foi uma das passage mais triste que eu tive no movimento. Foi um verdadeiro massacre pra bate pra você não volta mais, bate pra não segui a luta, desisti mesmo. Não faze mais. Eu era piá, tinha uns 15,16 anos, eu tenho companheiros meu que foram assassinado aí no Norte do Estado, por pistoleros que querem disputa do poder, querem afastar o MST, porque o MST é uma organização política. Em Quedas do Iguaçu também tem um relato, de uns companheiro que foram trabalhá e os pistolero atacaram.*

Sobre a relato do fato acima, é importante mencionar que em 2 de maio de 2000, cerca de mil trabalhadores rurais sem terra seguiam em caravana do interior do Paraná para Curitiba, com o objetivo de participar da Marcha pela Reforma Agrária organizada pelo MST para marcar o Dia dos Trabalhadores e Trabalhadoras. A caravana com aproximadamente 50 ônibus foi impedida de seguir viagem numa operação de repressão violenta da polícia militar no município de Campo Largo, no



km 108 da BR-277, que resultou na morte de Antonio Tavares<sup>33</sup>. 185 pessoas ficaram feridas (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2012).

Importante mencionar que no estado do Paraná, na gestão do governo estadual de Jaime Lerner (1994-202) a repressão e violência contra a luta pela terra acentuou de forma drástica, a partir da política de combate aos movimentos sociais, em especial ao MST, que resultou em “16 assassinatos de camponeses, 49 ameaças de morte, 325 feridos em 134ações de despejo realizadas tanto pela polícia militar estadual, quanto por milícias privadas ligadas às entidades patronais” (ROOS, 2013, p. 5).

Roos (2013, p. 5) afirma que no período do governo Lerner, os conflitos agrários foram tratados “como caso de polícia em verdadeiras ‘operações de guerra’ e não como problema social”. Onde existia um pacto de dominação a partir de um projeto neoliberal, com estreitas alianças com latifundiários, banqueiros e empresários do agronegócio. E a polícia militar desenvolveu centro de treinamento de combate aos movimentos sociais, para ações de despejos (principalmente de madrugada), aos quais eram acompanhados pelas entidades patronais (UDR e Sociedades Rurais) que davam suporte logístico. Sem contar ainda, na atuação das milícias privadas que atuavam livremente, realizando despejos, ameaças, torturas e assassinatos. Tanto as ações estatais como privadas foram balizadas pela signa da impunidade, através da atuação de juízes coniventes aos ruralistas do estado.

Observa-se que, mesmo após decorridos mais de 20 anos, os entrevistados mantêm vívida na memória a presença da violência, cuja manifestação truculenta e reativa desafia a compreensão das razões pelas quais o passado de violência se estabelece como um dos principais objetos de luta atualmente – o direito à terra (viver e trabalhar nela). No caso específico analisado, a atuação da polícia, cuja função não se limitava à repressão, tinha como objetivo principal subjugar os "alvorçados" e manter a ordem estabelecida, reproduzindo, assim, a hierarquia social vigente na sociedade.

---

<sup>33</sup> Antônio Tavares Pereira, 38 anos, casado, pai de cinco filhos, que morava em um assentamento no município de Cândói, região central do estado, foi atingido no abdômen por arma de fogo e faleceu horas depois no Hospital do Trabalhador em Curitiba. O policial Joel de Lima Santa'Ana, responsável pelo disparo que matou Tavares, foi absolvido pela Justiça Militar e o caso criminal foi arquivado pela justiça comum, mesmo com todas as provas apresentadas. O MST, Terra de Direitos, Justiça Global e a CPT apresentaram o caso na Organização dos Estados Americanos (OEA). Em janeiro de 2010, a OEA anunciou o envio do caso para a análise da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), sob Caso nº 12.727. O início do julgamento deu-se em 26 de junho de 2022 na Costa Rica. Disponível em: <https://mst.org.br/2012/05/03/assassinato-de-antonio-tavares-completa-12-anos-de-impunidade-no-parana/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

As memórias são de um tempo vivenciado e envolve narrativas que buscam na memória as diferentes e as semelhantes experiências dos acampados ao experimentarem a contrapartida do Estado, normalmente composta por violência. Nos relatos de cada um, a experiência do despejo associa-se à permanência na luta. Segundo o que foi narrado, aqueles que permanecem ligados ao MST após o despejo são símbolos de resistência e são merecedores da terra.

As situações de violência apontadas evidenciam que discutir sobre violência hoje exige desvelarmos o tempo de barbárie no qual estamos inseridos, situando-o à luz das questões estruturais e conjunturais que o explicam.

Recorremos às contribuições de Chauí (2006) quando cita que estamos inseridos em uma sociedade na qual as diferenças e assimetrias sociais e pessoais são imediatamente transformadas em desigualdades, e essas numa relação de hierarquia, mando e obediência, desde a família até o Estado, que atravessa as instituições públicas e privadas e permeia a cultura e as relações interpessoais. “Os indivíduos se distribuem imediatamente em superiores e inferiores, [...] dependendo dos códigos de hierarquização que regem as relações sociais e pessoais” (CHAUÍ, 2006, p. 105).

Nesse sentido, podemos citar que a violência costumeira, essa violência política, perpetrada pela força policial, no instante que abusa do poder e da força armada. Ela faz uso desse aparato repressivo com o objetivo de manter o controle social? A quem interessa as ações truculentas da força policial? A quem interessa o furor desmedido da polícia contra, por exemplo, manifestações e ações populares democráticas (MARTINS, 2017)?

No andamento do trabalho, pontuamos respostas sobre as perguntas acima, bem como outras considerações sobre essa faceta da violência política.

#### 4.2.2 A violência no campo em si

Nesse tópico, discutimos o entendimento do que é violência e a violência no campo a partir das respostas dos 26 entrevistados às perguntas 1 e 2 do roteiro de entrevista, a partir das respostas expostas no quadro 12, sobre as percepções de violência, destacando, também, nossas primeiras percepções.

Na sequência, analisamos os acontecimentos ocorridos no Pré-assentamento Emiliano Zapata e capturamos as vivências e impressões individuais dos

entrevistados. Nesse recorte, fica evidente que a violência no campo é uma das faces que marcam a vida desses sujeitos ao longo da caminhada pela luta na terra.

Importante frisar que o quadro 12 não tem qualquer intenção de enquadrar os tipos de violência narrados pelos entrevistados, como se fossem dinâmicas isoladas, temporais e facetadas, mas subsidiar maior alcance de reflexão sobre o objeto de pesquisa, que na sequência será mais bem delineado. Essa foi uma escolha para privilegiar todas as pessoas entrevistadas, a considerar que foram relatos individuais, denotando que o mesmo objeto de estudo abarca formas diversas de interpretação, vivência e memórias.

Os entrevistados, quando questionados sobre o que é violência, versaram respostas sobre a violência doméstica, que ocorre dentro das relações familiares, e as violências psicológica, física e a verbal, expressa na falta de respeito. Citaram, ainda, agressões, mortes e também a violência simbólica, diante da discriminação e preconceito.

Prevaleceram relatos sobre a compreensão da violência interpessoal, em que 18 respondentes inferiram acerca da mesma, como E.Z. 2: *“Pode ser de briga, por exemplo, agressão ou morte, assim, mas muitas vezes uma forma, mais, digamos, simples, uma fala, uma humilhação.”*

*Puis óia, a violência tem tantos motivo pra ela ser violência né... tem a violência doméstica, né, violência que é uma das coisa que hoje tá... o nosso Brasil tem bastante né... violência, eu acho que tem violência de vários motivo, mais hoje o que tá mais... que a gente pensa aí é a violência sobre o racismo, né, uma das violência que tá atacando bastante. (E.Z. 6).*

*Ah, pois é... a violência tem muitos, vários tipo né... As veis o esposo é ruim pa esposa, a mulher tamém as veis é ruim po home... Os filho tamém né, tem pais que espanca muito os filho tamém né... Como diz, que dá educação mais num sabe né, espanca né, então a gente... Isso aí é um tipo de violência. (E.Z. 8).*

*Ah, agora não sei, né, que os tipo de violência que a gente conhece é as física e a verbal, né, esses dois tipo, daí que a gente falô, tem a parte de preconceito que se enquadra como violência tamém, né, daí... Acho que é mais em torno disso, né. . (E.Z. 16).*

Dahlberg e Krug (2007) destacam que a violência interpessoal ocorre entre integrantes da família, parceiros íntimos, e usualmente ocorre em ambiente

doméstico, tais como a violência e o abuso contra crianças e adolescentes, maus-tratos a idosos e a violência na comunidade, que se dá a partir de indivíduos sem relação social, como exemplo, por estupro, violência em instituições como local de trabalho, escolas, entre outras situações.

Possivelmente, a prevalência dessa resposta é atribuída à sua proximidade com as experiências cotidianas das pessoas. Essas violências são comumente ouvidas, noticiadas pelos meios de comunicação e, mais recentemente, amplamente divulgadas pelas redes sociais. Além disso, esse fenômeno é naturalizado pela própria sociedade, que historicamente se desenvolveu em moldes violentos, estruturados pelo patriarcado, machismo, racismo e desigualdades de classe, todos assumidos pelo capitalismo.

Quatro entrevistados fizeram uma leitura ampla da violência, desde a violência estrutural e de classe, que parte pelos preceitos da exploração da classe trabalhadora e dos pobres, como também, numa leitura ideológica, na exacerbação do poder, na criação do medo e da disciplina, conforme consideram. Seguem as respostas mais expressivas: *“Hum... Ah, qualquer coisa que agride a pessoa. Violência física, moral... Do sistema, até a própria discriminação, tipo racismo.”* (E.Z. 24). *“Você criar essa identidade de que o perigo só está nas grandes favelas, né. Até é importante que se diga [...] quem coordena elas, a gente sabe que são as elites, né?”* (E.Z. 4).

Com base no que foi apresentado até agora e nas discussões subseqüentes, é possível afirmar que a violência, seja ela uma ameaça ou um fato concreto, direta ou indireta, visível ou invisível, é uma realidade incontestável. Na verdade, ela muitas vezes se oculta “no preconceito que segrega, na miséria que aparta, na polícia que prende, tortura e mata, nas portas que se fecham, nos olhares que se desviam” (IASI, 2013, p. 1).

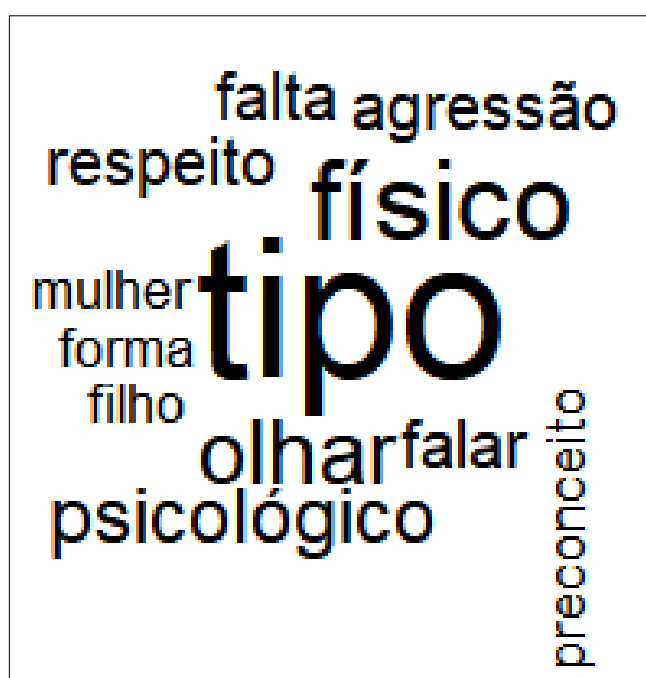
Trata-se de uma violência estrutural, caracterizada por sua emblemática conexão com questões que determinam a sua existência. Ela se apresenta como normal, surgindo de forma espontânea nas relações humanas. Nesse sentido, conforme Bozza (2016), é importante não se ater à sua fragmentação, mas sim na possibilidade de sua compreensão, tendo como origem a ação humana, a ação institucional privada, a ação institucional estatal e a contradição imposta pelo modo de produção (capitalismo) à disposição de desenvolvimento das forças produtivas e das relações sociais de produção.

Para findarmos a discussão sobre violência estrutural, utilizamos Cruz Neto e Moreira (1999, p. 2), que classificam a violência estrutural como “outra manifestação da violência, infligida por instituições clássicas da sociedade e que expressa, sobretudo, os esquemas de dominação de classe, grupos e do Estado”.

E.Z. 25 estabelece bem essa relação, sintetizando-a: “*Ah, tanta coisa ,é a gente vê o quanto é importante explorá o pobre. O quanto que a sociedade brasileira se beneficia da tua necessidade.*” Portanto, compreender a violência estrutural no contexto social abordado por esta pesquisa significa interpretar que os mecanismos pelos quais o Estado, em seus diferentes níveis e poderes, limita o acesso da população camponesa aos direitos de acesso à terra que lhe proporcionariam uma vida digna, implica no aumento do quadro de exclusão social.

A partir das respostas do quadro 12, construiu-se a figura 10, que demonstra, por meio de nuvem de palavras, a concepção do que seria a violência para os entrevistados. Em maior tamanho – indicando maior número de ocorrências – vem a palavra “tipo”, a qual apareceu indicando que a violência, para o grupo pesquisado, pode ter diferentes formas, como pode ser observado nas falas apresetadas anteriormente.

FIGURA 10 – Tipos de violência (nuvem de palavras)



Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados.  
Organizado pela pesquisadora.

Dentre os diferentes tipos de violência, os entrevistados apontaram a “física”, a “agressão”, a “psicológica”, a “falta de respeito”, o “preconceito”, dentre outras. No caso deste último, o entrevistado E.Z. 22 resume-a:

*Nossa, tem vários tipo, tem violência psicológica, tem violência doméstica, tem violência de fato, tem vários tipo. Pra mim eu acho que o preconceito é uma forma de violência também, porque quando você aplica isso pruma criança cê tá violentando ela assim, sabe? Violência pode ser até uma pessoa olhar torto pra gente às vezes, não chegá perto, às vezes acontece da pessoa renegar a gente. As veiz acontece dentro das próprias família da gente, assim, dos parente.*

A fala do E.Z. 22 é inquietante ao considerarmos que o preconceito é, possivelmente, uma das mais habilidosas e perversas estratégias de controle e de exclusão social, pois a violência simbólica reverbera no sofrimento e pode ao ganhar impulso de verdade. O preconceito, usualmente incorporado e acreditado, é a mola central e o reprodutor mais eficaz da discriminação e de exclusão – e, portanto, da violência.

Ainda na linha do preconceito, uma palavra que apareceu bastante nas falas dos entrevistados foi “olhar”, referindo-se ao olhar preconceituoso, olhar que discrimina as pessoas: “*Nossa... Violência desde um olhar desigual já é uma violência, né? Um olhar torto. Um olhar já basta, cê já olha com mau olho, né?*” (E.Z. 7).

Bandeira e Batista (2002) discorrem como o preconceito é decorrente da dupla associação à condição de identificação das diferenças, seja pela afirmação da diferença ou sua negação, dissimulação, mas que em ambos os casos a falta de respeito a essas diferenças se faz presente cotidianamente, criando novos ciclos de violência, pois é um mecanismo eficiente, tendo uma atribuição eficiente da negatividade, do descrédito, da discriminação, à exclusão.

A palavra “mulher” aparece com tamanho mediano na nuvem de palavras, demonstrando significativa recorrência nas citações dos entrevistados. A menção dessa palavra sinaliza a preocupação com um tipo específico de violência, a violência contra a mulher:

*Uma palavra com intenção de ofende... Repreende assim, tipo, a gente quere faze algo como uma habilitação e a pessoa faze de tudo pra que você não faça, não sei como que se diz. Quere trabalhá fora e fazerem impecilhos, isso é uma forma de violência contra a mulher. (E.Z. 21).*

Muito tem-se discutido sobre a violência contra a mulher e temos inúmeros pontos a considerar: primeiro porque ela é estruturante da desigualdade de gênero; segundo porque se manifesta de diversas formas; terceiro, porque seu aumento tem sido destacado ano a ano; e, quarto, porque temos a necessidade urgente de trazer para o debate esse tipo de violência. É importante que a sociedade compreenda como se constitui esse tipo de violência, para que, assim, possa evidenciar ações de combate e denúncias.

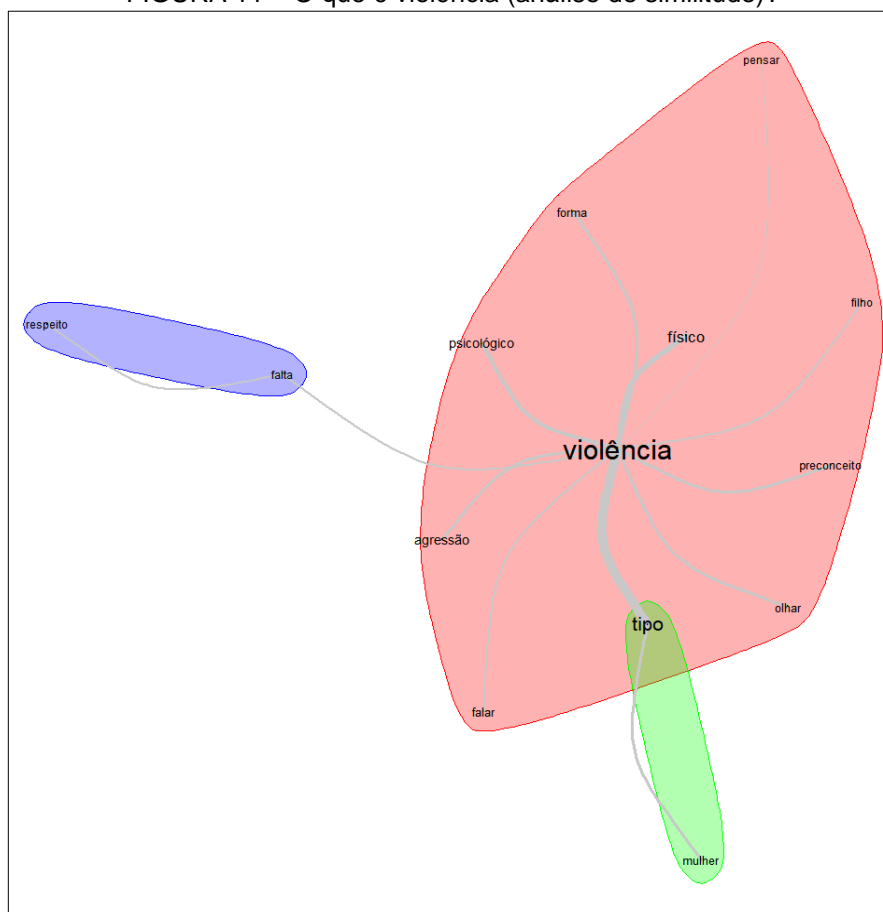
A pesquisa “Visível e invisível” realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Instituto de Pesquisas Datafolha em 2021, indicou que em sete de cada dez casos o autor da violência doméstica é conhecido. Ademais, apontou que uma em cada quatro mulheres brasileiras acima de 16 anos (24,4%), ou seja, cerca de 17 milhões de mulheres, afirmaram ter sofrido alguma forma de violência durante a pandemia da Covid-19 e que, ainda na pandemia, a cada um minutos, oito mulheres sofreram agressões físicas. Por fim, cinco em cada dez brasileiros (51,1%) apontaram ter presenciado algum tipo de violência contra a mulher no seu bairro ou comunidade durante o último ano (BUENO et al., 2021).

Majoritariamente as violências cometidas (física, sexual, patrimonial psicológica e moral) contra as mulheres são praticadas no ambiente doméstico, por pessoas próximas de seu convívio e com uma relação de cunho íntimo estabelecido, numa trágica constatação de que o lar é um dos espaços mais inseguros para uma mulher.

Na figura 11 realizou-se a análise de similitude, em que foi possível identificar a co-ocorrência entre as palavras. O tamanho da fonte, a espessura das linhas e as direções revelam a frequência e a força de ligação entre as palavras citadas pelos entrevistados.

As palavras "violência" e "tipos" apresentam a maior co-ocorrência e estão fortemente ligadas. Essa informação demonstra que, para os entrevistados, a "violência" se verifica em diferentes formatos. Essas palavras estão acompanhadas na sequência pela palavra "física", demonstrando uma co-ocorrência um pouco menor que as duas primeiras, mas ainda bastante significativa. Ou seja, entre todos os tipos de violência, a física se sobressai para esse grupo.

FIGURA 11 – O que é violência (análise de similitude)?



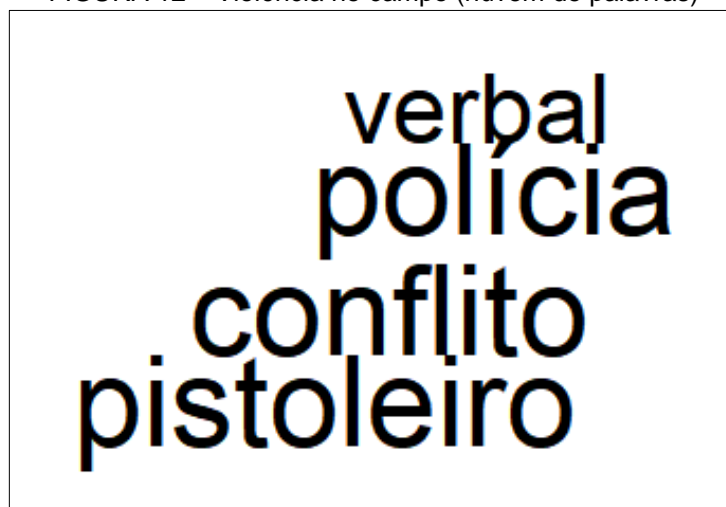
Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

Pelo ordenamento das palavras apresentadas graficamente, fica evidente em nossa análise que a violência possui inúmeras formas e expressão; ela é complexa e diversa. Os entrevistados possuem compreensão dos aspectos que envolvem a violência.

Na figura 12 apresentamos as respostas que obtivemos à pergunta 2 do roteiro de entrevistas sobre como eles definem a violência no campo.



FIGURA 12 – Violência no campo (nuvem de palavras)



Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados.  
Organizado pela pesquisadora.

A partir da representação gráfica das palavras, observa-se que a violência no campo é oriunda do conflito agrário, presente na figura dos sujeitos que executam a violência, sendo eles o pistoleiro e a polícia militar. Fica evidente também que a interpretação sobre a violência no campo é decorrente do conflito agrário, operado pelo antagonismo de interesses ainda tão presentes no Brasil, conforme demasiadamente apontado neste trabalho. Podemos relacionar ainda, que a interpretação dada pelos entrevistados possui similaridade (dada as condições de construção do corpus para a análise) com a conceituação da violência no campo a partir dos estudiosos da questão (figura 5).

No quadro 12, na coluna denominada E.Z., foi assinalada quando a pessoa entrevistada, ao responder o questionamento sobre o que é violência no campo, reportou a ação de despejo operada contra o pré-assentamento no ano de 2007 e também o conflito com o ex-tenente-coronel da polícia militar Valdir Copetti Neves – 12 dos 26 entrevistados fizeram menção do caso. A partir desses relatos, construiu-se a interpretação do que é “violência no campo” para o grupo pesquisados, conforme apresentado a seguir.

Copetti Neves requeria usucapião de parte da Fazenda da Embrapa, área que foi grilada pelo mesmo e foi utilizada para ocupação do MST em 2003. Por isso, o Zapata conviveu muitos anos em conflito com o ex-tenente-coronel. Acreditamos que

essa menção decorre por ser uma experiência de violência no campo que os pré-assentados possuem, por se tratar de uma história recente.

Nesse sentido, buscamos uma reconstituição parcial dos fatos que englobam o conflito vivido a partir da construção da memória coletiva, partindo das falas dos entrevistados, usando a memória pessoal como um ponto de vista referente à memória coletiva. As narrativas demonstram a lembrança dos detalhes mais significativos dessa experiência, considerando a presença da violência, como apontado por E.Z. 3: “*O povo morava aqui e vivia com medo, medo dele.*”

*Bom, é... quando, logo que nós chegamos aqui nós tinha uma rixa com o tal coronel Copetti Neves ali né. Esse cara, ele teve uma CPI da reforma agrária e apareceu esse homem fazendo coisas nos assentamento, nos acampamento que ele ficava de boca aberta de vê. E daí ele perseguia nós aqui daí né... E virô a passá gente aqui, e nós não conhecia o homem assim de cara, sabe, então começou passá carro aqui ameaçá nós... E daí na época o secretário da justiça aqui era o Fachin. Mas esse Fachin era do nosso lado, sabe, ele recebia a gente. E daí nós fomos conversá com esse Fachin lá pra dizê o que que nós ia fazê, porque tavam passando aqui ameaçando nós, e a gente não podia saí na estrada que tinha um carro atrás da gente coisando... E daí ele disse “viu, então fais o seguinte, ó... toda vez que passá um cabocro lá ocê olha a cara dele, tira a placa do carro e manda pra nós... e olha que na época não é... não tinha esses celular né, que agora a gente fais foto e coisa, não era assim né... Não existia isso, então nós tinha que dizê como que era o cara, né, então o cara era assim, assim, assim. Aí a justiça conseguiu pegá ele né. Pegô ele que tava arrumando um jeito de, de despejá nós mais ele tinha lá, não me lembro se era 30 ex-policiais que tavam junto com ele e arma que veio tudo diz que lá do, não sei da onde aí, e daí era uma quinta-feira quando prendero ele, e daí os plano no sábado ele ia passá ali no barracão tirotiá, matá tudo nós. (E.Z. 17).*

Em 6 de março de 2005 ocorreu uma ação de despejo e E.Z. 9 expõe que “*ele queria chutá nós debaixo de bala, entendeu?*” Na continuidade relata uma ocorrência:

*Té no negócio de dá tiro ali, deusulivre. Tava eu, o A\*\* e o C\*\*\*\*\*. E os outro tudo corredo e ele com os capanga dele dando tiro lá. Nós corremo dele, porque senão nós tinha... eu senti a bala passá aqui [som da bala].*

Outra forma de agir contra o pré-assentamento foi por meio da pulverização de agrotóxicos – nuvem de veneno – conforme E.Z. 21 expõe: “*mas teve uma época que ele começou passá veneno em cima do Emiliano Zapata, com o avião.*” Esse elemento se caracteriza como a “face moderna da violência no campo, trata-se da morte lenta por uso de agrotóxico” (FELICIANO, 2016, p.16), a partir do qual Bombardi (2011) cunhou o termo de violência silenciosa.

*Fomo tomá posse dessa área, aí ele, o Copeti, já falecido, ele veio com os pistolero e atirava pra cima de nós, tiro mesmo, pra assustá, pra bota pra corre. E corremo mesmo, a gente não tinha arma, nunca teve. E voltamo depois cum grupo maior e ocupamo a área e ficamo 1 ano e 6 meis. Nesse período ele foi preso um tempo depois, tinha uma milícia clandestina, bancada pela sociedade ruralista da região. Ele é grilero. Ele cobrava da sociedade rural e mantinha a milícia. Dos crime que eles cometou esse era um dos... Ele era tenente coronel afastado da polícia. Ele já tinha tráfico de arma, de droga, milícia, enfim... Ele era bandido e teve um certo poder num determinado momento. A especialidade dele era combate o movimento sem-terra. Então tem várias situações assim da gente chegá e ter que sair correndo por ele tá atirando. Não tinha sossego. Foram vários dias assim. Pelas escuta telefônica, quando ele foi preso, ele tinha um plano de executa alguns companhero dos sem-terra e volta fogo nos barraco pra despeja. A polícia federal interceptou e fez a prisão antes disso acontece, antes dele executa o plano deles. Ainda bem que se foi [risos]. (E.Z. 24).*

Conforme levantamento em vários portais de notícias<sup>34</sup>, em 6 de abril de 2005, o ex-tenente-coronel foi preso numa operação pela Policia Federal denominada “Março branco”. Em 17 de dezembro de 2012 a Justiça Federal o condenou a 18 anos e oito meses de reclusão e perda do cargo público por tráfico internacional de arma de fogo, de drogas e por formação de quadrilha. Copetti Neves comandava uma quadrilha que fazia a segurança ilegal de propriedades rurais na região de Ponta Grossa, e atuou em outras regiões do estado em ações diretas. A quadrilha era responsável pela perseguição, intimidação e tortura de trabalhadores rurais sem terra. Outra estratégia utilizada era “o Neves mesmo pagava gente pra entrá dentro do Zapata, se infiltra” (E.Z. 26).

Em 2010 houve novo conflito<sup>35</sup>, mais violento entre as partes, quando Copetti Neves e outras 12 pessoas, entre funcionários e familiares, cercaram o acampamento, fazendo intimidações, ameaças e disparos de arma de fogo. A polícia militar foi chamada, disparou balas de borracha contra os pré-assentados e houve nova negociação. Porém, dias após o conflito, a área foi desocupada pelos pré-assentados.

<sup>34</sup> Ver Portal da Justiça Federal da 4ª Região: [https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia\\_visualizar&id\\_noticia=4601](https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=noticia_visualizar&id_noticia=4601); jornal O Estado de S.Paulo <https://www.estadao.com.br/brasil/tenente-coronel-da-pm-pegar-18-anos-por-trafficar-armas/>; e Folha de S.Paulo <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0604200518.htm>. Acesso em: 5 maio 2023.

<sup>35</sup> Matéria publicada no então jornal Gazeta do Povo: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/confronto-entre-caseiros-dono-de-fazenda-e-sem-terra-na-regiao-de-ponta-grossa-bn6s9iszzwhzlmga3kg7z698u/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

*O povo morava aqui e vivia com medo, medo dele. De uma afronta, como ele já tinha feito uma emboscada pra pegá o pessoal do Emiliano Zapata um tempo atrás e a gente fico morando aqui. Eu pelo menos que era vizinha aqui, eu tinha receio, dele se aproximar ou faze qualquer coisa pra nos prejudicá. (E.Z. 21).*

Em 29 de outubro de 2018, Copetti Neves foi encontrado morto dentro de seu carro, com várias marcas de tiros, na região do Botuquara, zona rural do município de Ponta Grossa. A morte dele foi vinculada aos conflitos com o Zapata.

*Quando ele morreu, foi a primeira coisa que saiu foi que, ah, que foi os sem-terra, nós, né? Porque nós que moramo aqui, né? Ele foi morto ali em cima, né? Pertinho, né? Então até tipo esclarecer isso, né? Foi, todo mundo acho que teve medo, né? Não foi só eu, ou o outro, né, as pessoa andava tipo mais resguardado, pra dentro, né? Tipo, não saindo à toa. (E.Z. 21).*

Futuramente foi comprovado que os integrantes do pré-assentamento não tinham qualquer relação com a execução. E.Z. 3 comenta: *“Ah, sempre tinha medo dele. Era o tar do matadô. O coronel era o tar do matadô, mas esqueceu que tinha morredô também [risos].”* Outra menção importante de E.Z. 1, E.Z. 2 e E.Z. 21 refere-se à ação de despejo sofrida em 4 de maio de 2007, numa ação da polícia militar com efetivo de aproximadamente 300 policiais. E.Z. 1 comenta: *“isso ali foi despejo e foi uma baita agressão.”* E.Z. 2 diz:

*Então, nós, em dois mil e sete, nós sofrêmo um despejo, né? Foi uma violência, né? Porque chegou, né? As polícia, né? Tipo entrando na casa, derrubando tudo, abrindo tudo, tirando cortina, jogando tudo, sabe, colocando arma na, na cabeça, né? Das pessoa, né? Do meu marido foi um, né? Que colocaram ele na parede lá com a perna aberta lá e uma pistola na cabeça, né? Mas com ele eles foram bem violento. Com a comunidade inteira, na verdade. Daí o despejo, daí foi, tipo, tirado em vinte e quatro horas, nem deu. Morreu criação, morreu galinha, morreu. Porco não chegou a morrer porque tiraram, tipo, com corda, puxado. Perdimo bastante coisa.*

A violência tornou-se um “instrumento efetivo de controle e coerção e a única forma de comunicação entre as estruturas de poder e os camponeses” (CABRAL, 2015, p. 147). Cabral (2015) detalha uma série de violências, em especial, os assassinatos cometidos na região Norte do país, partindo para uma análise da realidade do campo. Evidencia, ainda, como o Estado pode alterar seu posicionamento, adotando ações para mitigar os casos de violência. Porém, concluímos que tais propostas são distantes do campo real das ações praticadas.

Quanto a ação de despejo, Lobregat (2021) menciona que os acampados possuem entendimento da iminência dessa violência, pois já faz parte do contexto de estruturação do acampamento. Ou seja, quanto mais organizado e estruturado, maior o risco de despejo. O acampamento tornou-se o “olho do furacão” no conflito agrário, pois se constitui em um jogo de forças, em que a organização e fortalecimento do acampamento imprime a perda do poder da outra face.

A vida no acampamento possui muitas experiências compostas pela violência. [...] passaram pela experiência do despejo e de constantes ameaças de despejo. A ocupação precede o despejo, quase como uma regra a ser seguida como estratégia de repressão. Comentando essa ordem cronológica, emerge a ideia da naturalização do despejo, ou seja, todo acampado sabe que pode ser despejado. (LOBREGAT, 2021, p. 122).

A força bruta e os constrangimentos físicos constituíram-se numa forma de relação legitimada, de maneira implícita, pelos aparatos do poder, a considerar a ação desproporcional do efetivo da polícia militar, bem como da decisão da justiça em conceder a reintegração de posse à Copetti Neves, que nem proprietário era, conforme a ação de usucapião que o mesmo requereu (nº 2000.70.09.001961-3/PR<sup>36</sup>), mas que foi negada. Reiterando, mais uma espécie de violência é o fenômeno da grilagem, uma modalidade de fortalecimento de poder daqueles que oprimem e fomentam os motivos existenciais do conflito agrário. Sobre a menção de que Copetti Neves era grileiro das terras em conflito, expomos que a grilagem consiste na invasão, ocupação e comércio ilegais de áreas públicas que tem sido impulsionada pela expansão do agronegócio.

A apropriação privada capitalista da terra no Brasil se faz fundamentalmente pela grilagem. Essa atividade se perpetua no campo brasileiro em função da conivência do Estado, sendo um dos grandes responsáveis pela concentração fundiária no país, mantendo o poder da classe dos proprietários fundiários.

Souza e Santos (2013, p. 9) afirmam que “essa estratégia, aliada ao poder exercido pela classe proprietária, em sua relação direta com o Estado e o capital, assegurou a permanência desse processo”, como podemos perceber nos últimos

---

<sup>36</sup> Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/busca?q=M%C3%A1rcia+Helena+Abib+Neves> e <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/trf-4/1283979965/inteiro-teor-1283980014>. Acesso em: 6 fev. 2023.

anos na discussão sobre o projeto de lei 2633/20<sup>37</sup>, conhecida como PL da grilagem, que visa a regularização da ocupação indevida de terras públicas, favorecendo a impunidade de crimes ambientais e a facilitação do desmatamento ambiental.

Essa população acampada que objetiva a reforma agrária sofre com a modalidade de violência através da dominação, pois geralmente os que se encontram em tais situações ficam à mercê dos detentores da terra. E para aqueles que tentam se revoltar, muitas vezes, sobram apenas agressões, ameaças, todas “ordenadas” por um sistema que alimenta a reprodução do ciclo dessas violências no campo. E.Z. 25 ilustra bem em seu relato: *“Já falaram pra mim ‘vontade de quebrá tuas perna, sua sem-terra do diabo’, daí pra frente”*

Fazendo um recorte da fala de E.Z. 4 exposta no quadro 12: *“exploração nos indígenas, né? E não se deixaram explorar, depois veio a escravidão propriamente dita, né? Que trazendo escravo da África”*, inferimos que a fase inicial da violência no campo no Brasil decorre de um processo histórico de exacerbação do poder das elites no Brasil para manutenção orquestrada do feito de dominação. Feliciano (2016) destaca as marcas da brutalidade para fins de exploração e é essa a condição que traça os desígnios da violência no campo no Brasil.

Anjos (2015, p. 375) expressa que “a mentalidade dominante no país ainda é a colonial”. Por exemplo, a ideia de que possuir terra ainda significa “poder” é recorrente ainda nos tempos de hoje no Brasil, retroalimentando o passado através de uma farsa investida para justificar a construção de um futuro bem-sucedido. É a materialização da ganância, como mencionam E.Z. 12 e E.Z. 9. *“Olha, eu pra mim, um pouco, é té muita ganância. Quem tem mais sempre qué mais um pouco. E quem num tem nada eles qué dexá sempre cada veis menos, nada.”* (E.Z. 9). Essa intenção exagerada é um dos eixos da concentração e centralização do poder, a aliança do grande capital com o Estado, que inferem diretamente para não haver pleito dos direitos territoriais, em especial a reforma agrária.

E.Z. 5 e E.Z. 11 focam que é a questão territorial a propulsora da violência no campo, validando as afirmações no parágrafo anterior, tornando evidente a representação “da verdadeira razão de ser dos conflitos” (OLIVEIRA; TEIXEIRA, 2016, p. 11), como resultado das práticas intencionais, pela apropriação, controle, dominação e expansão.

---

<sup>37</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2252589>. Acesso em: 7 fev. 2023.

A violência no campo se manifesta de forma ampla, a considerar a complexidade do território nacional, país de tamanho continental, que possui suas particularidades territoriais, ambientais, sociais, culturais e econômicas distintas, mesmo considerando que tais condicionantes não alteram sua manifestação focal, conforme destaca E.Z. 14:

*Depende a região, né. Tem região que... depende aonde tá o acampamento, né, porque tem região que o confrito agrário ele é diferente, né. Ele, ele se dá mais na, mais no confronto mesmo, em ação concreta, né. E na nossa região aqui eu, pelo que eu tenho analisado é, é mais confronto, é... De conversa, né. A ação na justiça, né.*

Corroborando com o entrevistado acima, destacamos que o Zapata possui 20 anos de luta pela terra, passou e passa por situações de violência, que merece destaque, principalmente pelo trabalho de resistência do pré-assentamento. Mas não podemos deixar de mencionar que em outras regiões decorrem situações bárbaras, como assassinatos e massacres cometidos por milícias e pistoleiros a mando dos latifundiários ou mesmo do próprio poder estatal em ações desmedidas de força bruta.

Inúmeras são as produções acadêmicas que relatam detalhadamente os casos de violência no campo no Brasil, mais especificamente na região Norte, como Guimarães (2010), Feitosa (2011), Pereira (2013), Araújo (2014), Campos e Ravena (2017) e Rodrigues (2018). Exemplificamos a partir de Rodrigues e Lima (2014), que contextualizam o histórico de luta da líder sindical Margarida Maria Alves, que foi assassinada na década de 1980, cujo caso, como tantos outros, ficou sob égide da impunidade.

Margarida foi assassinada com um tiro no rosto enquanto comia uma espiga de milho na porta de sua casa, observando seu filho brincar na rua. Na ocasião, seu esposo Severino Cassimiro Alves assistia TV na sala quando foi surpreendido com o barulho do disparo e deparou-se com sua esposa caída ao chão, se esvaindo em sangue, já sem vida. A cabeça de Margarida apresentava amplo ferimento com destruição do crânio e lado direito da face, provocado pela arma de grosso calibre que seus algozes utilizaram para calar-lhe a voz que corajosamente levantava em defesa dos trabalhadores de Alagoa Grande. (RODRIGUES; LIMA, 2014, p. 7).

Além dos assassinatos, Pereira e Afonso mencionam os massacres, em que

é possível identificar o grau de brutalidade, crueldade e punição pela dor, uma verdadeira arte de fazer sofrer, teatro do terror. Cadáveres degolados,

carbonizados, ensanguentados e desfigurados. São práticas que tem como propósito fazer com que as pessoas saibam, mas também vejam, elas mesmas, como seus próprios olhos os recados dos grandes proprietários rurais escritos com caligrafias sangrentas. Avisos de morte. Por essa razão se pode entender porque os corpos foram expostos para que fossem vistos [no caso do Massacre de Pau D'arco no Pará]. São práticas que visam explicar o poder sobre os corpos, não só dos mortos, mas também dos vivos. Uma ação codificada, violenta e disciplinar. Exemplos que deverão ficar marcados para sempre na alma de homens, de mulheres, de jovens e crianças. Uma pedagogia do terror. Hierarquias que devem ser mantidas e pessoas que devem obedecer, ser silenciadas, disciplinadas, docilizadas. (PEREIRA; AFONSO, 2018, p. 187).

Santos (1992) e Santos et al. (1998) construíram uma tipologia da violência que considera diferentes dimensões, apresentando o Estado e capital agrário como sendo o locus hegemônico desse processo, os quais são amplamente aceitos e validados na sociedade brasileira. E é assim que a violência costumeira construiu sua morada, na relação opressora de classe, na propagação da ação de inferiorizar os já inferiores<sup>38</sup>.

Ao serem questionados se já foram vítimas de violência para além das ações de despejo ocorridas no pré-assentamento (em específico), E.Z. 24 expõe e elucida bem esse ciclo da violência no campo.

*Eu mesmo fui vítima também. Em situações assim de confronto e preso também, quando o aparato do Estado que é pra defende o cidadão ela se volta contra uma pequena parcela da cidade que tá começando a se organizá pra lutá por justiça no campo e isso ameaça o grande capital, então ele põe a força do Estado pra combate esse grupo e não pra faze a justiça social. (E.Z. 24).*

Outro fato relatado foi: “Nos pedágio, quando nós ia ocupa os pedágio nós levava borrachada. Isso o que que é? Discriminação [risos]? Se não fosse o MST lá talvez não teria levado borrachada, gás, bomba de gás pra cara. É coisas que a gente passa, né?” (E.Z. 7). A ocupação de praças de pedágios no estado do Paraná sinalizou uma das formas de mobilização do MST. Por exemplo, no ano de 2007, aproximadamente três mil trabalhadores rurais ocuparam<sup>39</sup> 25 das 27 praças de pedágio existentes à época no estado do Paraná.

<sup>38</sup> No sentido restrito de quem está abaixo de outro ou na parte de baixo, em nenhuma hipótese no sentido de desqualificar.

<sup>39</sup> Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2007-04-17/mst-confirma-ocupacao-de-quase-todas-pracas-de-pedagio-no-parana-na-manha-de-hoje>. Acesso em: 8 fev. 2023.



Em outro relato de despejo vivido por uma entrevistada, que ocorreu no ano de 2016, fica evidente o tamanho desproporcional das ações exercidas pelo poder público, em especial a força policial. O fato narrado aconteceu no município de Itaperuçu, região metropolitana de Curitiba, em uma ação de reintegração de posse<sup>40</sup>.

*Ah, foi horrível. Foi inesquecível. Eu tinha tudo [casa de madeira com toda mobília] e eu vim pra cá com um balde de ropa. Eles circulam assim a casa, fazem umas bolas preta. Daí eles falam assim “quando faz a bola preta, você tem mais quinze minutos”. Quando eles fazem o X dentro é porque a máquina já tá vindo pra passá por cima. Então esses minutos, esse tempo que você tem é de tirá o que você qué. Né... Lá foi assim. E daí tinha cachorro, helicóptero, cavalo, mais de 300 policial pra despejá 130 família. Derrubaram uma casa com um menino em cima, tava tentando, tirando uma antena. Tinha uma deficiente dentro da casa. A gente segurô, pense, a gente segurô co corpo é, tentando né, pra eles esperá tirá a menina e tal... Eles passaram, só não machucaram ela. Mas o menino machucô. Foi até de helicóptero pro hospital. Eles fizeram de mim, na época do despejo, que nem se eu fosse uma procurada pela polícia. Eles tinham grapiado meu celular, daí eles me tinham como terrorista assim, sabe, como se eu fosse um bandido perigoso. Daí minha irmã me ligô e falô “desliga o teu celular, que tudo que você fala nós tá escutando”. (E.Z. 25).*

Esta é uma forma de violência direta e ativa, que usa a força física contra o camponês, sendo utilizada pelo Estado ou pelo poder privado, como bem destaca Cosandey (2012, p. 2): “o Estado se utiliza dos despejos judiciais, com o uso da força policial no cumprimento das ordens de despejo e no controle dos manifestantes”. Como mencionado anteriormente, é evidente a articulação de formas para suprimir o andamento e a continuidade das ocupações e suas mobilizações reivindicatórias, presumindo sempre a lógica vertical de controle, de mando e domínio sob aqueles que se encontram numa situação de inferioridade à lógica de poder, que se constitui no lado mais fraco, representado pelo campesinato, que sofre uma repressão desumana, tendo a destruição de seus lares – sua base de vida. Toda essa violência é a tentativa de impor que a resistência não é uma possibilidade.

Ao questionarmos se os entrevistados já foram vítimas de violência, obteve-se respostas amplas, conforme mostra o quadro 6, em que a maioria sinalizou que já foi vítima de violência no campo: 13 (50%) dos entrevistados apontaram circunstâncias evidentes sobre a violência sofrida e, destes, três mencionaram que essa violência não os afeta (assunto será discorrido na sequência); três pessoas não quiseram se manifestar nesta pergunta, porém na continuidade expressaram um fato vivenciado;

<sup>40</sup> Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/reintegracao-de-posse-em-itaperucu-desaloja-cerca-de-150-familias-65ops8sz7075uh2s0m1n7wdgn/>. Acesso em: 8 fev. 2023.

quatro entrevistados afirmaram que achavam que podiam ter sido vítimas de violência no campo, mas não sabiam dimensionar esta questão; cinco entrevistados responderam que não foram vítimas de violência, porém dois deles, na sequência dos relatos, manifestam uma situação similar vivida por ambos.

QUADRO 6 - Entrevistados vítimas de violência no campo

	1.Não	2.Não se manifestou	3.Possivelmente e sim	4. Não despercebido	Sim	Como ou comentário	Respondeu colunas do 1 ao 4 e na sequência mencionou o fato
E.Z. 1	X					-	Discriminação na escola e na UBS*
E.Z. 2	X					-	Discriminação na escola
E.Z. 3		X				-	-
E.Z. 4			X			-	Discriminação na escola
E.Z. 5					X	Discriminação na escola	-
E.Z. 6					X	No comércio e violência do Estado	-
E.Z. 7				X		-	"A gente ignora, pensa que não é nada."
E.Z. 8					X	Discriminação na escola e UBS	-
E.Z. 9	X					-	-
E.Z. 10	X					-	-
E.Z. 11					X	Violência psicológica	-
E.Z. 12					X	Prisão em decorrência de conflito	-
E.Z. 13					X	-	-
E.Z. 14			X			-	-
E.Z. 15					X	Violência simbólica, discriminação na escola	-
E.Z. 16			X			"Mas não me abala."	-
E.Z. 17					X	Discriminação na escola	-
E.Z. 18					X	"Mas não me afeta."	-
E.Z. 19	X					-	-
E.Z. 20					X	Discriminação	-
E.Z. 21		X				-	Discriminação UBS
E.Z. 22			X			"Não consigo lembrar."	Discriminação na escola
E.Z. 23		X				-	-
E.Z. 24					X	Confronto com a polícia e prisão em decorrência do mesmo	-
E.Z. 25					X	Despejo em outro acampamento	-
E.Z. 26					X	Violência institucional, preconceito e ação policial.	Discriminação na escola

Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

Nota: \*Unidade Básica de Saúde.

Conforme as considerações de E.Z. 13, E.Z. 14, E.Z. 15, E.Z. 16 e E.Z. 19, a violência no campo se dá em ações mais diretas/concretas, evidenciando a interação da violência costumeira a política. Importante salientar que nessas respostas a violência se faz mais evidente (identificável) em referência ao outro ou na outra região. Acreditamos que isso decorre do fato de que os conflitos ocorridos no Zapata já datam de mais de dez anos, o que torna mais evidente essa associação da violência do campo restrita em referência às ações diretas vivenciadas em outros acampamentos e em outras regiões, como agressões, ameaças, despejos, destruição dos bens, das produções, tentativas de assassinatos e assassinatos, entre outros.

Quando reportamos a questão da violência no campo, muitas vezes ela se atrela às figuras dos pistoleiros, jagunços e capangas, que são vinculados aos crimes de mando. Conforme Barreira (1992), o “sistema de pistolagem” sobrepuja os poderes legais” vigentes até hoje, tão evidente em algumas regiões do país, em especial a região Norte, a qual registra maior número de assassinatos, tentativas de assassinatos e massacres, conforme registrado no capítulo 1. Os entrevistados apontaram: “*Você diz do pistolêro, né?*” (E.Z.1), “*é pistolero que ataca*” (E.Z. 10), e “*ela se dá pela polícia, milícia, jagunço, pistolero, que de fato ataca o movimento sem-terra*” (E.Z. 24).

Tem que haver pistoleiro, que é quem executa o homicídio chamado “serviço”, e o mandante da ação, que é quem paga pelo “serviço” realizado. [...] Esse dado marca a continuidade e a reprodução da violência física no meio rural e representa a complexa rede de relações [sociopolíticas], em que o pistoleiro é a ponta final de um grande iceberg. [...] O pistoleiro é a materialização de um ato com vários personagens encobertos, autores intelectuais, e toda uma rede de proteção pertencente à classe dominante (grandes proprietários de terra e políticos) e a setores da polícia. (BARREIRA, 1992, p. 46-47).

Os entrevistados relataram, ainda: “*A polícia tá pro meio que tá lá. Então isso aí sempre existiu e sempre vai tê.*” (E.Z. 7). A menção da polícia militar concerne à violência política na qual reencontramos aqui o Estado como agente da violência, como figura central da repressão, na utilização arbitrária de sua força, parte integrante do padrão tradicional de dominação.

Outro fato constatado em demasia foi a criação do medo, da imagem negativa do MST, como representação de risco para a sociedade.

*Violência pode ser até uma pessoa olhar torto pra gente às vezes, não chegá perto, às vezes acontece da pessoa renegar a gente. A gente vai as veiz nos lugar, quando você fala que é do MST todo mundo parece que até se afasta, tem medo da gente. (E.Z. 22).*

A menção acima de E.Z. 22 pode também se vincular à fala de E.Z. 21 quando reportou a morte de Copetti Neves e da fala de E.Z. 7 sobre a ocupação das praças de pedágio. Nessas três falas, percebe-se bem como o preconceito recebido é evidente, pelo simples fato de pertencerem ao MST.

Esse tratamento de rejeição sujeita alguns camponeses ao sentimento de humilhação, como E.Z. 23: *“O cara veste a camisa e se fala que é do MST, daí tratado ruim né... Pros outros estranho, é perigoso.”*

A pesquisa-intervenção psicanalítica de Domingues e Rosa (2014) versa sobre a humilhação social sofrida pelos integrantes do MST e, no seu decorrer, identificou que a humilhação se destacou como a principal forma de violência sofrida. Quanto a humilhação sofrida, as autoras consideram: *“Este tipo de violência geralmente passa despercebida a nossos olhos e atingem os militantes do MST, embora no caso deles possamos dizer que se trata de uma humilhação superada”* (DOMINGUES; ROSA, 2014 p. 117).

Essa afirmativa de considerar a humilhação como superada decorre da compreensão que as pessoas humilhadas reagem ou se recusam a aceitar essa violência. Nesse sentido, podemos entender como essa *“superação”* é mantida pela sua ligação a militância. E ainda, isso não significa que essas pessoas deixem de sofrer os impactos da humilhação.

E.Z. 14 diz que *“bastante gente que tem preconceito, né, simplesmente por causa... Se você falá, você é sem-terra, num interessa o que cê fais, você é sem-terra, cê não presta, é perigoso.”*

Bandeira e Batista (2002, p. 127) sinalizam que o preconceito é uma excelente máquina apta a atuar em todas as esferas da vida, presente nas *“imagens, linguagens, nas marcas corporais e psicológicas, nos gestos, nos espaços”*. E todo esse preconceito se contrapõe às qualidades, aos aspectos positivos da pessoa, numa desqualificação natural do ser, sendo produzida e reproduzida nas situações que forcem o controle, a desqualificação, discriminação e a intimidação.

*[...] eu me sinto muito triste, muito humilhada quando eu vejo alguém lá de fora humilhar nós aqui dentro. Porque nós somos ser humano igualzinho a*

*eles. Não tem diferença nenhuma, nós somos igualzinho rico, somos ser humano igualzinho eles. Que diferença tem nós com a pessoa que mora lá na cidade? Não tem diferença nenhuma. Nós trabalhamos aqui humildemente, lutamos honestamente com nosso suor, com a nossa força de vontade, trabalhamos. Nós plantamos bastante coisa e imo lá na cidade pra vender pro povo. Nós abastece as escolas. Isso pra nós é um orgulho, é tudo pra nós. Saber que nós enchemos um caminhão de produção e a cooperativa leva pras escolas, e as crianças se alimentam daquele produto. Então, eu me sinto muito triste quando eu vejo uma pessoa lá na cidade humilhar nós aqui. (E.Z. 3).*

Conforme anotações no diário de campo sobre o momento da menção acima, foi sinalizado

de extrema sensibilidade sua percepção ao modo de vida urbana e rural, desse processo construído socialmente da diferença, parece que consigo sentir a tristeza de \*\*\*\*\*. No momento da entrevista estávamos sentadas num tronco de madeira, à beira da sua horta, caía uma leve garoa, típico a uma memória bucólica, parecia que eu pertencia a esta simplicidade e ao olhar ao redor e ver aquele imenso plantio, pude também sentir orgulho (MOREIRA, 2022, p. 9).

Os sem-terra são vistos como potencialmente “perigosos”, “criminosos”, que para muitos devem ser vigiados; recebem o estigma de invasores, pois produzem um imaginário social de risco da perda, nesse caso da propriedade, mesmo que a população nada tenha. Esse ambiente criado pelo conflito para a dominação da classe dos trabalhadores do campo começa a agir e age por dentro também (dentro da pessoa em si). A humilhação é um golpe traiçoeiro que se desperta pela desigualdade de classes, que pode passar despercebida para muitos, mas é fortemente sentida por quem vive nesse contexto de violência.

Para Gonçalves Filho (1998), a humilhação é um tipo de angústia que a população empobrecida conhece bem. Ela está circunscrita, também, à submissão, pois sofrem os impactos dos maus-tratos. “O sentimento de não possuírem direitos, de parecerem desprezíveis e repugnantes, torna-se-lhes compulsivo: movem-se e falam, quando falam, como seres que ninguém vê” (GONÇALVES FILHO, 1998, p. 53).

E.Z. 7 denota muito bem: “O que passava na mídia era só coisas muito mau, e daí era com esses olhos que eles viam a gente.” Existe também a necessidade de se formar a opinião pública para a criação de um repertório que adote a discriminação dos trabalhadores sem-terra “A caracterização dos trabalhadores sem-terra como ‘terroristas, invasores’, é criada, isto é, aquele que, ao invés de trabalhar para

‘comprar’ sua terra, precisa ‘invadir’ a propriedade privada de outro para ganhar a terra” (LOBREGAT, 2021, p. 123).

A mídia frequentemente transmite ao seu público que trabalhadores rurais sem-terra, bem como os movimentos sociais no campo, são os causadores da violência, da desordem, agindo de forma tendenciosa, alterando as informações transmitidas, que por fim, reforçam a criação da imagem de sujeitos baderneiros, ladrões e marginais.

*O Jocelito na época era radialista. Esse caboco falou o cão de nós quando nós ocupamos essa terra. Menina do céu, a gente sentia a violência através do rádio. Que ele dizia “seus vagabundo, seus ladrão, ocêis tão ocupando terra de quem tá trabaçando, não sei o quê”, mais óia, acho que foi meses isso. (E.Z. 17).*

Sobre as ações que criminalizam os militantes do MST e, especificamente, os pré-assentados do Zapata, Rojas e Adissi (2015) destacam três faces de compreensão sobre essa questão: primeiro, o processo de criminalização da pobreza por parte da lógica de controle do Estado, resultado de ações planejadas e coletivas; em segundo, a perspectiva de que a mídia é a responsável pela divulgação de estereótipos e estigmas contra o MST, e ainda, num entendimento mais amplo de que ela é a mola propulsora de criminalização do movimento; e, por último, e mais elucidativa, bem como já reportada inúmeras vezes ao longo do trabalho, a ação simbiótica do latifúndio, Estado e mídia, os quais são os responsáveis em fomentar a criminalização desses sujeitos, criando um estereótipo negativo sobre eles.

O preconceito é a valoração negativa que se atribui ao se negar o outro. Nesse sentido, não raro vemos diferentes formas, relações e causas de discriminação e preconceito, conforme demonstra o quadro 7.

QUADRO 7 - Outras menções sobre discriminação e preconceito

(continua)

<b>MENÇÕES DOS ENTREVISTADOS SOBRE DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO</b>	
E.Z. 2	<p>“[...] a minha cunhada ela, ela tinha uma menina pequena, e foi chegar assim no postinho de saúde, com a menininha arrumadinha acho que foi enfermeira. ‘Nossa, mas como que você consegue? Vocês moram lá (em referência ao Zapata) e essas criança tão bonitinha e cheirosinha, limpinha?’ Porque a gente é sem-terra mas não é porco, né? A gente vive aqui, mas né? Tem água, tem... A gente consegue, né? Cuidar das crianças, né? Isso já é tipo um preconceito, já é uma discriminação, né? Porque daí? Tipo, viu a criança ali, mas quer dizer que não pode? ‘Que não tomam banho, que não se cuida, que não andam limpo, né?’</p> <p>Ah, pensam que se eu tô ali eu vou querer. ‘Não, vai roubar ali, vai pegar meu dinheiro, vai riscar meu carro, vai fazer isso, né... Vai tomar meu celular, vai me roubar.’”</p>

## QUADRO 8 - Outras menções sobre discriminação e preconceito

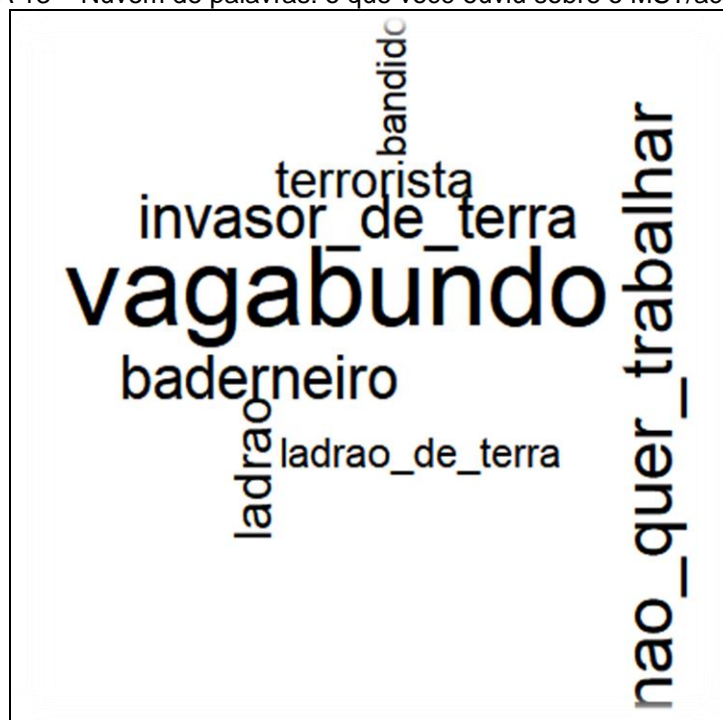
(conclusão)

MENÇÕES DOS ENTREVISTADOS SOBRE DISCRIMINAÇÃO E PRECONCEITO	
E.Z. 9	"[...] porque procê tê uma ideia ele taxô nós como terrorista, então isso aí já é um motivo de discriminação, entendeu? Lógico, os preconceito assim sempre tem. Menina... No começo, quando eu cheguei aqui, aqui era discriminizado pelo povo da cidade intêra. O próprio governante que discriminizô aqui, na época do Marcelo Rangel. Na época que o Marcelo Rangel, que era prefeito, ele que levantô essa bandera pra discriminizá os sem-terra, foi ele."
E.Z. 10	"É... Discriminando, né. Num fais muito tempo, eu iscuitei o Nilson Olivera falando de nós aqui, que diz que aqui era uma vadiozada que num tinham nem ferramenta porque não sei o quê... Daí eu pensei, digo, não adianta eu quebrá o rádio, né [risos]? Peguei e desliguei o rádio [risos]. Então esse já é discriminação, porque ele num conhecia aqui, num conhecia nós. Porque falá sem conhecê é discriminá. Porque iscuitam e verem essas coisa na televisão, vê porque mostram mais o lado ruim dos sem-terra. Então o lado bão eles quase não mostram na televisão."
E.Z. 15	"Digamos cos sem-terra é mais preconceito. [...] O mesmo preconceito que eles sofreram aqui nós sofremo lá, porque é tratado diferente na sociedade, sempre achavam que era os ladrão, daí tipo por isso que..."
E.Z. 20	"A discriminação... Até dentro da comunidade as veiz tem umas, né... Esse jeito de vê as pessoa diferente. Já fala diferente. Então já é uma discriminação. Que nem o Tio Bilia já saiu na cidade e os cara já discriminaram por causa do boné. Por causa desses tempo da política aí..
E.Z. 21	"Eu senti preconceito primeramente senti pela minha própria família, que quando eu vim pro acampamento."

Fonte Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

Indo mais a fundo, questionou-os acerca do que já ouviram sobre os acampamentos e sobre o MST. Como corolário, tem-se a figura 13.

FIGURA 13 – Nuvem de palavras: o que você ouviu sobre o MST/acampados



Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

A partir da nuvem de palavras podemos observar como é sentida a visibilidade da percepção de ser um sem-terra, como isso perpassa sua construção enquanto sujeito coletivo. Pela leitura das palavras em destaque, tem-se a ocorrência de “vagabundo”, “não quer trabalhar”, “invasor de terra” e “baderneiro”.

Esse é o resultado da imagem retratada pela sociedade em geral, a criação de estereótipo negativo de um grupo de pessoas vinculados ao movimento social que não trabalham e sobrevivem às custas do governo. Sua criação é bem articulada por mídias que não conseguem fazer as pessoas pensarem, mas possui grande capacidade para propagar o que pensarem, sem que haja uma leitura da realidade. “Em determinados momentos, os conflitos agrários chegam a figurar como objeto de atenção da grande mídia e, em contrapartida, apresentam relativa visibilidade, porém, não raras vezes, de forma distorcida e parcial”, situação que também se aplica ao Estado. (CARVALHO; SIQUEIRA, 2020, p. 112).

Atualmente, com a popularização dos meios de comunicação, passamos por outro desafio, o das *fake news*<sup>41</sup>, que crescem conforme o número de compartilhamento. Nos últimos cinco anos, o Brasil foi refém de notícias fraudulentas, que impactaram no cenário político e social do país.

Mesmo que alguns entrevistados comentem: “*a gente ignora, pensa que não é nada*” (E.Z. 7), “*mas não me abala*” (E.Z. 16), “*mas não me afeta*” (E.Z. 18), será que, na subjetividade do indivíduo isso não produz resultados negativos? Domingues e Rosa (2014, p. 120) nos ajudam a pensar a respeito: “O corpo marcado pela humilhação é um corpo encolhido, silenciado. A experiência da humilhação finca-se na carne do sujeito [...] como uma espécie de queimadura: arde, marca-lhe o corpo como cicatriz, rouba-lhe sensibilidade”. Esse é um questionamento que fica em aberto, suscitando inquietações.

A criminalização se dá através de um processo estruturado de violência física e simbólica, que adquire ares de violência institucional (pública e privada), na medida em que os agentes se utilizam de suas “funções” para atribuir uma natureza

---

<sup>41</sup> “Empregado às notícias fraudulentas que circulam nas mídias sociais e na internet, o conceito é aplicado principalmente aos portais de comunicação online, como redes sociais, n sites e blogs, que são plataformas de fácil acesso e, portanto, mais propícias à propagação de notícias falsas, visto que qualquer cidadão tem autonomia de publicar.” (PORTAL TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, 2020).



essencialmente criminosa às manifestações sociais organizadas (FILHO; FRIGO, 2010).

As estratégias descritas acima subsidiam a produção da discriminação e preconceito, que é sim uma forma de violência contra os trabalhadores/as do campo, dos movimentos sociais e pela luta pela terra, garantindo a perpetuação desse ciclo da violência, assentido por grande parte da sociedade. Representa, assim, uma ideia de ação contra aqueles que não se colocam na relação de conformismo com a burguesia agrária, os quais forjam de forma muito bem orquestrada que o Brasil é o país do agronegócio, que são um dos sustentáculos da economia e que trazem a tecnologia a favor da população.

A criação deste estereótipo negativo, o preconceito e a humilhação praticada contra os sem-terra é a face escancarada da violência simbólica, conforme apontado no capítulo anterior, que por não se tratar de uma violência que atinja o corpo (física), cria-se a habitualidade de se conviver com ela e assim, banaliza-se sua presença, infelizmente.

A violência simbólica não é episódica e circunstancial, ela está imbrincada nas relações sociais cotidianas, principalmente em nossa sociedade deficitária e egoística, consideravelmente míope na sua identificação. A “violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento” (BOURDIEU, 2003, p. 7-8).

Importante frisar, que Bourdieu (2003) afirma que a violência simbólica compõe o sistema de dominação, qual é institucionalizado na reprodução da construção sócio-histórica da desigualdade de exclusão. Tais instituições como família, igreja, escola, Estado condicionam as estruturas balizadoras das relações sociais.

A Escola difunde o arbítrio cultural e colabora para a continuidade das relações entre os grupos ou as classes, perpetuando o preterimento das classes dominadas e a legitimidade das classes dominantes. E o Estado, como principal responsável pelo estabelecimento de categorias oficiais, reforça a conformidade dos sujeitos às formas organizativas sociais hegemônicas utilizando-se de meios, materiais e simbolismos que garantam o conformismo lógico e moral, que propiciará a adesão às maneiras de compreender e construir o mundo em consonância com os interesses dominantes (Bourdieu (2003, p. 147)

No quadro 5, nove dos 26 entrevistados apontaram que sentiram discriminação a partir da escola pública onde as crianças, filhos/as dos pré-assentados, estudaram.

Sobre os fatos narrados, seis relacionaram essa discriminação à fase de ocupação da Fazenda da Embrapa e três casos relataram a fatos ocorridos nos últimos três anos.

As seis menções sobre a fase de ocupação versam sobre a escola pública localizada no distrito de Vila Velha, onde as crianças eram discriminadas pela parca higiene e o cheiro de fumaça, característico da fase de ocupação, em que havia limitações de acesso a água, banho e energia elétrica. O cheiro de fumaça era decorrente os lampiões. Seguem alguns relatos no quadro 8.

QUADRO 8 – Discriminação das crianças na escola

<b>Discriminação das crianças na escola</b>	
E.Z. 2	<i>“Então, tem na escola ali do Biscaia que a minha filha estuda, A monitora do ônibus, ela não se declara contra o movimento, contra as crianças, sabe? Mas, tipo, ela faz algo assim que, que dá pra ver que ela não gosta das criança daqui. Tipo, ela fala as coisas pras criança, faz, tipo descê do ônibus com chuva e ficá esperando outro ônibus pra vim. Tipo aquele preconceito, sabe? Os professor pode ficar dentro do ônibus. porque fica parado no lugar esperando o outro. Mas os aluno não. Os aluno tem que descer e esperar o outro. Então, eu acho que isso é uma agressão, né? Porque são, são só eles e os professores. Então eles têm que descer. Os professor não precisa, e o ônibus fica parado no mesmo local esperando outro chegar.”</i>
E.Z. 5	<i>“Meus filho na escola, que eram meio discriminado sempre por alguns aluno, pelos colega né, De veis em quando eles vinham com a queixa né, se serem dexado mais de lado quando descobria que era do MST.”</i>
E.Z. 8	<i>“É, aqui foi no começo, no começo que a gente tava né, acampado aqui, que morava nos barraquinho né, Tica, daí tinha diretora, tinha uma diretora bem ruim lá que falava que as criança tava cherando fumaça.”</i>
E.Z. 15	<i>“Que nem no começo aqui, eu vim pra estudá, então no começo eu ficava tipo os sem-terra separado de quem era da cidade. Por mais que escola ali teve uma, tem receptividade com as criança tudo, mas demoro pra existir essa mistura, sabe? Mas geralmente a gente era mais deixado de lado por ser sem-terra”. A gente era mais excluído, tipo, são do sem-terra, não se misturavam muito com nós, sabe? Daí demoro alguns ano, tudo, mas a gente acabo se acostumando, então já vem com aquele preconceito dos pais assim de, tipo, por ser sem-terra.”</i>
E.Z. 17	<i>“E daí otra violência terrível aqui foi quando foi as criança pa escola. Que daí diz que as criança cherava fumaça, cherava mesmo.”</i>
E.Z. 22	<i>“Porque a gente tem as criança, pro cê vê, tem a escola. A maioria da escola é bolsonarista, então a gente já tem que cuidá por causa dos filho. Aí a gente tem medo que isso reflita neles, proque isso já aconteceu várias vezes na escola. Que nem a escola sabe que nós somo daqui, só que alguns professores não sabe daí eles começam a tratá as criança diferente.”</i>
E.Z. 26	<i>“No começo a gente tinha dificuldade pra mandá as criança pra escola por causa dos preconceito, por causa do cheiro de fumaça por causa dos lampião. Era preconceito com as criança. Era muito difícil água também. [...] Sempre tinha mãe que reclamava.”</i>

Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

Quanto mais próximo da realidade dos sujeitos de pesquisa, percebe-se que a questão da violência no campo vai tomando dimensões insólitas, como no caso de as crianças sofrerem discriminação na escola por parte dos colegas e servidores públicos, por serem ligadas ao MST. Essa forma de violência pode gerar efeitos não apenas no presente, mas também acarretar impactos em ciclos intergeracionais, dada a exposição da criança na fase infantil que, ao longo do seu crescimento e, na fase adulta, vê-se ligada à vitimação e perpetração dessa violência em outras relações sociais. Sobre a menção acima, é importante salientar que essa temática tem recebido interesse da comunidade científica a partir da teoria de aprendizagem social, como destacam Oliveira e Sani (2009).

É importante ressaltar que embora seja amplamente reconhecido que as crianças, enquanto indivíduos em desenvolvimento, não possuem preconceitos, elas podem ser ensinadas a ter preconceitos. Ou seja, elas aprendem a partir do ambiente que as cercam, onde o preconceito<sup>42</sup> e a discriminação estão presentes em discursos e ações, tornando-se assim fácil a sua reprodução.

Domingues e Rosas tratam dessa realidade nas escolas:

Ambiente que é segregador e também atualiza a desigualdade de classe é a escola. Na escola, a humilhação social começa bem cedo, na infância. O sentimento da desigualdade também. Uma escola que segrega serve de “exemplo” de conduta para aqueles que estão formando e não deve ver como problema o fato de crianças humilharem outras crianças por sua condição de sem-terra. (DOMINGUES; ROSAS, 2014, p. 120).

A escola como locus de desenvolvimento e aprendizagem de crianças e adolescentes, e um dos principais meios de socialização para além dos arranjos familiares, também pode se constituir como espaço produtor de marcas negativas. As escolas localizadas fora dos acampamentos e assentamentos que possuem educandos desses espaços deveriam se constituir em lugares de combate ao preconceito e discriminação, contra os quais, muitas vezes, nada fazem e, ainda, em muitos casos, possuem professores e corpo diretivo que disseminam práticas preconceituosas.

---

<sup>42</sup> Limitamos nesta discussão ao preconceito referente ao MST, isso não isenta a possibilidade de sofrerem outros preconceitos e/ou ser agentes de preconceitos frente a outras situações, como raça, etnia, classe social.

Esse contexto vivenciado pelo preconceito é retratado pela figura 10 – tipos de violência – na qual apontou o “preconceito” como uma forma de violência. Podemos estabelecer uma correlação entre a ocorrência desse tipo de violência direcionada aos militantes do MST e às suas famílias e comunidades, incluindo crianças e adolescentes. Nesse sentido, podemos perceber a presença do ciclo da violência em diversos aspectos.

Outro espaço de reprodução da violência sobre a forma de “preconceito” citado no quadro 5 foi a UBS, onde os entrevistados mencionaram:

*[...] essa enfermeira lá, meu Deus, ela ficô bem loca, “aonde se viu cê vim embora de Curitiba po sem-terra”. Nossa, aquela muié lá falô um monte de coisa pra mim... Daí a gente fica até chateado né, a gente fica sem graça daí eu só falei “não, é uma opção minha né, que eu tive de vim pra cá e eu acho que não tem ninguém pra se intrometê, né?” (E.Z. 8).*

*Ele [médico] não quis fazê, né? Ele perguntô onde é que nós morava. Perguntô se a muié trabaivava daí, ela diz que não trabaivava registrado. Daí, eu falei que partia lenha. Daí ele pergunto onde é que nós morava. Eu falei onde é que morava [Zapata]. Daí ele disse que era pra nós vortá. Então você não quer consurtá, então vamo embora, deixêmo ele e viêmo embora. (E.Z. 1).*

*Uma vez eu só tive um embate com uma assistente social ali no postinho, que eu fui atrás de remédio pro acampamento e aí eu cheguei lá e eu solicitei a ela e ela não vinha me atende. Falava que tinha que espera, tinha que espera e aí ela não vinha me atende, ela atendia um, atendia outro. E ela foi me dexando pra trás, quando chego a minha vez, aí eu sentei e daí eu falei que eu vim atrás de medicamento e tal. Dela disse “não é bem assim as coisas, desse jeito que você qué” ela embrabeceu comigo que não era assim, que nós não éramos especiais, que nós estávamos no movimento. Só que eu saí dali sem nada, não consegui nada. (E.Z. 21).*

As questões relativas à educação e saúde, mencionadas anteriormente, são problemas que fazem parte das políticas públicas e requerem uma análise mais aprofundada. Embora as violências ocorram entre os sujeitos envolvidos, como os pré-assentados e os servidores públicos, não se pode ignorar a responsabilidade da gestão pública nesses casos. Isso porque as ações violentas podem decorrer da estratégia de serviço prestado pelo Estado, o que indica uma possível intenção simbólica de desrespeito por parte do governo.

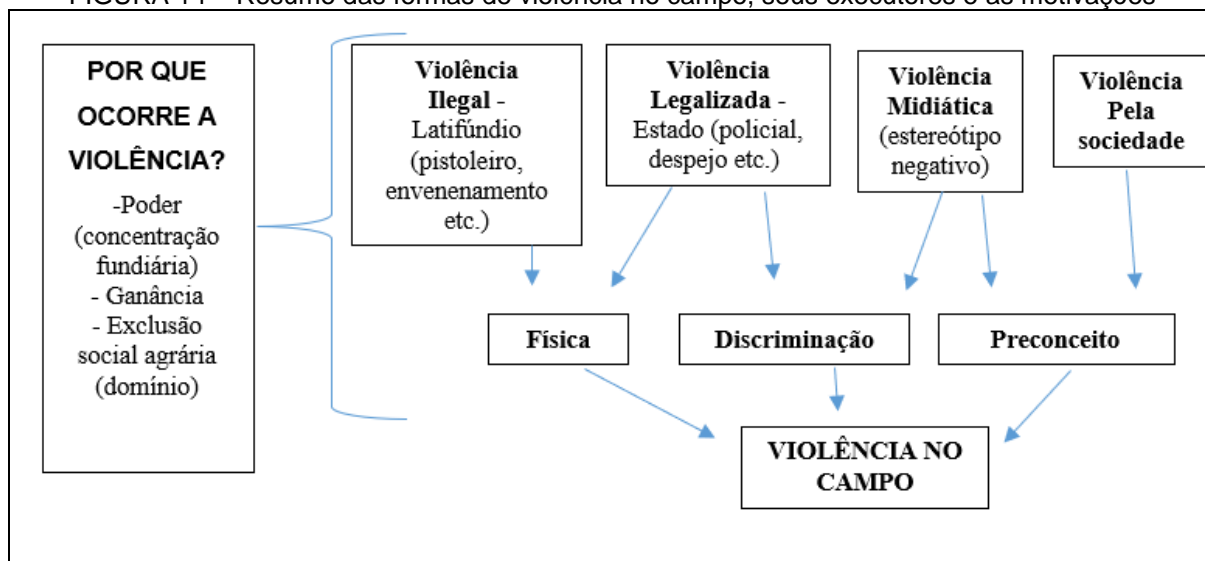
Carvalho e Siqueira (2020, p. 112) denotaram essa situação, em que “apreende-se que pode o Estado valer-se de seu discurso dotado de poder simbólico para, em linguagens direcionadas ao atendimento de interesses determinados que tais situações passem despercebidas e sejam tidas como justificáveis e naturais”.

No momento do atendimento, o servidor representa o órgão público em que trabalha, em uma combinação indissociável, e é seu dever representá-lo de maneira exemplar, buscando, dentro de suas possibilidades, a melhor forma de intervir com o cidadão. O atendimento ao público transcende as atividades ordinárias de um serviço e deve atentar para as reais necessidades dos usuários, sem as insígnias do preconceito e discriminação. Simultaneamente, ainda, o Estado frequentemente se utiliza do emprego de violência juntamente com formas invisíveis de poder simbólico, produzindo princípios que buscam legitimar a criminalização dos sem-terra.

Como mencionado no início deste capítulo, discorrer sobre violência não é uma tarefa simples, requer condições para constituir um amplo campo de reflexões e análises. Nesse sentido, intentamos aqui evidenciar o entendimento sobre como os pré-acampados do Emiliano Zapata compreendem a violência no campo.

Em termos gerais, foi constatado que a violência interpessoal é prevalente, com ênfase na discriminação e violência contra mulheres. No que diz respeito à violência no campo, foi reconhecido que ela resulta principalmente de conflitos agrários, envolvendo uma tríade composta por latifúndios, o Estado e a mídia. Além disso, foi destacado o relato de experiências de resistência no Pré-assentamento Emiliano Zapata, incluindo relatos de preconceito, despejo e violência privada pela sociedade em geral e da polícia militar. Na figura 14 tem-se um resumo do contexto da violência no campo no entendimento dos entrevistados, apresentando as formas de violência percebida por eles, os motivos dessa violência e seus responsáveis. Na seção seguinte, exploramos mais a fundo esse último elemento.

FIGURA 14 – Resumo das formas de violência no campo, seus executores e as motivações



Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

A figura acima busca sintetizar as expressões da violência no campo apontadas pelos relatos dos pré-assentados do Zapata, em que conseguimos pontuar a dimensão estrutural da violência e sua ocorrência nas dimensões da violência no campo.

#### 4.3 REPERCUSSÃO DA VIOLÊNCIA NO COTIDIANO E OS SEUS RESPONSÁVEIS

Este subitem foi construído a partir dos elementos que discorrem sobre a violência no campo e sua ressonância num contexto atual dos pré-assentados, abordando desde o medo, os últimos cinco anos, o incandescer contra o MST e a naturalização da violência.

Optamos primeiramente por trazer elementos sobre a emoção do medo sentido por algumas entrevistadas quando reportado as violências sofridas. Tais violências ocorreram há mais de dez anos, porém, provocaram marcas que sobrepujam o presente. O medo da polícia militar faz-se notório, como evidenciado no quadro 9.

QUADRO 9 - Violência e medo

<b>Violência e medo</b>	
E.Z. 1	<i>“Tenho medo, né? Sei lá. Eu que não digo que sou do sem-terra.”</i>
	<i>“Mas foi uma violência que a gente nunca esquece, né? Eu até hoje tenho, um trauma, tipo, de polícia, sabe? Porque aqui, quando, passa aqui eu tenho um medinho. Porque a gente sofreu isso, né? A gente tem medo, um medo grande, né? Acontecer de novo, né? [...] Daí quando o Neves morreu aqui em cima, né? Que foi matado, né? Nossa, eu fiquei, eu fiquei, cheguei a ficar doente. Que daí nós tinha se mudado fazia pouco tempo aqui pra essa casa, então, tudo cheio de vidro, né? A gente desacostumado. Meu marido colocou cortina em tudo, fez um portão porque eu tinha medo, que parecia que já ia chegar a polícia aqui em casa, tipo, acusando nós, sabe? Dizendo ou chegando matando ou fazendo alguma coisa, achando que foi sem-terra que tinham matado... Nossa, eu fiquei tempo, sabe, fiquei, assim, eu ficava fechada dentro de casa de medo. De medo de chegarem, porque a fama da polícia não é boa, né? Isso, eu tenho medo disso, então eu prefiro... Tipo, eu sou sem-terra, tudo, né? Tenho orgulho de ser, mas eu não me manifesto fora. Por medo, porque eu acho que quando a gente tá ali, né, mostrando que você é, dando o peito aberto ali, eu acho que as pessoa... Eu acho que o preconceito, tudo, vem.”</i>
E.Z. 2	<i>“Mas foi uma violência que a gente nunca esquece, né? Eu até hoje tenho, um trauma, tipo, de polícia, sabe? Porque aqui, quando, passa aqui eu tenho um medinho. Porque a gente sofreu isso, né? A gente tem medo, um medo grande, né? Acontecer de novo, né? [...] Daí quando o Neves morreu aqui em cima, né? Que foi matado, né? Nossa, eu fiquei, eu fiquei, cheguei a ficar doente. Que daí nós tinha se mudado fazia pouco tempo aqui pra essa casa, então, tudo cheio de vidro, né? A gente desacostumado. Meu marido colocou cortina em tudo, fez um portão porque eu tinha medo, que parecia que já ia chegar a polícia aqui em casa, tipo, acusando nós, sabe? Dizendo ou chegando matando ou fazendo alguma coisa, achando que foi sem-terra que tinham matado... Nossa, eu fiquei tempo, sabe, fiquei, assim, eu ficava fechada dentro de casa de medo. De medo de chegarem, porque a fama da polícia não é boa, né? Isso, eu tenho medo disso, então eu prefiro... Tipo, eu sou sem-terra, tudo, né? Tenho orgulho de ser, mas eu não me manifesto fora. Por medo, porque eu acho que quando a gente tá ali, né, mostrando que você é, dando o peito aberto ali, eu acho que as pessoa... Eu acho que o preconceito, tudo, vem.”</i>
E.Z. 26	<i>“A maior violência que tem é o nosso medo, por que nós temo esse medo que nós não podemos sair hoje com a camiseta do movimento na rua. Tem coisa que nem nós não sabemos explicar porque. É um tipo de violência. Eu não posso ir pra rua sozinha com a camiseta do movimento, nós vamos, mas quando tá com mais gente daqui, mas sempre tem essa... até pelos policiais a gente vê que eles já olham a gente diferente. Nesses despejo minha família inteira sofreu, eles têm muito medo ainda, que nem meu filho ele é traumatizado. Quando eu vou pra reunião (do MST) ele tem muito medo. Ele tem assim um medo que ele acha que onde tem polícia ninguém pode tá perto.”</i>

Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

A partir do quadro 8 podemos relacionar a intenção, a partir dos atos de violência praticados, aqui em especial, pela polícia militar, que denotam bem que a violência institucional logrou êxito, visto as manifestações da sensação de medo e insegurança geradas.

É muito complexo pensar que a pessoa possui um medo enorme da instituição que deveria protegê-la. A entrevista com \*\*\*\*\* ficou tensa neste momento. Estava angustiada em falar, ficava passando as mãos no rosto, olhando para os lados. (MOREIRA, 2022).

Esse medo calcado na insegurança, desproteção, no estado de alerta cotidiano, produz marcas no processo de resistência. Há um deslocamento do visível para o invisível, não há confronto, mas contaminação, uma infecção oculta, visto que esses “são seus modos de atuação, e essa modificação estrutural da violência é que domina cada vez mais sua ocorrência”, e esse modo de agir subtrai da violência a visibilidade e a publicidade e o próprio agressor se torna invisível, o que acontece, socialmente, em larga escala (HAN, 2007, p. 21).

Na sequência expomos o quadro 10, no qual é apresentado quem seriam os responsáveis pela violência no campo. No momento da entrevista, essa questão já se denotava implicitamente e, não raras vezes, a resposta vinha acompanhada de risos, microexpressões faciais, dando a entender que: quer mesmo que eu responda? Nesse momento, era certificado a importância da questão e tão prontamente, foi respondida por 19 entrevistados<sup>43</sup>.

QUADRO 10 - Responsáveis pela violência no campo

(continua)

<b>Responsáveis pela violência no campo</b>	
E.Z. 2	<i>“A mídia, né? A mídia bastante. Que se infiltram no movimento, né? Tipo que fazem coisa errada pro povo lá de fora achar que é todo mundo, né? Mas é mais a mídia e algum infiltrado que entra né?”</i>
E.Z. 3	<i>“Acho que é o governo. Ele poderia apoiar mais nós, ele fica procurando descer o cacete, falá besteira. Nada contra os Bolsonaro, mas você veja, ele vestiu a camisa do Brasil e tipo assim, é minha camisa do Brasil e pronto e acabou, e daí uma parte dos brasileiro foram com ele. E eu acho que não tá certo, porque eu também posso vestir a camisa do Brasil, eu sou brasileira. Eu amo o país meu. Como é que fica essa situação? Então, eu acho que o maior culpado é o governo, é os político.”</i>
E.Z. 4	<i>“Ah, eu sempre culpo a elite não tem outro né? Você resumir assim você vai dizer elite. Elite não pelo sentido dele ser mais inteligente e tal mas por sempre manter eh o poder em em si. E esse poder você mantém tanto na política como na repressão eh nos meios de comunicação. Então, se eu fosse ficar citando, assim, os pequenos, nós ia longe na lista. Mas eu cito assim, como sempre a classe dominante, porque a classe dominante ela vai dominar em vários sentido, né?”</i>
E.Z. 5	<i>“Eu acho mais que é por falta de conhecimento, né, que as pessoas não tem conhecimento, né?”</i>
E.Z. 6	<i>“Acho que as pessoa que farta entendimento né, porque pessoa que conhece o movimento não diz isso, mais aquele que não conhece as veis vê a gente com boné, na cidade né, já diz “óia lá os baderner, tão chegando” porque eles falam assim pra gente, que nós samo, só queremos fazê as coisa errada.”</i>
E.Z. 7	<i>“Acho que é o capital, né? O capital, a mídia... tudo gira em torno do capital, porque a mídia é o capital, o auge do negócio é o capital.”</i>

<sup>43</sup> Importante mencionar que seis entrevistados responderam à questão desviando a objetividade da mesma, ora mencionando o passado ora contando situações de outras pessoas ou até mesmo de histórias pessoais, não sendo possível analisá-las.



## QUADRO 10 - Responsáveis pela violência no campo

(conclusão)

<b>Responsáveis pela violência no campo</b>	
E.Z. 9	<i>“Agora, nesse exato momento [risos]? Ah, só tem um. O Bozo. Por quê? É aquilo que eu falei. Ele que levantô essa bandera de generalizá. Olha. Ó, a homofobia começô por ele. A discriminação pelos sem-terra começô tamém por ele. Então ele que levantô essa bandera de discriminizá meio mundo foi ele. O próprio governante. Porque eu acho assim, ó, a partir do momento que um governante tem que assumi o executivo lá, ele tá pra assumi o Brasil como um todo.”</i>
E.Z. 11	<i>“Se for olhá pela questão agrária, gente dá pra notar que são os grande latifundiários relacionado a externo. A princípio seria esses.”</i>
E.Z. 12	<i>“Acho que é a extrema direita política do país, isso tá claro. Principalmente nesses últimos quatro ano, que as coisas se clarearam e se identifico mesmo. A elite da terra, os donos da terra, esse povo é difícil de lidar. Isso não quer dizer o agronegócio, a agricultura em si. Os donos da terra, esses são terríveis.”</i>
E.Z. 14	<i>“Ah, nesses últimos ano foi o governo, né?. Agora que mais influenciô.”</i>
E.Z. 15	<i>“Eu acho que grande parte é a mídia. Porque a gente não consegue espaço pra contá pra eles que. E os político que nesses últimos ano que só descendo o cacete no sem-terra, prometendo que vai combate, e o presidente e os político que tão incentivando. Daí acaba incentivando esses extremistas que tá demais. Acho que o medo maior da gente é as pessoa extremas.”</i>
E.Z. 17	<i>“É o sistema, né. Responsável pela violência... do jeito que as coisa são organizada. Do jeito que é organizada a sociedade, né. Que tudo tem que sê bom pa quem tem mais e quem tem menos que fica... fica no ora-veja.”</i>
E.Z. 18	<i>“A mídia. Deixa pensar-me, y, é, os serviços de segurança, polícia, militares... E por supuesto, obviamente los donos, fazenderos, obviamente. Mas yo creio que la mídia em primero lugar así.”</i>
E.Z. 20	<i>“Pra mim é os fazendero, os rico. Os latifundiário.”</i>
E.Z. 21	<i>“A mídia. Os governantes que não nos apoiam. Eles não dão valor pra gente.”</i>
E.Z. 22	<i>“O próprio sistema, o sistema faiz com que o campo não seja bem visto.”</i>
E.Z. 23	<i>“Os donos das terra, do capital, das milícias. Os governantes quando fazem vista grossa, em vez de puni, a polícia, o Judiciário.”</i>
E.Z. 24	<i>“Ai é um conjunto de coisas, é histórica essa violência. Não tem como você responsabiliza uma figura, mas você tem que responsabiliza um aparato do Estado e da sociedade, que propôs essa violência, que mantém ela e que até produz ela, que vive dela, que usa dela pra justificá a agressividade da polícia. São um aparato de coisas que precisam existir pra que nós continuamo sendo criminalizado, então precisa tê um montão de coisa. Precisa tê uma mídia que ajude a divulgar e criminalizar nós perante a sociedade, precisa tê um Estado financeiro todo voltado pro agronegócio, que banalize a existência do homem do campo na sua pequena produção ali. Então é todo o aparato do Estado que serve a burguesia, o grande problema é esse emaranhado de interesse do capital, que fais com que nós fique invisível. Ah, e também uma coisa que falam é que a gente forma milícia infantil, por causa das escola itinerante. Inclusive fazem vídeo dizendo que nós tamo fazendo os terrorista do futuro. E é as nossas escola itinerante do campo [risos]. Os terroristinha... É horrível, mais é verdade [risos]. Eles chamam as nossa escola [itinerante do campo] de centro de formação ideológica do terrorismo. Que nós junta eles e ensina eles como que mata. Veja só terroristinha.”</i>
E.Z. 26	<i>“Isso vem de tempos em tempo, do passado já. Isso vem do próprio capitalista, do rico, da mídia, dos fazendero, é muita coisa envolvida.”</i>

Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

Quatro entrevistados alegaram que a responsabilidade pela violência no campo é o sistema, a tríade já mencionada anteriormente formada pelo Estado, latifúndio e mídia – ao considerar que trabalham articuladamente, numa ação simbiótica defendendo os interesses em favor de uma economia política do agronegócio, com a

manutenção da estrutura fundiária desigual e concentrada, “no qual interesse privado frequentemente se reverte em bem público e as reivindicações dos grupos dominantes se transformam em leis e em objeto de políticas públicas” (BRUNO, 2017, p. 156).

Três respondentes afirmam que o responsável é o Estado; um afirma que é o Estado e o latifúndio; e três, apenas o latifúndio. Na figura 15 tem-se a nuvem de palavras, a qual representa as falas dos sujeitos pesquisados em âmbito geral acerca de quem seriam os responsáveis pela violência no campo. Nela ratificam-se as argumentações anteriores, tendo a mídia como a grande responsável, seguida do capital; numa magnitude intermediária, tem-se o sistema, o governo, os políticos, a elite, o grande proprietário de terra e a sociedade.

FIGURA 15 – Nuvem de palavras (responsáveis pela violência no campo)



Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados.  
Organizado pela pesquisadora.

Na figura 16 é identificada melhor a relação entre essas palavras. As palavras "mídia" e "capital" apresentam a maior co-ocorrência e estão fortemente ligadas. Essa informação demonstra que, para os entrevistados, a mídia “têm um papel primordial em todo esse processo [...] para na prática proteger os interesses das elites dominantes” (PICOLI, 2012, p. 67).

Observa-se que o “sistema” está relacionado tanto com a mídia/capital, como também com o Estado (políticos/governantes) e com o latifúndio (grande produtor de terra). No caso deste último, está conectado diretamente com a violência e a polícia. Isso se reflete num arquitetado projeto que une forças distintas e impõem à sociedade os meios e condicionantes de ideologias da classe dominantes. É fundamental

reconhecer que a mídia possui mecanismos de persuasão extremamente poderosos, capazes de construir poder através da opinião pública. Isso leva grande parte das pessoas a acreditar que o que é divulgado representa a única versão possível e verdadeira dos fatos (PICOLI, 2012).

Em seu livro, Berger (2003) vai percorrendo criticamente como a mídia constrói ao seu favor, ou melhor, ao seu interesse o repertório elaborado a partir de uma dada realidade, ou seja, a criação dos fatos “ao buscar a sua credibilidade, constrói a credibilidade “na verdade” de uns ou outros” (BERGER, 2003, p. 28). E chama bem a atenção, ao passo em que os fatos desta realidade vão se constituindo, porém devem ser enquadrados e para isso, a autora cita o sentido de caber, onde “o acontecimento deve ser compatível com a ‘estrutura editorial’, ou seja, ‘caber’ na ideologia” da própria mídia e dos interesses de quem ela defende (BERGER, 2003, p. 37).

Podemos assim considerar, bem apontado por Berger (2003, p. 44) que a mídia usufrui do “poder de produzir sentidos, projetá-los e legitimá-los. Mas, também, um poder de interferir em uma determinada ação”. É o desenvolvimento de um processo tendencioso. Como exemplo, podemos citar a utilização dos termos “invadir” e “ocupar”, quando nos referimos as ocupações de terra pelo MST, que recorrentemente são noticiados pela mídia, conforme quadro 11.

QUADRO 11 - Comparativo sobre os termos “invadir” e “ocupar”

TERRA (Espacialidade + Ideologia)	
INVADIR	
1. Existe um obstáculo (legal no caso)	1. Não há obstáculo
2. Este obstáculo é vencido	2. Trata-se de algo devoluto
3. Vencer significa, aqui, transgredir	3. Não há transgressão
4. A transgressão permite punição	4. Não pode haver punição
5. O ato (invadir) é ilegal	5. O ato é legal.

Fonte: Berger (2003, p. 132)

Assim temos, que majoritariamente a mídia opta por utilizar o termo “invadir” faz a preferência do termo que remete ao conceito de propriedade privada, ou seja, neste caso o MST está na ilegalidade e que essa transgressão deve ser devidamente punida. Em outra perspectiva, se optasse pela utilização do termo “ocupar”, estaria remetendo com conceito de função social da terra e neste caso, a ilegalidade estaria restrita a ação de repressão ao ato da ocupação (BERGER, 2003).

O caráter ideológico está presente na natureza de todo sistema de comunicação e, por consequência, na linguagem. Há uma perfeita sintonia

entre o mundo dos signos e o das e a consolidação das formas de poder pela linguagem. Como a ideologia é instrumento de dominação, o uso do signo pode ser considerado como parte desse processo. Mesmo estando inserido na realidade, o signo passa a refletir e refratar uma outra realidade, exatamente aquela que a ideologia da classe dominante quer fazer acreditar como o “verdadeiro” real (AYOUB, 2007, p. 81/82)

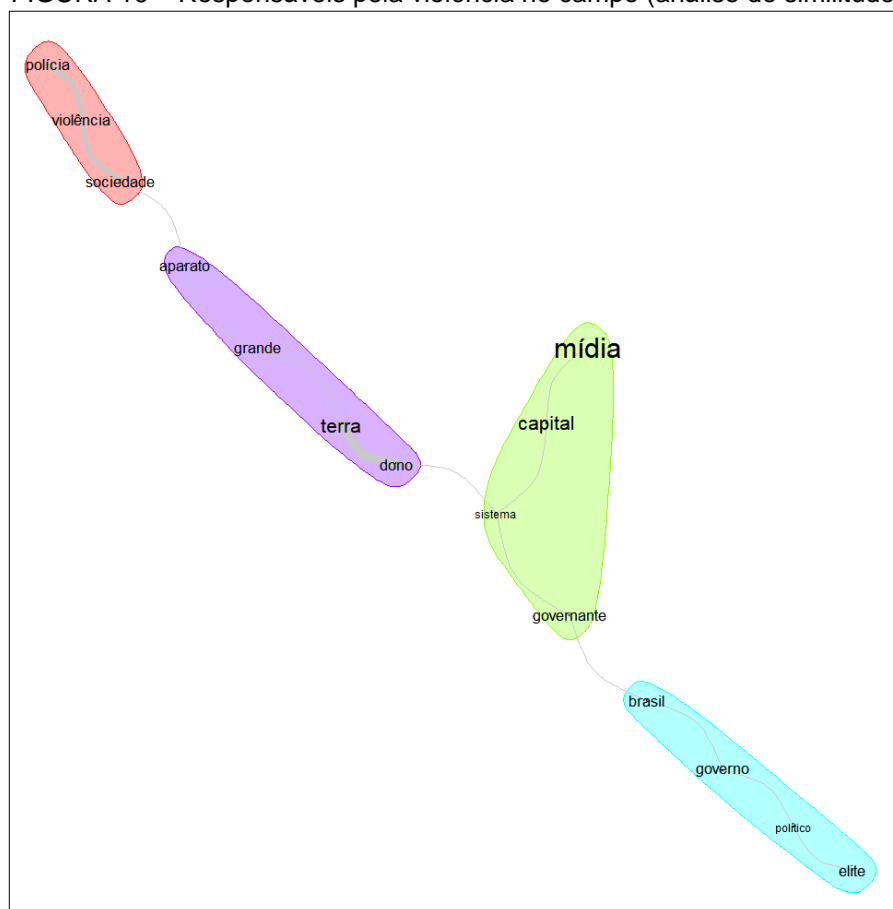
Conforme expressado nos parágrafos anteriores, podemos afirmar que a ação da mídia perpassa pelo aparelhamento ideológico de dominação, tendo como ponto de partida o assujeitamento da conduta e conformação, deixando de ser um espaço promotor da democracia para o *lócus* do exercício do poder.

Torna-se revelador o quanto a mídia se encarrega de construir ideologicamente o discurso unificado na produção das informações repassadas ao seu público, como se existisse um “lugar comum, onde a mídia, as classes dominantes e o Estado aparentam uma unicidade de propósitos” (AYOUB, 2007, p. 83)

Berger (2003), Lima (2006), Ayoub (2007), Zuim (2018) entre tantos outros demonstram que o MST tem sido vítima de manipulação por parte da mídia, que tem feito isso rotineiramente ao longo dos últimos trinta anos.

Sobre essa temática, podemos afirmar que existe uma mídia que, na verdade, estimula a sensação de ódio e de intolerância. A mídia é uma parte intrínseca da sociedade e desempenha um papel crucial na formação da opinião pública. No entanto, em alguns casos, ela pode permitir a disseminação de opiniões antidemocráticas, reforçando os interesses dos latifúndios em detrimento do interesse coletivo. Essa postura da mídia é preocupante, pois ela deveria atuar como um canal imparcial de informação, mas acaba se tornando um instrumento de poder a serviço de grupos privilegiados.

FIGURA 16 – Responsáveis pela violência no campo (análise de similitude)



Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

A pesquisa de Zuim (2018) foi construída a partir dos recortes das manchetes dos principais jornais sobre os movimentos sociais pela luta a terra, e vai apontando nitidamente o predomínio do discurso latifundiário, policial e do Estado, onde caracterizam os movimentos sociais como inimigos da ordem social, ou seja, a partir do discurso midiático produz-se o recrudescimento político normativo, sendo promotor do punitivismo daqueles que promovem a insegurança, onde os movimentos sociais não passam de “vândalos”, “terroristas”.

Neste sentido, não fica difícil compreender como se dá a construção da criminalização dos movimentos sociais no Brasil, como organização “ ‘terrorista’ e ‘indústria de produzir ideologia e mentiras’ ” (ZUIM, 2018, p. 59). Como elemento da política de controle social do modelo neoliberal, que ocorre desde a criminalização da pobreza, a judicialização do protesto social e apelo a militarização.

Sobre o Estado, ponderamos que ele é o grande responsável pela violência, a considerar que ele é quem deveria zelar pelo atendimento dos interesses de toda sociedade, no exercício das políticas públicas e na participação da sociedade. Ou

ainda, é seu papel zelar pela proteção da população que se encontra em situação de risco e/ou vulnerabilidade – nesse caso em específico, a proteção dos trabalhadores/as do campo, populações do campo, indígenas, quilombolas e tradicionais que são constantemente atacadas.

Considerando que a violência é intencional, programada e uma estratégia para manter parte da sociedade sem acesso aos seus direitos, com condições de vida digna, o Estado é o grande operador dessa engenharia de exclusão.

*“É falta de saneamento básico, falta de política pública, falta de atenção especificada nesse campo, nós não temos uma proteção, uma política que seja pra nós. [...] Nós somos um ser inexistente pra vários olhos, quanto sem-terra né? Então é difícil, com tanta violência você ter uma palavra que explique tudo, já vem da criação, tipo o pobre nasceu pobre tem que se pobre pra atender o rico e o rico sem o pobre daí.” (E.Z. 26).*

O latifúndio congrega e trabalha para seus interesses, e conta hoje com a grande estrutura da bancada ruralista, os quais priorizam a defesa da livre-iniciativa e a manutenção das posições hegemônicas nas cadeias agroindustriais do grande capital. Articulado passado e presente, Alentejando expõe com clareza:

Os ideólogos do agronegócio usam agora a expressão “produção de commodities” para designar a produção em larga escala e de forma especializada [...] denominada simplesmente monocultura. Rejeitam a noção de latifúndio, afirmando que é a moderna tecnologia e a elevada produtividade que marcam o campo brasileiro. Dizem que não existe trabalho escravo no campo, mas uma “cultura trabalhista diferenciada”. E que a agricultura brasileira é sustentável. Novas justificativas para velhas práticas. Mudam os nomes, mas a realidade persiste no campo brasileiro: violência, exploração e devastação. E cinismo também. (ALENTEJANO, 2015, p. 12).

Outro ponto a ser destacado é a influência dos contextos políticos na violência que acontece no campo. Durante as décadas que foram descritas ao longo do trabalho, percebe-se que, quando o cenário político sofre modificações, imediatamente, há reflexos no campesinato. Se fizermos um *link* com o presente, a conjuntura política brasileira foi alterada em 2016, com o golpe da presidente Dilma, o que modificou a estratégia de poder e também as políticas e as atuações relacionadas ao campo. Podemos concluir que o ano de 2016 foi decisivo para a questão agrária brasileira, pois os anos seguintes foram marcados pela busca do extermínio das políticas públicas voltadas ao campesinato e seus sujeitos.

Ou seja, a violência no campo foi uma estratégia política que foi adotada pela gestão do governo Bolsonaro (2019-2022), mas não inaugurada por ele, mesmo que “mais eficaz” em seu mandato, conforme os próprios entrevistados pontuam (quadro 12), apontando também os impactos sofridos. O governo liderado por Jair Bolsonaro foi amplamente identificado como ultradireitista e adotou uma postura de defesa das hierarquias tradicionais da elite brasileira e dos interesses do mercado. Para isso, o governo recorreu a um discurso populista de direita que se revelou antidemocrático e hostil àqueles que se opuseram às suas políticas. Ele dilatou e criminalizou os movimentos sociais, em especial, o MST, classificando-o como terrorista, estimulando o uso de armas contra a população camponesa, indígenas e quilombolas que lutavam pela terra e pelos territórios (MITIDIEIRO; FELICIANO, 2018).

QUADRO 12 - Percepção acerca do governo Bolsonaro e a luta pela terra

<b>Percepção acerca do governo Bolsonaro e a luta pela terra</b>	
E.Z. 1	<i>“Óia, ele dexa tudo trancado. Porque agora faz quatro ano que O MST ficô parado. Por causa de uma política totarmente contra. De agora em diante, pode ser que... que resorva alguma coisa, mas até há quase 4 anos, não. Assim foi parado, foi uma tentativa de abater o MST. O governo que tá agora nesses quatro ano? Ele protege os grileiros, os latifundiários. E os pobre ele não quer saber (se vão enricá). Foi rico com os empresário querem macetá os pobre pra seguir um tipo regime escravo.”</i>
E.Z. 4	<i>“A partir da hora que você denigre, vamos dizer assim a imagem de uma pessoa ou de uma certa organização eh um exemplo mais claro que isso foi o Bolsonaro agora que criou esse negócio do comunismo nunca existiu comunismo e o pessoal tem medo do comunismo não sabe o que que é o comunismo então. Mas que nada se justifica elege Bolsonaro por exemplo e acirrar essa violência esse ódio político, antes era tratado como adversário agora inimigo político então causou esse racha até entre famílias pelo que a gente conversa aí, né?”</i>
E.Z. 6	<i>“Nesse governo que nós tivemo agora nós sofrimo muito, porque bateram muito contra nós. E até hoje eu caçoo que eu num saio mais co boné do movimento, do Lula pra cidade porque eu tenho um poco de receio né, porque os home acharo que não perdero né?”</i>
E.Z. 9	<i>“Se for oiá por esse lado dessa conjuntura aí sim, porque o próprio governante que tinha aqui, que é o Bolsonaro, ele discriminô meio mundo. Começando pelo MST, os sem-terra mêmo, porque procê tê uma ideia ele taxô nós como terrorista, então isso aí já é um motivo de discriminação, entendeu? Foi o Bolsonaro que aumentô mais isso aí. Tinha, num vô dizê que num tinha. Tinha. Sempre, mais despois que o Bolsonaro entrô na presidência isso generalizô. Os direito do povo, ele extinguiu, eu analiso assim o Bozo como um Hitler. Porque o Hitler queria uma raça pura. E o Bolsonaro, ele qué um povo que se taxa como patriota, mais é povo branco e rico. Não tem um preto ali.”</i>
E.Z. 10	<i>“A mira do Borsonaro era acabá co MST, co movimento né?”</i>
E.Z. 15	<i>“O presidente próprio, ele diz pra todo mundo que tem que dá tiro em sem-terra, em entrevista e tudo. Ele que incito mais ainda a violência e qué arma tudo os fazendero pra dá tiro em sem-terra. Mais é o próprio presidente. Agora ex [risos].”</i>
E.Z. 26	<i>“Nesses quatro ano de Bolsonaro a gente não fez tanta ocupação, já por ser ameaçado. Por que como que vai reuni um grupo de família pra entrá numa área quando o próprio presidente diz que são terrorista? O Bolsonaro disse que ia acabá co movimento, as pessoa morrem de medo.”</i>

Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

Fernandes et al. (2020) examinam as políticas implementadas pelo governo Bolsonaro e destaca os seus impactos negativos. O primeiro ato legislativo de Bolsonaro após assumir a presidência em 1º de janeiro de 2019 foi a edição da medida provisória nº 870, que eliminou a Secretaria Especial de Agricultura Familiar, desmantelando as políticas para esse setor. Além disso, o governo desmontou o Incra, atacou a política de reforma agrária, suspendeu a demarcação de terras indígenas, povos tradicionais e comunidades quilombolas, não criou novos assentamentos de reforma agrária e destruiu as políticas de fiscalização ambiental, usando o pretexto de "passar a boiada"<sup>44</sup>. Como estratégia, o governo entregou a recém-criada Secretaria Especial de Assuntos Fundiários a Luiz Antônio Nabhan Garcia, ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), uma das organizações que defendem os interesses dos latifundiários.

Outro marco de sua gestão foi a revisão das regras para uso de agrotóxicos, que recebeu grande destaque em sua agenda, com uma liberação excessiva desses produtos. Até março de 2022, o governo havia aprovado a liberação de 1.629 tipos de agrotóxicos<sup>45</sup>.

Não podemos deixar de mencionar, também, que seu mandato foi balizado por uma postura de destruição de políticas de educação, saúde, assistência social, somado ainda ao descrédito da pesquisa e assolamento do mercado de trabalho, gerando aumento expressivo do desemprego e da fome no país (CASTILHO; LEMOS, 2021).

Todas essas investidas foram desenvolvidas para manutenção da tríade: latifúndio, monocultura e exploração do trabalho, que resultaram no desmonte e descaracterização do Estado na execução das políticas agrárias.

A menção de E.Z. 26 sobre a parca ocupação de terras pelo MST, em decorrência do cenário político, foi contrastada pelo argumento de E.Z. 14, que diz:

*eu não sei se foi nós da esquerda que abaxemo a cabeça e levantemo a bunda, nós não marcô posição nos últimos. Porque nós ficô com medo, né. Abriu espaço pra eles, né. Eles mataro uns militante da esquerda e nós não matemo nenhum deles. Então ficô uma balança que não ficô justa, né? [...] Só que essa, essa estratégia nossa de ficá queto, o odo lado aí se fortaleceu, eu acho. E daí nisso aí que eu pensei que o pessoal andô meio retraído*

<sup>44</sup> Em abril de 2020, o então ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles proferiu o termo "passar a boiada" como estratégia de flexibilização das regras e normas ligadas a proteção ambiental e a áreas de agricultura, já que toda a mídia, na época, estava focada na crise sanitária da Covid-19.

<sup>45</sup> Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/10/bolsonaro-liberou-1-629-agrotoxicos-em-1-158-dias-de-governo>. Acesso em: 11 fev. 2023.



*nesses últimos anos aí. [...] O movimento ficô tentando defendê as área que tinha, nós ficô cuidando do que nós tinha, das comunidade, do que nós tinha. Então, de qualqué forma é uma, é uma insegurança, é uma retração do próprio movimento, né? (E.Z. 14).*

João Pedro Stédile, um dos fundadores e dirigente nacional do MST, concedeu uma entrevista para a Exame afirmando que o movimento previa, no governo Bolsonaro, uma baixa no número de ocupações em decorrência de um contexto não favorável à reforma agrária. As expectativas eram baixas, e o cenário era conveniente com a violência no campo. Se considerava que aquele era um tempo de recuo, pois “as famílias não fazem ocupação por protesto político, fazem na esperança de ter aquela terra e ter solução para o seu problema” (STÉDILE, 2019).

Essa é uma questão complexa que envolve conflitos entre diferentes elementos. Por um lado, a ação do MST pode resultar em retaliações violentas contra os militantes, o que coloca em risco sua segurança. Por outro lado, adiar as atividades pode ser uma opção para aguardar um momento mais favorável para alcançar os objetivos propostos. No entanto, a resistência continua sendo uma estratégia importante para proteger as conquistas já obtidas diante das imposições do governo.

Entre o agir e o esperar, observamos uma onda da violência sendo conduzida. Como apontamos anteriormente, ela possui uma lógica para desmobilizar o processo de luta e essa desmobilização perpassa pela naturalização dessa violência, dada apenas como algo normal do cotidiano.

Não podemos excluir a possibilidade da naturalização da violência, como E.Z. 17 apontou: “*muitos não entendem como violência*”. Realmente essa afirmação pode ser a realidade no cotidiano de muitos camponeses, dado que a violência é uma das bases estruturais no Brasil, que acabaram moldando as relações de poder e de propriedade. Além disso, há a perpetuação das desigualdades forjadas pelo processo de exploração e o uso intencional da violência contra a classe subalternizada (grupos étnicos-raciais, população indígenas, população negra, população do campo) (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, 2020).

Podemos argumentar que o fenômeno da naturalização da violência, mesmo considerando suas transformações, não foi superado e sofre impactos diários decorrentes dos processos de conflitos e de subalternização do campesinato, enraizados historicamente a partir da exploração econômica e social bem caracterizada no Brasil.

É possível notar que aspectos geográficos e sociais podem influenciar na compreensão da violência que a população rural sofre, já que muitas vezes ela está inserida em um contexto desfavorável que não oferece perspectivas (como falta de acesso a políticas públicas, informações, trabalho, renda, entre outros) e, conseqüentemente, naturaliza a violência. Nesse sentido, conclui-se que parte de sua população, em sua maioria empobrecida, “faz com que tais situações passem mais despercebidas e a elas sejam dadas menor importância, [...] os que sofrem com a violência simbólica encontram-se na já citada situação de vulnerabilidade e no contexto de marginalização social.” (CARVALHO; SIQUEIRA, 2020, p. 131).

Analisando as questões expostas no quadro vivenciado pelos entrevistados do Pré-assentamento Emiliano Zapata, desde o contexto histórico que o trouxe à atual situação, é evidente a existência de diferentes tipos de violências e, praticamente, todas possuem vinculações com a não realização da reforma agrária. “Acreditamos que colocar em evidência a violência rural permitirá superar o esquecimento da barbárie e alimentar as forças sociais que lutam pela conquista e efetividade dos diferentes direitos que normatizam a vida social contemporânea.” (SANTOS, 2000, p. 5).

Neste subitem, é possível perceber a interpretação crítica dos entrevistados sobre a realidade que enfrentam no conflito da questão agrária. Eles identificam claramente os responsáveis pela violência no campo e contextualizam seus impactos em suas vidas, destacando o medo vivido por alguns pré-acampados.

Além disso, é importante ressaltar que o Estado se recrudescer, especialmente durante o mandato do governo Bolsonaro, em relação às demandas dos camponeses e dos movimentos sociais ligados ao campo. O governo adotou ações não só para minar a luta, mas também para exterminar a resistência.

#### 4.4 O OUTRO LADO O PRISMA – A ESPERANÇA E OS REFLEXOS DA VIOLÊNCIA SOFRIDA

Após discorrer sobre a análise da violência no campo, sentimos a necessidade de apresentar elementos que compõem a outra face da moeda, a que não se limita aos efeitos negativos. Dessa forma, buscamos destacar a importância dos

acampamentos na vida dos pré-assentados<sup>46</sup>, trazendo elementos que ilustram a representação da luta desses sujeitos. Embora seja uma abordagem parcial, esperamos contribuir para uma compreensão mais ampla da realidade desses indivíduos.

O quadro 13 apresenta as compreensões sobre a importância do/os acampamentos, a partir da construção individual de cada um.

QUADRO 13 – Importância dos acampamentos

(continua)

<b>Importância dos acampamentos</b>	
E.Z. 1	<i>“Nós entramos lá tudo, boia-fria. Não tinha nem uma bicicleta. Agora temo muita coisa.”</i>
E.Z. 2	<i>“Ah, pra nós, tipo, é quase que tudo né? Porque a gente está aqui, né? Desde o começo, né? <b>Lutando</b> por isso, né? O objetivo nosso é isso, né? Igual o meu marido diz: O que nós temo é pelo movimento, nós vivemo aqui e samo do movimento.”</i>
E.Z. 3	<i>“Tirar as famílias <b>da pobreza, da fome</b>. Porque tira. No começo, você vem, você não tem condições, mas depois você vai começando a criar raiz e tendo condições que você tem pra você e pra um milhão.”</i>
E.Z. 4	<i>“Então, importante dos acampamentos pra mim é a questão mais da formação. Política ideológica, pra pessoa ter eh ser transformado em base logo no começo nós tava conversando lá né? Não simplesmente uma massa de manobra que qualquer um chega ali por um uma cesta básica você consegue manobrar a família inteira da pessoa do então hoje podemos ter vários problemas dentro do movimento dentro da organização mas eu não consigo nem imaginar fora do movimento, né?”</i>
E.Z. 5	<i>“A importância é que a gente tem um pedacinho de <b>terra</b> né, pra plantá. Comprá num pode. Que nem eu me criei na agricultura né, então.”</i>
E.Z. 6	<i>“O acampamento é o começo de uma <b>família</b>, porque a gente é uma família aqui dentro. Começa devagar e de repente se torna uma família porque todo mundo se respeita dentro do pensamento de grupo né. A gente forma uma família dentro do acampamento.”</i>
E.Z. 7	<i>“Ai... Eu <b>comecei vivê</b>, minha vida aconteceu a partir do momento que nós viemo acampa. Comecei vive, porque na cidade cê não vive, cê vegeta. Depois que viemo se acampa que vimo que não era nada a ver com a terra, a terra é o modo de pensar, é o modo de viver, é a ideologia muda completamente porque você pensa bem diferente.”</i>
E.Z. 8	<i>“Ah, eu pra mim aqui, eu achei munto importante, porque cê veja bem: que a gente num consegue comprá um pedaço de terra desse que nós tamo aqui, nós os pobre, nunca, e daí saindo esses pedaço de <b>terra</b> aí pra nós é munto importante.”</i>
E.Z. 9	<i>“Minha filha, eu vô dizê um negócio o seguinte: é a única luz no fundo, no final do túnel po povo. Eu vô dizê por mim [...]. Aqui nós é tratado todo mundo igual. Seja da onde cê vem, cê tem, não importa. Cê chega aqui e sempre fui tratado mêma coisa. Mêma coisa. Então, se hoje eu não tivesse aqui no, é, no MST, essa mulhé minha num tava viva mais, porque pra começá lá na cidade lá é um atropelo danado, e o grave de saúde dela é bem avançado, então ela já tinha morrido. Então pra mim aqui é uma maravilha. Inda mais agora que eu peguei o terreno.”</i>
E.Z. 10	<i>“A importância porque a gente comprá um terreno a gente não podia. Como eu mêmo tentei mais daí não deu por causa que não tinha o dinheiro pra comprá, né. E assim a gente foi indo, foi indo, chegemo nesse ponto aqui ó [olhando ao redor admirado]”.</i>
E.Z. 11	<i>“Olha, eu praticamente nasci dentro do movimento. Não o acampamento em si, mas o movimento, porque não passei só por esse, passei por outros. Eles que me</i>

<sup>46</sup> Dos 26 entrevistados, 23 responderam, dois entrevistados mudaram o foco da resposta, falando sobre temas aleatórios e a pesquisadora esqueceu de fazer a pergunta a uma entrevistada. Quando observado o lapso, julgou não ser ético recorrer a outro momento para contemplar tal questão, mesmo considerando a importância da mesma.

## QUADRO 13 – Importância dos acampamentos

(conclusão)

<b>Importância dos acampamentos</b>	
E.Z. 11	<i>oportunizaram hoje a ser quem eu sou. De ser graduada, ser pós-graduada, eu trabalho numa escola itinerante que é do movimento. Então acredito que a importância é essencial. Fiquei um tempo fora e voltei, porque a gente gosta de passá uns apuro [risos].”</i>
E.Z. 12	<i>“Acho que é manter o <b>sonho</b> e mante uma questão ideológica, voltado na questão da <b>reforma agrária</b>, da distribuição da terra.”</i>
E.Z. 14	<i>“Ah, o acampamento, a importância dele é que sem ele nós não tava aqui né. É importante por nós tá no local, produzindo, por tá aqui se cooperando na comercialização. Produção individual, mas a comercialização é coletiva.”</i>
E.Z. 15	<i>“Ah é a classificação dos sem-terra é o acampamento [risos]. Ali ocê vê quem que qué terra e quem que não qué.”</i>
E.Z. 17	<i>“O Zapata? Nossa, o Zapata é <b>minha vida</b> né. Tivesse na cidade... Eu vim pra cá com cinquenta ano, eu trabalhava de cozinheira. Mai naquela época, com cinquenta ano, já era difícil de arruma serviço de cozinheira, que ninguém queria. E daí eu vim pra cá, tô com setenta. E tô ganhando mais que eu ganhava lá de cozinheira. Tô fazendo mais dinheiro do que eu ganhava lá de cozinheira. Então isso meu Deus, isso é a vida duma pessoa né? Aqui eu consegui formá, bem dizê, treis filho, o dia que quisero i estudá, se formaro.”</i>
E.Z. 18	<i>“Es: todo [risos]! Tudo, tudo... Nossa, o acampamento... Tudo tem muita importância, é um <b>vínculo com as pessoas</b>, uma esperança mesmo, de la pessoa colocar-se ante la sociedade de uma manera diferente. Estar na terra, de tener sua casa, de tener esse vínculo com la terra. Vá além de uma producción econômica y una relación social, una relación com la pessoa misma também.”</i>
E.Z. 20	<i>“É a <b>conquista</b>. Consquitamo um pedacinho de chão, <b>de terra</b>, precisamos sobrevive e mora em cima. Importante mora em cima, ter onde mora. Porque isso é uma conquista, isso nós conquistemo.”</i>
E.Z. 21	<i>“A importância é que nós temos casa prá morá, nós <b>produzimos o nosso alimento</b>, nós construímos uma comunidade numa base organizativa. Eu não penso só em mim, mas eu tenho atitudes <b>pensando no comum</b>, como é o Emiliano Zapata a gente luta mais pelo comum. Lá nas cidade as pessoas pensam e trabalham pra si, e no movimento não, nós trabalhamo pra nós. E o fato de nós tá produzindo esse alimento agroecológico, é muito importante esse ponto, porque do jeito que tá liberado os venenos aqui no Brasil, daqui uns anos o povo vai vive muito doente. A doença ela vai tomá conta do Brasil e nós somos um pontinho muito importante que se olhassem pra nós e nos incentivasse a gente ter cada mais mais tecnologia pra produzi produtos orgânicos, essa doenças iam diminuí, porque o povo ia se alimentá melhor.”</i>
E.Z. 22	<i>“Aqui você aprende tudo, <b>cê aprende a sê forte, a resisti</b>, cê aprende o que é a <b>luta</b>, o que que a gente vai enfrentá. E como diz, ali você é uma escola, uma escola pra vida porque só quem passa por um acampamento sabe as dificuldade e sabe também as alegria que tem de tá tudo junto ali. E tem uma união aqui que não tem em outro lugar, cê tá num acampamento tem uma união que quando cê faz o assentamento já não tem a mesma. A gente tudo daquele jeitinho, com barraquinho de lona, tudo, mas parece que a gente era tão mais feliz. A gente se unia, a gente fazia festa todo final de semana e aí quando cê vai pras terra parece que o povo vai muchando um pouco. Aquela alegria não tem mais igual era ante”</i>
E.Z. 24	<i>“Ah tudo, acho que a <b>construção da nova sociedade</b>. Vida em comunidade, aprende novos valores, um pouco disso.”</i>
E.Z. 25	<i>“É tudo. <b>É tudo. Tudo que restô pra mim e que eu amo</b>, que eu quero, na verdade. <b>Meu sonho</b> é vê tudo esse povo assentado de verdade e vê a vida passá. Sempre modificando, a gente sabe que parte das coisas que a gente propõe são viáveis, possíveis, é uma questão de organizá e faze força e parte é uma questão de introjetá dentro da alma das pessoas, e essa parte ela nunca vai ser 100%, sempre vai tê aqueles que sentem a mesma paixão. Mas o acampamento Emiliano Zapata tem sido minha tarefa desses 7 ano e uma tarefa que só vo entregá pronta, tá decidido já.”</i>

Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

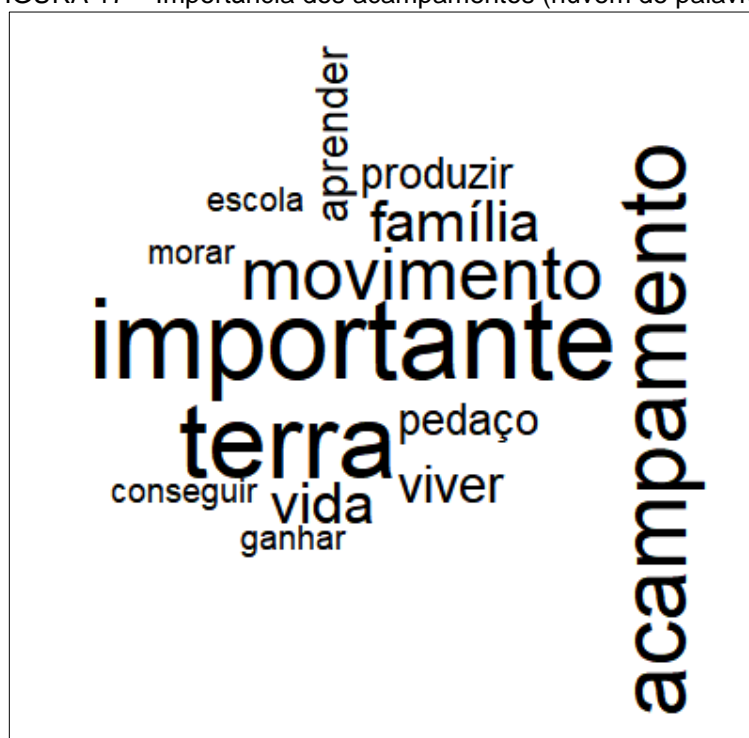
Nota: grifos da pesquisadora.

Como autora ativa neste estudo, é importante expressar a nossa surpresa positiva ao ouvir as respostas dos entrevistados em relação à pergunta "Qual é a importância dos acampamentos?" Tal constatação também foi registrada em nosso diário de campo.

A esperança de tempos melhores de E.Z. 9 [,] o brilho no olho de E.Z. 7 [,] a força das palavras de E.Z. 3 [,] uma mulher tão jovem, de tamanho miúdo, mas de grandeza pujante de E.Z. 22 [e] como E.Z. 25 enaltece esse amor de sorriso farto (MOREIRA, 2022).

Isso demonstra o quanto o Zapata é importante na vida dessas pessoas, tornando-se a realização da vida pessoal, familiar e de trabalho. É a construção e manutenção do vínculo em comunidade e o resultado do movimento da luta pela terra, conforme é destacado pela figura 17.

FIGURA 17 – Importância dos acampamentos (nuvem de palavras)

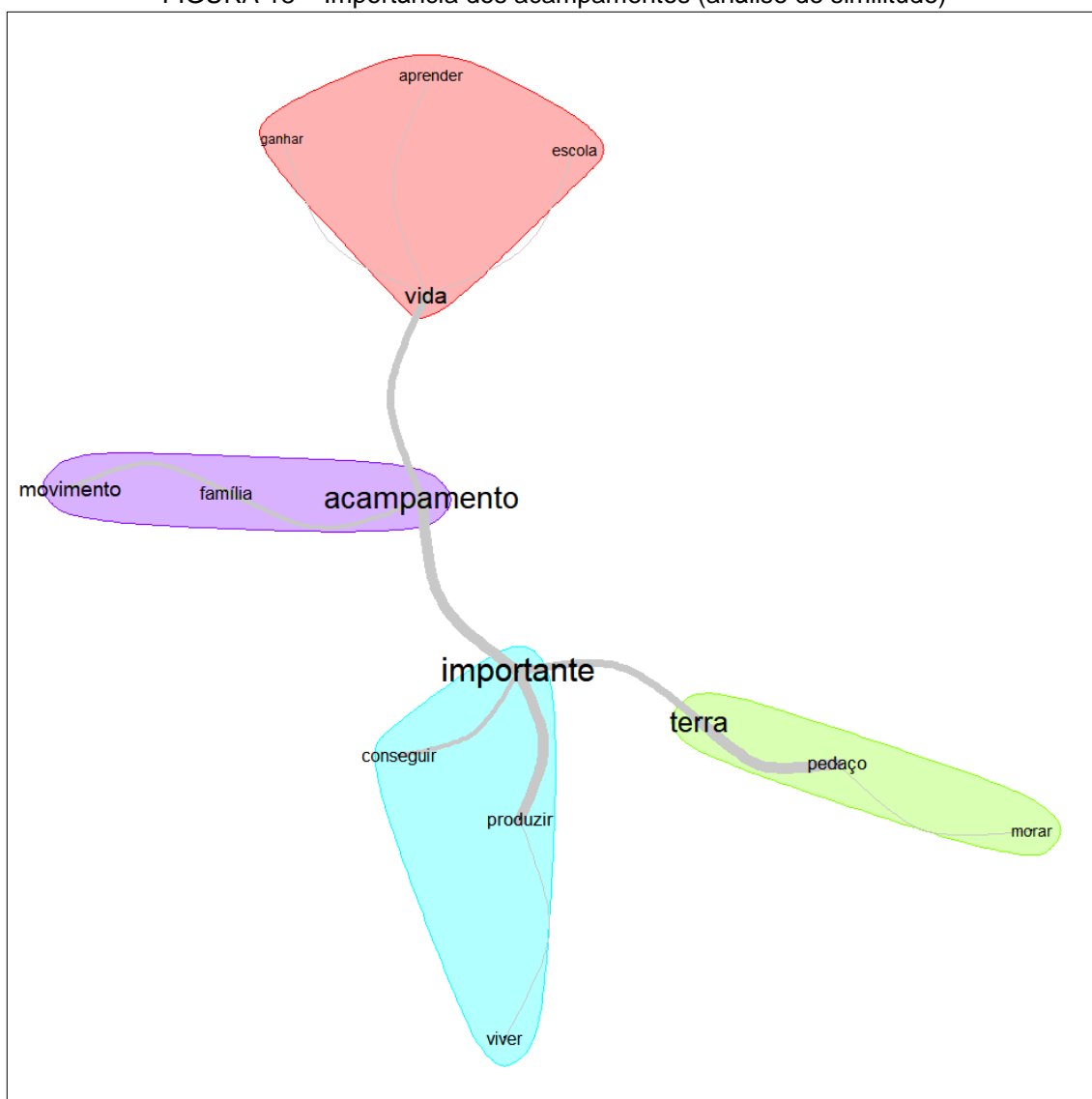


Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados.  
Organizado pela pesquisadora.

Com base na figura 18, é possível observar a forte conexão entre as palavras "importante", "acampamento" e "vida". A palavra "importante" está associada a ideias como conquistar, produzir e viver, o que indica que a terra é vista como um espaço para construir uma vida de trabalho, além de estar ligada à palavra "terra" em si. Em

relação à palavra "acampamento", esta está conectada às ideias de família e movimento. Já a palavra "vida" está relacionada a ganhar, aprendizado e escola. Diante disso, pode-se afirmar que as palavras presentes na figura são bastante esclarecedoras, uma vez que evidenciam essas correlações de maneira clara e direta.

FIGURA 18 – Importância dos acampamentos (análise de similitude)



Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

A pesquisa de Lobregat discorre que o tempo de espera nos acampamentos é ímpar, trazendo uma perspectiva enriquecedora sobre o vivido, a memória e o que está por vir. “É um esperar em movimento e, a partir das experiências do grupo, as estratégias de permanência e resistência” (LOBREGAT, 2021, p. 127).

Permitimo-nos reler o diário de campo, que foi elaborado após a conclusão das entrevistas com os pré-assentados no Emiliano Zapata, por duas razões. Em primeiro

lugar, durante a pesquisa de campo, abordamos um tema difícil, a violência no campo, e reconhecemos que isso pode ter sido uma experiência desafiadora para os entrevistados, já que envolveu a relembração de suas vivências. Em segundo lugar, quando questionados sobre a importância do acampamento, percebemos que as expressões mudaram, com risos e expressões mais leves. Como podemos não ser impactados por isso? Por respeito a essas pessoas, decidimos encerrar a análise de nossa pesquisa com essa etapa de reflexão.

Sobre o acampamento, nos utilizamos do entendimento de Turrati (1999, p. 4): “Neles, um novo processo de construção de sociabilidade se inicia. É o momento-chave da passagem para a condição ser sem-terra, para um estilo de vida coletivo que engendra solidariedade e conflito ao mesmo tempo”.

Os pré-assentados, em sua grande maioria, já completaram 20 anos de permanência no Pré-assentamento Emiliano Zapata e ainda seguem em busca da reforma agrária. No início dessa jornada, várias famílias no momento de ocupação passaram pelo acampamento e a maioria delas não está mais presente. Embora não haja um arsenal suficiente para termos respostas objetivas sobre os motivos dessa passagem pelo Zapata, percebemos, por meio das falas dos entrevistados, que o desenvolvimento de um acampamento também representa um momento de transição.

Chegam muitas famílias para a ocupação da terra, as quais vão se articulando para estruturação do acampamento. Nesse processo, verifica-se o potencial de famílias aptas a permanecer, a considerar o tamanho da área ocupada, estrutura organizacional e principalmente, o cumprimento das normas do acampamento. Assim sendo, compreende-se como algo natural a saída de algumas famílias e sua não permanência no acampamento, não necessariamente sendo reflexo da violência vivenciada.

E.Z. 26 destaca em sua entrevista que a área do Zapata estava sendo estabelecida entre 600 a 650 hectares e que não poderia contemplar muitas famílias e, desde 2005, já previam a estimativa de aproximadamente 50 famílias: *“com a topografia feita esse ano, ficou certo que seria 51 unidades, com oito hectares cada.”* Conforme mencionado no capítulo anterior, o Zapata mantém as 51 unidades produtivas, com 51 famílias referenciadas, além dos alguns agregados (em sua maioria filhos) que permanecem em unidades já definidas.

Podemos constatar que, apesar das inúmeras violências enfrentadas pelos pré-assentados ao longo dos 20 anos de luta no Emiliano Zapata, isso não foi um fator

determinante para desistirem da busca pela terra. Como apresentado anteriormente, 77% das famílias do pré-assentamento estão desde a fase de ocupação ocorrida em 2003. E, ainda, 73% das famílias já tiveram experiência em acampamentos antes do Zapata e, foi nesse acampamento que elas fixaram seu projeto de luta pela terra, ou seja, mantiveram a resistência nesse locus.

Como mencionou E.Z. 22: *“Aqui você aprende tudo, você aprende a ser forte, a resistir, você aprende o que é a luta, o que a gente vai enfrentar.”* O momento de construção coletiva dos ideais de vida e de trabalho inspira a teia de aprendizados fomentados pelo trabalho no e para o movimento, destacado por E.Z. 2: *“Igual o meu marido diz: O que nós temos é pelo movimento, nós vivemos aqui e somos do movimento.”*

Segundo Fabrini (2007) e Roos e Fabrini (2012), a resistência camponesa é construída não somente através dos conflitos agrários, mas também a partir da contestação à imposição e dominação do modo de produção e das relações capitalistas. “Estas resistências estão assentadas no domínio e posse da terra e num conjunto de relações tradicionais, culturais, econômicas e políticas cultivadas a séculos pelo campesinato que se desdobram na construção do território camponês” (ROOS; FABRINI, 2012, p. 38).

E.Z. 7 destaca o processo de mudança com a sua inserção no Zapata, como um fator preponderante para construção do sujeito político: *“Depois que viemos se acampa que vimos que não era nada a ver com a terra, a terra é o modo de pensar, é o modo de viver, é a ideologia muda completamente porque você pensa bem diferente.”* E faz parte dessa premissa a compreensão que a partir das forças locais, sejam de conteúdo político, econômico e social, cultural entre outros, se estabelece a base territorial camponesa de produção e a resistência (FABRINI, 2007).

Para alguns, o Zapata transformou-se na superação da pobreza e da fome, é expressão de luta e resistência e também é uma família. Conforme E.Z. 9 *“é a luz no fim do túnel”* daqueles que sentiram na pele o peso da exclusão e exploração. O espaço é de aprendizado e de construção coletiva no desejo de produção agroecológica para gerar saúde e menor impacto no meio ambiente, ou melhor fortalecer a relação homem-natureza, como bem destacado por E.Z. 18: *“Nossa, o acampamento... Tudo tem muita importância, é um vínculo com as pessoas, uma esperança mesmo, de a pessoa colocar-se ante a sociedade de uma maneira diferente.”*



O espaço volta-se para uma vivência coletiva, porque não é apenas o eu, mas somos o nós. É também o espaço que busca aludir uma nova sociedade, sem exploração e maior socialização, seja dos bens, seja das intensas trocas entre as pessoas. Entre perdas e conquistas, *“tudo isso acaba dando mais resistência”* (E.Z. 12).

A resistência camponesa nega a expulsão e expropriação do campo e ainda mais, enfrenta o latifúndio, importando-se com a relação com a natureza, pois a terra não é mera mercadoria de acumulação de capital.

Neste sentido, o cultivo de uma determinada planta não é apenas um produto agrícola comercial, mas também parte do mundo camponês vinculado diretamente à natureza. São exemplares também os casos de experiências relacionadas à agricultura orgânica. Os pequenos agricultores têm investido meios para garantir acesso a mercados de produtos elaborados fora do padrão convencional de uso de agrotóxicos fornecido por empresas transnacionais. (FABRINI, 2007, p. 26).

O Zapata presa pela produção agroecológica, fato exposto anteriormente neste capítulo, uma dimensão importante a ser considerada. *“Ah, o acampamento, a importância dele é que sem ele nós não tava aqui né. É importante por nós tá no local, produzindo, por tá aqui se cooperando na comercialização.”* (E.Z. 14).

E essa cooperação não se restringe para a comercialização dos produtos, mas em diversas formas, nas ações coletivas de solidariedade e laços comunitários, sendo práticas de resistência organizada no território, “pois poderão ser reconhecidas e somadas a outras lutas no processo de construção dos enfrentamentos à ordem dominante expropriatória e desumana” (FABRINI, 2007, p. 21).

Aqui podemos relacionar bem o trabalho solidário realizado pelo Zapata juntamente com outros acampamentos que fomentaram a doação de alimentos par famílias em situação de vulnerabilidade e/ou instituições que atenderam essa demanda no período da pandemia de Covid-19, conforme também já relatado anteriormente. Acreditamos que é fundamental citar essas ações que certamente impactaram inúmeras famílias, na possibilidade de saciar a fome, diminuindo suas dificuldades naquele momento.

E quanto a possibilidade de comer bem e saudável, destaca-se a fala de E.Z. 21:

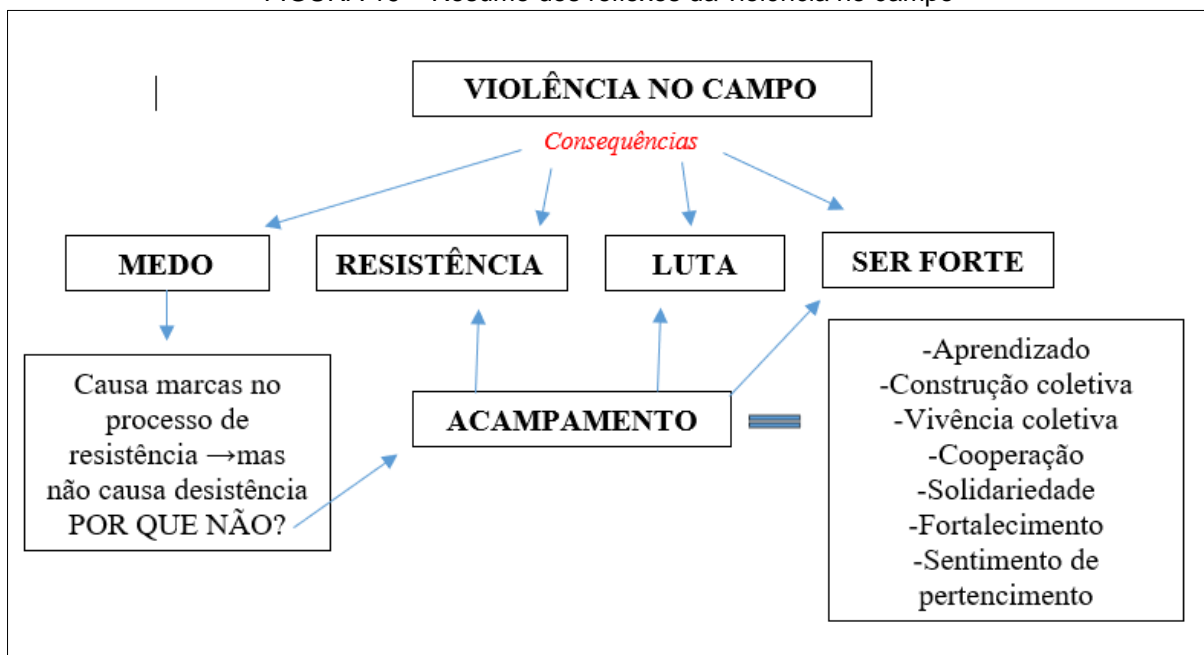
*E o fato de nós tá produzindo esse alimento agroecológico, é muito importante esse ponto, porque do jeito que tá liberado os venenos aqui no Brasil, daqui uns anos o povo vai vive muito doente. A doença ela vai tomá conta do Brasil e nós somos um pontinho muito importante que se olhassem pra nós e nos incentivasse a gente ter cada mais mais tecnologia pra produzi produtos orgânicos, essa doenças iam diminuí, porque o povo ia se alimentá melhor.*

A fala acima, ao nosso ver, é o retrato da robustez que o campesinato possui contra essa imposição do agronegócio, é a possibilidade real de gerar impactos positivos para toda uma sociedade, a partir da produção agroecológica, que extirpa qualquer associação à produção convencional, dotada de agrotóxicos. Existe outra expressão de resistência camponesa maior que essa? Talvez sim, mas já logramos êxito ao chegarmos a essa conclusão.

Para concluir, é importante ressaltar que, apesar dos desafios enfrentados durante a ocupação e a construção do acampamento, bem como das violências sofridas pelos pré-assentados, a luta pela terra e a resistência camponesa são fortalecidas pela defesa da agroecologia, das estratégias para produção e comercialização dos produtos, e pela intensa articulação com o MST, com as frentes de trabalho, os grupos comunitários e a sociedade em geral. Esses fatores, juntos, contribuem para a consolidação do acampamento e para que os pré-assentados não desistam do sonho da reforma agrária.

Podemos observar que, para muitos pré-assentados, a experiência no Zapata representou um renascimento, como expressou E.Z. 11 ao dizer que o acampamento lhe permitiu ser quem é hoje. Para outros, o Zapata representa a própria vida, como afirmou E.Z. 17 ao dizer que "*minha vida*" começou quando chegou ao acampamento. Alguns até mesmo consideram que nasceram novamente a partir do momento em que se juntaram ao acampamento, como afirmou E.Z. 7: "*comecei a viver, minha vida aconteceu a partir do momento que nós viemos acampar.*" Por fim, o Zapata se tornou um caso de amor para muitos, mesmo após tantos sofrimentos, como expressou E.Z. 25: "*É tudo. Tudo o que restou para mim e que eu amo.*"

FIGURA 19 – Resumo dos reflexos da violência no campo



Fonte: Sujeitos da pesquisa entrevistados. Organizado pela pesquisadora.

Na figura 19 são apresentados os reflexos que a violência sofrida pelos pré-assentados acarretou na luta pela terra. De modo geral, as falas dos entrevistados e as observações obtidas durante a pesquisa evidenciam que a violência no campo, em suas diversas formas, gerou medo, incertezas e inseguranças nos pré-assentados. No entanto, isso não implicou na desistência da luta pela terra. Pelo contrário, eles se tornaram ainda mais resistentes e fortes, lutando com maior determinação não somente pelo seu próprio objetivo, mas também pelo objetivo coletivo. Esse fortalecimento na luta pela terra é resultado das experiências vivenciadas pelos acampados, as quais são marcadas pelo aprendizado, pela construção coletiva, pela vivência em grupo, pela cooperação, pela solidariedade e pelo sentimento de pertencimento. Portanto, pode-se afirmar que o acampamento e suas características são elementos fundamentais para o fortalecimento da luta pela terra, tornando-a ainda mais intensa e determinada.

Logo em breve, esperamos pela notícia que parte das terras da Fazenda da Embrapa foram direcionadas efetivamente para o Emiliano Zapata como assentamento fruto da reforma agrária.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a capturar as expressões da violência no campo a partir dos camponeses do pré-assentamento Emiliano Zapata e seus reflexos na luta pela terra. Mas antes de responder se alcançamos esse objetivo, precisamos sinalizar algumas considerações.

Considerando tudo que foi evidenciado ao longo dos quatro capítulos desta tese, é inegável que a violência no campo é uma realidade presente para aqueles que lutam pela terra no Brasil. Essa violência pode se manifestar de forma mais brutal, através de assassinatos e tentativas de assassinato, ou de maneira mais sutil, muitas vezes passando despercebida em virtude do seu processo de naturalização.

A naturalização da violência, principalmente em referência a violência simbólica, pode ser atribuída à violência estrutural, que promove a segregação das populações rurais com base nas desigualdades sociais. Desse modo, é comum a prática de criminalização das pessoas que militam junto ao MST, já que são consideradas um risco para a sociedade e para o desenvolvimento do país. Esse discurso de classe é promovido pela burguesia agrária-industrial, que vincula o agronegócio como a única fonte de riqueza e desenvolvimento do país. Infelizmente, a mídia e o Estado muitas vezes aderem a esse discurso, defendendo interesses próprios e lucrando com essa situação.

Conforme exposto nos capítulos 1 a 3, podemos considerar que a questão agrária no Brasil ainda se perpetua pela pura falta de interesse do poder estatal e pela pressão dos latifundiários. O escárnio e o egoísmo fazem-se presentes desde época do Brasil colônia e não é à toa que muitos estudiosos ainda mencionam que o Brasil não superou essa fase, apenas atualizou suas práticas e lapidou seus interesses.

Sobretudo considerando o contexto político brasileiro recente, é notável o fortalecimento dos atores políticos ligados aos interesses do agronegócio, denominados como a bancada ruralista. Essa situação foi ainda mais agravada pela última gestão presidencial, que declaradamente manifestava seu ódio aos movimentos sociais, com especial ênfase ao MST. Antes mesmo de sua posse, o então presidente já havia anunciado que não iria realizar a reforma agrária, o que evidencia a falta de interesse político em resolver as desigualdades no campo.

E em sua gestão, declaradamente de ultradireita e conservadora, dilapidou (em bom termo) os órgãos estatais vinculados à política agrária e ambiental, fortaleceu a

expansão do agronegócio e promoveu um discurso de ódio nunca antes observado no país, empoderando em demasia segmentos da classe ruralista, em especial a UDR e seus afins.

Ao analisarmos o contexto histórico do Brasil, podemos perceber que o crescimento dos movimentos sociais do campo é resultado da inação do Estado em relação às demandas da classe camponesa ao longo dos anos. Diante desse cenário, a mobilização e articulação dos camponeses se tornaram uma alternativa viável para superar a exploração e a expropriação do campo, que afetam uma grande parcela da população que sofre com a falta de trabalho, terra e condições básicas de vida.

Nesse contexto, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu como uma resposta às demandas da classe camponesa, buscando promover a autossustentabilidade e superar a exploração do campo. Não é por acaso que se tornou um dos maiores movimentos sociais do mundo, irradiando práticas e formação política, entre outros aspectos relevantes. Dentre as atividades de grande importância do MST, destaca-se a ocupação de terras como forma de pressionar o Estado a atuar na promoção da reforma agrária e de outras políticas públicas que garantam o direito e as condições necessárias para que os camponeses possam permanecer e trabalhar na terra.

Este estudo, de cunho qualitativo, concentrou-se principalmente na pesquisa empírica realizada junto aos pré-assentados. Para isso, utilizou-se uma abordagem de entrevista semiestruturada, a fim de identificar o entendimento dos entrevistados sobre a violência no campo. A partir dessa abordagem, foi possível compreender tanto as experiências individuais dos entrevistados como as experiências coletivas vivenciadas desde a fase inicial do pré-assentamento, incluindo situações de violência decorrentes de conflitos, despejos e preconceito, presentes ao longo dos 20 anos de existência do pré-assentamento, até os dias atuais.

Foi possível constatar a assimilação do passado por meio de questionamentos inerentes ao presente e, por fim, a identificação dos anseios que devem ser edificados no futuro, a partir da resistência de cada indivíduo submetido à pesquisa. É imperioso salientar que abordar o tema da violência não constitui uma tarefa simples e descomplicada, mas, ao contrário, decorre fundamentalmente das condições que emergem em um determinado contexto. Em diversos momentos das entrevistas, foi possível observar a profundidade com que tal temática incide sobre a pessoa, fazendo

emergir emoções fortes, lembranças dolorosas, a voz trêmula e, não raramente, as respostas eram proferidas com a cabeça baixa.

Tal reflexão suscita a ponderação sobre o peso da violência sofrida na vida da pessoa e, ademais, enseja a consideração de que aqueles que permanecem engajados na luta por seus direitos, enfrentando todas as dificuldades e adversidades, revelam uma resistência ímpar, como uma força que resiste a todas as adversidades que surgiram ao longo dos anos. Eles permanecem ali, desejosos e empenhados em permanecer naquele local, onde construíram seu lar, um refúgio para a família, a vida em comunidade e, sobretudo, a labuta árdua e diuturna na e pela terra.

Se ponderarmos acerca da relevância do parágrafo anterior, inferimos que logramos êxito em alcançar os objetivos da pesquisa e reafirmar a hipótese original, a saber, que os acampados experimentam os impactos da violência no campo, contudo, esses impactos encontram-se intrinsecamente ligados à resistência e luta contra as injustiças no âmbito agrário. Não obstante as dificuldades, temores e infortúnios enfrentados, não se justifica abandonar todo o legado conquistado e cessar de aspirar pela posse definitiva da terra.

Um dos principais resultados obtidos consistiu na identificação das violências sofridas a partir da compreensão que os sujeitos da pesquisa possuem sobre o tema e das experiências por eles interpretadas como tal. Observou-se a violência habitual decorrente das práticas de correlação de forças antagônicas, bem como a violência perpetrada pelo Estado, em especial, pelas forças policiais, enquanto executores, representantes dos idealizadores e responsáveis pela violência. Destaque-se, ainda, o papel desempenhado pela mídia na condição de porta-voz dos interesses latifundiários e dos próprios latifundiários, que não medem esforços para a eliminação do campesinato e de suas forças mobilizadoras.

É possível afirmar que, segundo a perspectiva dos pré-assentados do Emiliano Zapata, a violência no campo é uma realidade, tendo eles experimentado seus impactos. Alguns entrevistados relataram ter marcas e medos ainda vividos.

Em resumo, a violência recorrente na fala dos entrevistados se manifesta na forma de preconceito e discriminação contra aqueles vinculados ao MST e ao movimento sem-terra, sendo vivenciada por crianças em escolas públicas e unidades básicas de saúde, e perpetrada pela sociedade em geral, que demonstra um "olhar torto". Isso resulta em um sentimento de humilhação social, como se a pessoa fosse inferior por ser do Zapata.

Após conferir todas as formas violências sofridas, podemos nos questionar: por que não abandonam esta realidade tão adversa? E uma das respostas plausíveis é a constatação de que estes pré-assentados são/fazem parte do movimento social. E enquanto movimento social reúnem forças e estratégias para não interromper a luta pela terra, é o pensar e fazer coletivo, é o exercício prático da cultura política e ideologia, à luz do projeto sociopolítico. Porque enquanto movimento social, são força e resistência e não é à toa que contemporaneamente possuem tantos opositores, como bem sabido o Estado, latifundiários e a mídia.

Nesta pesquisa, a mídia resultou em uma evidência reveladora quanto sua potência enquanto sujeito que produz violência, pois inegavelmente suas ideias noticiadas são aceitas sem objeções e análises, sendo a porta voz dos interesses do agronegócio. Podemos considerá-la também como um ator principal (aparentemente secundário), pois possui papel primordial na ação subjetiva da construção ideológica acerca do preconceito contra o MST, ou seja, possui um papel de decisivo na construção da trama do cenário social de criminalização dos movimentos sociais, gerando estigmas e humilhações reproduzidos pela sociedade.

Ao mesmo tempo, os pré-assentados mencionam a importância dos acampamentos em diversos aspectos e destacam várias formas de resistência à imposição do agronegócio e à falta de interesse do Estado. Seja por meio da produção e comercialização de produtos, especialmente os agroecológicos, seja pelo sentido de família e comunidade, na luta pela terra, ou ainda pelas ações solidárias que beneficiam inúmeras famílias em situação de insegurança alimentar e fome.

Afirmamos que a violência no Brasil é estrutural e estruturante, pois ela condiciona a posição que as pessoas e suas famílias vão ocupar na sociedade, definem e são definidas pelas relações sociais que estabelecem. Violência é morar no provisório, é não saber como será o dia de amanhã. Violência é não ser reconhecido como sujeito de direito, ter sua história no campo respeitada.

E aí, podemos correlacionar a violência como uma espiral, onde não existe apenas uma prática, ação ou caminho, mas ela vai se construindo e exercitando à medida que os conflitos não são sanados e o estímulo à criminalização não é estancado. A violência é onipresente, se encontra em todos os lugares, é um sinalizador de como está estruturada a sociedade; é como a febre em um doente.

Vivemos em uma sociedade que pratica violência de diversos modos e, portanto, pensar na sociedade violenta é pensar esse enraizamento da violência não

só como um meio como resolução de conflitos, mas também nexos das continuidades no presente e futuro.

A violência é um fenômeno que tem raízes profundas na história do nosso país, e que se manifesta de diversas formas ao longo do tempo. Como pesquisadores, um dos grandes desafios é compreender a sua origem e impacto na sociedade. Infelizmente, muitas vezes tratamos a violência como algo normal e isso só acentua as nossas desigualdades sociais.

Ao discutir a violência no campo, é importante enfatizar o seu impacto político e lutar pelos direitos da população rural. É fundamental combater os mecanismos que perpetuam a questão agrária e trabalhar em prol da reforma agrária.

Devemos assumir uma postura crítica em relação à violência e não naturalizá-la como um fenômeno inerente à nossa cultura. É necessário reconhecer que a violência é resultado da pseudodemocracia, da falta de respeito aos direitos humanos e de um governo ineficaz.

A ideia de "cultura de violência" pode se tornar uma realidade se não tomarmos medidas para combatê-la. É fundamental que a violência perpetrada pelo Estado e outros agentes não seja vista como um sacrifício necessário para o bem maior da nação, mas sim como um problema que precisa ser enfrentado.

Em suma, a violência é uma questão complexa que envolve disputas políticas, sociais, econômicas e de produção nacional. Como sociedade, precisamos nos unir para combater a violência em todas as suas formas e trabalhar por um país mais justo e igualitário.

Por fim, é importante refletir sobre as medidas necessárias para reduzir a violência no campo em tempos de políticas agrárias enfraquecidas. Em primeiro lugar, é preciso reestruturar essas políticas e colocá-las na agenda pública, ampliando o foco além da reforma agrária, que embora seja um instrumento importante para lidar com questões fundiárias, não pode ser a única ação.

Além disso, é essencial investir em políticas públicas que melhorem as condições de vida da população camponesa, permitindo que eles cresçam como produtores rurais. Isso inclui investimentos na agricultura familiar, como a abertura do mercado e a produção agroecológica, bem como políticas de habitação rural, crédito, assistência técnica, entre outras.

Estamos em um momento oportuno para pressionar o Estado a assumir sua responsabilidade e desenvolver políticas agrárias efetivas. É importante



permaneceremos atentos à conjuntura política, econômica e social, continuando a estudar e pesquisar a questão agrária e a violência no campo.

Enquanto escrevo esta parte final da tese, dois pensamentos me vêm à mente. Primeiro, não posso deixar de mencionar a sensibilidade e receptividade dos pré-assentados do Zapata. Eles me receberam de braços abertos, oferecendo conversas agradáveis e almoços deliciosos. Foi uma alegria imensa ter tido a oportunidade de visitar suas unidades produtivas e conhecê-los como sujeitos da minha pesquisa. Como pesquisadora, esse contato com o modo de vida camponês foi enriquecedor, desafiador e diverso, e considero esse momento como um dos mais prazerosos de toda a minha jornada no doutorado.

Em segundo lugar, uma leitura que me ocorreu repetidamente e que gostaria de parafrasear neste momento é a de que a voz dos oprimidos deve ser valorizada ao mesmo nível em que todos os saberes desempenham um papel igual na determinação da direção e do futuro do mundo (NDLOVU, 2017).

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na sociologia alemã. In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, (Coleção 'Os Pensadores'), p. 107-155. 1989
- ADORNO, T. W. Introdução à controvérsia sobre o positivismo na Sociologia alemã. In: ADORNO, T. W. **Textos escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 109-189.
- ALENTEJANO, P. A centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI. **Anais do XV Encontro de Geógrafos de América Latina**, abril de 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/5831/4688/22244>. Acesso em: 26 out. 2021.
- ANGELO, C. A guerra que o Brasil esqueceu (Contestado). Revista Super Interessante, Maio, 2000, p. 44-50.
- ANJOS, R. S. A. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. Geosp – **Espaço e Tempo** (Online), v. 19, n. 2, p. 375-391, ago. 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geosp/article/view/102810>. Acesso em: 7 mar. 2023.
- ALMEIDA, A. C. S. A colonização do território paranaense e o dinamismo dos municípios da frente norte. **Rev. GEOMAE** Campo Mourão, PR v.7n.1 p. 9 - 20 1 sem 2016. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/geomae/article/view/7415>. Acesso em: 7 mar. 2023.
- ARLINDO, M. A. S.; ALMEIDA, R. A. Contribuições para a compreensão da questão agrária e campesinato no Brasil. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros** – Seção Três Lagoas/MS – nº 23 – Ano 13, mai de 2016. Disponível em: <https://www.sumarios.org/revista/revista-eletr%C3%B4nica-da-associa%C3%A7%C3%A3o-dos-geografos-brasileiros-se%C3%A7%C3%A3o-tr%C3%AAs-lagoas-ms>. Acesso em: 1 dez. 2021.
- ATLAS DA QUESTÃO AGRÁRIA NO PARANÁ: diálogos em construção / organização: Observatório da Questão Agrária no Paraná.— Naviraí, MS: Ipuvaíva, 2021. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1s2H3\\_uc-4q1nKGFst98bKnWxPopjvF5R/view](https://drive.google.com/file/d/1s2H3_uc-4q1nKGFst98bKnWxPopjvF5R/view). Acesso em: 7 mar. 2022.
- AYOUB, Hannah Ayoub. Mídia e movimentos sociais: a satanização do MST na Folha de S. Paulo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**. Vol. IV No 1 – 1º semestre de 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/download/1888/2045/6646> Acesso em: 23 de abr de 2023.
- BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões da violência. **Estudos feministas**. Ano 10, 1º sem. 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ref/a/77qSbxLKYLyttqQbSzFjMcb/?format=pdf&lang=pt>.  
Acesso em: 7 mar. 2023.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BARREIRA, C. **Crimes por Encomenda: Violência e Pistolagem no Cenário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Relum Dumará/Núcleo de Antropologia da Política, 1998.

BARREIRA, C. Massacres: monopólios difusos da violência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Nº 57/58. Jun/nov de 2000.

BARREIRA, C. Pistolagem política: a morte por encomenda. In: Reforma Agrária. Campinas, **ABRA**, v. 22, n. 1, jan/abr 1992. Disponível em:  
<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=hemerolt&pagfis=11138>.  
Acesso em: 7 mar. 2023.

BARREIRA, C. Punições, crimes e denúncias: A dinâmica do campo jurídico. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica: Edur, 2009.

BARROS, I. F. O agronegócio e a atuação da burguesia agrária: considerações da luta de classes no campo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 131, p. 175-195, jan./abr. 2018.

BARROSO, M. F. Violência estrutural: mediações entre “o matar e o morrer por conta”. **Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 397-406, maio/ago. 2021.

BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos rurais por detrás dos números. IN: **Revista de Estudos Avançados** (São Paulo/USP), v.11, 1997.

BERGER, C. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

BERNASKI, J.; SOCHODOLAK, H. História da violência e sociedade brasileira. **Oficina do Historiador**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 43-60, jan./jun. 2018.

BESEN, B. O.; ANSARA, S. Violência estrutural e marcas ditatoriais: análise psicossocial a partir de narrativas periféricas. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 16, n. 2, p. 1-16, abr./jun. 2021.

BICUDO, H. **O Brasil cruel e sem maquiagem**. São Paulo: Moderna (Coleção Polêmica), 1994.

BISCALHO, R. A. **Das histórias de violência em uma empresa júnior à reprodução da ideologia da administração**. 2009, 178 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

BOFF, L. Conflitos no campo, suas causas e suas possíveis saídas. In: **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: CPT/Expressão Popular, 2017.

BOMBARDI, L. M - Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. **Boletim DataLuta**, v. 45, p. 1-21, 2011. Disponível em: [http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/9artigodomes\\_2011.pdf](http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf). Acesso em: 7 mar. 2023.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BOURDIEU, P. **Escritos de educação**. Seleção, organização, introdução e notas de Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. **Sociologia**. (organizado por Renato Ortiz). São Paulo: Ática, 1983.  
BOURDIEU, P.; EAGLETON, T. A doxa e a vida cotidiana: uma entrevista. In: ŽIŽEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007, pp. 265-278.

BOZZA, F. S. A tutela penal dos direitos humanos nas democracias de opinião (II). **Canal Ciências Criminais**, abr. 2016. Disponível em: <https://canalcienciascriminais.com.br/a-tutela-penal-dos-direitos-humanos-nas-democracias-de-opiniao-ii/>. Acesso em: 5 fev. 2023.

BRASIL. Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964. Presidência da República. República Federativa do Brasil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm). Acesso em: 22 out. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 21 ago. 2021.

BRUNO, R. **Senhores da terra, senhores da guerra**: a nova fase política das elites agroindustriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1997.

BRUNO, R. Bancada ruralista, conservadorismo e representação de interesses no Brasil contemporâneo. In: MALUF, R. S.; FLEXOR, G.(orgs). **Questões agrárias, agrícolas e conjunturas e políticas públicas**. 1. ed. - Rio de Janeiro : E-Papers, 2017.

BRUNO, R. **O ovo da serpente**: monopólio da terra e violência na nova república. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, 2002.

BRUNO, R. Um Brasil ambivalente: agronegócio, ruralismo e relações de poder. In: SANTOS, J. V. T. **Violência em tempo de globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BUENO, S.; MARTINS, J.; PIMENTEL, A.; LAGRECA, A.; BARROS, B.; LIMAM R.S. **Relatório Final Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 3ª edição**- 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/06/relatorio-visivel-e-invisivel-3ed-2021-v3.pdf>. Acesso em: 9 mar. 2023.

- CABRAL, D. D. R. Tem cheiro de sangue na terra – camponeses brasileiros entre a violência e a injustiça. *In: CPT. Conflitos no Campo Brasil 2015*. Goiânia: CPT/Expressão Popular, 2016.
- CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular.2004.
- CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA. **Violência no campo**. Rio de Janeiro: Ibase, 1985.
- CANUTO, A. 2016 sob o signo da violência. *In: Conflitos no Campo Brasil 2016*. Goiânia: CPT/Expressão Popular, 2017.
- CARNEIRO, A.; CIOCCARI, M. **Retrato da Repressão Política no Campo – Brasil 1962-1985** – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos – Brasília: MDA, 2011.
- CARVALHO, A. M.; SIQUEIRA, J. C. A. Violências Reais e Simbólicas nos Conflitos Agrários Brasileiros e a Atuação Estatal. **Rev. NERA**. Presidente Prudente v. 23, n. 55, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/6877/5800>. Acesso em: 11 maio 2022.
- CASTILHO, D. R.; LEMOS, E. L. S. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. **Revista Katálysis**. Florianópolis, v.24, n. 2, p. 269-279, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/TyMKscqwjWfwpbScmWpwCvc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 mar. 2023.
- CECCATO, V. Crime and Safety in Rural Contexts: Innovative Methods. **International Criminal Justice Review**. 1-4. Georgia State University. 2021.
- CERQUEIRA, J. M. M. L.; VIEIRA, D. D. Aspectos estruturais da violência no campo: uma revisão bibliográfica a partir do caso brasileiro. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 43, nº 2. Mai/ago de 2018.
- CHAUI, M. **Simulacro e poder: uma análise da mídia**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- CHAUI, M. Ética e Violência no Brasil. **Revista BIOETHIKOS**- Centro Universitário São Camilo - 2011;5(4):378-383.
- CHIAVENATO, J. J. **Violência no campo**: o latifúndio e a reforma agrária. São Paulo: Moderna (Coleção Polêmica), 1996.
- COELHO, E. B. S.; SILVA, A. C. L. G.; LINDNER, S. R. **Violência**: definições e tipologias. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.
- CPT. **Conflitos no Campo Brasil**. Período 1987 a 2021. Goiânia: CPT/Expressão Popular, 2021.

CPT. Nacional em Nota Pública Após Audiência Com a Ministra dos Direitos Humanos, Goiânia, 31/05/211.

CRUZ NETO, O.; MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/fkZGywBXPmZ6YQVzJB5ZWts/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 mar. 2023.

DAHLBERG, L. L.; KRUG, E. G. Violência: um problema global de saúde pública. In: KRUG, E. G. et al. (Eds.) **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002. p. 1-22.

DELGADO, G. C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, M. (org.). **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

DELGADO, G. C. **Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual**. São Paulo: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. 2005.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil 1965-1985**. Campinas: Ícone Editora/Editora Unicamp, 1985.

DELGADO, G. C. Expansão e modernização do setor agropecuário no pós-guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos avançados**, v.15, n.43, p.157-172. 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/WkvT5yVVdhZGprdCGmQfHqk/?lang=pt#>. Acesso em: 22 jan. 2021.

DOMINGUES, E.; ROSA, M. D. Violência, humilhação social e a luta por reconhecimento: a experiência do MST. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, 14(1): 115-125, abril., 2014. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rs/v14n1/11.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2023.

ESTADÃO. Sem-terras invadem fazenda da Embrapa no Paraná. 30 de mai de 2003. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/sem-terra-invadem-fazenda-da-embrapa-no-pr/>. Acesso em: 21 jan. 2023.

ESTEBAN, M. T. Sujeitos singulares e tramas complexas: desafios cotidianos ao estudo e à pesquisa. In: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Método, métodos e contramétodo**. São Paulo: Cortez, 2003.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**. Presidente Prudente Ano 10, nº. 11. 2007. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1406>. Acesso em: 10 mar. 2023.

FAJARDO, Sergio. O território paranaense: aspectos da ocupação, formação da estrutura produtiva e transformações da paisagem rural. **Revista Guairacá**, Guarapuava, n. 22, p. 95- 117, 2006. Disponível em: [http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/14062012\\_curso\\_06\\_e\\_9\\_-\\_geografia\\_-\\_maria\\_dilone\\_pizzato.pdf](http://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/14062012_curso_06_e_9_-_geografia_-_maria_dilone_pizzato.pdf). Acesso em: 21 jul. 2021.

FALEIROS, V.P. **Violência contra a pessoa idosa: ocorrências, vítimas e agressores**. Brasília: Universa, 2007.

FEITOSA, T. C. **Questão agrária, violência e poder público na Amazônia brasileira: o assassinato do líder sindical João Canuto de Oliveira**. (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2011.

FELICIANO, C. A. A prática da violência no campo brasileiro do século XXI. In: RAMOS FILHO, E; MITIDIEIRO, M. A; SANTOS, L. S. (Org.). **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016, v. 1, p. 1-280.

FELICIANO, C. A. Raízes da violência no campo brasileiro. **Boletim DATALUTA**, v. 1, p. 02, 2016b.

FERNANDES, B. M. A Reforma Agrária que o governo Lula fez e a que pode ser feita. In: SADER, Emir (Org.). **Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Flacso Brasil, 2013.

FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Presidente Prudente: [s.n], 2013.

FERNANDES, B. M. **MST. Formação e territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FERNANDES, B. M. **A Formação do MST no Brasil**. Editora Vozes: Petrópolis, 2000.

FERNANDES, B. M. **Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial**. In: STÉDILE, J. P. (org). STEVAM, D. (assessor de pesquisa). **A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FERNANDES, B. M. A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - Brasil. **Revista Nera** nº 1. 2012. <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1495/1461>. Acesso em: 7 mar. 2023.

FERNANDES, B. M. **Território da Questão Agrária: Campesinato, reforma agrária e agronegócio**. Associação Brasileira de Reforma Agrária, São Paulo:2008.

FERNANDES, B. M.; CLEPS JUNIOR, J.; SOBREIRO FILHO, J.; LEITE, A. Z.; SODRÉ, R. B.; PEREIRA, L. I. A questão agrária no governo Bolsonaro: pós-fascismo e resistência. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente,

Dossiê Temático “Conjuntura no Brasil: retrocessos sociais e ações de resistência”, n. 42, v. 4, p. 333-362, dez, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7787/5874>. Acesso em: 7 mar. 2022.

FILHO, A; FRIGO, D. A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça? *In: Conflitos No Campo 2009*. Goiás: Editora Expressão Popular, 2010.

FRENTE PARLAMENTAR DA AGROPECUÁRIA. Pedro Lupion é o novo presidente da FPA. Disponível em: [https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2023/02/07/pedro-lupion-e-o-novo-presidente-da-fpa/?\\_ga=2.94474524.1077836689.1677174842-2132467310.1677174842](https://agencia.fpagropecuaria.org.br/2023/02/07/pedro-lupion-e-o-novo-presidente-da-fpa/?_ga=2.94474524.1077836689.1677174842-2132467310.1677174842). Acesso em: 7 mar. 2023.

FREYRE, G. **Casa-grande & senzala**: Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, Global, 2003.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In: FAZENDA, I. (org.). Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 69-89.

GALTUNG, J. Violence, peace, and peace research. *Journal of Peace Research*, n. 6, v. 3, p. 167-191, 1969.

GASPAROTTO, A.; TELÓ, F. **Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980)**. São Leopoldo: Oikos, 2 ed. E-book, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GONÇALVES FILHO, J. M. Humilhação social: um problema político em psicologia. **Psicologia USP**, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/psicousp/article/view/107818/106159>. Acesso em 10 fev. 2023.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v.16 n.47 maio-ago. 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola. 7ª edição, 2008.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 6. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016.

GUIMARÃES, J. R. F. **Coordenadas do possível**: o lugar da violência e a legitimidade da ocupação de terras na ADI 2.213-0. Dissertação. (Mestrado em Direito), Universidade de Brasília, 2015.



GUTIÉRREZ, H. Donos de terras e escravos no Paraná: padrões e hierarquias nas primeiras décadas do século XIX. **História**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 100-122, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/his/a/6SJbMYX6CfbGDXwmpybjZPD/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 26 ago. 2021.

HAN, B.-C. **Capitalismo e impulsos de morte**: ensaios e entrevistas. Editora Vozes, 2021.

HAN, B.-C. **Topologia da violência**. Editora Vozes, 2017.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, São Leopoldo, ano 1, n. 1, p. 1-8, jul. 2009.

IASI, M. O Estado e a violência. Blog da Boitempo, São Paulo, out. 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/10/16/o-estado-e-a-violencia/>. Acesso em: 8 mar. 2023.

JONES, C. P. Levels of racism: a theoretic framework and a gardener's tale. **Am J Public Health**, Washington, v. 90, n. 8, p. 1212-1215, 2000.

KAGEYAMA, A. O Novo Padrão Agrícola Brasileiro: do Complexo Rural aos Complexos Agroindustriais. In: Delgado, G. C. **Agricultura e Políticas Públicas**. p. 113- 223. IPEA. Brasília, 1990.

KLIEMANN, L. h. S. **RS: terra e poder** – história da questão agrária. Porto Alegre, Mercado aberto, 1986.

KRIEGER, N. S. Weather: race, gene expression, and the science of health disparities. **Am J Public Health**, Washington, v. 95, n. 12, p. 2155-2160, 2000.

KRUG, E. G, et al. (eds.) **World report on violence and health**. Geneva: World Health Organization, 2002.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 10.ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LEONIDIO, A. Violência e desigualdade: Reflexões sobre o problema da violência rural no Brasil contemporâneo. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], num. 97, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/4943>. Acesso em: 7 mar. 2023.

LIMA, A. B. Os sentidos na mídia: o MST em dois jornais diários. **Psicologia & Sociedade**; 18 (3): 97-103; set/dez. 2006 Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4BV5v6fntJHfVbspBGxWVhF/> Acesso em: 23 de abr de 2023.

LIMA, M. S. **Tensões e conflitos em torno da luta pela terra**. Estudo das comissões parlamentares de inquérito no Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, 2012.

- LOBREGAT, M. C. Tempo de esperar: a resistência, estratégias e luta em acampamentos MST no oeste do Paraná. **Projectare**. Pelotas. V. 11. nov de 2021. Disponível:  
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Projectare/article/download/21469/13693>. Acesso em: 7 mar. 2023.
- MAIA, C. L. Os Donos da Terra: A disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – A Luta dos Posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960. **Tese** (Doutorado em História). Universidade Federal de Goiás. 2008.
- MARCONDES FILHO, C. Violência fundadora e violência reativa na cultura brasileira. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 20-27, 2001.
- MARINHO, T. A. Violência simbólica e diversidade cultural: discriminação e preconceito na universidade. **Fragmentos de Cultura**, Goiânia, v. 31, n. 2, p. 255-273, abr./jun. 2021.
- MARTINS, G.A.M. Violência policial no Brasil: reflexões teóricas sobre a força policial como instrumento de repressão burguesa. **Hegemonia** – Revista Eletrônica do Programa de Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania e Violência/Ciência Política do Centro Universitário Unieuro. Brasília, número 22 (Especial), 2017, pp. 98-126. Disponível em:  
[http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista\\_hegemonia\\_22/Jos%C3%A9%20Gilbert%20Arruda%20Martins%20\(6\).pdf](http://www.unieuro.edu.br/sitenovo/revistas/revista_hegemonia_22/Jos%C3%A9%20Gilbert%20Arruda%20Martins%20(6).pdf). Acesso em: 7 mar. 2023.
- MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária**. Petrópolis, Vozes, 1984.
- MARTINS, J. de S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1982.
- MARTINS, J. de S. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MARTINS, J. de S. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1995.
- MARTINS, J. de S. **Reforma agrária – o impossível diálogo**, São Paulo, Edusp, 2000.
- MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra** 9ª. edição, Editora Contexto, São Paulo, 2010.
- MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 2003.
- MARX, K. **O capital** V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**: crítica da novíssima filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, Bruno Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MEDEIROS, L. S. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, L. S. Os trabalhadores do campo e desencontros nas lutas por direitos. *In: CHEVITARESE, A. O campesinato na história*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2002.

MEDEIROS, L. S. Dimensões políticas da violência no campo. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol 1, 1996. p. 126 a 141. Disponível em: [http://www.historia.uff.br/tempo/artigos\\_livres/artq1-7.pdf](http://www.historia.uff.br/tempo/artigos_livres/artq1-7.pdf). Acesso em: 2 maio 2019.

MELO, D. B. Ditadura “civil-militar”?: controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente. **Espaço Plural**. Ano XIII, nº 27. 2012, p. 39-53.

MIGUEL, L. F. Violência e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 88, p. 29-45, jun. 2015.

MIGUEL, L. F. Violência e política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 88, jun. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17666/308829-44/2015>. Acesso em: 15 out. 2021.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MINAYO, M. C. de S. **Violência e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

MISSE, Michel et al. Violência, sujeito e sociologia: entrevista com Michel Wieviorka. **Dilemas**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 143-172, jan./mar. 2009.

MITIDIERO JR, M. A. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. **Boletim DATALUTA** n. 114 – Artigo do mês: junho de 2017.

MITIDIERO JR, M. A.; FELICIANO, C. A. A violência no campo brasileiro em tempos de golpe e a acumulação primitiva de capital. **Okara: Geografia em Debate** (UFPB), v. 12, p. 220-246, 2018.

MITIDIERO JR, M. A.; MOIZÉS, B. C.; MARTINS, L. A. Contra o povo - ataque parlamentar aos direitos dos povos do campo e da natureza. *In: Conflitos no Campo – Brasil 2018*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2019. 244 p.

MITIDIERO JR, M. A.; MORAIS, H.B.; MARTINS, L. A.; MOIZÉS, B. C. Leis e grandes empreendimentos: do estado de direito ao estado de exceção. *In: Conflitos no Campo – Brasil 2017*. Goiânia: CPT Nacional – Brasil, 2018.

MOREIRA, A. P. **Diário de campo: Entrevistas no Emiliano Zapata**. Ponta Grossa, 2022.

MORISSAWA, M. **A história da luta pela terra e o MST**. Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Formação nº 39: "Organização e Trabalho de Base", 2015. Disponível em: <https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-39-organizacao-e-trabalho-de-base/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Caderno de Formação nº1. "A organização do movimento, quem é quem na luta pela terra", 1986. Disponível em <https://mst.org.br/download/caderno-de-formacao-no-01-organizacao-do-movimento-quem-e-quem-na-luta-pela-terra/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Comunidade Emiliano Zapata inaugura bosque em homenagem a Lindolfo Kosmaski, em Ponta Grossa, 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/06/16/pr-comunidade-emiliano-zapata-inaugura-bosque-em-homenagem-a-lindolfo-kosmaski-em-ponta-grossa/>. Acesso em: 25 jan. 2023.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

NAJMANOVICH, D. O feitiço do método. *In*: GARCIA, Regina Leite (Org.). **Método métodos e contramétodo** (Org.). São Paulo: Cortez, 2003.

NDLOVU, M. Por que saberes indígenas no século XXI? Uma guinada decolonial. **Epistemologias do Sul**, Foz do Iguaçu, v. 1, n. 1, p. 127-144, 2017. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/epistemologiasdosul/article/view/782/651>. Acesso em: 10 mar. 2023.

NETO, O. C.; MOREIRA, M. R. A concretização de políticas públicas em direção à prevenção da violência estrutural. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.4, n. 1, p. 33-52, 1999.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NOGUEIRA, M. A. Os anos 30. **Perspectivas**, São Paulo, 11:93-99,1988.

Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/1883/1547>. Acesso em: 23 jan. 2022.

NÚCLEO DE ESTUDOS, PESQUISAS E PROJETOS DE REFORMA AGRÁRIA - NERA DATALUTA, Banco de Dados da Luta pela Terra. Presidente Prudente: NERA. 2007. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/download/1481/1457>. Acesso em: 4 mar. 2023.

OAB. Documento da OAB, Conselho Federal. Violência no campo. s/d.

OLIVEIRA, A. U. de. **A geografia das lutas no campo**. São Paulo: Contexto, 1997.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Ática, 1987.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, A. U. de. O campo rebelde e o Governo FHC. In: CPT – **Caderno Conflitos no Campo 2000**. Goiânia: CPT/Expressão Popular, 2001.

OLIVEIRA, A. U. de. A longa marcha do campesinato brasileiro: Movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados**, nº 15, 2001.

OLIVEIRA, M. S.; SANI, A. I. A intergeracionalidade da violência nas relações de namoro. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. Porto:Edições Universidade Fernando Pessoa. 2009. Disponível em: [https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1325/1/162-170\\_FCHS06-6.pdf](https://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1325/1/162-170_FCHS06-6.pdf). Acesso em: 9 mar. 2023.

OLIVEIRA, R. D. C. M (Entre) Linhas de uma pesquisa: O Diário de Campo como dispositivo de (in)formação na/da abordagem (Auto)biográfica. **Revista Brasileira de Educação de Jovens e Adultos**, 2(4), 69-87. (2014). Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/educajovenseadultos/article/view/1059>. Acesso em 20 dez. 2022.

OSTERNE, M.S.F.; BRASIL, G. M.; ALMEIDA, R. O. A produção do conhecimento nas Ciências Sociais e a provisoriedade da realidade material e simbólica. **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.113, pg. 153-170, jan/mar. 2013.

PALMEIRA, M. Modernização, Estado e questão agrária. **Estudos Avançados**, 3(7), 87-108. (1989). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8532>. Acesso em: 7 fev. 2023.

PALMEIRA, M. Desmobilização e Conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana. In: FERNANDES B. M.; MEDEIROS, L. S. DE; PAULILO, M. I. (Orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

PAVIANI, J. Conceitos e formas de violência. In: MODENA, M. R. **Conceitos e formas de violência**. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016.

PEREIRA, A. R. **A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**: migrações, conflitos e violência no campo. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PEREIRA, A. R.; AFONSO, J. B. G. Conflitos e violência no campo, na Amazônia

Brasileira. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Goiânia: CPT/Expressão Popular, 2018.

PICOLI, F. **O capital e devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PINHEIRO, R. S; DUARTE, T.S. Guerra de Canudos (1896 – 1897): da emancipação sertaneja a barbárie promovida pelo Estado-nação. **Revista GeoNordeste**, São Cristóvão, Ano XXXI, n. 1, p. 131-147, Jan./Jun. 2020.

PORTAL TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ. O perigo das fakes News, 2020. Disponível em: [https://www.tjpr.jus.br/noticias-2-vice/-/asset\\_publisher/sTrhoYRKnIQe/content/o-perigo-das-fake-news/14797?inheritRedirect=false](https://www.tjpr.jus.br/noticias-2-vice/-/asset_publisher/sTrhoYRKnIQe/content/o-perigo-das-fake-news/14797?inheritRedirect=false). Acesso em: 11 fev. 2023.

PORTO GONÇALVES, C. W. Geografia da violência no campo brasileiro: O que dizem os dados de 2003. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 75, 2006.

PORTO GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: contexto, 2005.  
PORTO GONÇALVES, C. W.; LEÃO, P. C R. Terra, violência e conflito na formação territorial brasileira: Tensões territoriais na ruptura política (2015-2019). **Revista da ANPEGE**, vol. 16, nº 29, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: 1 dez. 2020.

PRIORI, A.; POMARI, L. R.; AMÂNCIO, S. M.; IPÓLITO, V.K. **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 234 p. 2012.

PRIORI, A. **História regional e local: métodos e fontes**. *Pós-História*, Assis, v. 2, p. 181-187, 1994.

RIBEIRO, D. **O Povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, L. L. M. **Terra que brota margaridas e encerra vidas**: judicialização da questão agrária e violência no campo paraibano. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, 2018.

ROJAS, G. A.; ADISSI, P. O. A criminalização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST): um balanço da literatura e o estudo do caso Pocinhos (PB). **Raízes**, v.35, n.1, jan-jun /2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/2002/1580>. Acesso em: 7 fev. 2023.

ROOS, D. Os limites da reforma agrária brasileira e as conquistas camponesas no Paraná. **Geografia em Questão**. v.04. n. 02. 2011. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/view/4825> Acesso em: 08/01/2021.

ROOS, D. As lutas camponesas no Estado do Paraná e os modelos da “Reforma Agrária” brasileira. *GeoGraphos*. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de

Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 2 de enero de 2013, vol. 4, nº 31, p. 1-18. Disponível em: <https://web.ua.es/es/revista-geographos-giecryal/documentos/djoni-roos.pdf> Acesso em: 23 ago. 2021.

ROOS, D.; FABRINI, J.E. Assentamento Celso Furtado: da conquista da terra às formas de resistência do território camponês. **Revista Pegada** – vol. 13 n.1 37 junho/2012. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/1153> Acesso em: 10 mar. 2023.

ROOS, D.; MOELLMANN, C. E.; LUZ, E. L. Z. Violência e Retrocessos na política agrária no Paraná. **Boletim DATALUTA**. Nera – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária: Presidente Prudente, nº 139. jul de 2019.

ROOS, D.; PAULINO, E. T.; SOARES, G.; MONTENEGRO, J. Protagonismo da Reforma Agrária no Paraná em época de pandemia: as ações de solidariedade do MST em fatos e fotos. **Geografia em Questão**. v. 13, nº 3. 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/geoemquestao/article/download/25971/16294/96173>. Acesso em: 19 maio 2022.

ROSA, A. R. (O) Braço forte, (a) mão amiga: um estudo sobre a dominação masculina e violência simbólica em uma organização militar. Lavras: UFLA, 2007.

SACRAMENTO, E. D. **As almas da terra**: a violência no campo paraense. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, 2007.

SANTOS, J. V. T. A violência como dispositivo de excesso de poder. **Soc. estado**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 281-298, 1996.

SANTOS, J. V. T. A violência como dispositivo de excesso de poder. **Sociedade e Estado**. Brasília, 10(2), 1995, p. 281-298. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/issue/archive> Acesso em: 21 jan. 2020.

SANTOS, J. V. T. A violência como dispositivo de excesso de poder. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 10, n. 2, p. 281-298, 1996.

SANTOS, J. V. T. **Conflitos agrários e violência no Brasil**: agentes sociais, lutas pela terra e reforma agrária. Pontificia Universidad Javeriana. Seminario Internacional, Bogotá, Colombia. Agosto de 2000. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rjave/paneles/tavares.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

SANTOS, J. V. T.; TEIXEIRA, A. N.; BECKER, F. T. G. Conflitualidade e violência nos espaços agrários do Brasil contemporâneo. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, nº 57/58, jun-nov 2000.

SANTOS, M. C. F. A Guerra do Contestado: desfazendo as amarras do esquecimento. **Nau Literária**. PPG-LET-UFRGS – Porto Alegre – vol. 06 Nº 01 – jan/jun, 2010.

SERRA, E. Os primeiros processos de ocupação da terra e a organização pioneira do espaço agrário no Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.10, n.1, p.61-93, dez. 1992. Disponível em: <http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/2768/1/000185598.pdf> Acesso em: 16 ago. 2021.

SERRA, E. Colonização, uso da terra e conflitos rurais no Paraná. In: 12º Encontro de Geógrafos de América Latina, 2009, Montevideo. 12 Encontro de Geógrafos de América Latina. Montevideo: Universidad de la república del Uruguay, 2009. v. 1. p. 1-26. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiarural/20.pdf> Acesso em: 1 dez. 2020.

SEYFERTH, G. **Imigração, colonização e identidade étnica** (notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem Européia no sul do Brasil). Revista de Antropologia, (29), 1986.

SILVA, C. F.; PEREIRA, T. S.; JUNIOR, A. S. S. Conflitos agrários, violência e impunidade: a luta do camponês paraense por justiça social. In: **7º Encontro Anual da ANDHEP – Direitos Humanos e Diversidade**. 2012.

SILVA, L. O. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. Campinas: UNICAMP, 2008.

SODRÉ, R. B.; ALMEIDA, J. G.; SOUSA, I. B. B.; SOUZA, T. A. S.; JUNIOR, J.S. M. As faces do agronegócio maranhense: uma análise da expansão agrícola e do aumento da violência no campo. **Dossiê Agronegócios no Brasil**. Geosul, Florianópolis, v. 34, n. 71-, p. 599-622, abril. 2019.

SOUZA, M. A. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST: práxis, saberes sociais e democracia. 2001. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). Disponível em: < <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7038.pdf> > Acesso em: 23 de abr de 2023

SOUZA M.; WALL M. L., THULER A. C. M. C.; LOWEN I. M. V.; PERES A. M. O uso do *software* IRAMUTEQ na análise de dados em pesquisas qualitativas. **Rev Esc Enferm USP**. 2018

STÉDILE, J. P., FERNANDES, B. M. **Brava Gente- a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005.

STÉDILE, J. P. (org). STEVAM, D. (assessor de pesquisa). **A questão agrária do Brasil: O debate tradicional – 1500 1960**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.



STÉDILE, J. P. (org). STEVAM, D. (assessor de pesquisa). **A questão agrária do Brasil: debate na esquerda – 1960-1980.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

STÉDILE, J. P. Líder do MST diz que haverá menos ocupações de terra no governo Bolsonaro. [Entrevista concedida a Beatriz Correia. Exame. 2019. Disponível em: <https://exame.com/brasil/lider-do-mst-diz-que-havera-menos-ocupacoes-de-terra-no-governo-bolsonaro/>. Acesso em: 12 fev. 2023.

TAQUES, W. C. **Agroecologia e juventude camponesa: o caso da Comunidade de Resistência Emiliano Zapata em Ponta Grossa/PR.** 2016. 93 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2016.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa na educação.** Editora Atlas, 1992.

TOURAINÉ, A. Entrevista concedida ao Programa Roda Viva. São Paulo: TV Cultura, 10 de novembro de 1997. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V21BBvEQjR4>. Acesso em: 23 de abr de 2023.

TURRATI, M. C. M. Acampamentos do MST: uma discussão crítica sobre sociabilidade e poder. XXIII **Encontro Anual da ANPOCS**, Caxambu, MG, outubro de 1999. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/23-encontro-anual-da-anpocs/qt-21/qt14-13/4981-mariaturatti-acampamentos/file>. Acesso em: 7 fev. 2023.

VÁZQUEZ, A. S. **Filosofia da práxis.** São Paulo: Expressão Popular Brasil, 2011.

VENDRAMINI, C. R.; TIRIBA, L. Classe, cultura e experiência na obra de E. P. Thompson: contribuições para a pesquisa em educação. **Revista HISTEDBR** Online, Campinas, nº 55, p. 54-72, mar2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640461/8020>. Acesso em: 7 fev. 2023.

VIEIRA, W. S. O paradigma da questão agrária no estudo dos conflitos do campo. **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária.** Uberlândia, out. 2012.

WIEVIORKA, M. **Em que mundo viveremos.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

ZALUAR, A. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. **Estudos avançados.** Vol.21 num. 61, 2007.

ZUIN, A. L. A. A mídia e sua relação com os movimentos sociais pelo direito à terra: “criminalização e estrutura de poder”. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Vol. 15 Nº 2. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2018v15n2p58>. Acesso em: 23 de abr de 2023.



## APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

### Roteiro de entrevistas

Data: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Núcleo familiar: \_\_\_\_\_

Acampamento: Emiliano Zapata

Tempo neste acampamento: \_\_\_\_\_

Qual a sua experiência no Zapata?

Teve experiência em outros acampamentos? Se sim, pode nos relatar?

Como foi sua inserção no MST (histórico, motivos)?

Por compromisso ético, no tratamento e análise dos dados, os entrevistados serão citados apenas com as iniciais do nome e/ou sequência numérica, após conhecimento e assinatura do TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido)

Contextualizar o objetivo da pesquisa.

1. Para você o que é violência?
  2. Como você define violência (conflito) no campo?
  3. Você já sofreu algum tipo de violência no campo?
  4. Se sim. Qual tipo? Como foi?
  5. Seus familiares já sofreram algum tipo de violência por pertencer a um acampamento do MST?
  6. Você tem conhecimento sobre casos de violência em acampados próximos a você?
  7. Já presenciou atos de violência? Se sim, como foi?
  8. Quer relatar alguma experiência sobre o tema?
  9. Você já se sentiu criminalizado? Sente este processo de criminalização voltado ao MST?
  10. No dia-dia, você já se sentiu excluído, marginalizado ou estigmatizado por sua vinculação ao MST?
- ( ) Excluído ( ) Marginalizado ( ) Estigmatizado ( ) Estereotipado

( ) Outro: \_\_\_\_\_

11. O que já escutou, ou melhor, o que falaram para você sobre os acampamentos e sobre o MST?
12. Ao percorrer o comércio, UBS, escolas sentiu algum tratamento diferente?
13. Você costuma utilizar roupas, acessórios e adereços vinculados ao MST? Se sim, percebe alguma mudança de tratamento pelas pessoas?
14. Quem são os responsáveis/autores pela violência no campo?
15. Onde e a quem recorrer nestes casos de violência?
16. A prática da violência no campo é uma estratégia para desmobilizar a luta no campo?
17. Sobre a questão anterior, impactou você?
18. Você acredita que a estratégia utilizada pelo movimento (MST) em ocupar terras, seja adequada para seus fins?  
( )SIM ( )NÃO. Por quê?
19. Qual a importância dos Acampamentos?
20. Existem forças políticas e econômicas que tencionam a relação entre latifundiários e acampados?
21. Quais seriam as medidas cabíveis para sanar a problemática da violência no campo? Se sim, em quais instâncias?

## **LIDERANÇA**

22. Histórico de liderança no acampamento:
23. Como surgiu o interesse em tornar-se liderança de acampamento?
24. Como liderança de um acampamento, você se sente ameaçado, intimidado?
25. Como liderança, você já foi ameaçado? Se sim, como?
26. Como líder, você participou de formações sobre a luta camponesa, que foi abordada a questão da violência no campo?
27. Enquanto líder, como trabalhar a questão da violência aos acampados?

**APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Eu, \_\_\_\_\_, fui convidado (a) para participar da pesquisa “Expressões vivas: a violência no campo no cotidiano dos acampados em Ponta Grossa - PR”, realizada pela doutoranda Ana Paula Moreira, sob a orientação Profa. Dra. Augusta Pelinski Raiher, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

A sua participação no estudo será por meio de entrevista semi-estruturada, a partir de um roteiro estabelecido, podendo se recusar a participação ao momento que possa vir a se sentir constrangido. Asseguramos que sua identidade permanecerá em sigilo, através da omissão total de quaisquer informação que permite identificá-lo (a).

Os dados obtidos através da pesquisa serão utilizados para fins acadêmicos, quer seja na tese de doutorado ou em publicações relacionadas.

Sua participação é voluntária, portanto não receberá recompensa ou gratificação, nem pagará para participar. Será garantido o livre acesso a todas as informações e retiradas de dúvida sobre o estudo, enfim, tudo que você queira saber antes, durante e depois da participação na pesquisa. Você poderá deixar de participar do estudo a qualquer momento, sem apresentar justificativas e, também, sem prejuízo ou perda de qualquer benefício que possa ter adquirido, tendo também todas suas dúvidas esclarecidas sobre sua participação neste trabalho. Em caso de dúvidas, você poderá entrar em contato com qualquer um dos membros da pesquisa ou com a Comissão de Ética em Pesquisa da UEPG:

**Pesquisadora: Ana Paula Moreira;**

Rua Franco Grilo, 166. Bl04, Ap 23. Bairro Oficinas – Ponta Grossa/PR Tel: (42) 99802.8033

**Orientadora: Augusta Pelinski Raiher**

Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais Aplicadas.

UEPG, Campus Uvaranas, Sala LP 109 do Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Pós-Graduação – CIPP

Avenida Carlos Cavalcanti, 4748 Tel: (42) 3220-3153

**Comitê de Ética em Pesquisa**

UEPG, Campus Uvaranas, Bloco M, Sala 100 Tel: (42) 3220-3108

\_\_\_\_\_  
Assinatura do convidado da pesquisa

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

Ponta Grossa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

## APÊNDICE C – TRECHOS DAS OBRAS QUE CONCEITUAM A VIOLÊNCIA NO CAMPO

### Trechos das obras que conceituam a violência no campo

**TAVARES DOS SANTOS (1999)** “podemos traçar algumas características da violência no campo: trata-se de uma violência difusa, de caráter social, político e simbólico, envolvendo tanto a violência social como a violência política”.

“Essa violência acontece com alto grau de letalidade, contra alvos selecionados (contra as organizações dos camponeses e trabalhadores rurais) e, geralmente seus agentes são membros da burguesia agrária, fazendeiros e comerciantes locais. Assim como também se registra a presença do aparelho repressivo estatal, comprovado pela frequente participação das polícias civis e militares”

“A violência costumeira, a qual aparece nas dinâmicas das relações de dominações entre as classes e grupos sociais, incorporada as relações de trabalho na agricultura desde período escravocrata, tanto em escravos como homens livres. A violência política, expressando uma forma de dominação entre as classes sociais no campo, exercida principalmente por orientação de mandantes particulares, efetivada por executantes individuais quanto por milícias privadas. Uma das formas marcantes desta forma de violência consiste na liquidação física dos opositores nos conflitos fundiários, bem como, no aspecto ostensivo dos assassinatos, com a impunidade dos mandantes e e executores. A violência programada, seria um efeito das relações de poder exercidas pelas agências públicas e privadas de colonização. A violência simbólica, exercidas por diferentes discursos. Pela produção de um discurso da colonização que gerava uma mensagem favorável as novas terras, e assim, induzia a população a partir. Por outro, pelo discurso das ameaças de morte, das mortes anunciadas, ou das mortes juradas. Uma violência simbólica, gerado pelo efeito da dissimulação, ou da naturalização, das relações de coerção, como se faz no âmbito das relações de dominação pelo favor que permeiam a sociedade agrária brasileira. Trata-se de uma violência política e social, com alvos selecionados (contra as organizações dos camponeses e trabalhadores rurais). Os seus agentes são membros da burguesia agrária, fazendeiros e comerciantes locais, mediante o recurso a pistoleiros e milícias organizadas. Verifica-se que a violência no campo consiste num dispositivo, de linhas tanto macrossocial quanto microssocial, entrelaçadas por mecanismos reprodutores da violência política e social”.

**MEDEIROS (1996)** “a violência como forma de tratamento dos trabalhadores do campo é parte integrante do chamado padrão tradicional de dominação na história brasileira”

“A violência no campo remete a discussão dos dilemas propostos por uma cultura política de exclusão e de abandono dos trabalhadores rurais e pelo esforço desses

trabalhadores de se constituírem como interlocutores na sociedade, como vem se verificando através da ação dos diferentes movimentos sociais”.

“A violência tem uma natureza estrutural e se inscreve como uma das faces da cultura política brasileira em especial, mas não exclusivamente, no meio rural. É possível afirmar, que ela persiste, reproduz-se e, em algumas situações particulares, intensifica-se, alimentada por determinadas práticas institucionais e por um determinado padrão de expressão de interesse ligado à propriedade da terra”.

**CPT (2013):** “formas de violência praticadas contra os camponeses. São assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, feridos e prisões. Violência essa entendida como qualquer forma de constrangimento e destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados”.

**BOFF (2016)** “Não temos violência pontual. Estamos montados sobre uma estrutura social e estatal marcada pela violência sistêmica contra pobres, afrodescendentes, camponeses e mulheres. Quase sempre os dados são ascendentes. E há uma dupla razão para isso. A primeira é o *avanço cada vez maior do agronegócio* sobre terras indígenas e de pequenos agricultores, posseiros e sitiados, fazendo pressão, violência e até assassinatos contra eles”.

**FELICIANO (2016)** “A violência é materializada no campo, mas seu mando e sua origem não está centralizada e concentrada exclusivamente no campo. A violência no campo do Brasil do século XXI se especializa”

“A violência no campo é um elemento estruturante do processo de formação territorial do Brasil”.

“Violência praticada e intensificada no campo do século XXI está ligada a concentração e centralização de poder não só de uma classe ou parte dela, mas da unificação com grande capital e a uma clara opção de ausência do Estado na procura desarticular do campo qualquer agente de mediação (movimentos) ou lideranças que possam tornar visível a demanda pelos direitos territoriais”

“Violência que está no cotidiano de muitas famílias no campo e que geralmente não está isolada e separada da violência contra pessoa e contra sua forma de ocupação no território: são práticas de violência na destruição de bens (casas, roças e outros bens materiais) produzidos pelo trabalho dos sujeitos sociais do campo”

“Apresenta um campo historicamente ameaçado. Mostra uma violência cotidiana, costumeira, que mata e manda matar, ameaça e manda ameaçar, expulsa e manda expulsar, destrói e manda destruir, envenena e manda envenenar. O Brasil do atraso, que manda mesmo sem ter legitimidade e autoridade para mandar. Um Brasil do atraso pactuado numa aliança nefasta entre capital, Estado e proprietários de terra gerando e mantendo o controle territorial.

“Portanto, para o debate alguns elementos que são frutos de uma estrutura agrária concentradora, rentista e patrimonialista no Brasil. Essas práticas violentas são indícios de um Brasil arcaico e moderno, de um território em disputa, de uma luta de classes que expropria, mata, ameaça milhares de sujeitos sociais que em seu cotidiano questionam intencionalmente ou não um único modelo do viver, mas que também contraditoriamente, possibilita seu (re) viver”.

“A violência no campo vivida diariamente é uma resposta materializada na tentativa de despolitizar uma luta histórica da classe camponesa e dos demais “sujeitos luminosos” do campo. Na atualidade não atinge majoritariamente os sem terra, mas os posseiros, as comunidades tradicionais, os agentes de mediação, os povos indígenas, que estão no enfrentamento cruel na busca por permanecer na terra/território. Esses diversos sujeitos estão na rota e nas parcelas de interesse do capital, dos latifundiários e do Estado, atuando ou não em aliança”.

“Violência é materializada no campo, mas seu mando e sua origem não está centralizada e concentrada exclusivamente no campo. A violência no campo do Brasil do século XXI se especializa”.

**MELÔNIO; JR E SODRÉ (2019)** “consideramos como violência os casos de ameaças de mortes, tentativas de assassinatos e assassinatos”

“A violência faz parte do universo dos conflitos no campo na questão agrária brasileira e significa uma das características mais marcantes na tentativa de retomar o poder em uma ação de natureza política. Na maioria das vezes, a violência no campo é uma resposta as manifestações de trabalhadores e trabalhadoras que se organizam, exigem e resistem de vários modos para obterem o que reivindicam”.

“Violência “o constrangimento, danos materiais ou imateriais; destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados”.

**BARREIRA (1999)** “um poder paralelo que faz coexistir modernidade e arcaísmo, civilização e barbárie”

**COSANDEY (2012)** “A violência emerge do conflito e caracteriza-se pelo ataque físico ou moral sobre as pessoas que resistem às forças dominantes do capital. Além da violência privada, também existe a violência praticada pelo Estado contra camponeses através de ações diretas e indiretas, passivas ou ativas”

“Ocorrência da violência no campo: a concentração de terra e a impunidade”.

“A violência no campo não é visível na paisagem. Há uma face perversa, marcada pela concentração fundiária, assassinatos, despejos e trabalho escravo”.

“Violência no campo são o meio pelo qual as representações e discursos da modernidade avançam e constituem territórios corporativos sob a égide do



agronegócio internacional. O uso da força e do medo tem sido um dos imperativos das redes políticas das corporações para atingir os objetivos e metas pretendidos”

**SAUER (2008)** “o significado e as causas da violência podem ser entendidas como “o uso da força como uma reação arbitrária e ilegítima contra outra pessoa ou grupo social, resultado do enfraquecimento das relações políticas de poder”

**SODRÉ (2017)** “a violência no campo é o caminho pelo qual o capital impõe mandos e desmandos, ainda mais em regiões de fronteira agrícola e de intensa territorialização de latifúndios”

**PORTO GONÇALVES (2006)** “violência não é um simples resquício associado ao velho latifúndio e a um mundo rural retrógrado, mas está claramente ligada ao *agro-business* e à modernização dos campos brasileiros”

**IPEA (2020)** “A violência constitui um traço estruturante da historiografia brasileira”

“à violência no campo motivações e causas intrinsecamente ligadas aos padrões de sociabilidade e às formas a partir das quais ocorreu a organização social e econômica do meio rural brasileiro”

“De maneira geral, os estudos sobre violência no campo associam os conflitos no meio rural a um extenso rol de fatores, como os altos índices de concentração fundiária, a exploração intensiva de recursos naturais e os conflitos envolvendo a disputa pela posse e titularidade da terra. Ou ainda questões como a localização em áreas fronteiriças, o desenvolvimento de atividades ilícitas, como tráfico de entorpecentes, roubo e contrabando de mercadorias, assim como a presença de grandes empreendimentos e mudanças bruscas nos fluxos migratórios de uma determinada região”.

**PICOLI (2012)** “Trata-se de uma violência construída por um sistema avassalador e criminoso que toma o espaço de vida e das culturas, tratando-as apenas como mercadoria, produto ou mão de obra. O econômico--financeiro se sobrepõe a tudo e todos, a todas as outras, milhares de riquezas deste chão, desta terra, destas vidas, destas pessoas”

**TREVISAN E SANTOS (sd)** “A violência no campo é entendida como sendo o constrangimento e ou a destruição, quer seja física ou moral que são exercidas sobre os trabalhadores do campo e aqueles que são aliados, sendo que, tais violências estão relacionadas com os mais diversos tipos de conflitos que são registrados, além das manifestações dos movimentos sociais que se dão no campo”.

**ASSIS (2006)** “violência no campo em suas diversas formas, violência política, programada, ou simbólica, tem se manifestando como uma reação à crescente capacidade de organização e das formas de luta dos trabalhadores rurais na busca pela reforma agrária”.

**BRUNO (2003).** “Não se trata de um ato individual e esporádico, é uma violência ritualizada e institucionalizada, que implica a formação de milícias, a contratação de capangas e a lista dos marcados para morrer e os massacres. Entretanto, tão descarregadora quanto a violência física e a desqualificação dos trabalhadores rurais e de seus mediadores, veiculada pelos proprietários e empresários rurais, no exercício de dominação política”.

**CARVALHO (2012)** “violência “do campo” brasileiro é tida, pelas entidades que abordam o tema, como aquela resultante de um conflito entre o representante do capital, o “agronegócio”, e o trabalhador camponês”.

**PAIVA (2016)** “violência no campo são compreendidas no âmbito deste trabalho, com base nas referidas publicações, como as situações conflituosas que envolvem o antagonismo perpetrado por fazendeiros, empresas de agronegócio e mineração, além de empreendimentos estatais como usinas hidroelétricas e implantação de unidades de conservação de proteção integral. Entre estes, salienta-se a ação de milícias ou grupos de pistoleiros, muitos também formados por policiais militares, além da repressão da própria polícia em ações de despejo, repressões a manifestações e prisões ilegais. Por outro lado, tem-se o campesinato e trabalhadores rurais em diversas situações quanto à posse ou propriedade da terra e condições de trabalho, indígenas e moradores de comunidades tradicionais; agentes ligados a assessorias e entidades confessionais, como a própria CPT. A violência envolve tanto situações críticas como assassinatos e tentativas de homicídio, quanto situações de amedrontamento e terror, além de aspectos relacionados à segurança pública como atuação das polícias militar e federal e do poder judiciário. As lutas encontram-se centralizadas na resolução dos conflitos por terra, por água, pela preservação ambiental e por direitos trabalhistas”.

**XAVIER (2013)** “que melhor elucidada estes processos porque mais próximo do plano da realidade vem a ser o de *violência*, o que denota a expropriação da terra enquanto expropriação da vida, o retrato mais fiel de uma terra *ausente de sentido*, de um território relegado à sanha predatória do capitalismo”.

**LEONIDIO (2012)** “diferencia-se pelo caráter das relações sociais predominantes no país e pela mentalidade que a envolve, sendo marcada por profundas desigualdades, cujas raízes remontam aos tempos da escravidão e do coronelismo, ou melhor, à forma como se constituiu a nação, cindida em pedaços. a violência de classe como uma espécie de reação das elites do país às variadas formas de manifestação de insatisfação ou “desobediência” dos trabalhadores rurais, se tem aceitado com resignação ou até naturalidade, violência de senhores contra escravos e de ricos contra pobres, além de ser uma demonstração de mando ou força, é também uma forma de indicar aos de baixo seu lugar social em uma sociedade marcada por profundo sentimento de desigualdade, uma forma de pacificação social que tem como pano de fundo aquele velho estilo de convivência herdado dos tempos da escravidão”.

**ROOS; MOELLMANN; LUZ (2019)** “violência no campo ocorre de forma direta e indireta. Na forma direta, a violência é praticada pelos agentes repressores do Estado ou por particulares (milícias e jagunços) e configura-se pela violência física, seja contra a pessoa, a ocupação ou mesmo a posse camponesa. Os assassinatos de camponeses sem terra, os despejos de áreas ocupadas são exemplares deste processo. Já a violência indireta é aquela que ocorre do conluio entre fazendeiros, empresários e o Estado”.

**TERRA DE DIREITOS (2009)** “violência no campo são consequência, portanto, de uma estrutura agrária na qual a concentração de terras, é a violência primeira. É por isso que mesmo em um contexto no qual os trabalhadores e trabalhadoras organizados na luta pela terra têm suas vidas ameaçadas, os movimentos sociais não recuam”.

**ZIMERMAN (2010)** “A violência no campo é alta e a maioria das mortes tem ocorrido em localidades distantes, de difícil acesso, inclusive para a polícia. É uma situação que cria um mundo paralelo, deixando o Estado ausente ou em baixo perfil, facilitando aos grandes proprietários de terras ou a grupos de camponeses resolverem as disputas de terra pela força e por seus próprios julgamentos, excluindo a participação das instituições legais. De qualquer forma, a violência é real e as pessoas estão morrendo em disputas de terra”.

**OAB (s/d, pg 83)** “A violência que acomete o Brasil tem característica: não se mata apenas aleatoriamente, não se mata mais de qualquer forma. Hoje, diversos grupos assalariados da morte, sindicatos do crime, milícias agem impunemente. Se seleciona quem vai se assassinado, se escolhe hoje, com requinte de crueldade e de sadismo, aqueles que devem morrer. Aqueles lavradores que são capazes de dar maior união, são capazes de dar maior resistência, esses tem preferência na morte”.

**CHIAVENATTO (1996)**. “Devemos ter em mente que a violência no campo é fruto da má distribuição da terra, que é a raiz da injustiça social. Esta por sua vez, é a responsável pela extrema riqueza de uns poucos e a miséria de muitos. Dentro desse sistema o homem se brutaliza. O processo atinge todos. Em meio a essas contradições econômicas e filosóficas explode a violência formal – espancamentos, assassinatos de camponeses. O princípio do processo esta no campo. No Brasil, donos de terras, pistoleiros, Polícia Militar e Judiciário são os grandes executores da violência no campo, com a complacência dos poderes executivo e legislativo. Vítimas são transformadas em culpados e criminosos são inocentados: é assim que funciona, de modo cínico, o tecnicismo. A violência brasileira resulta da violência no campo, porque a estrutura fundiária projeta a sociedade, as relações sociais existentes: concentração de posse e de rendas, direito ilimitado à propriedade privada, em resumo, cada um pode ter tudo o que conseguir abraçar”.

**BICUDO (1994)** “A violência, por vezes sustentada institucionalmente, que visa impedir qualquer alteração nas relações entre proprietários e trabalhadores. É espantoso o número de líderes rurais assassinados por pistoleiros a soldo de grandes latifundiários. É lamentável a impunidade alimentada pelas deficiências e vícios dos

aparelhamentos policiais e judiciais, nos chamados “tribunais dos crimes do latifúndio”. Em geral, os assassinatos têm motivação política, atingindo principalmente líderes específicos e são cometidos por pessoas que, na maioria dos casos, escapam à identificação”.

**CNRA (1985)** “A violência que se abate sobre os trabalhadores rurais é extremamente diversificada nas suas formas: vai desde ações de impacto e ostensivas – como assassinatos, espancamentos, prisões – até outras mais sutis, cotidianas, que procuram minar a sua capacidade de resistência. É o caso das invasões de roça por gado, da morte de animais domésticos, do fechamento de caminhos. Em algumas situações, os agentes são conhecidos, em outras, aparecem de forma ambígua, escudando-se num discurso que procura encobrir a violência. Ela compõe o cotidiano do homem do campo e só alguns poucos momentos se rompe o silêncio que existe em torno dela”.

“A violência cobre um amplo espectro de práticas: saque e destruição de casas, destruição de benfeitorias através da queima ou da invasão das roças pelo gado, roubos de animais, fechamentos de caminhos, abusos sexuais contra mulheres e as filhas de lavradores, extermínio de animais domésticos, cobranças ilegais de foro e renda pelo uso da terra, espancamentos (inclusive de crianças), prisões, sequestros, assassinatos, despejos. Seu objetivo é sempre o mesmo: obrigar os trabalhadores a saírem das terras onde, por vezes, vivem há gerações, explorar ao máximo a força de trabalho dos assalariados rurais e impedir a ocupação de novas posses”.

**RIBEIRO; ANTUNES-ROCHA (2018)** “(re)conhecer a violência no campo e rever a história e verificar que os povos camponeses brasileiros lutam pela sobrevivência, enfrentando investidas governamentais, tensões com os modelos de produção capitalista e a exploração/expropriação de seus direitos”.

**APÊNDICE D – PRÉ-ANALISE SOBRE AS PERCEPÇÕES DE VIOLÊNCIA**

QUADRO 14 – Pré-análise sobre as percepções de violência

	1 - O que é violência?	2 - O que é violência no campo	E.Z.*	Primeiras percepções da pesquisadora
E.Z. 1	<i>É tudo né</i>	<i>Violência no campo, com o grilhêro? Você diz do pistolêro, né? É muito difícil, pelo menos nessa região aqui não vi falar que tivesse. Eu acho que não tem, mas antigamente era...</i>	X	2 – Cita a violência costumeira, mas ao longo dos relatos, relaciona a violência programada, trazendo em detalhes a ação de violência sofrida pelo E.Z.
E.Z. 2	<i>Pode ser de briga, por exemplo, agressão ou morte, assim, mas muitas vezes uma forma, mais, digamos, simples, uma fala, uma humilhação</i>	<i>Nóis sofrêmo um despejo, né? Foi uma violência, né? Porque chegou, né? As polícia, né? Tipo entrando na casa, derrubando tudo, abrindo tudo, tirando cortina, jogando tudo, sabe, colocando arma na, na cabeça, né? Das pessoa, né? Do meu marido foi um, né? Que colocaram ele na parede lá com a perna aberta lá e uma pistola na cabeça, né? Comigo não mexeram, né? Ela era pequinhinha, né? Tinha um aninho, mas eu pedi, né? Falei, tem um nenê no quarto né? Mas com ele eles foram bem violento. Tipo a polícia... Com a comunidade inteira, na verdade.</i>	X	- Cita a violência interpessoal em duas subcategorias: 1) violência de família e de parceiros íntimos, 2) violência na comunidade; - Reporta-se diretamente a ação de violência sofrida pelo E.Z.
E.Z. 3	<i>Muita tristeza</i>	<i>Muita tristeza. Porque, eu me sinto muito triste, muito humilhada quando eu vejo alguém lá de fora humilhar nós aqui dentro. Porque nós como ser humano igualzinho a eles. Não tem diferença nenhuma, nós como igualzinho rico, somos ser humano igualzinho eles. Que diferença tem nós com a pessoa que mora lá na cidade? Não tem diferença nenhuma. Nós trabalhamos aqui humildemente, lutamos honestamente com nosso suor, com a nossa força de vontade, trabalhamos. Nós plantamos bastante coisa e imo lá na cidade pra vender pro povo. Então pense bem. Isso pra mim é bullying</i>	X	1- Conforme anotações do diário de campo, as pausas em responder a pergunta, apresenta-se como sofrimento ao refletir sobre o assunto; 2 – Reporta-se a violência simbólica, mas ao longo dos relatos, relaciona a violência programada, trazendo em detalhes a ação de violência sofrida pelo E.Z.

E.Z. 4	<p><i>Então eh violência vamos dizer a não nunca ela vai se dar as vezes muito para para pra pensar em violência e pensa que é só agressão física, né? Mas a violência maior ainda ela vem em questão ideológica, né? A partir da hora que você denigre, vamos dizer assim a imagem de uma pessoa ou de uma certa organização.. E achar que outra coisa, por exemplo, você criar essa identidade de que o perigo só está nas grandes favelas, né. Até é importante que se diga mas a violência está hoje, quem coordena elas, a gente sabe que são as elites, né? Sempre foram. Então acredito mais nesse sentido assim de forma bem ampla, né? Mas você tem que criar um medo das pessoas do favelado, que ele vai te assaltar, que ele vai te roubar Não que, né? Não que o roubo, o assalto seja uma coisa que há fez isso, não tem justificativa fazer isso, só que vamos dizer o roubo maior, cê dá e entregar o país, né? Vamos dizer. É nação, é isso que é Não tem violência maior que isso não.</i></p>	<p><i>É, na verdade isso vem antes, né? Antes da criação desses movimentos no campo eh teve tentativa de exploração nos indígenas, né? E não se deixaram explorar, depois veio a escravidão propriamente dita, né? Que trazendo escravo da África e tal, principalmente da África. E e que o Brasil foi um dos países, né? Mesmo que no papel foi um dos últimos países vamos dizer que se queira dizer que se está em desenvolvimento a abolir a escravidão. E o Brasil ideologicamente ele já foi originário do Pau Brasil que era usado pra comércio, então automaticamente o nome Brasil pra muitos estudiosos eles já entenderam que o Brasil não foi específico sempre pra ser uma nação e sim pra ser comercializado, então pra ser colônia igual agora.</i></p>	<p>1 – Apresenta percepção da violência interpessoal, coletiva e simbólica, criação do medo ideológico 2 - Percepção da violência estrutural, coletiva, cita a violência social histórica do país.</p>
E.Z. 5	<p><i>Ah, violência pra mim é falta de respeito, né, palavrão, e até mesmo, né, briga. Que sempre tá a violência.</i></p>	<p><i>Violência no campo? Ah, eu acho que pode ser briga até por causa de terra né, por causa de, até as veis de plantação, sei lá, bastante coisa que... Que pode dá briga assim...</i></p>	<p>1 – Expõe como violência simbólica e interpessoal; 2-Violência costumeira.</p>
E.Z. 6	<p><i>Puis óia, a violência tem tantos motivo pra ela ser violência né... tem a violência doméstica, né, violência que é uma das coisa que hoje tá... o nosso Brasil tem bastante né... violência, eu acho que tem violência de vários motivo, mais hoje o que tá mais... que a gente pensa aí é a violência sobre o</i></p>	<p><i>É, isso aí, nesse, nesse governo que nós tivemos agora nós sofrimo muito, porque bateram muito contra nós. E até hoje eu caçoo que eu num saio mais co boné do movimento, do Lula pra cidade porque eu tenho um poco de receio né, porque os home acharo que não perdero né, então ele acha que ainda</i></p>	<p>1- Violência interpessoal e estrutural; 2-Volência política e costumeira</p>

	<i>racismo, né, uma das violência que tá atacando bastante.</i>	<i>nóis, nóis que tamo errado, mais então com tudo nóis tê tudo, o novo presidente do nosso lado ainda temo que cuida, porque o pessoal não tá considerando a derrota até agora, né... até essa violência tá nóis prejudicando bastante, mais esperamo que com o passá do tempo agora o pessoal vá se, né, pensa diferente porque.</i>		
E.Z. 7	<i>Nossa... Violência desde um olhar desigual já é uma violência, né? Um olhar torto. Um olhar já basta, cê já olha com mau olho, né?</i>	<i>Bom... No meu olhar assim, a violência quanto nóis campo num sei, mas vo falá quanto movimento. Pra nós quanto movimento: pra mim que agora deu uma amenizada, porque bem no início o MST era visto como comedor de gente. . Agora tá bem assim tipo a violência ali eu acho que tá menos do que bem no início.</i>		1-Menciona sobre a violência simbólica; 2-Percepção da violência costumeira, importante mencionar que nas anotações do diário de campo, o relato da entrevistada sempre versa pelo coletivo (pelo movimento) e não individual.
E.Z. 8	<i>Ah, pois é... a violência tem muitos, vários tipo né... as veis o esposo é ruim pa esposa, a mulher tamém as veis é ruim po home... os filho tamém né, tem pais que espanca muito os filho tamém né... como diz, qué dá educação mais num sabe né, espanca né, então a gente... isso aí é um tipo de violência.</i>	<i>Pois é, sei lá... a gente acha esquisito, né [risos]? Munto ruim, pelo menos, que eu penso é isso.</i>		1- Apresenta percepção da violência interpessoal;
E.Z. 9	<i>Ah, tem várias coisa... Comparação assim... ( ) Violência à mulher, violência até mesmo co seu vizinho, que cê num... Qualqué coisa qué parti pa violência, e não é por aí. Geralmente eu penso assim comigo, a pessoa tendo um bom diálogo se chega a tudo quanto é lugar. Agora se for igual... ( ) Anda igual um trator, compressor, querê passá por cima de tudo não funciona... E otra, a ingnorância tá muito, no mundo intero né.</i>	<i>Olha, eu pra mim, um pouco, é té muita ganância... Quem tem mais sempre qué mais um pouco. E quem num tem nada eles qué dexá sempre cada veis menos... nada...</i>	X	1- Apresenta percepção da violência interpessoal; 2- Cita a violência costumeira, mas ao longo dos relatos, relaciona a violência programada, trazendo em detalhes a ação de violência sofrida pelo E.Z.
E.Z. 10	<i>Violência tem de vários tipo que nem meu marido falô, violência as veis é até</i>	<i>Mais a gente vê o comentário em otos acampamento né, que dá tiroteio e</i>		1- Percepção da violência interpessoal, psicológica;



	<i>sobre uma palavra assim, uma discussãozinha né, um desrespeito dum vizinho com o outro, né. As veis um desrespeito entre família, pai e filho brigá, essas coisa né, isso aí tudo é violência, né</i>	<i>brigam e se matam... Mas entre, não é entre as pessoa mêm, é pistolero que ataca... É, eu acho que isso aqui é muito errado, porque o brigá, o matá num, num leva a vantagem nenhuma, porque um vai po cemitério e outro vai pa cadeia, né, esse que é o pior.</i>		2- Violência costumeira e política.
E.Z. 11	<i>Violência tem um significado bem amplo por mais que as pessoas entendam que é só o físico, mas a gente entendi que não é só o físico, mas também é o psicológico que é o que acho que tá mais afetando hoje na sociedade. No geral, seria nesse sentido. Principalmente quem tá inserido nos movimentos sociais, independente de qual ele seja.</i>	<i>Mas a violência no campo é mais relacionada com a questão territorial, principalmente territorial.</i>		1-Cita a violência interpessoal e simbólica; 2- Violência programada, importante mencionar que nas anotações do diário de campo, o relato da entrevistada sempre versa pelo coletivo (pelo movimento) e não individual.
E.Z. 12	<i>É discriminação, é preconceito, envolve tudo isso, não necessariamente o ato violento.</i>	<i>Eu acho que isso aí é o ... o extremo do extremo, o ranzizo, a não aceitação de que não é você competir, não é você tomá o que é do outro, mas é não permiti que você mantenha uma relação harmoniosa com a terra e acabe de uma forma ou de outra e acabe entrando nas vias de fato.</i>	X	1-Distinção da violência simbólica a partir da violência interpessoal; 2-Violência costumeira
E.Z. 13	<i>A violência pra mim não só braçal. Pra mim a violência é mais verbal. A falta de respeito com as pessoa pra mim é uma violência muito grande. A falta de consideração, de respeito. A falta de respeito com o ser humano. Idoso, doente, sabe? Porque quando a gente pega no tapa, descarrega, ma' quando a gente num pega no tapa, aquilo fica gravado. O resto da vida a gente fica sofrendo com aquilo, pensando, pensando.</i>	<i>Existe sim... ainda tem, ainda tem. Eu acho que ainda tem, mais melhorô bastante. Ainda tem. A questão da violência nunca presenciei física, essa violência aí tá mais num olhar, num debochinho, numa coisa assim.</i>	X	1-Distinção da violência simbólica a partir da violência interpessoal; 2- Reporta-se a violência simbólica, mas ao longo dos relatos, relaciona a violência programada, trazendo em detalhes a ação de violência sofrida pelo E.Z. Salientamos, que nas anotações do diário de campo, o relato da entrevistada versa em demasia pela religiosidade cristã. Que no momento da entrevista, foi moroso trilhar o objeto de pesquisa da realidade individual fortemente cristã.
E.Z. 14	<i>Depende, porque tem física e tem psicológica, né. Porque a psicológica geralmente é a que mais o, onde eles</i>	<i>É que depende, né. Depende a região, né. Tem região que... depende aonde tá o acampamento, né, porque tem região</i>	X	1-Cita a violência interpessoal; 2-Violência costumeira e política

	<i>ofendem a gente é no psicológico, né. Pra chegá na agressão física é mais difícil um pouco.</i>	<i>que o confrito agrário ele é diferente, né. Ele, ele se dá mais na, mais no confronto mesmo, em ação concreta, né. E na nossa região aqui eu, pelo que eu tenho analisado é, é mais confronto, é... De conversa, né. A ação na justiça, né.</i>		
E.Z. 15	<i>Eu vejo violência tipo na cidade. Isso de violência é mais lá, aqui nós vivemos tranquilo. E violência, assalto, essas coisas.</i>	<i>É que acho que nós já passemos por essa fase da violência, da ameaça quando nós veio. Essa violência existia, só que hoje como já faz 20 anos que tá aqui, eles já... tipo essa violência já não tem mais aqui, mas em outros lugares tem, continua. Só pra nós, no passado foi difícil pra conquistá, pra chega e conquistá aqui a violência foi praticamente... com violência, a polícia veio despejo nós umas três vezes lá de cima.</i>	X	1-Violência interpessoal, na subcategoria de violência na comunidade; 2 –Cita a violência costumeira, mas ao longo dos relatos, relaciona a violência política, trazendo em detalhes a ação de violência sofrida pelo E.Z
E.Z. 16	<i>Ah, agora não sei, né, que os tipos de violência que a gente conhece é as físicas e a verbal, né, esses dois tipos, daí que a gente falou, tem a parte de preconceito que se enquadra como violência também, né, daí... Acho que é mais em torno disso, né.</i>	<i>Pois é... hoje no modo geral, não sei se mudou muito ou não né, mais antigamente acho que era mais ainda pior né, hoje acho que já é mais tranquilo, né. Que antigamente era mais, parece que era mais complicado né...</i>		1-Violência interpessoal;
E.Z. 17	<i>Olha, a violência... em termos do que você tá falando que a pessoa sofre, com relação ao Estado e coisa, violência é tudo que...</i>	<i>Esse caboco falou o cão de nós quando nós ocupamos essa terra. Menina do céu, a gente, a gente sentia a violência através do rádio. Que ele dizia "seus vagabundo, seus ladrão, vocês tão ocupando terra de quem tá trabalhando, não sei o quê", mais óia, acho que foi meses isso</i>	X	1-Violência estrutural; 2-Cita a violência programada, mas ao longo dos relatos, relaciona a violência política, trazendo em detalhes a ação de violência sofrida pelo E.Z. Salientamos, que nas anotações do diário de campo, o relato da entrevistada versa muito sobre a questão de gênero.
E.Z. 18	<i>Violência... Es tudo lo que de alguna manera agride alguna persona, puede física o no física... Simbólica... Entón tem várias matizes também...Violência tien muitas matizes.</i>	<i>Olha, ficaria como... Qualquer posicionamento de algum grupo, alguma pessoa ou entidade, em relação a pessoa que mora no campo, um posicionamento que visa uma</i>		1- Cita a violência interpessoal e simbólica; 2-Versa sobre a violência costumeira.

		<i>ignorância, muitas coisas por lo que componen. Enton, basicamente é violência no campo é ignorância mismo das pessoas. De lo que um trabalhador rural, no tien conocimiento mismo.</i>		
E.Z. 19	<i>Violência é... sei lá... Vários tipo de violência.</i>	<i>Dáí cê complica... Ainda existe...Em algum lugar eu acredito que exista, aqui não... Aqui tranquilo... Em outros lugares acredito que possa existir.</i>		Conforme anotação em diário de campo, o entrevistado respondia de forma evasiva, na possibilidade de fugir da questão colocada, utilizando um discurso vago e sem clareza.
E.Z. 20	<i>Esse jeito de vê as pessoa diferente. Já fala diferente. Então já é uma discriminação.</i>	<i>E hoje é até difícil você usá uma camisa do MST, né? Boné... Hoje tá difícil o negócio, hoje tá complicado.</i>		1-Violência coletiva, modo social; 2- Versa sobre a violência costumeira e e programada.
E.Z. 21	<i>Uma palavra com intenção de ofende... Repreende assim, tipo, a gente quere faze algo como uma habilitação e a pessoa faze de tudo pra que você não faça, não sei como que se diz. Quere trabalhá fora e fazerem impecilhos, isso é uma forma de violência contra a mulher.</i>	<i>Então, eu vou citar o que aconteceu com nós, nós tem um confrontante que era o Valdir Copek Neves. O povo morava aqui e vivia com medo, medo dele. De uma afronta, como ele já tinha feito uma emboscada pra pegá o pessoal do Emiliano Zapata</i>	X	1- Cita a violência interpessoal na subcategoria: 1) violência de família e de parceiros íntimos. Conforme anotações em diário de campo, houve pausas, suspiros e emoção em responder à pergunta, apresentando sofrimento ao expor o assunto. Em contrapartida, o relato da entrevistada versa muito sobre a questão de gênero e superação sobre os acontecimentos ao longo de sua trajetória como mulher e trabalhadora. 2- Reporta-se diretamente a ação de violência sofrida pelo E.Z.
E.Z. 22	<i>Nossa, tem vários tipo, tem violência psicológica, tem violência doméstica, tem violência de fato, tem vários tipo. Pra mim eu acho que o preconceito é uma forma de violência também, porque quando você aplica isso pruma criança cê tá violentando ela assim, sabe? Violência pode ser até uma pessoa olhar torto pra gente às vezes, não chegá perto, às vezes acontece da pessoa renegar a gente. As veiz acontece dentro das próprias família da gente, assim, dos parente.</i>	<i>A gente vai as veiz nos lugar, quando você fala que é do MST todo mundo parece que até se afasta, tem medo da gente.</i>		1-Cita a violência interpessoal em duas subcategorias: 1) violência de família e de parceiros íntimos, 2) violência na comunidade e violência simbólica; 2-Violência simbólica.

E.Z. 23	<i>Violência é que o povo faz.</i>	<i>Ah o povo faz a violência no campo.</i>		Conforme anotação em diário de campo, o entrevistado respondia de forma evasiva, porém, não com intenção de fugir da questão.
E.Z. 24	<i>Hum... Ah, qualquer coisa que agride a pessoa. Violência física, moral... Do sistema, até a própria discriminação, tipo racismo.</i>	<i>Ela se dá pela polícia, milícia, jagunço, pistolero, que de fato ataca o movimento sem-terra. Eu tenho várias histórias de companheiros que foram mortos, gente que conheci, convivi e depois soube que morreram por pistolero, por polícia. Foram presos as veis injustamente nas ocupações</i>	X	1– Apresenta percepção da violência interpessoal, simbólica e estrutural; 2- Percepção da costumeira, política e programada.
E.Z. 25	<i>Ah, tanta coisa ,é a gente vê o quanto é importante explorá o pobre. O quanto que a sociedade brasileira se beneficia da tua necessidade</i>	<i>Cita caso específico vivenciado em outro acampamento em 2016.</i>		1– Apresenta percepção da violência estrutural; 2 – Caso de violência política.
E.Z. 26	<i>De forma geral, violência é tudo o tipo que incomoda o ser humano, que se dexe em mal estar, do psicológico ao mais crítico que já é a agressão.</i>	<i>Aí varia. É falta de saneamento básico, falta de política pública, falta de atenção especificada nesse campo, nós não temo uma proteção, uma política que seja... nós samo um ser inexistente pra vários olho, quanto sem-terra né? Então é difícil, com tanta violência você ter uma palavra que explique tudo.</i>	X	1– Apresenta percepção da violência interpessoal e simbólica. 2-Violência programada.

Fonte: A autora.

Nota: \* E.Z. refere-se à violência sofrida no próprio pré-assentamento no ano de 2005.

## ANEXO A – APROVAÇÃO DO COMITÊ DE ÉTICA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** EXPRESSÕES VIVAS: A VIOLÊNCIA NO CAMPO NO COTIDIANO DOS ACAMPADOS NO ESTADO DO PARANÁ

**Pesquisador:** ANA PAULA MOREIRA

**Área Temática:**

**Versão:** 2

**CAAE:** 21584619.0.0000.0105

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Ponta Grossa

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 5.274.389

#### Apresentação do Projeto:

**Título:** A VIOLÊNCIA NO CAMPO NO PARANÁ: ANÁLISE DE CONJUNTURA DO CONFLITO EM QUEDAS DO

IGUAÇU- PR EM 2016. Esta pesquisa busca trabalhar a violência no campo, em especial, aos camponeses acampados no Estado do Paraná, com objetivo de evidenciar como é vivida/sentida a violência no campo pelos camponeses acampados no território paranaense analisando os reflexos desta violência na própria luta pela. A construção metodológica será pautada em entrevistas semiestruturadas, tendo como aporte a pesquisa documental e bibliográfica e com a finalidade de atingir o objetivo proposto por este trabalho, optou-se pela adoção da análise de conteúdo e utilização do software Iramuteq na metodologia para a análise dos dados.

#### Objetivo da Pesquisa:

Construir análise de conjuntura do conflito no campo ocorrido em 04/07/2016 no acampamento Dom Tomas Balduino, no município de Quedas do Iguaçu – PR.

#### Objetivo Primário:

Evidenciar como é vivida/sentida a violência no campo pelos camponeses acampados no território paranaense analisando os reflexos desta violência na própria luta pela terra.

**Endereço:** Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22  
**Bairro:** Uvaranas **CEP:** 84.030-900  
**UF:** PR **Município:** PONTA GROSSA  
**Telefone:** (42)3220-3282 **E-mail:** propespsecretaria@uepg.br

Continuação do Parecer: 5.274.389

**Objetivo Secundário:**

Analisar o cenário da questão agrária e conflitos sociais no Brasil, demonstrando as faces da violência no campo.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

\*Riscos: sigilo e envolvimento emocional;

\* Benefícios: compreender fatores que interferem na violência no campo.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Pesquisa de tema pertinente e com referencial satisfatórios. Sugere-se mais cuidado com a redação. A violência no campo sempre esteve presente no contexto brasileiro, porém observa-se que nestes últimos anos um aumento abrupto e é neste panorama que este trabalho possui como hipótese levantada que os camponeses acampados, ao sofrer demasiadamente as expressões da violência no campo, tem suas práticas e ações cotidianas impactadas, afetando o processo de luta pela terra, a sua resistência, impactado no seu agir como pessoa, "abstratamente" numa sociedade democrática e de direitos.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Em anexo e de acordo com as resoluções 486/2012 e 510/2016

**Recomendações:**

Enviar o relatório final ao término do projeto de pesquisa por Notificação via Plataforma Brasil para evitar pendências.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Projeto foi aprovado sem restrições, após avaliação documental. O projeto se encontra dentro dos princípios éticos e metodológicos, de acordo com o Conselho Nacional de Saúde, Resolução 486/2012 e 510/2016

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22  
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900  
 UF: PR Município: PONTA GROSSA  
 Telefone: (42)3220-3282 E-mail: propespsecretaria@uepg.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
PONTA GROSSA - UEPG



Continuação do Parecer: 5.274.389

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1422598.pdf	03/03/2022 15:25:52		Aceito
Outros	OficioPedidodeProrrogaçao.pdf	03/03/2022 15:24:44	ANA PAULA MOREIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPesquisaCoepNovo.pdf	03/03/2022 15:21:58	ANA PAULA MOREIRA	Aceito
Outros	CronogramaNovo.pdf	03/03/2022 15:19:30	ANA PAULA MOREIRA	Aceito
Outros	RoteirodeEntrevistasNovo.pdf	03/03/2022 15:18:33	ANA PAULA MOREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLENovo.pdf	03/03/2022 15:17:41	ANA PAULA MOREIRA	Aceito
Folha de Rosto	folhaDeRosto.pdf	31/08/2019 23:10:48	ANA PAULA MOREIRA	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

PONTA GROSSA, 05 de Março de 2022

Assinado por:  
**ULISSES COELHO**  
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Gen. Carlos Cavalcanti, nº 4748. UEPG, Campus Uvaranas, Bloco da Reitoria, sala 22  
 Bairro: Uvaranas CEP: 84.030-900  
 UF: PR Município: PONTA GROSSA  
 Telefone: (42)3220-3282 E-mail: propespsecretaria@uepg.br



**ANEXO B – FOTOS DO PRÉ-ASSENTAMENTO EMILIANO ZAPATA**









